

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**MAICON FIEGENBAUM**

**OS “PEQUENOS NOTÁVEIS”:  
A UTILIZAÇÃO DO SELO POSTAL NO PROCESSO DE  
ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA**

Porto Alegre  
2017

**MAICON FIEGENBAUM**

**OS “PEQUENOS NOTÁVEIS”:  
A UTILIZAÇÃO DO SELO POSTAL NO PROCESSO DE  
ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Professora Orientadora Roselane Zordan Costella

Porto Alegre  
2017

#### CIP - Catalogação na Publicação

Fiegenbaum, Maicon

Os "pequenos notáveis": a utilização do selo postal no processo de ensino-aprendizagem da geografia / Maicon Fiegenbaum. -- 2017.  
266 f.

Orientadora: Roselane Zordan Costella.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. ensino de Geografia . 2. alfabetização visual.  
3. selo postal. 4. imagem. 5. comunicação. I.  
Costella, Roselane Zordan, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**OS “PEQUENOS NOTÁVEIS”:  
A UTILIZAÇÃO DO SELO POSTAL NO PROCESSO DE  
ENSINO-APRENDIZAGEM DA GEOGRAFIA**

**MAICON FIEGENBAUM**

Professora Orientadora Roselane Zordan Costella

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Ivaine Maria Tonini (POSGea/IG/UFRGS)

Prof. Dr. Nestor André Kaercher (POSEGGea/IG/UFRGS)

Profª. Dra. Rosa Elisabete Miltz W. Martins (FAED/UDESC)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Porto Alegre  
2017

## AGRADECIMENTOS

Registro aqui meu singelo agradecimento à todos os Sujeitos que me auxiliaram de certa forma a percorrer esta trajetória, esta viagem. Uma viagem incrível, repleta de bonitezas e percalços.

Agradeço primeiramente aos meus pais Elmiro e Geni, e à minha irmã Gisele, âncoras que me permitiram alçar voo rumo ao desconhecido há muitos anos atrás. Foram o porto seguro desta trajetória. Obrigado por tudo.

À minha companheira, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis. Minha gratidão.

Agradeço à minha orientadora, professora Roselane Zordan Costella, pelo apoio, pela sabedoria, incentivo, colaboração e compreensão em todos os momentos desta viagem, desde aqueles na qual havia desânimo e acúmulo de atribuições, até aqueles momentos que propiciou iluminar minhas inquietações. Obrigado por ter contribuído na minha formação pessoal, profissional e por ter despertado o amor pela Geografia.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade.

À CAPES, pela bolsa de Mestrado que me oportunizou a chance de estudar e de me dedicar à esta pesquisa.

Aos meus professores, pela minha formação e pelo aprendizado.

Aos meus amigos, companheiros desta viagem, que deixaram marcas ou acabaram ficando pelo caminho após tantas mudanças até chegar aqui, principalmente aos amigos do “17” e aqueles que a Geografia trouxe. Pelo estímulo e apoio.

Agradeço à todos os sujeitos companheiros dessa viagem.

“Um homem precisa viajar.  
Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV.  
Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu.  
Para um dia plantar as suas próprias árvores e dar-lhes valor.  
Conhecer o frio para desfrutar o calor. E o oposto.  
Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto.  
Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar  
essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não  
simplesmente como é ou pode ser.  
Que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando  
deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver.

[...]

Descobri como é bom chegar quando se tem paciência.  
E para se chegar onde quer que seja,  
aprendi que não é preciso dominar a força, mas a razão.  
É preciso antes de mais nada querer".  
(Amyr Klink)

## RESUMO

Selo postal: um artefato com um duplo papel comunicacional. De um lado, comunica legitimando a circulação de correspondências. Por outro, comunica através de seus elementos imagético-verbais. Apesar dos inegáveis atrativos que os modernos meios de entretenimento proporcionam aos jovens, não se pode deixar de constatar que estes pequenos notáveis podem ser utilizados no ensino da Geografia. A pesquisa buscará responder a seguinte pergunta: os selos postais têm potencial para serem utilizados como material didático alternativo e enriquecedor ao ensino da Geografia, e como a utilização dos selos postais em sala de aula permitiria a construção do conhecimento geográfico? O texto referencia a historicidade do selo postal, estabelecendo a relação desta historicidade com a interpretação contextual do espaço geográfico. Aborda o selo postal como uma possibilidade metodológica para a construção do conhecimento em sala de aula, articulado a partir de seis conceitos estruturantes que serão discutidos teoricamente embasados em autores do ensino e do ensino da Geografia, visando esclarecer ao leitor as intersecções desta ferramenta – o selo postal – com a prática pedagógica em Geografia. As diversas imagens que extrapolam desta técnica comunicacional permitem que o professor faça uso para despertar o encantamento pelo estudo da paisagem. O texto reconhece não somente a relação da comunicação com a temporalidade como também a relação deste elemento comunicacional com o ensino da Geografia. O trabalho almeja possibilitar a construção de habilidades e competências fundamentais para a leitura de imagens, a partir da elaboração de propostas pedagógicas que articulem a utilização do selo postal e o insira no contexto de práticas pedagógicas em turmas do 6º ano do Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** ensino de Geografia - alfabetização visual - selo postal – imagem - Comunicação.

## **ABSTRACT**

Postage stamp: an artifact with a double communicational role. On the one hand, it communicates legitimizing the circulation of correspondence. On the other hand, it communicates through its imagery-verbal elements. In spite of the undeniable attractions that modern media offer to young people, one can not fail to notice that these little notables can be used in the teaching of Geography. The search will answer the following question: the postage stamps have the potential to be used as alternative and enriching teaching material to the teaching of Geography, and how would the use of postage stamps in the classroom allow the construction of geographical knowledge? The text references the historicity of the postage stamp, establishing the relationship of this historicity with contextual interpretation of geographical space. It addresses the postal stamp as a methodological possibility for the construction of knowledge in the classroom, articulated from six structuring concepts that will be discussed theoretically based on authors of the teaching and teaching of Geography, in order to clarify to the reader the intersections of this tool - the Postage stamp - with the pedagogical practice in Geography. The various images that extrapolate from this communicational technique allow the teacher to use it to awaken the enchantment by studying the landscape. The text recognizes not only the relationship of communication with temporality but also the relation of this communicational element to the teaching of Geography. The work aims to enable the construction of basic skills and competences for the reading of images, based on the elaboration of pedagogical proposals that articulate the use of the postage stamp and insert it in the context of pedagogical practices in classes of the 6th grade of Elementary School.

**Keywords:** Geography teaching - visual literacy - Postage stamp - Images – Communication.



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Carlos Drummond de Andrade .....	14
Figura 2 – Pequenos, mas notáveis! .....	17
Figura 3 – Pequenos, mas notáveis .....	311
Figura 4 – “Série 20 anos da ECT – Serviços especiais”. Comunicando o Brasil e o mundo. 33	
Figura 5 – Bloco “Pinturas rupestres” .....	34
Figura 6 – Bloco “Pinturas rupestres” .....	35
Figura 7 – Sinal de fumaça .....	36
Figura 8 – Pombo mensageiro .....	37
Figura 9 – Pedra de Rosetta .....	39
Figura 10 – Do primeiro mensageiro ao mensageiro contemporâneo .....	41
Figura 11 – Os mensageiros antes dos Correios modernos .....	42
Figura 12 – T’sai Lun e o processo de confecção do papel chinês.....	47
Figura 13 – Do pergaminho ao livro: o “papel” do papel para contar a história .....	48
Figura 14 – Emissão comemorativa ao XVIII Congresso da União Postal Universal .....	53
Figura 15 – Sir Rowland Hill: o criador do selo postal .....	54
Figura 16 – Penny Black. Primeiro selo postal adesivo do mundo .....	57
Figura 17 – Primeiras emissões postais do mundo .....	61
Figura 18 – Selos postais do Brasil: evoluindo sempre .....	62
Figura 19 – Bloco comemorativo: 350 anos dos Correios no Brasil .....	64
Figura 20 – Envelope circulado com a série “Olhos de Boi” .....	67
Figura 21 – Internet: Redes integradoras .....	71
Figura 22 – Caminhos a trilhar .....	73
Figura 23 – Tudo o que este selo postal retrata é real .....	79
Figura 24 – “Ceci n’est pas une pipe” .....	85
Figura 25 – O selo na escola... a escola no selo.....	95
Figura 26 – O selo postal e seu potencial uso em nossas aulas .....	97
Figura 27 – “Olhar” e “ver” um selo postal.....	99
Figura 28 – “Olhe” e “veja” esse selo postal .....	101
Figura 29 – O ensino em sala de aula .....	102
Figura 30 – Os “pequenos notáveis” .....	110
Figura 31 – O que importa não é o custo, mas o olhar de nossos alunos .....	117
Figura 32 – Os selos mais caros de sempre .....	119
Figura 33 – Paisagem natural? Paisagem cultural? Ou simplesmente, paisagem?.....	125
Figura 34 – O Rio Grande do Sul e suas paisagens .....	131
Figura 35 – Desenvolver competências e habilidades através da observação de imagens .....	139
Figura 36 – Fragmentos de um mundo em miniatura e suas intersecções com o ensino .....	145
Figura 37 – “Janelas para o mundo” .....	147
Figura 38 – Pinturas da gruta pré-histórica de Lascaux (França) .....	158
Figura 39 – Alfabetização visual .....	169
Figura 40 – É possível viajar e conhecer nossas paisagens através dos selos postais .....	197
Figura 41 – Inclinações (1844).....	201
Figura 42 – Verticais ou Olho-de-cabra (1850).....	201
Figura 43 – Coloridos ou Olhos de gato (1854) .....	201

Figura 44 – D. Pedro II em inúmeras emissões .....	202
Figura 45 – Primeiras emissões do período republicano .....	203
Figura 46 – Primeiros selos comemorativos do Brasil .....	205
Figura 47 – Selos postais alusivos à datas-símbolo .....	207
Figura 48 – Selos postais alusivos à aproximação entre Estado e Igreja.....	207
Figura 49 – Selos postais alusivos à feiras, congressos e conferências .....	207
Figura 50 – Selos postais alusivos à personalidades pouco conhecidas .....	208
Figura 51 – A paisagem nos selos postais brasileiros do início do período republicano até os “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar .....	209
Figura 52 – Emissões brasileiras em Braille.....	213
Figura 53 – A paisagem cultural nos selos postais brasileiros de 1968 até 1999 .....	215
Figura 54 – Paisagem natural? Paisagem protegida? Ou paisagem turística? .....	216
Figura 55 – Criatividade, inovação e tecnologia nos selos postais.....	219
Figura 56 – A paisagem nos selos postais brasileiros do “Novo Milênio” à contemporaneidade .....	221
Figura 57 – O olhar sobre nossos “pequenos notáveis” em sala de aula .....	223
Figura 58 – Como preencher um envelope? .....	231
Figura 59 – Selo-síntese mudo .....	240
Figura 60 – Mapa mudo do Brasil .....	243
Figura 61 – Verso e anverso para a Atividade 4: Produzindo selos postais do seu bairro .....	249
Figura 62 – Exemplo dos Editais dos Correios .....	249

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Distâncias e tempo de entrega de correspondências a partir do Rio de Janeiro no século XIX .....	69
Tabela 2 – Exemplo para o início de uma prática de observação .....	77
Tabela 3 – Agenda das práticas .....	78
Tabela 4 – Classificação dos signos segundo a teoria de Peirce .....	90
Tabela 5 – Distinções entre a imagem e o texto .....	195
Tabela 6 – Atividade “Vamos fazer uma viagem pelo Brasil?” .....	242
Tabela 7 – Atividade de sistematização .....	244

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ABRAFITE – Associação Brasileira de Filatelia Temática

A.E.C – Antes da Era Comum

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel

COFI – Revista Correio Filatélico

DOU – Diário Oficial da União

ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

RHM – Catálogo de selos do Brasil

UPU – União Postal Universal

## SUMÁRIO

<b>1 PICOTES DO TEMPO .....</b>	<b>14</b>
1.1 Pequenos, mas notáveis! .....	17
<b>2 DA FUMAÇA À INTERNET (OU A EVOLUÇÃO DA COMUNICAÇÃO E O SURGIMENTO DO SELO POSTAL) .....</b>	<b>31</b>
2.1 Onde há fumaça... Há comunicação: evolução técnica e a importância da comunicação para a sociedade .....	33
2.2 Comunicar é importante: dos primeiros serviços de Correios até o século XIX .....	42
2.3 A ideia ganha o mundo: o selo postal começa a ser concebido .....	54
2.4 “O olho-de-boi é que engorda o filatelista”: o surgimento do selo postal no Brasil.....	64
<b>3 DISCUSSÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>73</b>
3.1 Caminhos a percorrer: a pesquisa qualitativa e a prática em sala de aula.....	74
3.2 Semiótica: uma chave para múltiplas leituras .....	79
3.2.1 A significação, a objetificação e a interpretação .....	88
3.3 Instrumentos e técnicas de pesquisa .....	94
<b>4 “FRAGMENTOS DE TINTA E ALMA” (OU INTERSECÇÕES ENTRE O SELO POSTAL E A GEOGRAFIA).....</b>	<b>95</b>
4.1 Veículos de cultura (ou como o selo postal pode se transformar em um recurso auxiliar ao processo educativo) .....	97
4.2. Materiais didáticos alternativos ao ensino de Geografia.....	102
4.3 “Pequenos notáveis” (ou o selo postal e o ensino de Geografia).....	110
4.4 Selo postal e a “Geografia do custo zero” .....	117
4.5 Paisagem: conceito-chave para a leitura dos selos postais brasileiros .....	125
4.5.1 Leitura de paisagem no ensino de Geografia do 6º ano .....	134
4.6 Selo postal e a construção de competências e habilidades.....	139

<b>5 FRAGMENTOS DE UM MUNDO EM MINIATURA (OU A IMAGEM E O ENSINO DA GEOGRAFIA)</b> .....	<b>145</b>
5.1 “Janelas para o mundo”: o selo postal como imagem e sua importância para o ensino da Geografia).....	147
5.1.1 A imagem-selo (postal) e o ensino da Geografia .....	156
5.2 Alfabetização visual e o ensino da Geografia .....	169
5.3 A paisagem nos selos postais brasileiros.....	197
5.3.1 Selos imperiais .....	200
5.3.2 Início do período republicano até os “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar .....	204
5.3.3 Dos “Anos de Chumbo” e do “Milagre econômico” ao “Novo Milênio” .....	211
5.3.4 Do “Novo Milênio” à contemporaneidade.....	218
<b>6 O SELO POSTAL COMO FRAGMENTO DE (RE)LEITURA DO MUNDO (OU A ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA)</b> .....	<b>223</b>
6.1 Um olhar sobre os “pequenos notáveis”: os educandos .....	227
6.2 Um olhar sobre os “pequenos notáveis”: os selos postais.....	229
<b>7 CONCLUSÕES UM TANTO FRAGMENTÁRIAS</b> .....	<b>253</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>257</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>266</b>

## 1 PICOTES DO TEMPO

### PRAZER FILATÉLICO

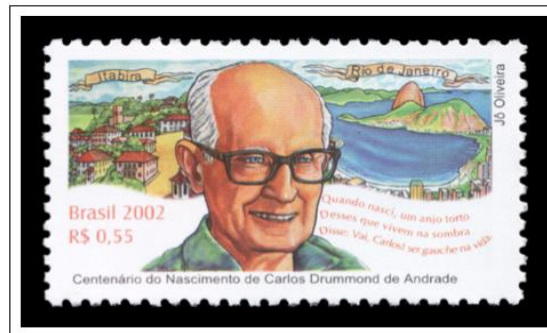


Figura 1 – Carlos Drummond de Andrade<sup>1</sup>

COLECIONE SELOS e viaje neles  
por Luxemburgos, Índias, Quênia-Ugandas.  
Com Pedr'Alvares Cabral e Wandenkolk  
aprenda História do Brasil. Colecione.

Mas sem dinheiro?

Devaste os envelopes da família. Remexa as gavetas.

Há barbosas efigies imperiais à sua espera.

Mortiças cartas guardam peças raras.

Tudo vasculhe. Um dia  
arregalado à sua frente há de luzir  
em arabescado fundo negro  
o diamante, o sonho, a maravilha  
chamada olho-de-boi 60.

Troque. Vá trocando, Passe a perna,  
se possível. Senão, seja enganado  
mas acrescente sua coleção  
de postas magiars, moçambiques,  
osterreiches, japões, e seu prestígio  
há de aumentar: o baita  
coleccionador da rua principal.

E brigue, boca e braço,  
ao lhe negarem esta condição.  
Até que chegue o tédio de possuir,  
a tentação do fósforo e do vento  
o gosto de perder a coleção  
para outra vez, daqui a um mês,  
recomeçar, humílimo, menor  
coleccionador da rua principal (ANDRADE, 1973).

Selo postal: um artefato que legitima a circulação de correspondências. Geografia: uma disciplina escolar. Em um olhar mais ligeiro, o selo postal, para muitos, é um pequeno pedaço de papel colorido colado em cartas e esquecido, para outros, um *hobby*. A Geografia,

<sup>1</sup> Selo postal comemorativo ao centenário de nascimento de Carlos Drummond de Andrade (2002).  
Fonte: Acervo.

uma disciplina que visa a formação de um cidadão atuante e crítico na sociedade, mas que talvez esteja falhando em seus propósitos.

Nesta pesquisa desembocam o entrecruzamento de dois mundos: em um deles, minha relação afetiva que vem desde a infância, quando encontrei cartas antigas jogadas às traças na casa de meus avós, então de mudança, que as guardo comigo até hoje. De lá para cá, apresentaram uma relação de amor e ódio, mas que hoje preenche minhas horas de folga, ou seja, a arte de colecionar selos, conhecida como Filatelia.

De outro lado, o encantador mundo da Geografia, essa disciplina escolar que fazia-me posicionar do lado dos que gostavam, mas acreditava – não sabia como – que poderia ser trabalhada de forma diferente. E eis que surge uma paixão, inexplicável (assim como são as paixões) e que me fizeram decidir o que queria para a minha vida, pelo menos em termos profissionais: ser professor de Geografia. Trajetória cheia de percalços, de alegrias, de amigos, de mudança nas formas de conceber o mundo, de crescimento intelectual, de mudança de cidade, que me distanciaram de uma realidade e me aproximaram de realidades distintas, de um mundo completamente novo até então. Tantas realizações que me trouxeram até aqui, ponto em que sintetizo esses caminhos, e que me despertam curiosidade e compromisso, de como interconectá-los e de leva-los para dentro da sala de aula, apresentando novas perspectivas à outras crianças ávidas em descobrir um mundo notável.

Ao introduzir este tema, apenas dei um passo esclarecedor sobre os caminhos – nada lineares – que me trouxeram até aqui. Mas acabo de me lançar em um mundo novo e completamente desconhecido. O que possuo de conhecimentos adquirido sobre a arte do colecionismo e de afeto sobre minha coleção, que iniciou como uma simples junção de selos, me falta em reflexão teórica e em certezas, que me lançam ao grande **problema da pesquisa**: é possível unir esses dois caminhos? Os selos postais têm potencial para serem utilizados como material didático alternativo e enriquecedor ao ensino da Geografia, e como a utilização dos selos postais em sala de aula permitiria a construção do conhecimento geográfico?

Agora que o desafio está lançado, voltemos ao caminho, e transformemos o “problema” da pesquisa em “solução”, em aprendizagem, em conhecimento.

Faço uma pausa e retomo às lembranças de minha infância, quando tinha 8 ou 9 anos. Depois de tardes inteiras brincando na rua, volta e meia minha mãe percebia que o bolso da bermuda estava cheio de pedras, que juntava enquanto me divertia. Depois, foram bolas de gude, cartas, mas poderiam ser tampinhas, latas, postais, cartões telefônicos, moedas, ou qualquer outro objeto que tivesse chamado minha atenção. Por volta desta mesma idade, começaram a ser selos também.



Afinal, conforme uma máxima da sabedoria popular, “quem guarda tem”! Essa máxima revela uma verdade incontestável, principalmente se for analisado o peso histórico e afetivo do objeto armazenado. Basta ver que foi preciso que alguém pensasse em valor futuro para a criação de grandes museus e bibliotecas. E se não tivesse valor afetivo, quem colecionaria pedras e selos?

Esse ato de juntar coisas parece tão comum que passa despercebida a tendência natural do homem de colecionar. Isso acontece porque, segundo o Jean Piaget, o processo de seleção é anterior ao de ordenação. Baseando-se no princípio da lógica matemática, a criança experimentará, na realidade, através das pedras, dos selos, ou de qualquer outro instrumento, noções de ordenação e enumeração. Contudo, esta mania de agrupar coisas, que começa como brincadeira de criança, implica em dedicação, investigação, organização e valor cultural.

Tudo começa com uma junção. E estes selos foram surgindo de diversas formas, o que explica o peso do poema *Prazer filatélico* de Drummond, na qual compartilho a mesma sensação do autor, que também era colecionador, onde o prazer pelo aprendizado foi surgindo primeiramente no ato de devastar as cartas e depois, pelo ato racional de colecionar selos, atividade que o levava (e me levava) a romper as fronteiras do nosso pequeno mundo imediato, vendo que existiam outros países, pessoas que deveriam ser ilustres (afinal, estavam ali representadas naquele pequeno pedaço de papel colorido), paisagens, unidades monetárias distintas da nossa. Enfim, um mundo inteiro a explorar!

E não apenas eu, ou Drummond percebemos o quão interessante é juntar coisas. Fernando Pessoa também:

Os compradores (juntadores) de coisas inúteis sempre são mais sábios do que se julgam - compram pequenos sonhos. São crianças no adquirir. Todos os pequenos objetos inúteis [...] possuem-os na atitude feliz de uma criança que apanha conchinhas na praia - imagem que mais do que nenhuma dá toda felicidade possível. Apanha conchas na praia! Nunca há duas iguais para a criança. Adormece com as duas mais bonitas na mão, e quando lhas perdem ou tiram - o crime! roubar-lhe bocados exteriores da alma! arrancar-lhe pedaços de sonho! - chora como um Deus a quem roubassem um universo recém-criado (PESSOA, 1995, p. 251).

Como destacou Pessoa falando da arte de juntar objetos inúteis, a arte do colecionismo na verdade é a junção de sonhos. Mas colecionar não é só juntar. É preciso elencar, classificar, traçar um roteiro racional e sentimental em busca dos selos desejados para as coleções filatélicas. É uma busca pelas cores da infância e da juventude. É buscar por estampas brilhosas daqueles pedacinhos picotados do mundo que melhor se adaptem ao nosso

objetivo. As informações visuais e os elementos lúdicos que fazem os olhos faiscarem de alegria e o coração bater com o som único de quem teve um grande encontro, uma grande descoberta. O encontro com o selo buscado, objeto mínimo desejado, o próprio sonho.

Mas afinal, quem liga? Além de entretenimento, de *hobby*, qual é a utilidade da filatelia? O importante é a viagem percorrida por outros mundos, temáticas tão diversas e múltiplas quanto os planos de crianças/adolescentes: "personalidades", "fauna e flora", "Astronáutica", "religião", "esportes", "petrolofilia", "arquitetura", "paisagens", dentre muitos outros modos de perceber um mundo em cores e picotes e que é simplesmente sedutor e fantástico! E o colecionismo é mesmo sedutor e fantástico! Ah! O colecionismo de selos: essa doença que tem um grande potencial de aprendizagem, que lida com a curiosidade e com o desejo e sonhos das grandes e pequenas descobertas!

### 1.1 Pequenos, mas notáveis!

Figura 2 – Pequenos, mas notáveis<sup>2</sup>!



Fonte: Acervo

O que dizer de tão rica e lúdica fonte de informação? Esse pequeno pedaço de papel, indiferente às diversas formas como se apresenta e aos suportes aos quais é agregado, elimina distâncias, preserva na forma de texto e imagem (relação verbo-visual), com criatividade, uma possível história da humanidade (GOMES e SALCEDO, 2009, p. 7).

Já parou para pensar no quanto o selo postal pode se transformar em um formidável recurso como auxiliar ao processo educativo? Os selos postais representam fonte inesgotável de entretenimento e cultura. De simples comprovantes de franqueamento dos Correios,

<sup>2</sup> Bloco comemorativo *Como coleccionar selos* (2003). Neste bloco aparecem os dois pequenos notáveis que serão trabalhados nesta pesquisa: o selo postal, representado no selo à direita; e à esquerda, uma representação de nossos alunos num primeiro contato com os selos postais: também pequenos, também notáveis!

transformaram-se em expressivos retratos do país, importante meio de comunicação e pequenas obras de arte, incentivando uma forma saudável de colecionamento e intercâmbio entre os povos.

Normalmente não damos o devido valor a um selo postal. No nosso corrido e ocupadíssimo cotidiano, aceitamos esse artefato como um pequeno e insignificante fragmento de papel descartável que indica a taxa a ser cobrada ao remetente de uma correspondência. Estes pedaços de papel coloridos intrigantes nem são percebidos como documentos. Mas são.

O seu processo de construção tem um início, meio e fim. Além de um valor ou função social atribuído pelo Estado, é ele quem indica a tarifa corrente às comunicações postais. Mas não apenas isso. É um artefato documental que percorre o mesmo sistema de produção capitalista como qualquer outro objeto tecnológico [...] (SALCEDO, 2010, p. 142).

Não são apenas em suas imagens que percebemos todo o potencial que o selo postal pode proporcionar ao ensino da Geografia. O regime de informação na qual ele está inserido implica produção, circulação e consumo do mesmo. Para cada selo emitido, novas leituras geográficas são proporcionadas. O selo postal não só difunde informações acerca do país que o emitiu. Ele pode servir também para corroborar discursos, determinados pelas condições do regime ao qual está inserido. Além disso, pode ser oportuno ampliar essa visão e estudar, também, as possíveis representações e usos sociais do selo postal, por meio da apropriação de novos discursos ou reformulações dos mesmos.

Só assim poderemos verificar, de fato, como o selo postal, assim como os demais produtos simbólicos, agem para legitimar o Estado emissor. Nos termos de Salcedo (2010, p. 91), seria adequado entender que o selo postal tem uma "densidade ideológica, por centímetro quadrado, maior que qualquer outra forma de expressão cultural midiática".

Desta forma, ao olharmos atentamente os elementos impressos nestes selos postais, fica evidente que o autor busca comunicar uma ideia, uma intenção através de sua visão de mundo. Nossos selos levam os encantos do Brasil aos mais remotos pontos do planeta. Reproduzem, nos traços e nas cores dos artistas que os idealizam, toda a riqueza, beleza e exuberância de nosso meio ambiente; perpetuam o rosto, os ideais e os valores dos personagens que escreveram nossa História; divulgam as metas e as conquistas de cada governo; ressaltam a criatividade que resulta de um país formado de diferentes etnias, mas único na expressividade das artes; promovem o folclore, os sons, os ritmos, as danças, a literatura, os temperos e os sabores, nossas paisagens. Formam uma bela coleção, que mostra

ao mundo, com muito estilo, a perseverança e a simpatia do brasileiro. Em resumo, o selo postal é pura Geografia!

Mas é fundamentalmente importante entender os selos como uma representação simbólica da realidade, que, todavia não é o espelho fiel dessa realidade. Logo, estes não podem ser aceitos imediatamente como representações fiéis do espaço geográfico e de suas relações. Os selos postais são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se busca sistematizar suas informações e decifrar os seus conteúdos.

E a pergunta que fica é: porque esse material tão riquíssimo ainda está tão pouco presente dentro do espaço escolar? O que falta para que o professor de Geografia explore esse potencial imagético e de representação das paisagens em suas aulas? Seria o problema falta de informação sobre o sistema de criação e circulação desse artefato? Ou é pensar que, nesta sociedade tão midiaticizada, um simples pedaço de papel não atrairia a atenção do aluno? Estas certamente são algumas questões que perpassam o problema. Mas o maior deles é simplesmente não perceber o potencial educativo e uma forma de inserção deste nas aulas de Geografia, de forma que as dinamize e estabeleça um estímulo para a alfabetização imagética e criação de uma imaginação geográfica, tão essencial para o processo de ensino-aprendizagem.

Mais do que produto e peça de coleção, os selos desempenham o papel de disseminadores do conhecimento. Poderiam invadir as salas de aula para interagir com professores e alunos na construção de um Brasil cada vez mais brasileiro e cidadão.

Vale ainda ressaltar que, entre as diversas modalidades de colecionismo, a filatelia é, talvez, a mais difundida em todo o mundo. O selo postal e o prazer de colecioná-lo envolvem a atenção de gente de todas as idades e culturas. Mas o futuro da tradição está hoje parcialmente ameaçado pela tecnologia de comunicação disponível neste terceiro milênio. Se o telégrafo e o telefone não chegaram a restringir a difusão do costume de escrever cartas e enviá-las pelos correios mundo afora, o mesmo não se pode dizer da obstinação das telecomunicações e, principalmente, da internet em tornar o hábito de escrever manualmente uma carta, ou cartão-postal, e despachá-la selada, um ato cada vez mais raro. A filatelia certamente sobreviverá aos novos tempos, mesmo progressivamente mais rápidos.

Além disso, o valor dos selos para a história da humanidade é intransferível. Por meio desses estimáveis e coloridos papezinhos, que são produtos culturais, faz permanecer entre os adeptos o gosto pelo estudo, pela investigação e pela classificação sistemática, entusiasmando a saber mais e mais sobre os motivos impressos e, principalmente, entre os novos colecionadores. Assim, entra em jogo, o fator primordial: a investigação.

Com todos esses atrativos, porque não utilizá-lo como ferramenta de ensino? Porque não mais um auxiliar para os estudos de nossos alunos, para incentivar a cultura, a leitura (e dentro desta, a leitura imagética), um meio que desperta a curiosidade e instigar a investigação, onde é possível adquirir informações gerais e especializadas que, com o auxílio de um trabalho conciso, que trabalhe com os conceitos e que permita uma (re)leitura de mundo, possa transformá-los em conhecimento geográfico?

Pode parecer desnecessário e até mesmo soar repetitivo reiterar a importância da Filatelia na área educacional, mas infelizmente, nem todos tem esta visão, apesar das notórias evidências, principalmente aqueles que são responsáveis pela sua introdução nas escolas.

Os países europeus apresentam larga tradição na utilização da Filatelia como auxílio educacional e até mesmo a nossa vizinha Argentina tem uma longa tradição neste campo. Em alguns países a Filatelia chega até mesmo a fazer parte do curriculum escolar, o que é até natural, considerando-se a sua importância didática, histórica e cultural. A Filatelia, particularmente a Filatelia Temática, promove e supera metas pedagógicas, ao se basear numa ideia central, diretriz, que se desenvolve através dos selos postais.

A adoção de um plano de coleção, de uma estruturação da mesma, implica em raciocinar, criar, imaginar, pesquisar, estudar e observar regras, além de relacionar-se com terceiros. Este conjunto de tarefas configura um trabalho natural de observação, análise e síntese desenvolvendo competências e aumentando a capacidade de aquisição de novos conhecimentos com a consequente elaboração e expressão dos mesmos. E mesmo o trabalho de leitura imagética já é de uma riqueza fantástica para as aulas de Geografia.

A informação visual, para ser realmente compreendida, requer uma prévia aprendizagem. Ela não é nem natural nem espontânea. Ela possui uma linguagem própria que precisa ser apreendida. E sua ressignificação para se adaptar a nossos objetivos educacionais se torna fundamental, visto que, já que vivemos cercados de imagens visuais reproduzidas continuamente, precisamos saber ler e interpretar estas informações. E os selos não são exceção. Precisamos aprender a ler suas informações, para que estas passem a ter significação.

Conforme Santaella (2012), vivemos imersos em uma “verdadeira floresta de signos”. Aprendemos a lê-las de forma intuitiva. Com os selos não é diferente. Vemos representadas imagens e sabemos o que está sendo retratado. Mas, será que sabemos mesmo? Para buscar no âmago a essência de toda representação de um selo postal, precisamos dominar suas regras de produção e representação, e torna-se necessário uma aprendizagem mais sistematizada, ou em outras palavras, uma “alfabetização visual”.

[...] a alfabetização visual significa aprender a ler imagens, desenvolver a observação de seus aspectos e traços constitutivos, detectar o que se produz no interior da própria imagem, sem fugir para outros pensamentos que nada têm a ver com ela. Ou seja, significa adquirir os conhecimentos correspondentes e desenvolver a sensibilidade necessária para saber como as imagens se apresentam, como indicam o que querem indicar, qual é o seu contexto de referência, como as imagens significam, como elas pensam, quais são seus modos específicos de representar a realidade (SANTAELLA, 2012, p. 13).

De uma maneira atrativa e agradável, o educador consegue, através da prática da Filatelia, desenvolver fundamentalmente no indivíduo dois princípios básicos: o formativo, ao exigir o desenvolvimento de aptidões necessárias à alfabetização visual, e o informativo ao proporcionar a aquisição de informações especializadas relacionadas com o tema escolhido. Os benefícios didáticos, educacionais e culturais advindos desta prática são evidentes e é inegável a sua atuação como reforço ao currículo escolar. Dessa forma o professor terá a oportunidade de encontrar caminhos para trabalhar com o conhecimento repleto de conceitos espontâneos e direcioná-los a patamares mais elevados, tornando dinâmico o processo de ensino e aprendizagem.

Embora o selo postal possa ser um importante auxiliar pedagógico em disciplinas como a História e as Artes, é particularmente na Geografia que melhor podemos presenciar a correlação com a Filatelia.

A Filatelia pode desenvolver diversas competências e habilidades importantes para o processo de ensino-aprendizagem, tais como a observação, atenção, análise e síntese, a investigação, pesquisa (com o intuito de despertar o instinto de curiosidade), aumentando desta forma a capacidade de aquisição de novas informações.

E por fim, o desenvolvimento da alfabetização visual será necessário para que os alunos possam realizar a leitura dos elementos visuais dos selos e ressignificá-los, para poder fazer uma leitura geográfica dos temas explicitados.

Assim, este trabalho objetiva pensar o potencial pedagógico do selo postal e de despertar o interesse nos educandos em utilizá-lo para fins de entretenimento, de realizações de pesquisas, de ilustração de trabalhos e de integração social. A ação também propõe alguns desafios, dentre eles, a prática do método científico como forma de observar, formular hipóteses e investigar as diversas áreas do conhecimento geográfico. Dessa forma, a arte da Filatelia poderá ter uma inserção nas aulas de Geografia como uma ferramenta que visa estimular a alfabetização visual, a imaginação geográfica e a construção do conhecimento (conjuntamente com os demais materiais didáticos).

Como **objetivo geral** deste trabalho, propomos analisar o potencial do selo postal no processo de alfabetização visual para a construção do conhecimento geográfico.

Para alcançar o objetivo geral propomos os seguintes **objetivos específicos**.

1. Realizar um levantamento bibliográfico através do método de pesquisa documental referente aos aspectos gerais sobre a história e evolução da comunicação até o advento do surgimento do selo postal.
2. Realizar um mapeamento relacionado à utilização de materiais didáticos alternativos ao ensino da Geografia, para que haja a compreensão de como está sendo vista esta tendência, tendo como base os principais autores que estudam e trabalham com o tema.
3. Criar categorias de análise dos elementos imagético-verbais do selo postal para auxiliar no processo de leitura das representações paisagísticas do espaço geográfico brasileiro;
4. Desenvolver as habilidades envolvidas na leitura de imagens, utilizando o selo postal como instrumento balizador na leitura da paisagem como categoria analítica de representação do espaço geográfico;
5. Elaborar propostas pedagógicas que articulem a utilização do selo postal e o insira no processo de ensino-aprendizagem da Geografia.

Para desenvolver este plano de trabalho, a dissertação está estruturada em 7 capítulos.

No **capítulo 1**, *Picotes do tempo*, são apresentados os caminhos que nos trouxeram a cruzar o selo postal e o ensino de Geografia, além de apresentar os objetivos, a justificativa e o problema da pesquisa.

No **capítulo 2**, *Da fumaça à internet (ou a evolução da comunicação e o surgimento do selo postal)*, se estrutura a primeira etapa do trabalho, que consistiu em um levantamento bibliográfico.

Este foi elaborado a partir de um levantamento bibliográfico em documentos e na literatura referente aos aspectos gerais sobre a história e evolução da comunicação, desde os primórdios da comunicação através de sinais sonoros e visuais, até o advento do surgimento dos Correios e, finalmente, no século XIX, do sistema de porteamento de correspondências em 1840 na Inglaterra e em 1843 no Brasil, cujo selo postal servia como um recibo pelo franqueamento a ser pago. Vale destacar novamente que o objetivo deste levantamento bibliográfico referente aos aspectos gerais sobre a história e evolução da comunicação até o advento da Filatelia e da internet tem o papel de situar o leitor a respeito dos aspectos que levaram ao surgimento deste meio de comunicação, e não construir uma volta ao tempo linear

de 30.000 anos sobre a histórica evolução dos meios de comunicação. Para tal, este levantamento bibliográfico foi pautado em publicações de Campos (1970), Giovannini (1987), Baitello Jr. (1998), Almeida e Vasquez (2003), Briggs e Burke (2006), Salcedo (2010; 2013), e da Empresa de Correios e Telégrafos.

Num segundo momento, realizamos um levantamento bibliográfico utilizando o método de pesquisa documental, referente ao advento do surgimento do selo postal no mundo, e posterior desenvolvimento no Brasil. Como embasamento para esta pesquisa utilizamos os estudos de Salcedo (2010; 2013), Correios (2012; 2013), Fonseca (2008), Guapindaia (2012), Almeida e Vasquez (2003) e das revistas *Correio Filatélico* (2006; 2014).

No **capítulo 3**, *Discussões metodológicas*, abordaremos o passo a passo da pesquisa, os caminhos a percorrer, a definição da pesquisa qualitativa como percurso investigativo, a prática em sala de aula com uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental como forma de obtenção dos dados, pautados no método da Semiótica como uma chave para múltiplas leituras.

O **capítulo 4**, *Fragmentos de tinta e alma (ou intersecções entre o selo postal e a Geografia)*, subdivide-se em seis seções. Este consiste em um levantamento bibliográfico e uma discussão teórica referente às obras de autores do ensino e do ensino da Geografia, visando esclarecer ao leitor as intersecções desta ferramenta – o selo postal – com a prática pedagógica em Geografia, ancorados nos seguintes conceitos estruturantes, um para cada seção deste capítulo.

a) **“Ver” e “olhar” a imagem (GOMES, 2013)**: na primeira parte, *Veículos de cultura (ou como o selo postal pode se transformar em um recurso auxiliar ao processo educativo)*, destacamos de que forma o selo postal pode servir como ferramenta para a interpretação de imagens, ancorada nos estudos de Gomes (2013) que distingue as diferenças entre o olhar e o ver a imagem.

b) **Materiais didáticos alternativos (FREITAS, 2007)**: a segunda parte, *Materiais didáticos alternativos ao ensino de Geografia*, consiste na realização de um levantamento bibliográfico das obras dos autores que discutem acerca da utilização destes recursos para auxiliar a prática pedagógica, adquirindo um arcabouço teórico-metodológico referente ao tema, além de conceituar o material didático alternativo como sendo aquele que possui como função principal ilustrar, promover discussões e reflexões, e posicionar o conteúdo de forma privilegiada para a compreensão do mundo, sendo apenas complementos de uma aula criativa e ligada aos seus objetivos.



c) **“Pequenos notáveis”**: na terceira parte, *“Pequenos notáveis”*: (ou o selo postal e o ensino de Geografia), realizamos uma teorização de como aproximar selo postal e o ensino, e a importância de ressignificar o selo postal e instrumentalizá-lo para que os alunos possam construir os principais conceitos estruturantes do ensino de Geografia através da utilização da linguagem visual do selo postal. Essa discussão teórica teve como ancoragem teórico-metodológica as obras de Tonini (2003), Cavalcanti (2002; 2012), Gomes (2013) e Costella (2014).

d) **“Geografia do custo zero” (KAERCHER, 2009)**: na quarta parte, *o selo postal e a “Geografia do custo zero”*, definimos que o selo postal enquadra-se dentro desta proposta, ou seja, que o selo postal é um material barato e auxilia a raciocinar, criar, imaginar, pesquisar, estudar, observar regras, relacionar-se com terceiros, estimular o trabalho de observação, análise e síntese, aumentando a capacidade de aquisição de novas informações.

e) **Paisagem**: na quinta parte, *Paisagem: conceito-chave para a leitura dos selos postais brasileiros*, realizamos um levantamento bibliográfico que discute a evolução do conceito de paisagem dentro das principais correntes epistemológicas da ciência geográfica e do ensino da Geografia, principalmente no que tange à sua construção e de que formas ela pode ser lida e ressignificada por alunos do 6º ano do Ensino Fundamental, compreendendo que a paisagem materializa diferentes noções de tempo, as dimensões passado/presente, seus elementos constituintes, as transformações ocorridas. Como arcabouço teórico-metodológico para esta formulação, ancoramo-nos em Corrêa e Rosendhal (1998), Sauer (2004), Berque (2004), Santos e Chiapetti (2014), Santos (1988; 1992; 2012) e Souza (2013).

Os autores que discutem a construção do conceito de paisagem no ensino da Geografia utilizados neste levantamento bibliográfico foram Costella e Schäffer (2012), Costella (2008), Shaffer (2003), Puntel (2007), Callai (2000; 2005), Kaercher (2000) e Cavalcanti (2004).

f) **Competências e habilidades**: na última etapa do desenvolvimento do levantamento bibliográfico deste capítulo, *o selo postal e a construção de competências e habilidades*, discorreremos acerca da possibilidade de utilização das imagens para a construção de competências e habilidades fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem da Geografia, ancorados nos estudos de Perrenoud (2001), Macedo (2009) e Costella (2012; 2014).

O capítulo 5, *Fragmentos de um mundo em miniatura (ou a imagem e o ensino da Geografia)*, foi dividido em três seções.

A primeira seção, intitulada *“Janelas para o mundo”*: *o selo postal como imagem e sua importância para o ensino da Geografia*, aborda em linhas gerais a importância da

imagem para o ensino da Geografia e as possíveis inserções do selo postal como imagem nesse processo. Os principais autores utilizados para esta compreensão foram Aumont (1993), Gomes (2013), Santaella (2012), Joly (1994) e Costella (2008; 2011; 2014).

Na segunda seção, denominada de *Alfabetização visual e o ensino da Geografia*, discute-se a importância da alfabetização visual para o processo de ensino-aprendizagem, buscando responder ao objetivo geral do trabalho. Este ancora-se em autores como Aumont (1993), Joly (1994), Tonini (2003), Coelho (2008) Santaella (2012) e Salcedo (2010; 2013).

Numa terceira seção deste capítulo, *A paisagem nos selos postais brasileiros*, realizamos uma análise dos selos postais brasileiros a partir da definição da paisagem como categoria de análise do espaço geográfico.

Nesta etapa definimos o recorte espaço-temporal da pesquisa. Selecionamos e catalogamos os selos postais brasileiros a partir da definição da paisagem como categoria de análise do espaço geográfico.

Olhar atentamente o selo postal permite a elaboração de múltiplas narrativas históricas e geográficas, inclusive as de cunho exclusivamente visual. Seja ele partícipe de uma realidade particular ou coletiva, pública ou privada, da ordem do folclórico, do institucionalizado ou do material. O modo de ver o selo postal assume singularidades no decorrer de um pretérito carregado de saberes inacessíveis, de ditos e silêncios, de fontes orais, escritas e visuais. De fato, seria possível empreender uma “arqueologia” do selo postal.

Posto isso, por onde e quando começar? Parece fácil, mas não é. Vários e vastos são os caminhos possíveis. Não é suficiente utilizar alguma fonte que determina um tempo e um espaço para o que seria um início ou uma origem da comunicação postal ou dos sistemas de comunicação postal. Mas, parece ser adequado traçar o caminho trazendo à tona aquilo que parece esclarecedor e que configure um recorte.

Situando nossos leitores dentro dos recortes temporais da evolução da comunicação, pautamo-nos em Salcedo (2013) que diz que

Até certo período histórico, o sistema de comunicação a distância teve uma característica que será denominada de *pré-postal*. Nesse sistema não havia registro da informação comunicada em algum tipo de suporte, assim como não existia, ainda, tipo algum de marcação ou identificação nas mensagens. A forma de comunicação era feita por meio do som de tambores, pela visibilidade de fogueiras, por gritos, sons feitos a partir de utensílios etc. Em certo período histórico, o olhar será guiado para o surgimento e a utilização de marcações nos suportes utilizados nos sistemas de comunicação a distância. Este, então, enquanto um segundo momento que constitui o sistema de comunicação a distância humano, pode ser definido a partir dessa característica de marcação intitulada *postal*. Um terceiro momento pode ser definido como aquele que vai do postal até o que será chamado de *pré-filatélico*. No entanto, esse terceiro período faz parte do segundo. Apenas, apresenta como distinta característica a utilização de marcações, nas mensagens ou nos seus suportes, feitas

por pessoas investidas de algum tipo de poder político (chefes de tribos ou comunidades social e politicamente organizadas, reinados, impérios) (SALCEDO, 2013, p. 98).

Assim, até o advento do surgimento do selo postal, podemos identificar 3 períodos com características bem marcantes: o pré-postal, o postal e o pré-filatélico.

Porém, nosso recorte temporal para esta pesquisa se dará dentro do marco que denominamos de *Filatélico*. Sobre esse período, Salcedo (2013) afirma que

É durante o período pré-filatélico que ocorrem reformas postais em algumas regiões do continente europeu, justamente como resultado das disputas supracitadas, acarretando mudanças radicais nos sistemas postais de comunicação a distância. Dessas reformas foi criado o selo postal adesivo, no Império Britânico, em 1840, o que permite distinguir um quarto período que será denominado de *Filatélico*, em que emergirá uma prática de colecionismo inigualável na história humana, conhecida por Filatelia (SALCEDO, 2013, p. 99).

Definimos que o recorte temporal corresponde às emissões comemorativas brasileiras a partir do período *Filatélico*, que corresponde ao período de 1843 (ano da primeira emissão) até 2016. Utilizamos como obras bibliográficas de referência para essa classificação o do *Catálogo de Selos do Brasil – RHM 2016* (MEYER, 2016)<sup>3</sup> e o *Álbum de Selos do Brasil Marek* (2012)<sup>4</sup>.

A utilização destas duas obras de referência partiu de duas necessidades: a possibilidade de identificação dos selos postais que fariam parte do *corpus* da pesquisa e a curiosidade em comparar as informações catalogadas no catálogo brasileiro com aquelas constantes no álbum de selos. Assim, foram estabelecidos os critérios de leitura dos catálogos, resultando numa primeira identificação dos selos postais que iriam constituir o nosso *corpus*.

1. Selecionar, apenas, selos postais *comemorativos*<sup>5</sup>. Excluímos da leitura todos os outros tipos de documentos filatélicos.

<sup>3</sup> O Catálogo RHM é a principal obra de referência do Brasil, com publicação anual, utilizada pelos colecionadores e comerciantes de documentos filatélicos brasileiros. Nele, são catalogadas as informações sobre todos os documentos filatélicos emitidos pelo Brasil, desde 1843 até os dias atuais, incluindo os documentos Pré filatélicos. O grande trunfo do catálogo RHM foi a elaboração dos códigos identificadores que acompanham cada tipo de documento filatélico produzido no país. (SALCEDO, 2010, p. 119).

<sup>4</sup> Este álbum de selos é composto por 5 volumes, onde vem estampado em suas folhas todas as emissões filatélicas brasileiras de 1843 a 2012, além de emissões complementares anuais até 2016. Esta obra divide-se da seguinte maneira: “Volume 1: Comemorativos de 1900 a 1970”; “Volume 2: Comemorativos de 1971 a 1990”; “Volume 3: Comemorativos de 1991 a 2003”; “Volume 4 :Comemorativos de 2004 a 2012 (mais os complementos anuais)” e “Volume R: Regulares (inclui Império, Oficiais, Taxas, etc.)”.

<sup>5</sup> Selo comemorativo: “Selo postal emitido para comemorar fatos, eventos variados, divulgar campanhas, homenagear personalidades, com tiragem e circulação limitadas, definidas em edital lançado pelos Correios” (ALMEIDA & VASQUEZ, 2003, p. 222).

2. Analisar todos os selos postais comemorativos emitidos entre 1900 (ano das primeiras emissões de selos postais comemorativos do Brasil) até o ano de 2016.
3. Compilar, a partir de estudos previamente realizados, apenas os selos postais comemorativos que tinham elementos imagético-verbais que caracterizavam elementos paisagísticos.
4. Considerar, apenas, as informações impressas nos selos postais comemorativos. Quando necessário, serão utilizadas as designações atribuídas pelos catálogos ou editais dos Correios, cuja pesquisa e leitura serão feitas com o objetivo de complementar a experiência visual.

Retomando à escolha sobre os selos postais comemorativos brasileiros, nos reportemos à Salcedo (2010) que esclarece melhor o que são essas emissões:

[...] retomando os fatos sobre a produção de selos postais comemorativos, temos que as duas principais diferenças entre esses tipos de selos e os que vinham sendo emitidos, desde 1843 são: a *mudança de algum dos elementos verbo-visuais* e a *produção em massa*, pelos Correios, visando ao lucro. Ao contrário da emissão denominada ordinária ou comum, utilizada até então, a emissão comemorativa tem tiragem limitada e o período de circulação e validade fixado por antecipação, em concordância com que está disposto nos Decretos publicados no D.O.U. Destarte, deve estar impresso no anverso do selo o motivo de sua emissão, que geralmente é composto por dois elementos: o verbal, formado por palavras e números [...], e o visual, formado pelos traços pictóricos [...] (SALCEDO, 2010, p. 102).

São dois os motivos por não optarmos pelos *selos ordinários*<sup>6</sup> – principalmente das emissões entre 1843 e 1900: primeiro, o fato da dificuldade e custo de acesso a esse material filatélico do período imperial e início da República, o que não se enquadra dentro da proposta da Geografia do Custo Zero (KAERCHER, 2009) e, em segundo lugar, e mais importante, a pobreza imagético-verbal destes selos, que não trazem impressos elementos paisagísticos, mas apenas cifras, brasões e efígies de personalidades.

Estabelecidos esses critérios iniciais de identificação dos selos postais a partir das obras de referência – catálogos e álbum de selos brasileiros – partiremos para a categorização espacial, tomando a paisagem como categoria analítica de análise das representações do espaço geográfico contidas nos selos postais brasileiros. Para tal, apoiamo-nos em Santos (1988), que categoriza dois tipos de paisagem: a artificial e a natural.

A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. [...] A paisagem é um conjunto

---

<sup>6</sup> Selo ordinário: “Também conhecido como “permanente”, é o selo postal não comemorativo. O primeiro selo postal brasileiro considerado ordinário foi o próprio “Olho-de-boi”, cuja impressão destacava apenas os valores faciais”. (ALMEDA e VASQUEZ, 2003, p. 223).

heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea (SANTOS, 1988, p. 23).

Mas devemos tomar cuidado para não ferirmos os princípios epistemológicos da Geografia e do ensino de Geografia, e compartimentar a realidade em “natural x cultural (ou artificial)”. O fato de nossa educação, tanto formal quanto informal, ser feita de forma seletiva nos leva a ter diferentes percepções da mesma realidade. Sendo assim, a percepção destas paisagens – na realidade ou nos selos postais – por si só não é conhecimento. Elas dependem de interpretação. E o professor de Geografia deve buscar construir não só o significado conceitual da paisagem, sem se comprometer por tanto com seu aspecto, mas também criar as condições de operacionaliza-lo de forma não fragmentária, fato ainda tão presente em nossa realidade. Isso vai ao encontro ao que Corrêa & Rosendahl abordam ao conceituar a paisagem.

A paisagem geográfica é vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área, é analisada morfológicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural (CORRÊA E ROSENDHAL, 1998, p.9).

Quanto a essa classificação ainda criamos uma terceira categoria, um subgrupo, para facilitar as discussões: a *paisagem protegida*. Este tipo de paisagem pode ser natural ou artificial, porém, é protegida por ter interesse para o Patrimônio mundial, regional ou local.

Mas porque abordar a proteção do Patrimônio natural ou cultural como uma subcategoria? Esse aspecto surge por dois motivos: primeiramente, pela dificuldade, advinda da interpretação visual, de caracterizar uma paisagem como sendo natural ou artificial. O segundo fato é que cada vez mais emissões postais dão destaque à proteção do patrimônio (natural ou cultural) nacional.

Proteger a biodiversidade se firmou como objetivo prioritário de todas as nações civilizadas. Isto porque mais recentemente consolidaram-se duas convicções de entendimento universal. Uma de que as ações humanas vêm destruindo o que resta dos habitats naturais do planeta de forma crescente e acelerada. Outra de que a manutenção da biodiversidade é essencial para o desenvolvimento social, econômico e científico da humanidade.

E o Brasil, por sua dimensão continental e por fazer parte do mundo tropical, é o país mais biodiverso do mundo. Situação esta muito importante e muito prestigiosa, porém,

também traz em si uma grande responsabilidade. Sendo assim, constituímos o mais importante sistema de áreas protegidas do mundo.

Entre as unidades de proteção integral estão os Parques Nacionais e os Monumentos Naturais, que têm também a função de proteger as paisagens naturais notáveis. São, assim, as áreas protegidas mais queridas e mais conhecidas por garantir a preservação dos sítios mais belos do país. As áreas protegidas têm também o atributo de preservar a identidade natural do país. No caso brasileiro, nossos mais distinguidos cartões postais como as Cataratas do Iguaçu, o Cristo Redentor do Corcovado, parte do Pantanal, da Amazônia e da Serra do Mar, o arquipélago de Fernando de Noronha e o Monte Pascoal estão incluídos em unidades de conservação. Muitas dessas áreas servem também para a proteção dos mananciais de água, bem essencial cada dia mais escasso, para o lazer e a educação ambiental (COSTA, 2009).

Já avançamos muito na definição de critérios e na criação de unidades de conservação natural. E estamos iniciando na tentativa de proteger o Patrimônio cultural material e imaterial brasileiros. Mas, quanto a estes aspectos, ainda há uma imensidão de coisas ainda por fazer.

Ainda neste capítulo, realizamos mais uma etapa metodológica importante para o desenvolvimento do trabalho: a **classificação**. Esta etapa segue os parâmetros da etapa anterior, ou seja, a partir de uma análise interpretativa sobre os elementos imagéticos-verbais que podem ser identificados, os selos postais comemorativos brasileiros poderão ser categorizados.

Mais importante do que classificá-los de forma estanque e fragmentária, é nesta etapa que poderemos ver o real potencial das imagens (mais precisamente dos selos postais) como instrumentos mediadores para os processos de alfabetização visual e para a construção do conhecimento geográfico.

Através dos elementos imagéticos-paisagísticos, classificou-se os selos do Brasil em 4 categorias: 1. selos imperiais (de 1843 até 1899); 2. início do período republicano até os “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar (de 1900 até 1967); 3. dos “Anos de Chumbo” e do “Milagre econômico” ao “Novo Milênio” (de 1968 até 1999); e 4. do “Novo Milênio” à contemporaneidade (de 2000 até 2016), especificando seus principais elementos visuais e como estes podem ser explorados para serem utilizados no ensino de Geografia.

Das 3.407 peças filatélicas levantadas dentro deste recorte espaço-temporal, identificamos neste levantamento 396 peças que servirão como o *corpus* dessa pesquisa, ou seja, que possuem paisagens como elementos imagético-visuais.

O **capítulo 6**, *O selo postal como fragmento de (re)leitura do mundo (ou a elaboração de propostas para o ensino de Geografia)*, consiste na etapa de aplicação e análise dos dados,

que será pautada em duas vertentes: na primeira, um olhar sobre os “pequenos notáveis”, ou seja, os educandos, sobre como eles interagem e operacionalizam este material.

Na segunda, um olhar sobre os “pequenos notáveis”, o selo postal e se ele cumpre a hipótese inicial de ser um recurso alternativo com muitas potencialidades para o ensino da Geografia. Esta consiste em, partindo das leituras e da análise dos elementos imagético-verbais dos selos postais, elaborar propostas que possam vir a servir, didaticamente, para o ensino da Geografia, de acordo com um dos objetivos específicos desta pesquisa. Propostas estas que busquem sistematizar os conceitos e auxiliem no processo de ensino-aprendizagem em Geografia, utilizando como conceito-chave a paisagem, em suas mais variadas leituras, além de servirem como material que será utilizado na prática em sala de aula para posteriormente realizar a análise dos dados.

Por fim, no **capítulo 7**, *Conclusões um tanto fragmentárias*, buscamos fazer uma amarra entre as hipóteses iniciais e os dados obtidos, uma reflexão sobre este percurso e analisar se de fato os objetivos propostos foram desenvolvidos.

Sem sombra de dúvidas a Educação e a Geografia podem encontrar na Filatelia mais uma ferramenta de trabalho, uma ajuda, um estímulo, um despertar da criatividade e da imaginação geográfica de nossos alunos.

## 2 DA FUMAÇA À INTERNET (OU A EVOLUÇÃO DA COMUNICAÇÃO E O SURGIMENTO DO SELO POSTAL)

Figura 3 – Pequenos, mas notáveis



Fonte: Salcedo (2013)

Pensar em termos de um sistema de mídia significa enfatizar a divisão de trabalho entre os diferentes meios de comunicação disponíveis em um certo lugar e em um determinado tempo, sem esquecer que a velha e a nova mídia podem e realmente coexistem, e que diferentes meios de comunicação podem competir entre si ou imitar um ao outro, bem como se completar. As mudanças no sistema de mídia precisam também ser relacionadas a alterações no sistema de transporte, o movimento de mercadorias e pessoas, seja por terra ou água (rio, canal ou mar). A comunicação de mensagens é – ou, pelo menos, foi – parte de um sistema de comunicação física (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 31).

A Comunicação abrange hoje uma vasta faixa da área do conhecimento e do ensino. Cada momento de nossa era é marcado avassaladoramente por rupturas e o surgimento de um novo meio, um novo processo, uma nova descoberta, que alteram de imediato, uma série de atitudes e de condicionamentos entre o viver e o sentir.

Desde os primórdios da civilização humana, a sociedade desenvolve diferentes formas e meios de se comunicar. À medida que os anos passam, aumentam os tipos de comunicação de que dispomos. Constitui um grande desafio para a nossa civilização utilizar esse desenvolvimento dos meios de comunicação para diminuir a solidão humana, aproximando os seres humanos, cada vez mais, uns dos outros.

Afinal, todo ser humano necessita comunicar-se com alguém. Quando não consegue compreender, nem ser compreendido, sente-se infeliz. Cada um de nós traz dentro de si uma mensagem que precisa ser transmitida, independentemente de períodos históricos ou de níveis socioeconômicos. O anseio em propagar suas ideias, persuadir e informar fez, e continua fazendo o ser humano desenvolver canais e métodos cada vez mais modernos, ágeis e interativos de comunicação.

Fazendo uma viagem de milhares de anos, aproximadamente 30.000 anos atrás, na Era Paleolítica, os seres humanos começaram a desenvolver a comunicação através das mais antigas mensagens visíveis que chegaram até nós, ou seja, as representações pictóricas. O *homo sapiens* foi assim o estopim do surgimento da comunicação interpessoal.



Porém, hoje, vivemos em uma nova sociedade: a chamada sociedade da informação (ou sociedade tecnológica). Este fenômeno é muito recente, e até por isso, é mais fácil senti-la no cotidiano do que descrevê-la, pois nossa forma de compreensão dos complexos fatores que a fizeram emergir, e os paradigmas de produção, recepção e percepção dessa informação são ainda bastante limitados. No advento desta Revolução técnico-científico-informacional que vem se desenvolvendo desde os anos 1970, o regime de produção, consumo e circulação da informação, aponta para uma convergência entre a eletrônica, a informática e a comunicação.

No tocante à complexidade desse processo, Baitello Júnior (1998) já advertia para o aspecto multifacetado do processo comunicativo, afirmando que

[...] Com esse espectro cada vez mais amplo, ainda em crescimento exponencial, pode-se dizer que não apenas houve e está havendo uma explosão informacional na sociedade humana de nosso tempo, como também se pode dizer que a investigação da comunicação humana passa por uma explosão similar, compreendendo que apenas uma visão transdisciplinar poderá enxergar o objeto plurifacetado que é o processo comunicativo do homem. [...] A consequência mais imediata é que o instrumental de que a ciência dispunha para a investigação dos processos comunicativos seguramente não consegue mais dar conta da complexidade do objeto. (BAITELLO JR., 1998, p. 11).

Briggs e Burke (2006) definem que a comunicação pode ser considerada o processo social básico, primário, porque é ela que torna possível a própria vida em sociedade, que se desenrola em constante intercâmbio. E que todo intercâmbio entre os seres humanos só se realiza por meio da comunicação. A comunicação preside, rege, todas as relações humanas.

Estes autores evidenciam que, ao longo do processo histórico, o surgimento de um meio de comunicação não levou à eliminação do outro. O velho e o novo sempre coexistiram. À medida que novas tecnologias apareciam, as antigas eram desafiadas a se modernizarem ou repensar suas estruturas para poderem alcançar o futuro e se manterem firmes no presente como um meio de comunicação atuante na sociedade.

Este capítulo aborda alguns aspectos gerais no que concerne à evolução das sociedades humanas, até o advento da internet. Evolução técnica que evidencia a importância da comunicação para a sociedade e a complexifica. Comunicação que parte de sinais visuais e sonoros à sinais digitais. De comunicação a um grupo restrito de pessoas em um determinado círculo social, à comunicação em massa, que produz e difunde um novo produto da comunicação: a informação midiática (também visual e sonora, porém, mais complexa).

Mas você leitor, a essa altura, já deve estar se perguntando: e o que isso tem a ver com o selo postal, objeto-tema deste estudo? Vale destacar que foi preciso fazer uma breve retomada sobre o sistema de evolução da comunicação humana para melhor situar o leitor a

respeito dos aspectos que levaram ao surgimento deste meio de comunicação, que comunica que ele já cumpriu sua função de recibo de circulação de uma informação trocada através de uma correspondência entre um emissor e um destinatário. Mas que também comunica através de seus elementos visuais.

Também ressalto que, em hipótese alguma, foi objetivo desta seção construir uma volta ao tempo linear sobre a histórica evolução dos meios de comunicação até os dias de hoje, mas simplesmente evidenciar que, dos sinais de fumaça ao advento do selo postal, e deste até a “era da internet”, o que seríamos de nós sem o sistema de comunicação?

## 2.1 Onde há fumaça... Há comunicação: evolução técnica e a importância da comunicação para a sociedade

Figura 4 – “Série 20 anos da ECT – Serviços especiais”. Comunicando o Brasil e o mundo.



Fonte: Acervo.

[...] Com efeito, num plano lógico de consideração dos fatos, o processo da comunicação humana poderia ser encarado como o fundamento da vida social e não o contrário, conquanto do ponto de vista da natureza ou da estrutura de tais fenômenos os dois se manifestam de forma nitidamente inseparáveis e, mais que isso, interdependente [...] (MENEZES, 1973, p. 147).

A origem do Correio ocorre desde o tempo mais remoto, no qual os seres humanos sentiam a necessidade de contato com seus semelhantes, mesmo que eles estivessem distantes. Algumas fontes históricas indicam que a história dos correios remonta aos mais antigos impérios do Oriente, já existindo no Egito 4.700 anos antes de Cristo, em uma época em que os “velozes” mensageiros levavam as mensagens a pé, a cavalo ou montados, em camelos.

Mas muito antes da invenção da escrita e das modernas técnicas de comunicação, os humanos já sentiam a necessidade de se comunicarem. Essa necessidade começou a ser posta em prática com uma linguagem rudimentar, na tentativa de transmitir suas mensagens a pessoas à distância, tais como os sinais de fumaça nas montanhas e planícies, sons de tambores nas selvas, desenhos em cavernas.

Desde a época em que os seres humanos viviam em cavernas, desejavam estabelecer um elo entre eles e o mundo a seu redor, mas de forma muito mais restrita que nos dias atuais.

Os arqueologistas encontraram numerosas pinturas nas paredes das primitivas cavernas: reproduções de cenas comuns da existência, desenhos de caçadores e dos animais conhecidos, atividades diversas. Os estudiosos declararam que as figuras parecem "vivas", tal a força dos traços e a fidelidade aos modelos reais (CAMPOS, 1970, p. 11).

Giovannini (1987) alerta para o fato de que considerar as pinturas rupestres como o marco da comunicação humana é imprópria, pois a função dessas pinturas não seria exatamente comunicar, mas sim expressar suas habilidades de caça, sua vida cotidiana, e de que não há certezas de o porquê os seres humanos do Paleolítico começaram a fazer essas representações, sendo a hipótese mais aceita é de que elas possuíam um valor mágico, e não propriamente como um instrumento de comunicação.

Estas formas de comunicação humana foram retratadas pelos Correios do Brasil em duas emissões. A primeira delas no ano de 1985, intitulada *Série Pinturas rupestres - Brapex VI, Exposição Filatélica*.

Figura 5 – Bloco “Pinturas rupestres”



Fonte: Acervo.

Este bloco comemorativo<sup>7</sup> em alusão à 6ª Exposição Filatélica Brasileira - BRAPEX VI, realizada em Belo Horizonte/MG, apresenta a figura de 3 selos de figuras rupestres encontradas em Minas Gerais. O selo da esquerda apresenta pinturas rupestres de veados, encontradas em *Cerca grande*, Matozinhos/MG. O selo central apresenta a imagem

<sup>7</sup> Bloco comemorativo: conjunto de um ou mais selos impressos em pequena folha protegido por uma moldura, picotados ou não, que pode ser usado no todo ou em parte no porteamento da correspondência. Para a Filatelia é imprescindível manter a sua forma original.

de lagartos, encontradas na *Lapa do Caboclo*, em Januária/MG. E o selo da direita apresenta a imagem de veados aparentemente correndo, encontradas no *Grande abrigo de Santana do Riacho/MG*.

A segunda emissão, *A História Contada na Pedra: A arte rupestre na Amazônia*, foi emitida pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) em 2013.

Figura 6 – Bloco “Pinturas rupestres”



Fonte: Acervo.

O selo traz a representação da parede leste da Serra da Lua, na cidade de Monte Alegre/PA, onde aparecem as pinturas rupestres mais importantes e mais conhecidas do acervo da Amazônia. Valorizando a relação homem/lugar, o artista mostra a estética das pinturas e o registro dos vestígios deixados no espaço pelo homem, que escolheu aquele local como morada e abrigo. Foi utilizada a técnica de lápis grafite aquarelável para o desenho do paredão da Serra da Lua e a técnica de aquarela para as pinturas rupestres (ECT, 2013, p. 4).

Segundo a ECT (2013, p. 2), “a arte rupestre é o termo mundialmente aceito para designar os desenhos feitos pelo homem nas rochas”. Esses tipos de manifestação gráfica dos povos que viviam na pré-história estão presentes nos cinco continentes e correspondem a uma das formas utilizadas pelos diferentes povos que habitaram o planeta para expressar aspectos de sua cultura. A diversidade cultural desses povos se reflete na arte rupestre, cujos grafismos são tão variados na sua forma e significado quanto são diversas as culturas que os produziram.

No Brasil, existem muitos sítios com arte rupestre espalhados desde o Rio Grande do Sul até Roraima, sendo que os mais conhecidos e divulgados são os do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, cuja datação pode ser de 12 mil anos.

A arte rupestre do Norte do Brasil ainda é pouco conhecida e são poucas as pesquisas que se dedicam a estudar esses vestígios. No entanto, sabe-se que a prática gráfica rupestre na Amazônia pode ter tido início há cerca de 11.000 anos, nas cavernas de Monte Alegre, no Pará, e aproximadamente 4.000 em Roraima. (ECT, 2013, p. 2).

Por meio dessa emissão do ano de 2013, os Correios registram a importância da Arte Rupestre Amazônica como forma de compreensão dos modos de vida das sociedades pré-históricas, bem como a beleza única desse tipo de manifestação artística.

Nesse período, além de pinturas rupestres, os seres humanos também se utilizavam de diversos instrumentos como meios de comunicação sonora e através de sinalização visual. Como destaca Campos (1970):

Nos primórdios da comunicação entre os homens, encontramos a sinalização, utilizando fanais e fogueiras. Os gregos empregavam a conjugação de sinais luminosos para se informarem de fatos ocorridos a uma distância de três ou quatro dias. Através da narrativa sobre a Primeira Guerra Macedônica, sabemos que as tropas de Felipe se orientavam por fanais, colocados no Monte Tisé. Os archotes, dissipando a escuridão, anunciaram ordens às legiões romanas. As cordas de nós coloridos dos peruanos, as cintas de conchas variadas dos iroqueses, os hieróglifos, os sinais assírios, persas e astecas, são exemplos de instrumento de comunicação. Os diversos símbolos conservaram a informação rudimentar de acontecimentos contemporâneos — em pedra, pau, barro, metal, conchas, fibra, pele — antes do aparecimento do papel (CAMPOS, 1970, p. 11).

Já Soares (2009) destaca que:

Enquanto articulava os sons guturais em busca de uma linguagem primordial, o homem das cavernas já procurava utilizar certos instrumentos como tambores, sinais de fumaça ou deixava marcas para transmitir suas mensagens, originando o que a evolução classificou de “meios de comunicação” (SOARES, 2009, p. 1).

Figura 7 – Sinal de fumaça<sup>8</sup>



O selo postal da figura 7 retrata uma forma de comunicação muito presente na cultura dos nativos americanos, que utilizavam os sinais de fumaça para se comunicar rapidamente através de mensagens visuais que poderiam ser avistadas a longas distâncias. Forma de

<sup>8</sup> Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/77546424809124989/>. 2016.

comunicação esta que era avistada ainda no século XX, quando da expansão estadunidense para oeste, onde Frederic Remington (1861-1909) retratou-a em uma pintura em óleo sobre tela, datada de 1905, exposta no Amon Carter Museum of American Art, Fort Worth, Texas. Este selo postal, *O sinal de fumaça*, emitido em 1961 pelo serviço postal dos Estados Unidos, é um fragmento de tal pintura de Remington, eternizando essa forma de comunicação rudimentar ainda utilizada em um mundo em pleno avanço das novas tecnologias da Revolução Industrial.

Como visto, embora fossem formas de comunicação simples e rudimentares, comunicar-se através de sons e de sinais visuais continuam até os dias de hoje, dadas as devidas proporções e evoluções técnicas destas formas de comunicação.

Porém, a comunicação por sinais, sons, por pinturas ou simplesmente pela fala logo se mostrou insuficiente, cujo grande empecilho era o componente espacial, ou seja, as distâncias inviabilizavam a comunicação em escala muito grande.

Uma das primeiras referências históricas a uma comunicação a grandes distâncias é a clássica história bíblica da pomba solta por Noé a partir de sua arca. Findado o dilúvio, a pomba retornou à arca trazendo no bico um ramo verde, comunicando aos presentes que as águas haviam baixado e a vida sobre a Terra havia renascido.

Embora seja permeada por muitas lendas, a figura do pombo-correio é eternizada como o fiel mensageiro desde tempos imemoriais. Esta figura está presente também em emissões de selos brasileiros do ano de 1963 – comemorando o Tricentenário dos Correios no Brasil – e na música brasileira, como na canção *Pombo correio*, de Moraes Moreira, cuja letra foi escrita em 1978.

Figura 8 – Pombo mensageiro



Fonte: Acervo

Pombo correio/Voa depressa/E esta carta leva/Para o meu amor  
 Leva no bico/Que eu aqui/Fico esperando/Pela resposta/Que é pra saber/Se ela  
 ainda/Gosta de mim  
 Pombo correio/Se acaso/Um desencontro/Acontecer/Não perca/Nem um só  
 segundo/Voar o mundo/Se preciso for/O mundo voa/Mas me traga/Uma notícia boa

Pombo correio voa ligeiro/Meu mensageiro e essa mensagem de amor/Leva no bico que eu aqui fico cantando/Que é pra espantar essa tristeza/Que a incerteza que o amor traz  
 Pombo correio nesse caso eu lhe conto/Por estas linhas a que ponto quer chegar/Meu coração o que mais gosta, voltar pra mim seria a melhor resposta. (MOREIRA, 1978).

Com o advento da escrita surgiu a troca de documentos e a necessidade do seu transporte. As primeiras mensagens foram esculpidas em pedra, passando progressivamente a serem inscritas em argila e em rolos de papiro. Segundo Giovannini (1987), entre 5.000 e 4.000 a.C., numa região que corresponde hoje ao atual Iraque meridional, nos vales dos rios Tigre e Eufrates, estabeleceram-se os sumérios, povo na qual atribui-se a invenção da escrita.

A passagem da tradição oral para a tradição escrita comporta uma mudança radical no tipo de mensagem transmitida: esta já não é mais dependente de quem a envia e da discricção de quem a recebe, porém fica à disposição de qualquer pessoa que deseja ler. Pode ser relida, meditada, analisada; adquire, portanto, durabilidade, profundidade e clareza (GIOVANNINI, 1987, p. 28).

Porém, há um detalhe primordial que permeia a sociedade humana desde aqueles tempos do surgimento da escrita cuneiforme. E escrita foi, e continua sendo um marco divisor social – os que sabem e os que não sabem ler – entre os que podem ter acesso às informações provenientes de outros tempos e outros lugares e aqueles que apenas têm acesso às informações transmitidas de forma direta pela presença de um informante.

A dificuldade naqueles tempos era como redigir e remeter as mensagens. Inicialmente foram gravadas em placas de pedra, de argila ou madeira. Com a invenção do papel, a comunicação foi facilitada, porém as mensagens eram poucas devido ao fato que as pessoas letradas, isto é, as que sabiam escrever, eram poucas.

Mas continuemos nossa breve jornada rumo ao surgimento dos selos postais e, mais recentemente, da internet e do correio eletrônico. O primeiro passo, para isso, é descobrir quando foi redigida a primeira carta.

Conforme Soares (2009), a mais antiga carta de que se tem notícia é de origem babilônia, onde uma dama da realeza de nome Navirtum escreveu em letras cuneiformes, em uma tábua de argila, uma correspondência a outra dama, de nome Husutyia, cujo recado era de que só a visitaria na ausência do marido, carta esta datada do século XVIII a.C.

Na continuação desta jornada, devemos muito aos egípcios, que descobriram um material revolucionário: leve, prático e muito apropriado para a escrita. É o papiro, que aos poucos vai substituindo as plaquetas de argila e as pedras onde eram gravadas as mensagens, difundindo-se posteriormente para o Oriente Médio.



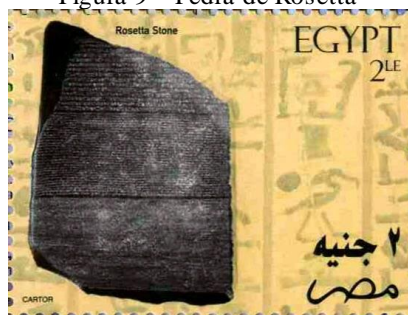
Da palavra papiro derivou, conforme Giovannini (1987, p. 35), “em muitas línguas europeias, o próprio nome do papel – *papier* em francês e *paper* em inglês”.

Mas o papiro possui outro caráter revolucionário: ele iniciou uma democratização no acesso à escrita. Mesmo assim, não seria uma técnica que universalizaria este acesso. Como bem destacou Giovannini (1987),

como na Mesopotâmia, também no Egito o fato de saber ler e escrever era considerado um privilégio, um sinal de superioridade; a instrução exigia longos anos de aprendizagem, custava caro e, portanto, somente as famílias ricas podiam-se dar ao luxo de oferecê-la aos filhos (GIOVANNINI, 1987, p. 37).

Dos hieróglifos, escrita artística de uso funerário e monumental, porém, de difícil aplicação à vida cotidiana – devido ao suporte e a lentidão de seus traçados – foi ocorrendo uma transformação na própria escrita, até o surgimento da escrita “demótica”, de uso do direito privado, mas que acabou por ocupar também as esferas civis egípcias. Esta escrita antiga, porém mais prática que os hieróglifos, aparece representada na famosa Pedra de Rosetta.

Figura 9 – Pedra de Rosetta<sup>9</sup>



Dentro desse contexto se encontra a interessante Pedra de Roseta (descoberta em 1799), um pedaço de basalto negro gravado em três línguas, em 196 a.C, e depois amaldiçoado pelos sacerdotes egípcios. Sabe-se que a famosa pedra foi gravada e erigida na cidade de Rashid, atualmente conhecida como Rosetta e, ao redor dela reside uma história de acidentes, de desafios para decifrar as escritas e, ainda hoje, de algumas intrigas entre os governos da Inglaterra e do Egito por sua posse. A Pedra de Roseta se encontra no Museu Britânico desde 1801 e é uma das peças mais visitadas, tendo a mesma 114,4 cm de altura em seu ponto mais alto, 72,3 cm de largura e 27,9 cm de espessura. A pedra pesa aproximadamente 760 quilos e trás três inscrições, sendo a do topo em hieróglifos egípcios, a segunda na escrita demótica egípcia e a terceira em grego antigo (BRASIL JR., 2015).

Após a criação de um material mais prático para redigir mensagens – o papiro – e de forma de escritas que se tornaram mais acessíveis a uma parcela maior da população, as

<sup>9</sup> Fonte: A Pedra de Roseta e os desafios de Champollion. BRASIL JR, 2015.

Disponível em: <http://jornaldocolecionador.blogspot.com.br/search?updated-max=2015-04-15T17:37:00-03:00&max-results=7>.



mensagens puderam ser redigidas em maiores quantidades e endereçadas a um maior número de pessoas aptas a ler. É o passo inicial para o surgimento dos serviços de Correios.

Porém, torna-se difícil situar, com exatidão, quando e onde foram implantados os serviços de correios. Há citações bastante controversas na literatura filatélica e de autores que estudam a evolução da comunicação a respeito do assunto, onde sua origem varia desde a Europa (pouco provável), a China ou o Egito.

Giovannini (1987) sugere que os correios parecem ter sido inventados no Egito, embora não existisse um sistema organizado de entrega de correspondências.

Até o mais corriqueiro meio de transmissão de notícias, o correio, parece ter sido inventado pelos egípcios, que, de qualquer forma, fizeram uso dele em grande escala. As cartas eram escritas em folhinhas de papiro, conseguidas, de acordo com as necessidades [...] Depois a carta era dobrada, escreviam-se os nomes do remetente e do destinatário, amarravam-se as extremidades com um cordãozinho e sobre este imprimia-se a marca de um sinete. Não nos parece que houvesse um sistema organizado de expedição postal no sentido moderno do termo; somente no caso de mensagens oficiais utilizavam-se mensageiros especiais, enquanto as cartas comuns eram entregues a mensageiros particulares de inteira confiança (GIOVANNINI, 1987, p. 39).

Já Gontijo (2004) atribui aos chineses a invenção de serviço de transporte de mensagens mais eficientes.

[...] os chineses, em 4.000 AEC, possuíam um serviço regular de transporte de notícias, com emissários velozes que percorriam grandes distâncias levando e trazendo informações. A Bíblia cita em vários trechos a troca de correspondência entre reis, como os de Israel e Judá, sete séculos antes de nossa era. Talvez, o mais eficiente sistema de transporte de informação da antiguidade tenha sido a do Império Persa. Heródoto dizia não existir nada mais rápido do que os mensageiros persas (GONTIJO, 2004, p. 103).

Há um ponto em comum em todos os autores que destacam o surgimento dos correios: a figura do mensageiro<sup>10</sup>. Salcedo (2013) afirma que, já por volta de 4.000 AEC, em diversas regiões da Ásia, da África e das Américas foram identificados sistemas de comunicação à distância, realizados por esses mensageiros, que percorriam longas distâncias transportando informações registradas em distintos suportes.

---

<sup>10</sup> Outras nomenclaturas foram utilizadas historicamente relacionadas ao termo genérico de mensageiros. “Segundo Salcedo (2013, p. 102), “arauto”, um mensageiro oficial vinculado a cortes ou reinado, particularmente no período histórico conhecido como Idade Média; “estafeta”, um mensageiro, usualmente soldado, que transportava as mensagens a pé ou a cavalo; “postilhão”, mensageiro que para entregar as mensagens utilizava cavalos que puxavam carroças ou diligências; “núncio”, mensageiro vinculado á ordem papal e “carteiro”, hoje, no Brasil, aquele que entrega mensagens e é funcionário da ECT”.

Figura 10 – Do primeiro mensageiro ao mensageiro contemporâneo



Fonte: <http://www.lojasaopaulo43.com.br/>. 2015



Fonte: Acervo.

Esta figura do mensageiro está presente até mesmo na mitologia grega, através da figura de Hermes, o mensageiro dos deuses, representado inclusive no primeiro selo emitido pela Grécia, em 1861 (figura acima, à esquerda), mostrando sua efigie e seu capacete com asas. À direita, está representada a figura do mensageiro moderno, ou melhor, dos mensageiros, visto que os Correios empregam hoje cerca de 60 mil mensageiros, que entregam diariamente 35 milhões de correspondências, segundo dados estimados da ECT.

Como podemos ver, com o desenvolvimento da humanidade, a escrita e, posteriormente, o envio de correspondências deixaram de ser privilégio de poucos (dos deuses do Olimpo, das elites sumérias e egípcias), para se transformar numa iniciativa de sucesso e bem popular, haja vista o aumento no volume de correspondências, graças principalmente ao incremento do comércio. Correspondências estas que eram entregues, inicialmente, por particulares e hoje pelos correios regulares, geralmente estatizados, em razão do crescente aumento de volume das correspondências (notadamente as comerciais) e por razões de segurança (possibilidade de violação pelos transportadores).

Das mensagens iniciais, simbólicas, por sinalização visual e por sons, passando pelas mensagens gravadas em pedra, em tabuletas de argila, depois em papiro até o papel; da pintura rupestre, da escrita cuneiforme até o alfabeto fenício, o pai dos alfabetos ocidentais; das mensagens escritas à mão na Idade Média até a prensa gráfica de Gutemberg; do código Morse e o telégrafo, passando pelo rádio, pela televisão e pelo telefone e fax. Muita coisa mudou no sistema de comunicação e envio de mensagem até chegarmos às formas atuais, informatizadas, digitais, via satélite, serviços de mensagem de texto via celular ou correio eletrônico via internet.

Muito tempo se passou. Aperfeiçoamos o sistema de comunicação, criamos novas linguagens e novas formas de comunicarmos, sistemas de transporte e tipos de correspondência mais modernos e mais ágeis. De uma comunicação restrita ao grupo tribal próximo, passando por mensageiros que levavam dias para transportar correspondências, e chegando ao advento da internet, vencemos a barreira da distância. Ajudados por satélites,

hoje a comunicação se processa instantaneamente em todo o planeta, possibilitando a todos o acesso à informação em qualquer canto da Terra.

Da pré-história, desde o tempo do *Homo Neanderthaliensis* até os dias de hoje, uma coisa não mudou: sentimos a necessidade de nos comunicarmos. E voltando ao trecho que abriu essa seção, esta construção corrobora o que Menezes (1973, p. 147) afirmou: “[...] o processo da comunicação humana poderia ser encarado como o fundamento da vida social e não o contrário [...] os dois se manifestam de forma nitidamente inseparáveis e, mais que isso, interdependente [...]”.

## 2.2 Comunicar é importante: dos primeiros serviços de Correios até o século XIX

Figura 11 – Os mensageiros antes dos Correios modernos



Fonte: Salcedo (2013)

A existência da escrita distingue-se como um marco das formas de expressão, não apenas por sua capacidade de registrar a História, representar a fala ou idéias, ser apreendida e decodificada pelo entendimento humano, mas também por ultrapassar limites geográficos, sobreviver épocas, ajudar a construir ou desconstruir culturas, universalizar religiões, ideias, pensamentos, sofrer mutações pelas mais diversas causas, entre elas as transliterações e as traduções, e, ainda assim, ter a possibilidade de permanecer como originalmente foi produzida (GOMES, 2007, p. 4).

As cartas podem ser citadas como manifestações periódicas, pois contêm atributos jornalísticos. Ocupam-se de fatos correntes, atuais; de assuntos variados; incluem interpretações desses fatos, numa posição de vanguarda no que se refere ao jornalismo interpretativo contemporâneo; sendo enviadas regularmente, têm a importante característica de "periodicidade". Numa época em que os meios de transporte e comunicação entre os homens eram difíceis e morosos, as cartas trocavam novidades. Na fase da informação através das crônicas, publicações manuscritas, cartas, a preocupação de quem escrevia era a de captar e divulgar, com sabor de novidade, fatos que, tendo ocorrido semanas ou meses antes, passavam desconhecidos pela coletividade (CAMPOS, 1970, p. 16).

Na contemporaneidade, quando falamos em comunicação, é quase impossível imaginarmos que atualmente exista alguém que nunca tenha assistido a um programa de televisão, lido um jornal ou revista, ouvido notícias ou músicas no rádio, ido ao cinema ou assistido a um vídeo, assim como é quase inimaginável uma pessoa que não tenha ouvido falar ou tenha usado computadores, a Internet e o correio eletrônico.

Obviamente, como todos sabem, existem milhares, senão milhões de pessoas em nosso país e em várias partes do mundo que nunca tiveram acesso a essas modernas técnicas comunicacionais, mas, mesmo assim, para nós que vivemos em grandes e médios centros urbanos, é muito difícil conceber tal situação. Isso se deve ao fato de que, hoje em dia, vivemos no que se convencionou chamar de sociedade midiática, ou seja, numa sociedade onde as relações sociais são mediatizadas, são mediadas pela mídia, ou seja, pelo conjunto dos meios de comunicação, tais como jornal, rádio, televisão, Internet, cinema, outdoors, propagandas, etc..

Se vocês tiverem curiosidade e forem procurar no Dicionário Aurélio, irão descobrir que a palavra mídia vem do latim *medium*, que significa meio, centro, e é, normalmente, classificada em quatro grupos: a) mídia alternativa – uma mídia de menor custo, utilizando-se de veículos de recurso e de alcance restritos, como os painéis que encontramos em mobiliários urbanos, em cartazes nos trens metropolitanos e paradas de ônibus, etc.; b) mídia digital – aquela baseada na tecnologia digital, como a Internet e a TV digital, e que utiliza a gravação digital de dados, como CD-ROMs, etc.; c) mídia eletrônica – mídia que inclui, especialmente, o rádio e a televisão, sendo que também podem ser incluídos nessa categoria o cinema e outros recursos audiovisuais; e, d) mídia impressa – jornais, revistas, catálogos, folders, cartas, etc.

Briggs e Burke (2006) nos informam que foi somente na década de 1920 que as pessoas começaram a falar de “mídia”, e menções sobre uma “revolução da comunicação” só apareceram a partir dos anos 50. Para esses autores, entretanto, o interesse sobre os meios de comunicação é muito mais antigo, remontando à Grécia e à Roma Antiga, com seus estudos sobre a retórica.

Mas, se pensarmos na comunicação apenas como o ato de emitir, transmitir e receber mensagens iremos ver sua importância mesmo entre os mais primitivos animais, incluindo entre eles nossos remotíssimos ancestrais, os primatas superiores. O que estamos querendo dizer aqui, e que veremos a seguir, é que a comunicação precede o uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de diálogo entre as pessoas, ou seja, o ato da comunicação antecede, de muito, a linguagem.

Uma contemplação cuidadosa e criativa sobre o histórico da humanidade e a informação impressa permite deduzir que esta é uma das relações mais estruturadas e antigas entre o homem e um engenho seu. Percebe-se isso ao se considerar que os laços homem-impresso existem desde antes da escrita. E até mesmo antes da comunicação verbal! Uma prova é o fato de que as mais remotas performances protagonizadas pelo homem chegaram até nós principalmente através alguma inscrição: as pinturas rupestres, por um cuidado da natureza, ainda hoje comunicam ao homem – milênios mais tarde – aspectos da vida daqueles ancestrais. Ou seja, na pré-história o ser humano já internalizava a necessidade de registros impressos (GOMES, 2007, p. 1).

Na seção anterior já alertamos para o fato de que não é pretensão deste trabalho realizar uma linha cronológica a respeito da evolução dos meios de comunicação. Também já transitamos anteriormente dos sinais de fumaça e sonoros até os sinais digitais. Já adentramos em histórias bíblicas e na mitologia grega representando a importância do papel comunicativo do pombo-correio e de Hermes, o mensageiro dos deuses. Iniciamos uma jornada de volta ao mundo da Mesopotâmia à China e ao Egito, passando pela América pré-colombiana.

De tudo isso podemos tirar uma evidência e uma constatação. O que seria da civilização humana sem a comunicação? Os elementos que serviram para a comunicação estão entre as principais técnicas inventadas pela humanidade, tais como o fogo (embora, de primeira análise, comunicar não era seu papel principal), a escrita, o papel e a internet, para não tornar esta lista extensa.

Também já alertamos para o fato de ser difícil situar com exatidão quando e onde foram implantados os primeiros serviços de correios organizados: se foi na Mesopotâmia, na China, no Egito, nas Américas ou na Europa. É certo que todas estas civilizações desenvolveram sistemas elaborados e sofisticados de troca de correspondências e informações a longas distâncias.

Se na Mesopotâmia os mensageiros transportavam informações em tábuas de argila, no Egito em rolos de papiro, na China em papel, na América Andina em nós de cordas coloridas e, em todas elas, de maneira oral através de mensageiros, a circulação de informações através do envio e a transmissão de cartas entre um emissor e um destinatário, como conhecemos na atualidade, remonta apenas à Roma Antiga.

Os primeiros registros de um serviço postal estruturado datam de aproximadamente 2000 a.C., quando foram utilizados por primeiro pelos egípcios. Consistiam basicamente em despachos governamentais levados por cavaleiros de uma região a outra.

Os persas, os chineses, os gregos e os Incas usavam o mesmo sistema e, em casos de longa distância, utilizavam-se de um sistema de revezamento. A cada certa distância

percorrida, o mensageiro parava em uma casa postal para trocar de cavalo ou para passar a correspondência a outro emissário que a levaria adiante.

Porém, segundo Breton e Proulx (2006), foram os romanos que desenvolveram o mais eficiente, seguro e duradouro serviço postal da Antiguidade, o *cursus publicus*. Seus mensageiros chegavam a percorrer, diariamente, 70 quilômetros a pé ou 200 quilômetros a cavalo. Havia, ainda, um sistema de inspeção constante para prevenir seu uso abusivo para propósitos privados. Estes autores defendem a ideia de que Roma, tanto na República quanto no Império, foi, por excelência, uma sociedade da comunicação, e nela tudo se organizava em torno da vontade de fazer da comunicação social uma das figuras centrais da vida cotidiana.

Evidências disto foram a difusão e universalização, no tempo e no espaço, da cultura latina. E foi o pragmatismo de sua língua que permitiu o nascimento da ideia de informação, ou seja, de um conhecimento que se pode elaborar, sustentar, e, sobretudo, de um conhecimento transmissível, notadamente por meio do ensino.

A palavra latina *informatio* designa, de um lado, a ação de moldar, de dar forma. De outro, significa, de acordo com o contexto, ensino e instrução, ou ideia, noção, representação. A coexistência desses dois sentidos, segundo Breton e Proulx (2006), indica que, ao contrário da cultura grega, a cultura romana não dissociava a técnica do conhecimento.

Por essa altura, o rolo de papiro desenvolvido pelos egípcios já havia sido substituído pelo pergaminho, produto feito geralmente com peles de gado, antílopes, cabras e ovelhas, especialmente animais recém-nascidos, por este ser mais flexível possibilitando a dobra de suas folhas para a montagem de cadernos, conhecidos como códices ou manuscritos.

Os primeiros livros que se tem conhecimento foram escritos em pergaminho, como, por exemplo, os livros bíblicos do Antigo Testamento, a *Ilíada* e a *Odisséia* de Homero, e as primeiras tragédias gregas.

Foi também, ainda na Roma Antiga, que surgiu uma outra técnica comunicativa que utilizamos até os dias de hoje: o jornal. Denominado *Acta diurna*, uma publicação gravada em tábuas de pedra e afixada nos espaços públicos, criada em 59 a.C. por ordem de Júlio César, que registrava trabalhos do Senado, fatos administrativos, notícias militares, obituários, crônicas esportivas, e vários outros assuntos. Sobre ela, Soares (1970) afirma que

as "*Acta Diurna*" constituíram a primeira manifestação jornalística do mundo, por se tratarem de publicação com periodicidade, com tiragem, atualidade e variedade de assuntos. O primeiro número saiu no ano de 69 antes de Cristo. Redigidas pelos repórteres chamados "diurnari", continham páginas esportivas, dedicadas a lutas e competições; colunismo social — a mãe de Nero, Agripina, mandava que fossem registradas todas as audiências que concedia, enquanto a esposa de Cláudio exigia o mesmo, apreciando a citação constante de seu nome. [...] Das Atas do Senado e das

ocorrências de interesse público, César ordenou que fossem tiradas cópias particulares, que circulavam dentro e fora de Roma, o que contribuiu para ampliar o campo da informação. As "*Acta Diurna*" registravam, quando começaram a ser copiadas e movimentadas, acontecimentos diversos: execuções, banquetes, longevidades e fecundidades extraordinárias, crônica social etc. Com a queda do Império Romano, esses jornais primitivos desapareceram (CAMPOS, 1970, p. 14).

Segundo Thompson (1998), no final do Império Romano (e muito antes do advento da imprensa), já haviam sido estabelecidos pelo menos quatro tipos de redes de comunicação. A primeira era a estabelecida e controlada pela Igreja Católica; a segunda, aquelas mantidas pelas autoridades políticas dos estados e principados, que operavam tanto dentro dos territórios particulares de cada estado quanto entre os estados que mantinham relações diplomáticas; a terceira rede estava ligada à expansão da atividade comercial; e, finalmente, a constituída por comerciantes e mascates. Esses disseminavam as informações nas reuniões em mercados ou em encontros nas tabernas.

Após a informação passar dos meios sonoros e visuais para a escrita, diversas técnicas foram criadas para facilitar a inscrição, a transmissão e a circulação destas informações. Mas todas elas também tinham suas desvantagens. Primeiramente temos o papiro egípcio. Embora muitas inscrições tenham sobrevivido aos tempos atuais, este material era muito frágil e se partia com facilidade. Depois houve o surgimento dos códices em pergaminhos, de couro devidamente preparado, substituindo gradativamente o papiro. Porém, o couro – material no qual eram confeccionados – era um item de alto valor econômico. Sobre a utilização deste material, Campos (1970) nos conta que “[...] por ser matéria duradoura, era preferido pelos antigos. Os judeus escreviam os seus livros sagrados em pergaminhos, que ainda hoje usamos para documentos importantes, como diplomas” (CAMPOS, 1970, p. 20).

Muito além de propiciar mais praticidade e durabilidade, a utilização do pergaminho – muito mais caro que o papiro – também propiciou uma grande tragédia para a cultura humana, bem descrita por Campos (1970), ao afirmar que

[...] às vezes, quando faltava material, raspavam-se as páginas e usavam-se as mesmas novamente. Eram os palimpsestos, do nome formado de palavras gregas, significando "raspar de novo". O uso dos palimpsestos, raspando-se o que já fora escrito no pergaminho, constituiu uma verdadeira tragédia para a cultura humana. Muitos documentos de importância deixaram de chegar ao nosso conhecimento porque o alto custo do pergaminho provocava a decisão de se apagar os assuntos considerados ultrapassados, para sobre eles se escrever outra coisa. Talvez hoje o mundo contemporâneo considerasse mais valiosos os informes relegados ao esquecimento. Não o sabemos — a comunicação foi cortada bruscamente, substituída por outra (CAMPOS, 1970, p. 26).

Finalmente, surgiu na China, no ano 105, uma técnica que revolucionou a história da comunicação: o papel, tal como conhecemos hoje. Este invento é atribuído ao ministro chinês da agricultura T'sai Lun. Ele fez uma mistura umedecida de casca de amoreira, cânhamo, restos de roupas, e outros produtos que contivesse fonte de fibras vegetais, tais como o bambu. Bateu a massa até formar uma pasta, peneirou-a e obteve uma fina camada que foi deixada para secar ao sol. Depois de seca, a folha de papel estava pronta! A técnica, no entanto, foi guardada a sete chaves, pois o comércio de papel era bastante lucrativo. Somente 500 anos depois de o papel ter sido inventado, os japoneses conheceram o papel graças aos monges budistas coreanos que lá estiveram.

Figura 12 – T'sai Lun e o processo de confecção do papel chinês<sup>11</sup>



Fonte: Salcedo (2013)

Salcedo (2013) nos ajuda a entender um pouco da história de como esta técnica revolucionária chinesa se alastrou pelo mundo, e até entender a ligação entre a criação do papel na Ásia do século II e o surgimento do “papel-selo” (SALCEDO, 2013) na Europa do século XIX.

Segundo Salcedo (2013), um encontro conflituoso entre os povos chineses e muçulmano possibilitou a transferência de conhecimento sobre o processo de fabricação do papel e “a ramificação da escrita e da leitura”, sobre essa nova tecnologia, “até a Europa”. (SALCEDO, 2013, p. 174).

[...] Por um lado, o povo chinês, da dinastia dos Tang (618-907) lançou uma política de expansão territorial, por volta do ano 660, intervindo na “Índia, Afeganistão e Ásia Central”. [...] Por outro lado, o povo muçulmano, seguidor do profeta Maomé, por volta do ano 632, iniciou sua política de expansão. [...] Por fim, no ano 751, entre as regiões de Fergana e Transoxiana, nas cidades de Samarcanda e Bucara, aconteceu a batalha decisiva de Talas entre tropas chinesas, da dinastia Tang, e muçulmanas, do califado Abássida, pelo controle do rio Syr Dayar, das duas importantes cidades e da rota da seda (SALCEDO, 2013, p. 174-175).

<sup>11</sup> Segundo informações da Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel), em 751, o exército árabe atacou a cidade de Samarcanda – (atual Uzbequistão) famoso entreposto comercial, devido a sua localização estratégica no centro da Rota da Seda entre a China e a Europa – que na época era dominada pelo império chinês. Técnicos de uma fábrica de papel foram presos e levados a Bagdá. Ao descobrirem o segredo, os árabes também começaram a fazer papel, sem revelar a técnica, pelo menos até o século XI.



Sobre as consequências desta guerra entre chineses e muçulmanos no século VIII, Salcedo (2013) aponta duas consequências decisivas. Primeiramente, além de os chineses terem sido derrotados e expulsos pelas tropas muçulmanas, eles fizeram prisioneiros os “papeleiros”, “que transferiram, por imposição, o seu conhecimento sobre a fabricação do papel ao povo muçulmano” (SALCEDO, 2013, p. 177). Como segunda consequência deste conflito, Salcedo (2013) evidencia que:

Isso revela, em certa medida, a inadequação de alguns estudos com relação a minimizar a importância de conflitos humanos na transferência e aquisição de tecnologias. Ainda, traz à tona, para o estudo do selo postal, a maneira superficial com que algumas questões são abordadas. Existe uma relação histórica, cultural e social entre o advento do selo postal, na Europa do século XIX, a fabricação de papel na China do século II e os conflitos entre esses períodos. Antes, a possibilidade do surgimento do selo postal, na Europa, tem uma relação íntima com o processo de transferência de conhecimento ou com a transmissão cultural de tecnologia (neste caso, o papel), entre pessoas oriundas de culturas tecnológicas distintas, que buscaram expandir seus territórios por diferentes razões, na Ásia Central, por meio do conflito armado (SALCEDO, 2013, p. 177).

Não é pretensão desta dissertação elencar e debater os entraves históricos entre diferentes povos, e como estas guerras foram importantes para a difusão de conhecimentos. Porém, estes conflitos, que serviram para destruir ou transformaram culturas, também propiciaram condições para que certas invenções, seus usos, produções, transformações de certas tecnologias derivou (e deriva), diretamente, de conflitos entre tribos, comunidades e povos. E que, se quisermos chegar ao advento do selo postal na Europa do século XIX, é preciso também dar credibilidade aos chineses e aos muçulmanos, criadores e difusores desta tecnologia que mudou o curso da história da humanidade.

Figura 13 – Do pergaminho ao livro: o “papel” do papel para contar a história



Fonte: Salcedo (2013)

Segundo Breton e Prouxl (2006), foi apenas em 1150, através dos árabes que esta técnica revolucionária chegou à Espanha, onde foi criada a primeira indústria de papel da Europa. A partir daí, a novidade espalhou-se pelo Ocidente.

Os códices, tais como os rolos de papiro e pergaminho, eram, naturalmente, escritos à mão – daí serem denominados manuscritos – e sua confecção, principalmente na Idade Média, entre os séculos VII a XIII, tornou-se uma atividade essencialmente monástica, principalmente pelo alto custo do suporte e da cópia, pela lentidão em sua confecção – um bom copista trabalhava em média duas folhas e meia por dia – e para evitar a disseminação do conhecimento entre a sociedade da época.

Os meios de transmissão e circulação se modernizaram desde a invenção da escrita até a Idade Média. Embora todas as transformações técnicas, políticas, sociais e econômicas transcorridas nestes 5.000 anos de invenção da escrita – sintetizadas nestas pouco mais de 7 páginas desta dissertação – tenham se desenvolvido, evoluído e facilitado a comunicação humana, uma coisa não havia mudado (e provavelmente até hoje não mudou, embora tenha se universalizado): o acesso à escrita e à informação. Este acesso, desde a escrita cuneiforme, aos hieróglifos, aos códices na Grécia e Roma Antigas chegando à Idade Média sempre estiveram concentradas na mão da elite dominante, de acordo com sua época.

Segundo Thompson (1998), ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, essas redes de comunicação foram submetidas a dois desenvolvimentos-chave. Em primeiro lugar, alguns Estados começaram a estabelecer serviços postais regulares que rapidamente cresceram em disponibilidade para uso geral. Em segundo lugar, foi o uso da imprensa na produção e disseminação de notícias que facilitou que mais pessoas tivessem acesso à informação.

Segundo Burke e Briggs (2006), quando o alemão Johannes Gutenberg inventou a prensa móvel (primeira impressora), em 1440, iniciou-se a publicação de livros. Já Perles (2007) nos diz que

[...] entre 1438 e 1440, o alemão Johann Gensfleisch Gutenberg aperfeiçoou os tipos móveis criados pelos chineses que foram os primeiros a imprimir livros. O sistema de prensa tipográfica criado por Gutenberg, associado às possibilidades oferecidas pelo alfabeto romano, composto de pouquíssimas letras quando comparado aos inúmeros ideogramas chineses, não somente possibilitou a produção de livros em grande escala, como propiciou o surgimento do jornal. Dava-se então o primeiro passo para a democratização da escrita e, conseqüentemente, do saber. O surgimento do sistema tipográfico gutenberguiano é considerado a origem da comunicação de massas por constituir o primeiro método viável de disseminação de ideias e informações a partir de uma única fonte (PERLES, 2007, p.7).

No entanto, a produção de papel ainda era pequena, pois até o século XVII sua confecção era feita à mão. Para aumentar a fabricação, no início do século seguinte os holandeses criaram moinhos que, com a força da água, faziam grandes pedras baterem umas contra as outras e preparavam as fibras.

Conforme informações obtidas no site da Bracelpa, em 1799, o francês Nicholas-Louis Robert inventou a primeira máquina de fazer papel. No entanto, o resultado não era tão bom quando o feito à mão. Por volta de 1800, os irmãos ingleses Fourdrinier apresentaram um método novo de produção e melhoraram o equipamento. Já na segunda metade do século XIX – concomitante ao surgimento do correio moderno e do sistema de franqueamento pago pelo destinatário e do selo postal – a madeira substituiu os trapos de tecidos e o processo de fabricação passou a ser constantemente aperfeiçoado.

Sendo assim, conforme Salcedo (2013)

o papel pode ser considerado uma inovação tecnológica de relevantes repercussões tanto para o registro de informações dos antigos grupos sociais localizados ao leste e oeste do vasto continente asiático, quanto para o desenvolvimento e aprimoramento, no continente europeu, do que pode ser denominado de indústria tipográfico-livresca (SALCEDO, p. 171).

Muito mais do que modernizar o sistema de criação de um suporte para mensagens escritas, o papel também é muito mais barato do que os suportes anteriores. Além disso, a prensa tipográfica de Gutemberg propiciou maior agilidade na confecção de documentos impressos, se comparada às escrita manuais chinesas e egípcias. Sobre isso, Perles (2007) nos dá evidências de que

a tecnologia mecânica de Gutenberg automatizou o sistema de produção de textos e antecipou-se ao que seria a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em 1750. Assim, não caracteriza exagero afirmar que a tipografia instituiu a tecnologia moderna de comunicação, visto que, antes, o que tínhamos eram tecnologias primitivas (tambor, berrante, fumaça) ou arcaicas (placa de barro, papiro, pergaminho) (PERLES, 2007, p. 8).

Assim, o papel, a tipografia e, o mais importante de tudo, com a conformação da sociedade burguesa e capitalista, mais pessoas tiveram facilitado o acesso ao letramento e à comunicação escrita.

Pudemos constatar até agora o fato de que encaminhar e receber mensagens é uma necessidade humana presente desde quando as sociedades adquiriram um relativo grau de complexidade. Segundo o Ministério das Comunicações (2005),

assim que um grupo organizado de homens obteve controle sobre um território maior que a sua aldeia, surgiu a procura por formas de comunicação entre os indivíduos situados em pontos diversos. Esta, por certo, embora não registrada pela história, foi a gênese do serviço de correios. Em seu início, antes do desenvolvimento da escrita, as mensagens eram apenas verbais, gravadas na memória dos mensageiros. Depois passaram a contar com símbolos, seja para auxiliar a memória dos mensageiros, seja para significar ideias previamente convencionadas. Com a invenção da escrita, o serviço de correios cresceu em precisão e em importância (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2005).

Desde a Idade Média, existiam ligações organizadas para a transmissão de cartas. A Igreja e as abadias tinham suas próprias ligações postais. Havia ainda o correio do exército. O comércio igualmente tinha as suas próprias ligações. Logo apareceram as primeiras chancelas (sinetes) que autenticavam o documento e autorizavam o estafeta, em geral um militar, a transportá-lo, sendo este transporte de mensagens, privilégio exclusivo de Reis e Imperadores, serviço posteriormente também utilizados pelos nobres.

Segundo Salcedo (2013), foi a partir do século XIII que a família Tasso obteve o direito de transportar cartas em sua região natal (Bérgamo, na Itália) e posteriormente esta concessão se estendeu a praticamente todo o Continente Europeu.

A eficiência do sistema articulou as comunicações entre cidades da Itália (Tirol), e da Áustria (Innsbruck), logo sendo expandido para Viena e Bruxelas. Pouco a pouco, esse sistema passou a dar mais importância às correspondências pessoais, em detrimento das oficiais. Além disso, Francisco de Tasso assegurou uma posição de prestígio junto à corte papal, aproveitando as relações entre o Papa Alexandre VI e Maximiliano I. Assim, no dia 1 de março de 1501, foi nomeado, pelo filho de Maximiliano I, Felipe I de Habsburgo “o Belo”, Correio-Mor de Borgonha e dos Países Baixos (SALCEDO, 2013, p. 128).

Os Tassos se uniram à família Torres e tornaram-se uma organização com regularidade e confiabilidade em seus serviços e isto numa época de muita belicosidade e guerras generalizadas. Este serviço venceu até mesmo a concorrência de correios estatais. Foram eles, sem dúvida, os precursores dos correios em moldes profissionais. Esta organização durou assim, por vários séculos, na Europa. Pela primeira vez os serviços de correios superaram um grave problema que vinha desde a Antiguidade.

Sobre este problema, o Ministério das Comunicações (2005) afirma que

Os serviços de correios padeciam de um grave problema. Era um serviço organizado pelo Estado para uso quase exclusivo do soberano e de seu aparato estatal. Ao homem comum o seu acesso era quase impossível. Isto começou a mudar, na Europa, no início do século XVI, fruto da grande corrente de renovação que sacudiu o continente. A principal transformação foi que o serviço de correios passou a ser acessível a todos, ou, ao menos, a todos os que pudessem pagar as tarifas relativamente caras. Verifica-se, assim, que o conceito de universalização do serviço postal é bem mais antigo do que alguns teóricos afirmam. Embora a organização dos serviços de correios tenha sido notável em alguns países, como na Itália, Alemanha, França e Áustria, somente pode-se dizer que realmente se universalizou na maioria dos países europeus no século XIX (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2005).

Foi então que, a partir do início do século XIX, o “Velho Continente” sofreu grandes transformações com o advento da Revolução Industrial, sobretudo na Inglaterra. O desenvolvimento acelerado de muitas cidades, o êxodo rural, e o desenvolvimento das transações comerciais, incrementaram significativamente o volume de correspondência. O

porte, neste momento, ainda era pago pelo destinatário. Tal prática trazia graves problemas, tais como a ineficiência no controle do sistema e a grande evasão de receitas.

Essa invenção modificou significativamente o rumo das comunicações humanas. Pensemos em nosso cotidiano. Quem nunca vivenciou uma greve nos Correios e ficou atormentado com o atraso nas postagens de nossas contas mensais ou daquele livro que você tanto necessita naquele momento? Quem hoje que trabalha como profissional liberal ou comerciante nos grandes centros urbanos fica mais de uma semana sem acessar o correio (eletrônico)?

E isso não é só de hoje. Afinal – como vimos nestas poucas páginas anteriormente escritas que nos guiaram até este ponto – ao longo da história sempre que nos deparamos com algum acontecimento de grande relevância o correio está praticamente sempre presente. Ele é o meio de mais fácil acesso e barato para a maioria da população, desde o início, em que os mensageiros corriam dezenas de quilômetros a pé para servir somente a realeza, até aos nossos dias, com a evolução das formas de envio das mensagens.

Mesmo com a introdução de modernos conceitos de comunicação ainda teremos o correio como principal referência no envio e recebimento de todo o tipo de material. Por muitos anos ainda estaremos dependentes deste fundamental tipo de comunicação. Encaminhar e receber mensagens são necessidades humanas presentes desde quando as sociedades começaram a se organizar em núcleos cada vez mais complexos. Quando os grupos organizados obtiveram o controle sobre um território maior, surgiu a necessidade de formas de comunicação entre indivíduos situados em outras localidades. Este foi início do serviço de correios.

No seu início, antes do aperfeiçoamento da escrita, as mensagens eram somente verbais, gravadas na memória dos mensageiros. Depois passaram a contar com símbolos, quer seja para auxiliar a memória dos mensageiros quer seja para traduzir ideias previamente convencionadas. Com a invenção da escrita, o serviço de correios cresceu em precisão e em importância.

Foi então que, a partir do século XIX, começaram a ser realizadas transformações significativas que resultassem em um acesso maior ao sistema pela maioria da população. A universalização do sistema ocorreu, basicamente, por três motivos.

Em primeiro lugar, os países europeus cancelaram todas as licenças dadas a particulares durante os séculos anteriores e transformaram os correios em um serviço público estatal, para servir a todos os cidadãos e não apenas ao estado.

O segundo evento que contribuiu para a melhoria dos serviços de correios foi a criação do selo postal. Até então as remessas custavam caro e, na maior parte dos países, deviam ser pagas pelo destinatário o que por vezes dificultava a entrega de cartas por falta de pagamento.

Foi o inglês Sir Rowland Hill que propôs uma reforma moderna para o sistema dos correios, dentre as quais estava a criação do selo postal. O primeiro selo do mundo, emitido pela Inglaterra, em 1º de Maio de 1840, foi o "Penny Black" que trazia como motivo efigie da Rainha Vitória, então com 15 anos de idade. Hill descobriu que o fator principal do custo dos correios estava na recolha e na distribuição e que o seu transporte pouco encarecia o custo total, o que o levou a estabelecer uma tarifa única para todo o país, pré-paga por meio do selo, muito mais barata que a anteriormente cobrada. Esta simples medida fez aumentar enormemente a procura e a rentabilidade do serviço.

Um terceiro motivo para o rápido desenvolvimento dos correios no século XIX, foi a fundação da União Postal Universal (UPU)<sup>12</sup>, em 9 de Outubro de 1874, pelo Tratado de Berna, Suíça. A UPU passou a estabelecer regras para o funcionamento internacional dos correios e apoiar o desenvolvimento interno dos serviços dos países associados.

Figura 14 – Emissão comemorativa ao XVIII Congresso da União Postal Universal



Fonte: Acervo.

Por fim, além de universalizar o sistema de Correios, estas novas técnicas que se desenvolveram concomitante ao processo da Revolução Industrial, aceleraram o processo de entrega das correspondências. Briggs e Burke (2006) mostram que

<sup>12</sup> “A ideia da UPU surgiu do problema enfrentado por diversos países que tinham tarifas postais distintas advindas do transporte marítimo, com barcos a vapor, e terrestres, por meio das ferrovias. Assim, em 1863 houve um encontro em Paris [...] com o objetivo de resolver esse problema. Atendida a proposta, do então Ministro Alemão, Heinrich Von Stephan, outro encontro foi marcado para o dia 15 de setembro de 1874, na cidade de Berna, Suíça, com a participação de vinte e duas unidades políticas. Desta, resultou um acordo transformado no “Tratado de Berna”, no dia 9 de outubro do mesmo ano, que, por sua vez, em 1878 foi convertida na UPU. O Tratado foi baseado em três questões fundamentais e de interesse mútuo dos governantes e seus representantes: “a) uniformidade dos pesos; b) uniformidade das taxas e c) simplificação da contabilidade” (SALCEDO, 2013, p. 162).

cartas da Espanha para o México podiam levar apenas quatro meses para chegar; porém, para Lima, normalmente demoravam de seis a nove meses, levando quase dois anos para atingir as Filipinas. As comunicações entre a Inglaterra e a Nova Inglaterra eram muito mais rápidas, mas as missivas podiam se perder ou atrasar. Uma carta relatando a execução de Carlos I, escrita em março de 1649, chegou somente em junho à Nova Inglaterra. Era prática comum fazer cópias de cartas e enviá-las por diferentes navios para minimizar o risco de perda (BRIGGS E BURKE, 2006, p. 35).

As condições históricas para o surgimento da moderna técnica do selo postal no século XIX estão criadas. Vejamos agora como seu sistema começou a ser concebido e posto em prática.

### 2.3 A ideia ganha o mundo: o selo postal começa a ser concebido

O selo postal projeta os valores do país emissor e divulga a cultura em seus variados aspectos, reafirmando o papel dos Correios como agente de integração, não apenas pelo efetivo elo entre os homens, mas agregando, com as imagens dos selos, mais vida e riqueza ao processo de comunicação. Em sua missão de registrar eventos, fatos e datas de destaque no contexto histórico, econômico e sociocultural, a Filatelia se apresenta como ciência auxiliar de outros ramos do conhecimento (FONSECA, 2008, p. 24).

Figura 15 – Sir Rowland Hill: o criador do selo postal<sup>13</sup>



Fonte: Acervo.

Já é fato sabido que podemos considerar o selo postal como sendo um veículo informativo de enorme valor cultural e também pode ser visto como de grande potencial pedagógico, além de possibilitar o diálogo e convívio entre os homens, as organizações e até os países. Produzidos aos milhões, estão em contato de um incontável número de pessoas de

<sup>13</sup> Este bloco comemorativo dos Correios brasileiros (1990) é composto por 2 selos, sendo o primeiro uma homenagem ao 1º selo brasileiro, denominado "Olho-de-boi", além do busto do Imperador D. Pedro II. Já o segundo selo homenageia a data propriamente dita dos 150 anos do Penny Black (1840), primeiro selo postal do mundo, trazendo também a efígie da Rainha Vitória.. A imagem do bloco possui um busto do Sir Rowland Hill – idealizador do selo postal – logo acima de uma coroa, e sobre os selos o logotipo da Exposição Stamp World London 90. O selo faz parte da Pró-Brasíliana 93. Os valores estampados dos selos são, respectivamente, de Cr\$ 20,00 e Cr\$ 100,00.

todas as classes sociais, culturas, credos e religiões, de todos os países, sendo por isso um excelente meio de divulgação das imagens do país, de entretenimento e cultura.

Mas a pergunta que fica é: como se deu a concepção destes pequenos, mas notáveis papéis coloridos que são colados em correspondências para seu franqueamento?

Até o aparecimento dos selos, o sistema usado pelos Correios era o das “Cartas” cujo porte, inscritos à mão ou por marcas (como carimbos), era pago pelos destinatários, e não como é na atualidade, onde quem paga é o remetente. A partir de março de 1801, o franqueamento passou a ser realizado sobre as distâncias.

As “Cartas” colocadas nas caixas do correio recebiam nos serviços um “carimbo nominal” que indicava o Correio expedidor e a “marca de porte” também denominada “selo fixo”, ou seja, a taxa a pagar pelos destinatários. Porém, esse sistema de portes pagos pelos destinatários tinha muitos inconvenientes. Dentre tantos, analisaremos apenas três.

Primeiramente, havia o fato das tarifas serem cada vez mais caras e muito altas para a maioria da população, o que inviabilizava uma parcela muito significativa desta de se inserirem no sistema de troca de correspondências e informações. Segundo fato é que, podemos supor que os carteiros de bolsos cheios de moedas resultantes da cobrança das tarifas (já que o pagamento era feito apenas em dinheiro), eram alvos fáceis de roubos ou eram vítimas dos salteadores de estradas, o que gerava um ônus aos governos e criava um clima de insegurança aos trabalhadores que faziam o sistema funcionar. E um terceiro ponto é que as pessoas, ao se corresponderem, combinavam alguns “truques”, que eram códigos previamente combinados e postos nos envelopes de tal modo que poderiam identificar o conteúdo da mensagem sem ter que pagar pelo porte.

E é dessa forma que surge uma lenda muito conhecida a respeito do surgimento do selo postal. Conta ela que, certo dia, num pequeno vilarejo no interior da Irlanda (outros remontam ao País de Gales), em meados de 1836, um homem de 42 anos aproveitava seus dias de descanso após um longo período de estudos dedicados a reformular o serviço dos Correios britânico<sup>14</sup>.

Durante seu passeio matinal, este professor londrino avistou uma cena intrigante, que acabaria por alterar sua concepção de reforma dos Correios e o tornaria um dos principais vultos históricos da Filatelia. Ao passar por uma estrada, de repente ouviu uma discussão entre um mensageiro do correio – tentando entregar uma carta – e uma jovem camponesa, que

---

<sup>14</sup> Vale destacar que, nesta época, a Grã-Bretanha passava por profundas transformações de caráter social, político e econômico, fruto da Revolução Industrial em curso, que marcaram o auge do poderio econômico inglês, a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano e industrial, e a ascensão da Rainha Vitória ao trono, no ano seguinte.



se recusava a recebê-la. Após assistir o ocorrido, o professor foi ao encontro da jovem indagar sobre os motivos da recusa:

- Por que a senhorita não pagou pelo recebimento da carta? Por acaso era desconhecido o remetente?
- Não, pelo contrário! Era uma correspondência do meu noivo, que está estudando em Londres.
- Mas, então, qual a razão para recusá-la?
- Tenho códigos previamente combinados com ele, que são marcados em forma de sinais no exterior da carta. Basta manuseá-la para entender a mensagem, sem a necessidade de abri-la, economizando o dinheiro da taxa dos Correios! (ALMEIDA e VASQUEZ, 2003, p. 16).

Foi então que o cavalheiro que assistiu a cena, Sir Rowland Hill<sup>15</sup>, ofereceu-se para quitar-lhe a quantia, e assim por fim ao lamentável episódio. O carteiro agradecido pela generosidade ainda reclamou que essa era uma prática muito difundida na região, onde aquelas pessoas olham e olham os envelopes e jamais aceitam as cartas, tendo que voltar todos os dias com a sacola cheia para a agência da cidade, e ainda ouvir as recriminações dos superiores que também não aguentavam mais devolver para Londres todas as cartas recusadas.

Sir Rowland Hill, após presenciar esta história que se tornou uma lenda popular, pode identificar alguns pontos de vulnerabilidade do sistema postal: o risco de os Correios realizarem o transporte das correspondências sem garantias de recebimento das taxas a serem pagas pelo destinatário, e os altos custos dos serviços, caros demais para a maior parte da população britânica daquela época.

E é por estes motivos que, pela primeira vez um governo decide revolucionar os serviços de Correios e a forma de envio de correspondências. Assim, Sir Rowland Hill

resolveu sugerir ao governo de Sua Majestade uma decisiva modificação no sistema postal inglês, contendo dois pontos principais: a cobrança antecipada do valor do porte e a regulamentação da taxa segundo o peso, e não mais segundo a distância e o número de páginas, o que tornava extremamente complexa a operação e cálculo do valor (ALMEIDA e VASQUEZ, 2003, p. 19).

Sua nova e revolucionária ideia, intitulada *A Reforma dos Correios: sua importância e vantagens*, foi publicada em 1837 e aprovada pelo governo britânico após longa negociação. Como forma de comprovar o pagamento antecipado da taxa, Hill sugere a utilização de “um pedaço de papel de tamanho suficiente para receber uma estampa, coberto na parte traseira

---

<sup>15</sup> “Além de ter sido o responsável pela reforma do sistema postal britânico, o professor e inventor Rowland Hill (1795-1879) desenvolveu um modelo educacional voltado para a classe média. Há três estátuas erguidas em sua homenagem na Inglaterra, custeadas por subscrição popular”. (SANTOS, 2013, p. 43).

com goma, que o portador poderia, aplicando um pouco de umidade, prender na parte posterior da carta” (ALMEIDA e VASQUEZ, 2003, p. 19).

Esse recibo do pagamento pela postagem de uma correspondência (selo postal) era colado na carta e inutilizado com a oposição de um carimbo indicando o lugar da expedição. Assim, surge no dia 6 de maio de 1840, o primeiro selo a circular no mundo, que apresentava a efigie da rainha Vitória impresso sobre um fundo preto. Este primeiramente ficou conhecido como *Penny Postage*, depois como *Penny Black*, devido a sua cor predominante e o valor facial.

Figura 16 – Penny Black. Primeiro selo postal adesivo do mundo



Fonte: <http://www.worldstampnews.com/>. 2015.

Merece destaque o fato de que, até hoje, o Reino Unido ser a única nação a não estampar em seus selos o nome do país, sendo que sua identificação continua sendo feita pela efigie da Rainha Vitória na parte superior deste.

Assim como sucede com a maioria das invenções, com o selo postal não foi diferente: ele não foi muito bem aceito em seus primeiros meses de uso por uma parcela significativa da população. Williams e Williams (1965, p. 22-23) exemplificam um dos motivos de uma maneira bastante irônica.

Já experimentaste os selos? Acho-os tremendamente absurdos e incômodos. Não me sinto tentado a transformar a boca em vidro de cola embora, na verdade, se tenha a satisfação de beijar, ou mais propriamente, de lambar o traseiro de Sua Majestade. A goma foi sem dúvida um facto que tornou muita gente relutante em utilizar os selos, tanto mais que se espalhou o rumor de que ao lambê-la uma pessoa se sujeitava a contrair o cancro na língua (WILLIAMS e WILLIAMS, 1965, p. 22-23).

O êxito desta técnica recém-surgida foi espantoso, fazendo com que rapidamente, tal como rastilho de pólvora, esta inovação britânica fosse copiada por outros países nos quatro cantos do mundo.

Agora, a bordo das novas técnicas de locomoção, como as ferrovias e seus “fumegantes cavalos de ferro<sup>16</sup>” e os navios, não apenas pessoas e mercadorias poderiam viajar a longas distâncias, mas também as mensagens escritas em cartas e, pouco tempo depois, a partir de 1870, em cartões-postais. Briggs e Burke (2006) afirmam que

[...] a rapidez do correio precedera na Grã-Bretanha a utilização em 1840 do primeiro adesivo mundial, um selo postal perfurado — um atraente objeto de arte trazendo impressa a cabeça da jovem rainha Vitória e que logo se tornaria objeto de “coleccionador”. O selo postal adesivo foi uma invenção importante do século XIX, mas a palavra “selo” não era nova; tampouco era nova a ideia de uma taxa de selo, especialmente nos Estados Unidos. No entanto, o selo era pré-pago, como a taxa postal barata e uniforme para todo o país, independentemente do destino (BRIGGS E BURKE, 2006, p. 134).

Porém, assim como após o aparecimento de toda técnica, nem todos os lugares e nem todas as pessoas têm condições ao acesso destas. Um bom exemplo é o fato de que o selo postal, por si só, demorou mais de 3 anos para deixar a Inglaterra e chegar ao Brasil, segundo país a adotar a novidade. E o que falar das ferrovias? Esta técnica continua sendo subutilizada na maioria dos países do mundo, inclusive no Brasil.

Mas voltemos ao surgimento do comércio internacional e da utilização do selo postal. Briggs e Burke (2006) novamente nos alertam para o fato de que esta é uma visão bastante idealizada do ocorrido. Segundo os autores,

[...] as taxas de analfabetismo, embora decrescentes entre 1840 e 1870, ainda eram altas, e muitas pessoas pobres tinham de empregar intermediários para escrever cartas e ler as respostas. O líder político Richard Cobden deu as boas-vindas ao selo postal, não somente sob o aspecto político — ele tornava possível mobilizar a opinião pública em favor do livre comércio —, mas também sob o aspecto moral. Agora havia um novo estímulo para aprender a ler e escrever (BRIGGS E BURKE, 2006, p. 134-35).

Se a criação de um sistema postal criou uma condição moral para um aumento nas taxas de alfabetização da população e uma condição favorável para a difusão dos ideais

---

<sup>16</sup> “Fumegante cavalo de ferro” é uma expressão utilizada pelo índio chefe Cacique Seattle em seu “Manifesto da Terra-Mãe”, uma carta enviada ao então presidente dos Estados Unidos da América, no ano de 1855, após a proposta do então presidente a uma tribo indígena para a compra de boa parte de suas terras, oferecendo, em contra partida, a concessão de uma outra “reserva”. A carta resposta do Chefe Seattle, distribuída pela ONU tem sido considerada, através dos tempos, como um dos mais belos e profundos pronunciamentos já feitos em defesa da natureza. Um trecho, extraído de Brown (2012), diz: “Eu sou um selvagem e não compreendo como é que o *fumegante cavalo de ferro* pode ser mais importante que o búfalo, que sacrificamos somente para permanecer vivos. O que é o homem sem os animais? Se todos os animais se fossem o homem morreria de uma grande solidão de espírito. Pois o que ocorre com os animais, breve acontece com o homem. Há uma ligação em tudo. Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem as suas crianças o que ensinamos as nossas, que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspidos em si mesmos. Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra”.

liberais-burgueses na Inglaterra de meados do século XIX, novamente estamos falando em condições idealizadas, aquém da realidade. Na verdade, o sistema postal britânico se desenvolveu antes que o sistema educativo nacional fosse planejado. Sir Rowland Hill, modernizador do sistema postal e “pai” do selo postal, chamou os correios de “poderosa máquina de civilização” (BRIGGS E BURKE, 2006).

Briggs e Burke (2006) relatam casos extremos onde o sistema de correios e o número de correspondências circulando dentro de um país foram índices utilizados para medir o grau de civilização de impérios – sistema político predominante no mundo em meados do século XIX – e suas populações.

[...] A quantidade de correspondência (pelo correio) medirá, levando em conta o número de pessoas letradas, quanto o público alcançou em termos de verdadeira civilização. Por exemplo, quando vemos que a cidade de Manchester se iguala em número de cartas ao império de todos os russos, tanto na Europa quanto na Ásia, obtemos um meio de estimar os graus relativos de civilização da Grã-Bretanha e da Rússia (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 135).

Outros autores apelaram para comparações com o passado, em um momento em que a Europa passava por uma verdadeira revolução. Briggs e Burke (2006) falam das comparações realizadas pelo parlamentar Henniker Heaton, no anos de 1890, em comemoração à criação de um sistema postal imperial 40 anos antes, e do jubileu de diamante da rainha Vitória.

Entusiasta defensor de um sistema de selos imperial, Heaton, tendo em mente as cartas particulares, julgava que, no ano em que a rainha subiu ao trono — 1837 —, as massas estavam quase restritas à comunicação oral e ao comércio local, como seus antepassados sob o reinado dos Stuart, ou os turcos sob Abdul Hamid (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 135).

E continuam afirmando que

Cada parte diferente do país encontrava-se absorvida em seus próprios interesses, nada sabendo sobre outras comunidades além do que “uma vila russa conhece outra a cem milhas de distância”. Os bem-nascidos, os profissionais dos distritos rurais e os cidadãos das grandes cidades mantinham intercomunicação suficiente. Porém, embora os pontos mais elevados estivessem ligados pela luz, nos mais baixos reinava a escuridão (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 135).

Por estes breves relatos podemos perceber que, já em meados do século XIX, as pessoas que não se encontravam inseridas em uma rede de trocas comerciais e de informações, que não tinham acesso a um sistema de letramento, encontravam-se excluídas de uma vida cotidiana fervilhante das cidades inglesas. Ou seja, eram vistos como uma “massa”

de ignorantes, fadados à uma vida ultrapassada de comunicação oral e em escala local, ou, como dizem os relatos, viviam na “escuridão<sup>17</sup>”.

Novamente precisamos fazer algumas ressalvas. É verdade que, com as novas técnicas da Revolução Industrial, os sistemas de transporte e comunicação se tornaram mais velozes. E os Correios aproveitaram-se destas mudanças para transformar seus serviços. Os Correios aumentaram significativamente sua velocidade, utilizando-se de carruagens para transportar correspondências e encurtando a duração das viagens. Com o advento de uma revolução de ideias liberais-burgueses, mais pessoas tinham acesso, tanto econômico quanto de escolarização para inserir-se neste novo sistema de trocas de correspondências. Porém,

[...] as expectativas [...] de que o selo de preço único aumentaria muito o volume da correspondência da classe trabalhadora, não se tornaram realidade na primeira década de sua implantação. Foi a classe média quem mais se beneficiou com o valor único de postagem, e o aumento contínuo da velocidade do correio foi uma resposta à demanda de negócios, e não das "massas" (BRIGGS E BURKE, 2006, p. 135).

Além destes argumentos, o selo postal costumeiramente era visto como um símbolo de “unidade imperial”. Basta analisar o fato de que, os primeiros selos postais, quase sem exceção, traziam em seus elementos imagético-verbais ou as cifras correspondentes ao pagamento da franquia, ou o busto dos soberanos que governavam os impérios do século XIX. E até hoje a Grã-Bretanha traz estampada a efigie da Rainha Vitória em todas as suas emissões – 177 anos depois!

Após o seu surgimento na Europa, estavam dadas as condições de o selo postal se alastrar pelo mundo. Eis então que, o primeiro lugar em que ele aportou – em 1843 – foi no Brasil. Mas os sistemas dos países europeus e americanos tinham muitas diferenças.

O primeiro foi no volume de correspondências. Já comentamos sobre o fato de que as grandes “massas” não terem acesso a um sistema educacional para se inserirem neste sistema postal. Imagine então em um Brasil e Estados Unidos, sociedades escravocratas e, no caso do Brasil, recém independente?

Briggs e Burke (2006) nos dão uma noção deste abismo. “Quase a metade dos 161 milhões de cartas de Londres, em 1863, vinha da própria cidade e era entregue 12 vezes por dia dentro de seu perímetro”. (BRIGGS E BURKE, 2006, p. 136). Como os autores bem colocaram, era um sistema ainda local – e não propriamente imperial como idealizado – mas

---

<sup>17</sup> Escuridão esta que possui uma conotação dual: tanto pode ser a escuridão de não terem acesso à nova tecnologia daquele momento – a eletricidade – mas, acima de tudo, à escuridão que estava atrelada a ignorância desde meados do século XVIII, com o advento do Iluminismo.

que, nos anos seguintes conseguiu uma grande expansão. Imaginar a troca de 161 milhões de correspondências em meados do século XIX é algo significativo.

Segundo estes autores, “os Estados Unidos só lançaram seus primeiros selos postais em 1853, ano em que foi concluída a ligação ferroviária entre Nova York e Chicago. Desde o início, porém, o selo era barato, e o número de itens que ele postava duplicou para 7,4 milhões entre 1886 e 1901”. (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 136). Como pode-se perceber pelas cifras, houve um abismo em relação a este sistema.

Outra diferença do sistema europeu para o sistema americano (precisamente o estado-unidense) é de que, no caso europeu, este era controlado por iniciativas governamentais, que determinavam as políticas nacionais relativas aos serviços postais, às ferrovias, telégrafos, telefones e, atualmente, das telecomunicações. No caso dos Estados Unidos, seu sistema era controlado principalmente pela iniciativa privada, conforme o excerto de Briggs e Burke (2006) confirmam, ao afirmarem que “[...] alguns dos produtos comprados fossem transportados por firmas privadas, sendo a WellsFargo a mais conhecida delas. O Correio norte-americano, com funcionários pagos por patronos, não tinha a mesma autoridade dos similares europeus [...]” (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 136).

Antes de o selo postal deixar a Inglaterra, navegar além-mar e aportar no Brasil em 1843, algumas outras regiões do mundo utilizaram-nos para o sistema de franqueamento de troca de correspondências, mais especificamente, os Cantões<sup>18</sup> Suíços de Zurique e Genebra. Conforme Salcedo (2013),

Após a Inglaterra, a unidade política Zurique (Cantão de Zurique), que tinha status geopolítico de nação ou país, emitiu os seus dois primeiros selos postais (o segundo no mundo), adesivos com os valores faciais de 4 e 6 rappen (centavo em alemão), em 1.03.1843, cinco meses antes da emissão dos Olhos-de-boi brasileiros, em 01.08.1843 (terceira unidade política a emitir um selo postal e a primeira do continente americano). [...] A quarta emissão no mundo foi o “Double de Geneve”, do Cantão de Genebra. Este, em particular, inaugurava e promovia a utilização de brasões e escudos nas emissões de selos postais, principalmente na Europa. Uma peça bipartida, com um valor facial de 10 cêntimos (SALCEDO, 2013, p. 163).

Figura 17 – Primeiras emissões postais do mundo



<sup>18</sup> “Cantão é uma divisão geopolítica utilizada por unidades políticas como Suíça e Luxemburgo. Selo, porte ou correio cantonal alude ao sistema correios dos e nos Cantões. [...] A Suíça é uma unidade política constituída por vinte e seis estados autônomos, independentes e soberanos (cantões)”. (SALCEDO, 2013, p. 163).

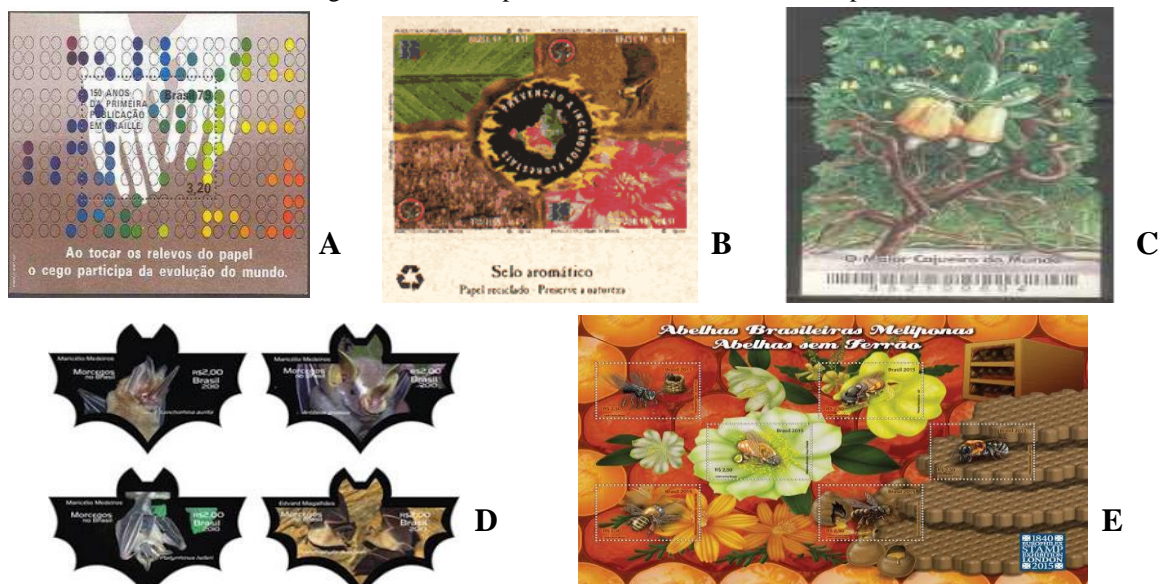
À esquerda, emissões de 4 e 6 rappen do Cantão de Zurique em 1.03.1843 (segunda emissão mundial); à direita, emissão do Cantão de Genebra (quarta emissão mundial). Fonte: Salcedo (2013).

O maior valor do selo postal reside no fato de estar sempre comunicando – seja pela troca de correspondência entre pessoas ou por seus elementos imagético-visuais – e, para isso, precisa sempre estar evoluindo. Aliás, evoluir, sempre! É o que tem permitido ao selo postal estar em constante evidência, apesar de seus 177 anos.

São pequenas obras de arte que circulam mundo afora e mostram o quanto os Correios emissores se preocupam com o aspecto evolutivo dos processos de criação e impressão, apresentando, sempre, novidades na representação dos motivos temáticos abordados.

Se atualmente nos deparamos com selos postais fabricados em formatos distintos dos já conhecidos selos retangulares e quadrados – como os selos brasileiros em formato de cajueiro (2006); de morcego (2010); em Braille (1974 e 2013) – com micropigmentação, com aromas e materiais inovadores – como os selos brasileiros *Parques Nacionais do Brasil – Prevenção a Incêndios Florestais*, de 1999, com aroma de madeira queimada e de papel reciclado; com aroma de café (2001) e com aroma de mel (2015) –, holográficos ou personalizados, temos que destacar que nem sempre foi assim.

Figura 18 – Selos postais do Brasil: evoluindo sempre<sup>19</sup>



Fonte: Acervo.

<sup>19</sup> Exemplos de selos postais emitidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos evidenciando inovações tecnológicas pelas quais as emissões vêm passando. A. Bloco *150 anos 1ª publicação em Braille* – 1979, apresentando textura em Braille; B. Bloco *Parques Nacionais do Brasil – Prevenção a Incêndios Florestais* (1999), impresso em papel reciclado e com aroma de madeira queimada; C. Bloco *O maior cajueiro do mundo* (2006), apresentando formato de caju; D. 4 selos da série *Morcegos: famílias que ocorrem no Brasil* (2010), apresentando formato de morcego; E. Bloco *Abelhas Brasileiras Melíponas – Abelhas sem ferrão*, apresentando aroma de mel.

O selo postal não parou no tempo. Os Correios vêm buscando cada vez mais um valioso atributo – o da inovação, com foco na qualidade. É o que o permite estar ainda em evidência, apesar de vivermos nesta “era da internet”, onde os modernos sistemas de correio eletrônico e de correspondências virtuais permitem maior agilidade no envio e recebimento de mensagens.

Se hoje nos deparamos com todas estas inovações nos formatos, texturas, odores e, principalmente, nas representações imagéticas, recorremos a Salcedo (2009), que alerta que nem sempre foi assim a história do selo postal.

Na época de seu surgimento, até mesmo muito tempo depois, o mundo não estava preparado para ver no selo postal adesivo nada além de um timbre oficial de comprovação de pagamento de franquia postal [...] Nessas ferramentas de discurso ideológico estavam impressas, por exemplo, a efigie do soberano reinante [nas monarquias] e de figuras alegóricas [nas repúblicas], as cifras indicadoras do valor de franquia, bureladas com linhas, florões e arabescos, para dificultar a contrafação do papel-moeda corrente. Assim, os primeiros selos postais adesivos do mundo têm como figuração, praticamente sem nenhuma exceção, um desses motivos iniciais: a efigie, o brasão e a cifra, ou a mistura deles. Os outros vieram bem depois, quando, aos poucos, o mundo foi se conscientizando de que esse pequenino pedaço de papel serviria para algo muito mais nobre do que simplesmente representar um atestado ou um recibo de pagamento prévio de serviço postal (SALCEDO, 2009, p. 19).

Desde 1840 até hoje, o selo postal foi e é utilizado com um duplo papel comunicacional. Ao mesmo tempo, ele serve aos propósitos econômicos dos sistemas de comunicação postal, atende às necessidades de agentes sociais dos mais diversos, participa e contribui do sistema de produção e circulação econômica e de informação. Por outro lado, ele sempre serviu com o propósito de representação dos feitos humanos, para o bem e para o mal, dos valores, das culturas, das cores e encantos dos países emissores. Conta em elementos imagético-verbais das belezas aos horrores ocorridos no mundo nos últimos 177 anos.



## 2.4 “O olho-de-boi é que engorda o filatelista”<sup>20</sup>: o surgimento do selo postal no Brasil

Figura 19 – Bloco comemorativo: 350 anos dos Correios no Brasil



Fonte: Acervo.

A partir de um pequeno pedaço de papel, que carrega arte e criatividade, é possível despertar o desejo de se manter atualizado sobre qualquer tema. O colecionismo de selo, em sua prática, pode revelar aspectos diferenciados a respeito de uma nação ou de um povo e sua cultura, destacando a pintura, a música, a fauna, a arquitetura, o esporte, a religiosidade, entre outros assuntos. Os selos recebem abordagens que privilegiam um recorte detalhado da temática explorada (CORREIO FILATÉLICO, 2014, p. 20).

A invenção do selo postal como comprovante de franqueamento é apenas um capítulo muito recente na história da comunicação humana. Os sistemas de correios para envio de mensagens escritas também surgiu muito antes da invenção do selo postal. E em nosso país não foi diferente. Os sistemas de Correios já eram organizados muito antes do advento do surgimento do primeiro selo postal.

Se buscarmos na história alguns antecedentes da importância das cartas e dos correios para a constituição de nossa nação, vamos remontar a três acontecimentos.

Primeiramente, nosso país é, por certo, um dos poucos países do mundo que teve como primeiro acontecimento dito histórico – pela visão eurocêntrica a nós ensinada nas escolas – marcado e descrito por uma carta, ou seja, a carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão da frota de Cabral, que conta ao rei de Portugal as maravilhas da nova terra recém descoberta. Um segundo fato histórico digno de registro é que a Proclamação da Independência do Brasil também está ligada a uma carta. Foi a carta do rei de Portugal, acompanhada de cartas da princesa Leopoldina e de José Bonifácio, transportadas a cavalo até São Paulo pelo carteiro Paulo Bregaro (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2005), que

<sup>20</sup> ALMEIDA E VASQUEZ (2003, p. 60).

motivaram D. Pedro a proclamar a Independência. E por fim, embora as inúmeras controvérsias, também foi uma carta, um decreto assinado pela Princesa Isabel, a Lei Áurea, que proibiu legalmente a escravidão em nosso país.

As cartas estão presentes no imaginário e na vida do brasileiro desde o dia em que o Brasil sequer tinha este nome, até os dias de hoje.

Mas voltemos à importância dos serviços postais e dos correios. Ao longo da história, os serviços postais foram uma forma de garantir a integração territorial. Essa era uma preocupação constante, pois o controle do território português era essencial para manter o poder do Rei. Foi com a indicação de um representante nobre para cuidar dos serviços de correspondência, o Correio-Mor, que a Monarquia conseguiu fortalecer-se nesse sentido.

A partir da expansão ultramarina e da conquista de outros territórios no além-mar, surgiu a necessidade em manter uma unidade coesa entre colônias e Metrópole. Por isso, em 1663, Luís Gomes da Mata Neto, então Correio-Mor das Cartas de Mar, nomeia o Alferes João Cavaleiro Cardoso para o ofício de Assistente de Correio-Mor no Rio de Janeiro. Justamente esse marco foi escolhido para comemorar o aniversário dos Correios no Brasil (CORREIOS, 2013b).

No bloco comemorativo que abre esta sessão, os Correios destacam em 3 selos alguns marcos importantes para a consolidação do sistema dos Correios no Brasil, que comemorou em 2013 os seus 350 anos.

O primeiro selo remonta ao ano de 1663, considerado o ano de início das atividades postais regulares no Brasil. O selo representa uma caravela estilizada. Como plano de fundo, é representada uma carta do Rei de Portugal, daquele ano, nomeando o Alferes João Cavaleiro Cardoso para ofício de Correio-Mor Assistente do Rio de Janeiro, e pelo mapa das Capitânicas Hereditárias, sistema de organização político-administrativa vigente naquela data. O segundo selo representa o período de 1852 e refere-se à inauguração do telégrafo elétrico no Brasil. Em detalhe, observam-se acontecimentos relativos ao funcionamento e instalação do telégrafo, e o aparelho Breguet<sup>21</sup>. O terceiro selo representa o período de 2013, mostrando o papel dos Correios no presente, como agente de integração nacional. Foram destacadas imagens relacionadas à triagem e entrega de correspondências.

---

<sup>21</sup> O telégrafo é um aparelho de sistema de comunicação à distância, baseado na emissão de impulsos eletromagnéticos, através do qual se transmitem informações escritas, na forma impressa, por um código universal, o Código Morse. A telegrafia elétrica foi introduzida no Brasil em 1851. Eram utilizados dois aparelhos Breguet, de manivela e mostrador. Após um ano, a primeira ligação oficial foi feita entre o Palácio do Governo e o Quartel General do Rio de Janeiro, onde os aparelhos estavam instalados. Esse telégrafo, também conhecido por telégrafo de quadrante, foi criado por Louis-François-Clément Bréguet por volta de 1845. (Informações: Empresa de Correios e Telégrafos do Brasil).

Um dos maiores marcos para a integração nacional, no Império, foi a adoção do Telégrafo Elétrico, em 1852. Inicialmente utilizado somente pelo serviço de polícia da Corte, as linhas telegráficas se espalharam por quase todas as províncias, garantindo um país integrado a partir dos fios telegráficos (CORREIOS, 2013b).

Desde então, os Correios passaram por inúmeras transformações, com a finalidade de promover a comunicação rápida e eficiente entre as regiões brasileiras e destas com o mundo.

A integração territorial brasileira deu um passo maior na Independência. Concomitante ao surgimento do telégrafo ocorre a criação de outra tecnologia de comunicação no Brasil: o surgimento do selo postal. Houve o início de uma reforma postal no Brasil Império em 1829<sup>22</sup>, visando conectar as diversas províncias por meio dos Correios. Mas esta grande reforma postal se consolidou apenas em 1843, com a adoção do selo postal como forma de cobrança adiantada de franquia.

Conforme supracitado, o marco de início da institucionalização dos serviços postais regulares no País deu-se em 1663, quando o Alfêres João Cavaleiro Cardoso foi nomeado para o cargo de Assistente de Correio-Mor na capitania do Rio de Janeiro. Porém, ainda no período colonial, em 1798, foi abolido o ofício de Correio-Mor e os Correios são reintegrados à alçada da Coroa. É importante salientar que os Correios são vistos como um serviço essencial e estratégico. Mesmo em um mundo em que vivemos uma política e economia com uma guinada ao neoliberalismo, os serviços de correios constituem-se um dos poucos que permanecem sob jurisdição do Estado.

A chegada do selo postal foi fundamental para o sucesso da reforma postal, revolucionando os sistemas de Correios no mundo inteiro. Graças ao selo, houve uma transformação nas comunicações do século XIX e no desenvolvimento dos correios dos países, gerando riquezas e crescimento das nações.

Até o aparecimento dos selos, o sistema usado pelos Correios era o das cartas cujo porte, inscrito por meio de carimbos ou à mão, era pago em dinheiro pelos destinatários, em função do peso, e também da distância. As cartas recebiam um carimbo nominal que indicava o Correio expedidor e a marca de porte, também denominada “selo fixo”, ou seja, a taxa a pagar pelos destinatários (CORREIO FILATÉLICO, 2006, p. 32).

A Inglaterra havia emitido seus primeiros selos postais em 1840. A novidade, enfim, chegou ao Brasil. Mas em que contexto se deu o seu aparecimento no Brasil, muito antes de outras nações desenvolvidas?

---

<sup>22</sup> A Reforma Postal de 1829 foi um documento assinado por D. Pedro I. “Foi o primeiro regulamento postal exclusivamente brasileiro, após a Independência, pois até então valiam os regulamentos portugueses. Este regulamento estabeleceu novas linhas postais, criou portes e administrações postais nas capitais das províncias e regulou por muitos anos o tráfego postal”. Fonte: ABRAFITE

As mudanças nos serviços postais na Inglaterra estavam inseridas num contexto econômico e político mais amplo. Tornava-se estratégico para o Império o controle do mercado nas colônias, e o sucesso das transações comerciais a distância dependia diretamente da eficiência nos serviços de troca de correspondências. As estreitas relações comerciais e políticas entre o Império brasileiro e o britânico no período favoreceram a absorção quase imediata da novidade entre nós, antes mesmo que outras nações economicamente mais desenvolvidas adotassem tais medidas. Com população de aproximadamente 6 milhões de habitantes, vivendo principalmente na zona rural, dependendo da força do café – o “ouro verde” –, o Brasil adotou, ainda em 1842, o modelo de reforma postal sugerido por Rowland Hill, sendo o segundo país a implantar o novo sistema de serviço dos Correios baseado na cobrança antecipada da taxa (por meio do selo) e no cálculo da despesa segundo o peso das cartas (ALMEIDA E VASQUEZ, 2003, p. 23).

Estava criada a série *Olhos de Boi*. Criados pelo Decreto nº 255, de 29 de novembro de 1842, os Olhos-de-boi foram emitidos em 1 de agosto de 1843. Tal fato representou uma mudança nos serviços postais brasileiros, pois permitiu a arrecadação da franquia adiantada, melhorando a receita dos Correios, e, também, a agilidade das entregas.

À época da criação do Olho-de-Boi, o primeiro selo brasileiro e segundo do mundo – diferentemente do que ocorrera na Inglaterra, onde o selo *Penny Black* estampava a efígie da Rainha Vitória – o Imperador D. Pedro II não permitiu focalizar sua efígie no selo, a fim de que os carimbos que seriam utilizados pelos empregados dos Correios no serviço de obliteração, não maculassem sua soberana face.

Figura 20 – Envelope circulado com a série “Olhos de Boi”



Fonte: <http://selosdobrasil.forumeiros.com>. 2015.

A figura 20 apresenta uma peça única da Filatelia mundial. É o único envelope com a série completa *Olhos de Boi* (nome dado devido ao formato do desenho, semelhante ao olho do animal). Nele consta um selo *Olho-de-boi 30 Réis* + par de *Olhos-de-boi 60 Réis* + *Olho-de-boi 90 Réis*. Este envelope circulado ainda encontra-se em alguma coleção no Brasil, e é o de maior valor de uma peça das Américas. Segundo discussões em fóruns de colecionadores,

e um artigo de Meyer (2012), intitulado *Quanto vale um Olho de Boi?*, o valor da peça pode alcançar (e até ultrapassar) as cifras de R\$ 2.310.000,00 (ou US\$ 770.000,00, cuja cotação na época girava em torno de R\$ 3,00).

Como destaca Guapindaia (2012), dá-se muita credibilidade à visão avançada do Imperador Dom Pedro II em adotar este sistema inovador, logo após o seu lançamento, e que foi responsável por melhorar as comunicações no país.

Entretanto, para além do personalismo, é preciso atentar para o significado político da adoção dos selos em um país de independência recente, que buscava coesão interna e a afirmação frente ao cenário mundial. Nessa época, o desafio das autoridades que assumiam o país era firmá-lo enquanto nação e manter a unidade em um território extenso. Além disso, passava-se por um período de aumento das trocas comerciais internacionais, havendo a necessidade de se tornar as comunicações mais rápidas e as distâncias mais curtas. (GUAPINDAIA, 2012, p. 26).

Atitudes estas que levaram ao início da reforma postal em 1829, à criação do sistema de cobrança antecipada pela postagem de correspondências segundo seu peso, em 1843 – sendo o selo postal o seu “recibo” e o carimbo como comprovante – e o telégrafo elétrico em 1852.

E quais eram os elementos imagético-verbais estampados nos primeiros selos postais brasileiros? Em termos gerais, o padrão de suas imagens eram representadas apenas por cifras, brasões e arabescos.

Isso nos leva a pensar que, inicialmente, os selos foram adotados somente enquanto medida prática para solucionar o problema na agilidade das correspondências. Assim, pelo menos no que diz respeito aos selos e à reforma postal, a preocupação da integração nacional territorial precedeu a preocupação com a manutenção da unidade simbólica. Guapindaia (2012) destaca, em relação à utilidade dos selos enquanto integradores nacionais, que esta não se deu de forma homogênea neste país de dimensões continentais. Naquela época, onde muitas províncias estavam pouco conectadas com o resto do país – como Goiás e Mato Grosso – os olhos-de-boi só chegaram no ano de 1844, quando a impressão desses selos já havia sido suspensa, dando lugar à série “Inclinados”.

Portanto, a adoção dos selos postais no Brasil, em conjunto com a reforma postal, representam apenas o marco inicial da tentativa de construir um país integrado, quer simbolicamente, quer territorialmente.

Como destaca Almeida e Vasquez (2003), deve-se sempre levar em consideração as grandes distâncias e o difícil acesso devido à questão topográfica, o que dificultava a chegada dos Correios a muitas regiões do interior do país naquele tempo. Para se ter uma ideia, o

quadro abaixo elenca as distâncias e o tempo que demoravam as entregas de correspondências na primeira metade do século XIX, tendo como ponto de partida a cidade do Rio de Janeiro e as principais localidades de destino do território nacional naquela época.

Tabela 1 – Distâncias e tempo de entrega de correspondências a partir do Rio de Janeiro no século XIX

<b>Destino</b>	<b>Distância</b>	<b>Período</b>
<b>Campos (RJ)</b>	279 km	7 dias
<b>São João del Rei (MG)</b>	348 km	9 dias
<b>Ouro Preto (MG)</b>	475 km	10 dias
<b>São Paulo (SP)</b>	429 km	15 dias
<b>Porto Alegre (RS)</b>	<b>1.553 km</b>	<b>43 dias</b>

Fonte: Adaptado de Almeida e Vasquez (2003).

Atualmente, contudo, a situação é bem diferente. Com a paulatina formação de uma sociedade que necessitava de comunicações rápidas e eficientes, os serviços postais e telegráficos se aproximaram cada vez mais.

Além disso, as mudanças ocorridas nos períodos imperial e republicano brasileiros refletiram diretamente também na produção e circulação de selos postais, em seus desenhos, suas tarifas e seus tipos. Com o tempo, além de instrumentalizar e modificar o serviço dos correios, eles passaram a serem vistos como produtos simbólicos estatais.

A expansão do comércio nacional e internacional, as revoluções separatistas das colônias, os avanços tecnocientíficos, a explosão do uso de correspondências e o aumento do comércio estritamente filatélico, foram algumas das causas que impulsionaram os governos a olhar mais atentamente para os selos e verem ali, uma possibilidade de instrumentalizar o potencial de propaganda e comunicação dos Estados. [...] Mas não foi apenas isso. Os governos republicanos e as colônias que se independizavam, utilizavam o selo postal comemorativo como um texto de divulgação das tradições e da identidade nacional, em constate diálogo com outras textualidades, como as cerimônias, a documentação oficial do Estado, currículos escolares, cédulas, moedas, cartões-postais, fotografias, discursos políticos, a construção de monumentos, edificações, etc. (GOMES E SALCEDO, 2013, p. 100-101).

Já no período Republicano, podemos destacar, em 1931, a criação do Departamento de Correios e Telégrafos, que marca a união dos serviços postais e telegráficos, para acelerar as comunicações brasileiras. Segundo os Correios (2013a), “é nesse cenário desafiador que o desenvolvimento dos Correios passou a contar cada vez mais com transformações tecnológicas, que tinham como objetivo atender um País em vias de modernização”.

Essa tendência em manter as comunicações integradas permaneceu na segunda metade do século, quando se criou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em 1969. A transformação dos serviços postais e telegráficos em Empresa ofereceu o dinamismo

necessário à modernização das comunicações, além de recuperar a receita, que se encontrava em estado crítico.

A ECT voltou-se à satisfação do cliente, visando celeridade, segurança e regularidade nas entregas de correspondências e objetos a ela confiados. Surgiu, nessa época, o plano nacional de encaminhamento postal, com foco em quatro atividades básicas dos Correios: a coleta, a triagem, o transporte e a distribuição de objetos postados. Inovações tecnológicas foram adotadas para atender os propósitos da Empresa. Em 1972, foi inaugurado o Centro de Triagem da Alameda Nothman, em São Paulo, e, em 1976, a instalação de diversos centros de triagem automática, com término no início da década de 1980. Na área comercial, a partir de 1971, houve o aumento do número de agências e postos de Correios. Posteriormente, em 1982, a gama de serviços postais aumentou a partir da criação do SEDEX, que rapidamente expandiu-se para atender as demandas de entrega em todas as localidades do País. No ano 2000, a ECT lançou o e-SEDEX, voltado especificamente para atender as demandas do comércio eletrônico. Já em 2001, surgiu o SEDEX 10, que oferece a possibilidade de entrega até às 10 horas da manhã do dia útil seguinte. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a Agência dos Correios de Rio do Fogo - RN, concretizando-se o ideal de cobertura de 100% dos municípios brasileiros. (CORREIOS, 2013a).

O sistema de Correios foi modernizado, a integração nacional é maior, os sistemas de transporte são mais velozes. Com isso, segundo dados dos Correios, o prazo de entrega dos produtos postados, calculados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da postagem, variam entre 24h e 5 dias úteis, variáveis de acordo com a localidade, no caso do serviço *Sedex*; entre 24h e 2 dias úteis variando de acordo com a localidade, com o serviço *Sedex 10*; e entre 3 e 15 dias úteis variando de acordo com a localidade, com o serviço *PAC*. Contudo,

as correspondências vêm mudando para um perfil mais comercial, migrando da pessoa física para a jurídica. De 2013 para 2014, no Brasil, a carta social (pessoa física) reduziu de 186 milhões de postagens para 131 milhões. Já a comercial aumentou de 6,723 bilhões de postagens para 6,869 bilhões<sup>23</sup> (FONTENELE E RODRIGUES, 2015).

Desde seus primórdios, ao longo de todo século XX e este início de século XXI, a ECT apresenta-se como importante instituição para garantir a unidade e coesão de um país tão vasto em suas dimensões e em suas diversidades econômica e cultural. E os números dos Correios são assombrosos. Conforme relata Santos (2013), para seu funcionamento e entrega de nossas correspondências, são 120 mil empregados, 17 mil pontos de atendimento, 59 mil carteiros, 25 mil atendentes, 20 mil veículos, 1 milhão de quilômetros rodados por dia, 36 milhões de objetos entregues por dia, com cobertura de atendimento em todos os 5570 municípios brasileiros.

<sup>23</sup> Trecho extraído do jornal digital “O povo”, em artigo intitulado “Histórias postais” (2015). Fonte: [http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2015/08/01/noticias\\_jornalvidaearte.3477540/historias-postais.shtml](http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2015/08/01/noticias_jornalvidaearte.3477540/historias-postais.shtml).

Atualmente, a ECT trabalha para garantir a modernização de sua estrutura, acompanhando as tendências das transformações da sociedade, que busca cada vez mais soluções céleres e inovadoras no campo das comunicações.

A importância dos Correios tem sido enorme para o país de 1663 até hoje. É claro que cada momento teve uma conformação institucional, um jeito de ser, mas há um fato: os Correios sempre estiveram a serviço do desenvolvimento social e econômico do Brasil. Não importa em que forma de governo estivéssemos, fosse monarquia ou república, com democracia ou sem democracia, eles sempre tiveram papel importante na nossa história (OLIVEIRA, 2013, p. 42).

Dessa forma, chegamos à era das telecomunicações, a era da internet, das correspondências eletrônicas. A era das imagens. E o selo postal transmite a evolução das telecomunicações. Os Correios brasileiros retratam esta passagem em uma emissão de 2013.

Figura 21 – Internet: Redes integradoras



Fonte: Acervo.

Nossa forma de comunicação evoluiu, mas ainda nos relacionamos com apenas um *click*. Com apenas um toque, passa-se do telégrafo à Internet. No selo da figura 22 podemos ver do lado esquerdo até o lado direito superior focalizado o telégrafo, funcionando por pequenos cliques no aparelho. A informação é enviada para vários pontos da América Latina e do mundo, encurtando distâncias no século XIX. Do lado direito até o lado esquerdo inferior, nesta era da internet e do instantaneísmo, tem-se a informação sendo enviada por redes sem fio, também a partir de pequenos cliques. Já ao centro, nota-se o contorno da América Latina e a integração de todos os latino-americanos pela telecomunicação, dos tempos remotos até hoje.

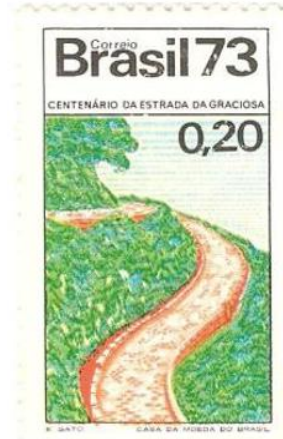
O mundo está se tornando cada vez mais interligado. Em todos os países, essas redes estão se tornando agora tão importantes como transporte, alimentação ou saneamento básico. As redes de telecomunicações cada vez mais sustentam outras infraestruturas em rede para ajudar a garantir a prestação eficiente dos serviços públicos tais como saúde, educação, energia, transporte, serviços de emergência e muito mais. Essas redes também estão nos conduzindo a novas formas de interação social, diálogo, intercâmbio e colaboração.



E como a escola, os professores e a Geografia escolar estão sabendo lidar com este mundo midiático e informacional, permeado por redes telecomunicacionais e por imagens, onde as informações instantâneas e o apelo imagético e midiático são uma marca cada vez mais constante? Esta é uma indagação inicial sobre a qual nós educadores necessitamos fazer um esforço reflexivo, buscando compreender o que é e como deve ser trabalhada a ciência geográfica em sala de aula, e de como ela contextualiza e se relaciona com este mundo globalizado. Aprofundaremos nesta questão no capítulo 4, buscando conduzir os leitores a se situarem nos caminhos que iremos traçar nesta pesquisa.

### 3 DISCUSSÕES METODOLÓGICAS

Figura 22 – Caminhos a trilhar



Fonte: Acervo.

Caminante, no hay camino,/ se hace camino al andar./  
Al andar se hace el camino,/ y al volver la vista atrás/  
se ve la senda que nunca/ se ha de volver a pisar  
(MACHADO, 2015).

O que buscamos alcançar após a construção dos caminhos desta pesquisa? É saber um pouco do histórico da Filatelia e de sua constituição no Brasil, ensinando-as nas escolas? Lógico que não. O propósito não é criar “filatelistas-mirins”. Então é discutir a relevância da utilização de materiais didáticos alternativos e das imagens nas aulas de Geografia. Certamente, não é só isso. Existe uma literatura que aborda acerca destas temáticas, e que esta pesquisa não daria conta. Então seriam receitas estruturadas e dicas de caminhos a percorrer caso o professor de Geografia resolva utilizar os selos postais em suas aulas? Jamais. Embora elaboraremos algumas atividades práticas, estas não devem servir como guias estruturados, mas servir apenas como uma ideia para o professor explorar toda sua criatividade.

Para viabilizar a investigação do problema proposto a fim de que os objetivos traçados sejam operacionalizados, esta pesquisa apoia-se sobre o princípio metodológico da pesquisa qualitativa, ancorado no método Semiótico.

Como preocupação metodológica para este estudo, este se baseia em Costella (2008), que parte do pressuposto de que, para ensinar Geografia, não basta apenas conhecermos a estrutura teórica da ciência, transpondo-a como aprendemos aos nossos alunos. Mas sim, precisamos compreender como o aluno articula seu pensamento para aprender. É necessário aproximar a Geografia ao ato de aprender.

### 3.1 Caminhos a percorrer: a pesquisa qualitativa e a prática em sala de aula

Como já adverti anteriormente, esta pesquisa não busca criar receitas estruturadas e dicas de caminhos a percorrer. A própria pesquisa qualitativa orienta para o fato de não buscarmos receitas estruturadas ou verdades irrefutáveis. O objetivo deste trabalho não é classificar, catalogar e descrever os elementos imagético-verbais dos selos postais, pois isto feriria o propósito da pesquisa qualitativa e abdicaria da curiosidade e da subjetividade dos alunos envolvidos na análise e elaboração de suas próprias hipóteses.

Também não objetivamos que estas hipóteses sejam estanques. Na medida do desenvolvimento da prática em sala de aula – técnica de coleta de dados que adotaremos – esperamos que os alunos desconstruam suas teorias preexistentes, levantando outras dúvidas que enriquecerão o debate. Sendo assim, estamos abertos “[...] a certo grau de reflexão sobre o tema, à apropriabilidade da questão e dos métodos de pesquisa, bem como às percepções e aos pontos cegos do próprio pesquisador” (FLICK, 2009, p. 36).

Alguns pressupostos que levaram à pesquisa qualitativa podemos encontrar em Paraíso (2014). Primeiramente, a de que “este *nosso tempo vive mudanças significativas na educação*, porque mudaram as condições sociais, as relações culturais, as racionalidades. [...] Mudaram as pedagogias e os modos de ensinar e aprender.” (PARAÍSO, 2014, p. 28). Vivemos em tempos de mudanças de pensamento, mudanças sociais. As novas perspectivas culturais atribuem singularidades aos objetos e sujeitos. Diferentes pontos de vista são bem vistos e, mais do que isso, enriquecedores à prática, tornando-se possibilidade de análise. A curiosidade e as indagações, antes vistas como problemáticas, agora passam a ser vistas como motores para a construção do conhecimento. Isso evidencia uma segunda premissa, que, nas palavras de Paraíso (2014, p. 28) “educamos e pesquisamos em um tempo diferente”.

Um terceiro pressuposto que adotamos é de que “a verdade é uma invenção, uma criação” (PARAÍSO, 2014, p. 29). Não existe a “verdade”, mas sim, “regimes de verdade”, discursos tomados como verdadeiros. O selo postal, como produto simbólico, nada mais é do que um discurso de verdade veiculado por um Estado emissor. Assim, tudo o que nele vemos e lemos pode e, mais ainda, deve ser investigado e problematizado, pois, além do forte apelo imagético, podemos buscar como tal discurso se tornou verdadeiro num determinado tempo histórico, e não outros discursos.

Com a intenção de abarcar os objetivos específicos propostos e operacionaliza-los, o percurso investigativo se apoiou nos princípios da pesquisa qualitativa (FLICK, 2009;

PARAÍSO, 2014) e na prática em sala de aula com auxílio de imagens como técnica de coleta de informações.

Podemos definir que o principal método utilizado para esta prática em sala de aula foi a observação. Porém, também foi participativa no sentido de o pesquisador ter atuado na figura de professor desta turma no período de vigência da intervenção pedagógica.

Flick (2009) faz alguns apontamentos a respeito de fases no processo de observação que o pesquisador deve levar em consideração:

- A seleção de um ambiente, ou seja, onde e quando os processos e as pessoas que forem interessantes para a pesquisa podem ser observados;
- A definição do que deve ser documentado na observação e em cada caso; [...]
- Observações descritivas que ofereçam uma apresentação geral inicial do campo;
- Observações focais que se concentrem mais em aspectos relevantes à questão de pesquisa;
- Observações seletivas cuja finalidade seja a apreensão intencional apenas de aspectos centrais;
- O fim da observação, quando se chega à saturação teórica (FLICK, 2009, p. 149).

Flick (2009) ainda nos alerta a respeito dos problemas na condução do método, ou seja, ao definir o papel que o observador desempenhará ao permanecer no campo de pesquisa (no nosso caso, como sujeito atuante em sala de aula) ao mesmo tempo em que observa. Afinal, quanto mais facilidade houver para se supervisionar um campo, maior dificuldade se terá para participar deste sem intervir nos resultados. E esta é inclusive uma das limitações deste método.

Mais especificamente dentro deste método que parte da observação de ações preestabelecidas, utilizamos as imagens (dos selos postais) como instrumento e objeto da pesquisa. Apropriamo-nos e adaptamos este método de observação de imagens proposto por Flick (2009), visto que sua proposição metodológica se referia às imagens da fotografia. Porém, em muitos aspectos, a partir das imagens dos selos postais podemos seguir o mesmo princípio metodológico.

Flick (2009) nos diz que há um renascimento da observação a partir do uso da mídia visual na pesquisa, e que esta se configura como uma “observação de segunda mão, tanto como tópico quanto como método” (FLICK, 2009, p. 161).

Conforme Flick (2009), há quatro possibilidades de distinguir as relações entre o pesquisador e os pesquisados no caso da observação a partir das imagens. Para o propósito desta pesquisa, nos enquadrados no tópico em que o pesquisador pode mostrar os selos postais (como demonstrador) para o grupo em estudo (os intérpretes serão os alunos), fazendo

perguntas e conduzindo discussões a respeito do material de análise. O autor ainda ressalva que “o material visual não apenas é concluído diante de um certo pano de fundo teórico, como também é percebido e interpretado a partir de um ponto de vista específico” (FLICK, 2009, p. 163).

E é aqui que se enquadra a nossa prática, ou seja, o material visual empregado nas práticas analisadas não teve como propósito (e nem poderia) de sugerir um caminho de interação e interpretação único, visto que a observação sempre é subjetiva. Além disso, esse material visual serviu como dispositivo para sugerir sua interpretação na forma textual, que será também um material que utilizaremos para a análise dos resultados.

Com base nestas ideias preliminares, explicaremos como foram organizadas e conduzidas as práticas de observação ativa em sala de aula com o auxílio de material visual. Para tal, é importante observar: a) local de realização; b) composição do grupo em análise; c) estruturação da prática; d) planejamento dos encontros.

**a) Local de realização:** primeiramente, tomemos como princípio os escritos de Flick (2009) que diz que em uma pesquisa qualitativa, o papel do pesquisador é de suma importância, pois suas competências comunicativas são o principal instrumento para a coleta de dados, não podendo, portanto, ser neutro no campo e no contato com as pessoas observadas. Desta forma, determinar quais informações o pesquisador terá acesso depende do sucesso na adoção de um papel ou postura adequada.

Para tal, a escolha do local é muito importante para um melhor desenvolvimento do trabalho. A proposta de trabalho referente à utilização do selo postal como material didático alternativo ao processo de ensino-aprendizagem da Geografia foi desenvolvida durante dois dias, a saber, os dias 13/12 e 14/12 de 2016, no turno da manhã, desenvolvida em uma escola municipal do município de Porto Alegre localizada no Bairro Mário Quintana, na Zona Norte deste município.

Em relação à origem, estes alunos são provenientes, em sua grande maioria, do próprio bairro, sendo que poucos alunos residem em bairros adjacentes ou no município de Viamão, situado próximo à escola, em uma realidade de vulnerabilidade social.

É importante frisar a escolha desta escola: não se buscou melhores ou piores representações sociais a partir das imagens. Queríamos justamente verificar as estratégias de observação destes alunos que pouco tem acesso a meios visuais imagéticos ou dificilmente saem de sua localidade, e os graus de interesse e de estranheza gerados pelo material da

pesquisa (a relação entre o aluno e o material didático alternativo, que é o subsidiário para a construção do conhecimento).

Nas palavras de Costella (2008, p. 54-55) “o que se buscou foi textualizar as diferenças conceptivas imagética dos alunos nessas representações. Não se questiona a influência do meio na construção do conhecimento, qualificando ou desqualificando resultados, pois se compreende que a construção é um processo próprio”.

**b) Composição do grupo em análise:** o grupo escolhido para a realização desta prática foi uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental da referida escola, composta por 32 alunos, em idades que variavam de 10 a 14 anos.

Escolhemos uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental por dois motivos. Primeiro, pois a construção do conceito de paisagem e das habilidades e competências empregadas para sua leitura ocorrem, segundo o currículo, nesta etapa da seriação. Segundo, para compreender de que forma os alunos utilizam-se de diversas estratégias de apreensão das informações em um momento de transição do estágio operatório-concreto para o estágio operatório-formal.

**c) Estruturação da prática:** a prática foi realizada em sala de aula, onde foram desenvolvidas duas aulas de observação, e cada aula corresponderam a dois períodos, totalizando desta forma quatro períodos de aproximadamente 50 minutos cada para o desenvolvimento das atividades propostas. Para tal, foi necessário um planejamento previamente estabelecido quanto ao andamento, a quantidade e o tempo de duração das atividades propostas a fim de se alcançarem os objetivos propostos.

Para realizar o primeiro contato com o grupo pesquisado e iniciar o trabalho, realizamos um aquecimento, um rito de abertura, conforme proposto no quadro a seguir, adaptado de Flick (2009).

Tabela 2 – Exemplo para o início de uma prática de observação

Antes de começarmos nossa discussão, é importante que a gente se conheça. Vamos iniciar com alguns comentários introdutórios sobre nós mesmos. X, por que você não começa dizendo o seu nome e falando um pouco sobre você? Sua idade, série, quais suas expectativas em relação a este trabalho. Depois, eu gostaria que o colega do lado fizesse o mesmo, e assim sucessivamente.

Hoje vamos realizar um trabalho de Geografia, mas utilizando alguns materiais diferentes. Antes de iniciarmos, farei alguns pedidos a vocês. Primeiro, vocês devem estar

sabendo do que se trata esta proposta e que faremos alguns registros fotográficos e escritos. Assim eu posso voltar a consultar nossa discussão quando eu for escrever meu relatório. Se alguém aqui se sente constrangido em tirar fotos, por favor o diga, e, é claro, terá toda a liberdade de não aparecer. Falem bem alto e vamos tentar fazer com que apenas uma pessoa fale por vez. Meu papel será o de mediador, para tentar garantir que todos tenham sua vez de falar. Por último, por favor, digam exatamente o que vocês pensam. Não se preocupem com o que eu penso ou com o que o seu colega pensa. Nós estamos aqui para trocar opiniões, para nos divertirmos e aprendermos enquanto fazemos isso.

Que tal começarmos as apresentações?

Fonte: Adaptado de Flick (2009).

**d) Planejamento dos encontros:** com o intuito de realizar um trabalho de observação e discussão focado e obter informações relevantes para a pesquisa, de acordo com os objetivos propostos, elaboraremos um planejamento que intitularemos de *Agenda das práticas*. Para organizá-lo, levou-se em consideração os tópicos abordados, os objetivos propostos, enquadrados dentro da duração prevista (aproximadamente 50 minutos). Assim, foram elaboradas as estratégias para a condução das práticas, visando estimular a discussão e o debate, gerando tópicos que serão trabalhados nas atividades e no encontro seguinte.

A seguir, será apresentado um exemplo do que se configurará a *Agenda das práticas*.

Tabela 3 – Agenda das práticas

AGENDA DAS PRÁTICAS						
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós Graduação em Geografia						
Mestrando: Maicon Fiegenbaum						
Ano: 6º ano E.F.		Turma:		Turno: Manhã.		
Nº de períodos: 2 períodos		Data provável: dezembro de 2016		Disciplinas: Geografia		
Professora regente:		Profs. Orientadora: Profa. Dra. Roselane Zordan Costela				
Tema:						
Competência(s):						
Habilidades:						
Objetivos	Conteúdo	Desenvolvimento	Técnicas e Recursos	Avaliação	Bibliografia	
		<p><b>Momento 1 – o desafio:</b> Tempo estimado:</p> <p><b>Momento 2 - Sistematização:</b> Tempo estimado:</p> <p><b>Momento 3 – Finalização</b> Tempo estimado:</p>				

Nesta organização, destacamos os procedimentos adotados, métodos e técnicas de ensino empregadas. O desenvolvimento foi detalhado passo a passo, na tentativa de esclarecer o que queríamos trabalhar e o que buscávamos que o aluno construísse a partir de uma explanação, de uma dinâmica ou de um trabalho específico. Novamente vale destacar a importância de variar a metodologia dentro das possibilidades do conteúdo, permitindo dessa forma diferentes maneiras de se analisar determinados fenômenos, além de permitir formar uma base para identificar qual destas formas os alunos apresentam melhor desenvolvimento das reflexões e melhores construções dentro dos objetivos propostos.

Nossa prática era dividida em três momentos: o primeiro momento da aula consiste na proposição de um desafio, que parte da premissa de que o aluno aprende por processos de assimilação – acomodação - reequilíbrio. Portanto, para tal é necessário um desequilíbrio. Este desequilíbrio foi proposto, por exemplo, através da exposição de uma situação-problema, de uma pergunta-problema, de imagens, entre outros, fazendo com que o aluno pensasse o porquê aquilo era importante e como ele deveria aplicar para construir um conhecimento geográfico. O segundo momento consiste na etapa da sistematização. Nesta etapa, utilizava diferentes recursos e metodologias para trabalhar os conteúdos propostos e desenvolver as competências e os objetivos. Por fim, o terceiro momento consiste na finalização da atividade, refletindo sobre o que fora sistematizado, buscando sempre que possível desequilibrar o aluno novamente, através da proposição de uma pergunta ou de um trabalho individual ou em grupos, por exemplo, onde seria necessário articular os conceitos trabalhados com a realidade exposta por uma proposta metodológica e um enunciado, sempre visando o maior nível de clareza possível.

### 3.2 Semiótica: uma chave para múltiplas leituras

Figura 23 – Tudo o que este selo postal retrata é real



Um signo jamais será o que é, visto poder ser inclusive o que não é (IASBECK, 2010, p. 32).



Toda definição acabada é uma espécie de morte, porque, sendo fechada, mata justo a inquietação e curiosidade que nos impulsionam para as coisas que, vivas, palpitem e pulsam (SANTAELLA, 1983, p. 1).

Imagem: um significante, muitos significados. Que na contemporaneidade, na nossa chamada sociedade moderna e midiática, vivemos cercados por imagens por todos os lados, talvez não seja novidade para ninguém, pois as presenciamos cotidianamente.

Que a Geografia trabalhe igualmente com imagens, também não seja novidade. Mas qual é a sua real importância? Elas apenas retratam a realidade visível ou estão permeadas por outros elementos não visíveis?

Por exemplo, no campo artístico, a noção de imagem vincula-se essencialmente às representações visuais: ilustrações, pinturas, desenhos, fotografias, filmes, vídeos, entre outras. Também utilizamos a expressão “imagem mental”. Esta é produzida quando se lê ou ouve-se algo, sendo que nós, seres humanos, conseguimos processar a imagem como se estivesse lá.

Mas, se a imagem for percebida como representação – que, aliás, é o nosso propósito de análise neste trabalho – isso significa que a imagem é percebida como signo. Santaella (1990) alerta para uma distinção necessária sobre o nascimento e crescimento de duas ciências da linguagem que nasceram no Século XX. Uma delas é a ciência da linguagem verbal (Linguística) e a outra é a Semiótica, que na verdade é uma ciência de toda e qualquer linguagem.

Mas o que vem a ser o signo? Buscamos em Plaza (1987) uma referência breve. Na sequência retornaremos a estes conceitos estruturantes da Semiótica.

O signo é algo que, sob certo aspecto, representa alguma coisa para alguém, dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. Este signo é significado ou interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto, coloca-se em lugar desse objeto e ‘algum espírito o tratará como se fosse aquele outro (PLAZA, 1987, p. 21).

O nosso mundo se tornou complexo, cada vez mais vem sendo tomado por signos. Vivemos cercados por imagens visuais, sob o estímulo de imagens reproduzidas continuamente, ou, conforme as palavras de Santaella (2012, p. 7), vivemos em uma “verdadeira floresta de signos”. Como estamos compreendendo e interagindo com tais signos – não mais apenas os signos verbais, mas também os não-verbais? Ao nos depararmos em um mundo cercados por imagens, aprendemos a lê-las de forma intuitiva. Mas, será que nós, ao recebermos estas imagens, sabemos lê-las de forma crítica e contextualizada?

Para auxiliar este caminho metodológico para a leitura de imagens, ou melhor, para uma “alfabetização visual” (SANTAELLA, 2012), recorreremos ao método semiótico.

Mas, o que é a Semiótica? Como ela se estrutura? Quais serão seus principais representantes e seus conceitos estruturantes?

Para buscar compreender um pouco do método semiótico e buscar responder algumas destas perguntas inquietantes, buscaremos, neste primeiro momento, discorrer sobre algumas ideias gerais desta teoria, que serão melhor esclarecidas em capítulos subsequentes. Para isto, recorreremos à fontes secundárias, mas que são unanimidade quando o assunto é a Semiótica, como Santaella (1983; 2005; 2012) e Iasbeck (2010).

A Semiótica é uma ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, tem como objetivo examinar os modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido.

Para exemplificar o quanto a Semiótica é uma ciência complexa, Santaella (1983), nos diz que “seu campo de indagação é tão vasto que chega a cobrir o que chamamos de vida, visto que, desde a descoberta da estrutura química do código genético, nos anos 50, aquilo que chamamos de vida não é senão uma espécie de linguagem” (SANTAELLA, 1983, p. 2).

Mas não vamos adentrar aqui a respeito da investigação da linguagem genética, nem na linguagem cibernética, nem propriamente na linguagem verbal – a Linguística – mas sim, justamente na Semiótica, que estuda toda e qualquer linguagem.

Esta teoria começa a tomar forma no final do século XIX, e está alicerçada sobre três bases: nos estudos do linguista Saussure, professor da Universidade de Genebra. Outra fonte são os trabalhos dos filólogos Viesse-Iowski e Potiebniá, na efervescente União Soviética do início do século XX. Mas os conceitos aqui utilizados são obra do trabalho de Charles Sanders Peirce (1839-1914), cientista e filósofo estado-unidense.

Iasbeck (2010) nos dá uma base sobre como se estrutura a Semiótica de Pierce.

A teoria semiótica de Charles Sanders Peirce está assentada no princípio segundo o qual *o homem jamais terá acesso à realidade tal como ela é*, visto que tudo o que existe não se apresenta; apenas se representa por sinais captáveis pela percepção do observador. Para Peirce, tudo o que existe é entidade semiótica. E essa noção se aplica até mesmo para uma ideia, pela competência que qualquer ideia tem de referir-se a outras. Peirce entende que os sinais emitidos pela inalcançável realidade [...] são o único meio de conhecimento, a única forma de travar contato e reconhecer uma existência, qualquer que seja sua natureza (IASBECK, 2010, p. 29).

Segundo esta definição bem generalista, Iasbeck (2010) nos diz que o grande princípio da Semiótica é o de que “o homem jamais terá acesso à realidade tal como ela é”. E quais são

os sinais que a nossa realidade contemporânea nos apresenta? Qual é a sua natureza? Para auxiliar na resposta destas perguntas, recorreremos à Santaella (1983).

De dois séculos para cá (pós-revolução industrial), as invenções de máquinas capazes de produzir, armazenar e difundir linguagens (a fotografia, o cinema, os meios de impressão gráfica, o rádio, a TV, as fitas magnéticas etc.) povoaram nosso cotidiano com mensagens e informações que nos espreitam e nos esperam. Para termos uma ideia das transmutações que estão se operando no mundo da linguagem, basta lembrar que, ao simples apertar de botões, imagens, sons, palavras (a novela das 8, um jogo de futebol, um debate político...) invadem nossa casa e a ela chegam mais ou menos do mesmo modo que chegam a água, o gás ou a luz (SANTAELLA, 1983, p. 2).

Como já bem destacava Santaella neste livro dos anos 1980, o mundo já era permeado de imagens midiáticas, criadas por máquinas que difundiam certa linguagem, de certa forma ainda incompreensível e carente de estudos. E hoje, mais de 30 anos após a publicação deste texto, será que conseguimos compreender esta nova linguagem? Como ela opera? Como podemos interpretá-la? A Semiótica pode nos proporcionar caminhos metodológicos para auxiliar na leitura desta linguagem e das imagens por ela difundida.

Afinal, no sistema social e cultural em que vivemos atualmente, estamos fadados a apenas receber linguagens que não ajudamos a produzir. Somos bombardeados cotidianamente por mensagens que servem à inculcação de valores que se prestam ao jogo de interesses dos proprietários dos meios de produção de linguagem, e não aos usuários. Sendo assim, Santaella (1983) afirma que

Considerando-se que todo fenômeno de cultura só funciona culturalmente porque é também um fenômeno de comunicação, e considerando-se que esses fenômenos só comunicam porque se estruturam como linguagem, pode-se concluir que todo e qualquer fato cultural, toda e qualquer atividade ou prática social constituem-se como práticas *sígnificantes*, isto é, práticas de produção de linguagem e de sentido (SANTAELLA, 1983, p. 2).

Mais uma vez, a Semiótica pode ser empregada para compreender as práticas de produção de linguagem e de sentido dentro de uma cultura. Afinal, tomando como ponto de partida (inclusive deste subcapítulo), aferimos que “as linguagens estão no mundo e nós estamos na linguagem”. E cabe à Semiótica investigar todas as linguagens possíveis. Como isto já é muita pretensão, Peirce, embora considerasse que toda expressão humana fosse uma questão semiótica, ele não a concebia como sendo uma ciência onipotente.

Talvez esta definição geral não tenha deixado em evidência o que, de fato, é a Semiótica. Mas esta (in)definição talvez seja uma pista. Afinal, como nos diz filosoficamente e de forma tão brilhante Santaella (1983), “toda definição acabada é uma espécie de morte,

porque, sendo fechada, mata justo a inquietação e curiosidade que nos impulsionam para as coisas que, vivas, palpitam e pulsam" (SANTAELLA, 1983, p. 1).

Dentro do espectro das linguagens, talvez uma, mais do que as demais, ganhou ao longo do tempo aspecto de exclusividade, de veracidade maior do que as demais linguagens: a língua foi elevada como forma de linguagem e meio de comunicação privilegiada.

Fomos condicionados historicamente – basta ver que este discurso é ainda recorrente na atualidade – de que a língua é a única forma de conhecimento, de saber e de interpretação do mundo possíveis e válidas. Ainda hoje vemos nas nossas escolas discursos em que a língua é um saber de primeira ordem, e os demais estão subordinados; em que a escrita é a forma de comunicação de primeira ordem, e todas as demais estão relegadas a um segundo plano; que as disciplinas de Português e Matemática são essenciais, e as demais são meramente informativas, complementares. Sendo assim, todos os demais saberes, principalmente os não-verbais – como as linguagens visuais e sonoras – foram relegados como saberes necessários.

Embora a Semiótica estude toda e qualquer forma de linguagem, ela ficou conhecida como a ciência que estuda os signos<sup>24</sup>.

Mas afinal, o que são os signos que a Semiótica estuda? Em uma definição mais detalhada,

o signo é qualquer coisa de qualquer espécie (uma palavra, um livro, uma biblioteca, um grito, uma pintura, um museu, uma pessoa, uma mancha de tinta, um vídeo etc.) que representa uma outra coisa, chamada de *objeto do signo*, e que produz um *efeito interpretativo* em uma mente real ou potencial, efeito este que é chamado de *interpretante do signo* (SANTAELLA, 2005, p. 8).

Em uma outra definição mais clara (embora utilizaremos os conceitos da definição anterior na sequência), Santaella (1983) afirma que

Um signo intenta representar, em parte pelo menos, um objeto que é, portanto, num certo sentido, a causa ou determinante do signo, mesmo se o signo representar seu objeto falsamente. Mas dizer que ele representa seu objeto implica que ele afete uma mente, de tal modo que, de certa maneira, determine naquela mente algo que é mediatamente devido ao objeto. Essa determinação da qual a causa imediata ou determinante é o signo, e da qual a causa mediata é o objeto, pode ser chamada o Interpretante (SANTAELLA, 1983, p. 12).

Estas são duas das muitas definições de signo que encontramos nas obras de Santaella, que as elaborou a partir dos estudos da obra de Peirce.

<sup>24</sup> “O estudo das linguagens e dos signos é muito antigo. Embora a semiótica só tenha ficado conhecida como uma ciência dos signos, da significação e da cultura, no século XX, a preocupação com os problemas da linguagem já começaram no mundo grego. Fala-se, por isso, em uma semiótica implícita, que compreende todas as investigações sobre a natureza dos signos, da significação e da comunicação, e uma semiótica explícita, quando a ciência semiótica propriamente dita começou a se desenvolver [...]” (SANTAELLA, 2005, p. XIII).

Em outras palavras, podemos dizer que o signo é uma coisa que representa outra coisa, ou seja, seu objeto. Segundo Santaella (1983), algo só pode ser considerado como signo se ele possuir o poder de representar, de substituir uma outra coisa diferente dele. Sendo assim, o signo não é o objeto, mas apenas está no lugar do objeto.

Tomemos por exemplo o objeto casa. Quais são alguns signos possíveis para este objeto? Listaremos aqui 10 signos que podem representar o mesmo objeto. Por exemplo, a palavra casa, a pintura de uma casa, a fotografia de uma casa, um selo postal de uma casa, o desenho de uma casa, um filme de uma casa, a planta baixa de uma casa, o esboço de uma casa, a maquete de uma casa, e até o seu olhar para uma casa. Todos eles são signos do objeto casa. Eles não são a casa, nem uma ideia geral que temos dessa casa. Cada um deles representa de certo modo o objeto, conforme sua natureza.

Santaella (1983) nos conduz para uma segunda noção que necessitamos possuir ao abordar os signos.

O signo só pode representar seu objeto para um *intérprete*, e porque representa seu objeto, produz na *mente* desse intérprete alguma outra coisa (um signo ou quase-signo) que também está relacionada ao objeto não diretamente, mas pela mediação do signo (SANTAELLA, 1983, p. 12).

Da definição anterior, destacamos duas palavras-chave – intérprete e mente – necessárias para o entendimento de uma terceira noção do signo: a noção de interpretante. Segundo Santaella (1983), o interpretante não é o intérprete do signo. O interpretante é

um processo relacional que se cria na mente do intérprete. A partir da relação de representação que o signo mantém com seu objeto, produz-se na mente interpretadora um outro signo que traduz o significado do primeiro (é o interpretante do primeiro). Portanto, o significado de um signo é outro signo — seja este uma imagem mental ou palpável, uma ação ou mera reação gestual, uma palavra ou um mero sentimento de alegria, raiva... uma ideia, ou seja lá o que for — porque esse seja lá o que for, que é criado na mente pelo signo, é um outro signo (tradução do primeiro) (SANTAELLA, 1983, p. 12).

Provavelmente o melhor exemplo de que o signo é uma coisa que representa outra coisa – seu objeto – vem das artes plásticas, na obra intitulada “La trahison des images”, do pintor surrealista belga René Magritte.

Figura 24 - “Ceci n’est pas une pipe<sup>25</sup>”

Fonte: (Reprodução)

O que é o quadro de Magritte? Há um cachimbo. E uma frase: “Ceci n’est pas une pipe.”. Uma frase que contradiz o que o olho enxerga. “Isto não é um cachimbo.” Mas como não?

Um caminho a percorrer provém do próprio título da obra, que, na verdade, não é “Ceci n’est pas une pipe”, nome pelo qual geralmente é reconhecida, mas sim “La trahison des images”, ou seja, “A traição das imagens”. O que vemos na realidade não é um cachimbo real, mas uma representação de um cachimbo. A imagem é só um signo, um símbolo, e não “a coisa em si”. A própria imagem aqui postada é um signo, a representação de uma tela – que é outro signo – e que representa um objeto.

Magritte tenta apontar o óbvio nesta tela. Afinal, ninguém tentaria fumar um cachimbo pintado em uma tela. Então, qual a função da frase na tela? Justamente esta: ressaltar o óbvio. René Magritte nega aquilo que estamos vendo. Em primeira análise, o significado desta negação torna-se claro, pois aquilo que estamos vendo não é um cachimbo verdadeiro, mas sim a representação de um cachimbo. Estamos ante a um desafio àquilo que se convencionou chamar de "cachimbo", pois a nossa imagem construída de um cachimbo está negada.

O signo aqui representado é o "ícone" de um cachimbo, já que realmente "se parece" com um cachimbo e, portanto, permite uma "excitação análoga na mente" de quem vê. A questão impele-nos a pensar que imagens diferentes evocam diferentes analogias na mente de quem vê, analogias que variam conforme o grau de excitação provocada pela imagem. Não podemos identificar esta representação com aquilo que o objeto é, gerando-se, assim, um conflito de mensagens. E talvez seja esta o propósito da obra: que o objeto do signo entre em contradição com o signo linguístico representado, produzindo um efeito interpretativo conflitante na mente do intérprete.

<sup>25</sup> René Magritte. “La Trahison des images (Ceci n'est pas une pipe). Óleo sobre tela. 60,33 x 81,12 cm, 1928/29 Los Angeles County Museum of Art.

Este objeto do signo que reconhecemos como sendo, então, a representação de um cachimbo, não é de fato um objeto real. O interpretante do signo que criamos entre a ideia de cachimbo e aquilo que entendemos como sendo um cachimbo está negada.

O que o pintor tentou demonstrar é que, na realidade, estamos frente a uma representação, e não frente a um objeto. O título original do quadro, “A traição das imagens”, já daria uma pista para esta análise, porém, sozinho, talvez não tivesse a força da frase. Uma pintura – assim como um selo postal – pode ser e não ser o real, simultaneamente, como o cachimbo de Magritte. O objeto do signo diz que é um cachimbo; o signo linguístico nos diz que não. É um cachimbo, diz a nossa mente, e temos que concordar com ela. Não é um cachimbo, diz a frase, e ela também está certa!

Na contemporaneidade, a proliferação e difusão – sem escala precedente – de signos, também cria cada vez mais a necessidade e a possibilidade de que possamos lê-los de fato. A própria realidade está exigindo de nós uma ciência que dê conta dessa realidade dos signos em evolução contínua. E a Semiótica pode contribuir para isso.

Porém, como elucidamos até aqui, aplicar esta teoria dos signos de Peirce em nossas escolas, com nossos alunos não é uma tarefa simples. Seus conceitos se apresentam muitas vezes quase como inteligíveis. Estes conceitos são lógicos, muito gerais e abstratos. Afinal, esta é uma teoria filosófica, tendo suas bases assentadas na Fenomenologia. Santaella (2005) se refere à Fenomenologia como sendo

[...] uma quase-ciência que investiga os modos como apreendemos qualquer coisa que aparece à nossa mente, qualquer coisa de qualquer tipo, algo simples como um cheiro, uma formação de nuvens no céu, o ruído da chuva, uma imagem em uma revista etc., ou algo mais complexo como um conceito abstrato, a lembrança de um tempo vivido etc., enfim, tudo que se apresenta à mente. Essa quase-ciência fornece as fundações para as três ciências normativas: estética, ética e lógica e, estas, por sua vez, fornecem as fundações para a metafísica. Todas elas são disciplinas muito abstratas e gerais que não se confundem com ciências práticas. A estética, ética e lógica são chamadas normativas porque elas têm por função estudar ideais, valores e normas. Que ideais guiam nossos sentimentos? Responder essa questão é tarefa da estética. Que ideais orientam nossa conduta? Esta é a tarefa da ética. A lógica, por fim, estuda os ideais e normas que conduzem o pensamento (SANTAELLA, 2005, p. 2).

Mas voltemos às definições de signo de Peirce, muito bem traduzidas e exemplificadas por Santaella (1983; 2005; 2012). Segundo a autora, o signo tem uma natureza triádica, ou seja, ele pode ser analisado

- em *si mesmo*, nas suas propriedades internas, ou seja, no seu poder para significar; na sua referência *àquilo que ele indica*, se refere ou representa; e nos tipos de *efeitos que está apto a produzir nos seus receptores*, isto é, nos tipos de interpretação que ele tem o potencial de despertar nos seus usuários (SANTAELLA, 2005, p. 5).

Embora sempre levaremos em consideração esta natureza triádica, quando trabalharmos com imagens, nos preocuparemos muito mais aos efeitos que os signos podem produzir nos seus receptores, isto é, em nossos alunos. E quando utilizarmos como representante sígnico o selo postal, também precisamos levar em consideração como este signo (o selo) faz referência àquilo que ele indica, se refere ou representa (através de seus elementos imagético-verbais), e como podemos ressignificar estes objetos, seus signos e conceitos para outro contexto, ou seja, para as aulas de Geografia.

Sendo assim, a Semiótica, ao nos permitir adentrar no “mundo interno das mensagens e das imagens”, estudar o modo como elas são engendradas, os procedimentos e recursos nelas utilizados. Em todo o processo referencial (imediato e estendido) de criação dos signos, eles deixam marcas históricas, permeadas pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas econômicas, pela técnica e pelos sujeitos e sociedades que os produziram. Frente a esse potencial, não há nada mais natural, portanto, do que buscar, nas definições e classificações abstratas de signos, os princípios guias para um método de análise a ser aplicado a processos existentes de signos e às mensagens que eles transmitem, tais como aparecem em poemas, músicas, pinturas, fotos, filmes e peças publicitárias (com trabalhos que já se estruturam sobre estes), mas também sobre o selo postal.

Em síntese, trata-se de um percurso metodológico-analítico que tem a pretensão e a ousadia – visto que não foram encontrados trabalhos na literatura – em dar conta das questões relativas às diferentes naturezas que as mensagens veiculadas nos selos postais podem apresentar: imagéticas, verbais, incluindo a mistura da palavra e imagem, sensíveis ao tato e ao olfato, das mensagens veiculadas em cada período histórico de sua concepção. Podem dar conta também de seus processos de referência ou aplicabilidade, assim como dos modos como, no papel de receptores, percebemos, sentimos e entendemos as mensagens. Enfim, como reagimos a elas e as percebemos.

Santaella (2005) traz um alerta para quem pensa que a Semiótica é uma teoria que permite a leitura eficaz de qualquer linguagem. Para quem pensa que, ao ler acima meu princípio de ousadia, que a Semiótica nos guiará na interpretação dos signos e nos ensinará a ler as mensagens e as imagens do mundo contemporâneo, linguagens tão importantes para o ensino da Geografia. Em suma,

[...] a semiótica não é uma chave que abre para nós milagrosamente as portas de processos de signos cuja teoria e prática desconhecemos. Ela funciona como um mapa lógico que traça as linhas dos diferentes aspectos através dos quais uma análise deve ser conduzida, mas não nos traz conhecimento específico da história, teoria e prática de um determinado processo de signos. Sem conhecer a história de



um sistema de signos e do contexto sociocultural em que ele se situa, não se pode detectar as marcas que o contexto deixa na mensagem. Se o repertório de informações do receptor é muito baixo, a semiótica não pode realizar para esse receptor o milagre de fazê-lo produzir interpretantes que vão além do senso comum (SANTAELLA, 2005, p. 6).

Como bem alertado, se não ampliarmos o nosso “caldo cultural”, se não banirmos a cultura da ignorância que toma conta de nossas escolas e da sociedade como um todo, a Semiótica não fará nenhum milagre. A Geografia escolar não conseguirá sozinha alcançar seu objetivo de conduzir cidadãos críticos para uma transformação social.

### **3.2.1 A significação, a objetificação e a interpretação**

Os signos possuem uma natureza triádica, que se manifestam em si mesmo; também é alguma coisa que faz referência a algo que ele indica – chamada de objeto do signo – e, além disso, pode se referir aos efeitos interpretativos – chamados de interpretantes do signo – que produz nos seus receptores (ou intérpretes). Afinal, “o signo sempre funciona como mediador entre o objeto e o interpretante”. (SANTAELLA, 2005, p.9). Sendo assim, o que define signo, objeto e interpretante, portanto, é a posição lógica que cada um desses três elementos ocupa no processo representativo.

Vejamos um exemplo desta interrelação. Envio por correio uma carta para alguém, como meu pai. A carta é um signo daquilo que desejo transmitir-lhe, que é o objeto do signo. O efeito que a mensagem inscrita na carta produz em meu pai é o interpretante desta carta que, ao fim e ao cabo, é um mediador entre aquilo que desejo transmitir à meu pai e o efeito que esse desejo nele produz através da carta.

Tomemos então outro exemplo. Selos postais que retratam o desmatamento da região amazônica (trabalhados por exemplo, em uma aula de educação ambiental ou sobre a expansão da fronteira agrícola) são signos que têm por objeto a região retratada na imagem do selo. Os efeitos interpretativos que o selo postal produz em quem os analisa é o interpretante do signo. Esses exemplos deixam à mostra o fato de que os efeitos interpretativos dependem diretamente do modo como o signo representa seu objeto.

Já falamos bastante e buscamos conceituar o que é signo na teoria semiótica. Mas o que é e qual a relação do fundamento do signo com seu respectivo objeto?

A partir disso, Santaella (2005) faz uma distinção entre objeto dinâmico e do objeto imediato. Segundo a autora, ao pronunciarmos uma frase, as palavras nela contida falam de alguma coisa, se referem a algo ou alguém, se aplicam a uma determinada situação, de acordo com um respectivo contexto. Esse algo a que elas se reportam é o seu objeto dinâmico.

*A frase é o signo e aquilo sobre o que ela fala é o objeto dinâmico.* Quando olhamos para uma fotografia, lá se apresenta uma imagem. Essa imagem é o signo e o objeto dinâmico é aquilo que a foto capturou no ato da tomada a que a imagem na foto corresponde. Quando ouvimos uma música, o objeto dinâmico é tudo aquilo que as sequências de sons são capazes de sugerir para a nossa escuta. Ora, quaisquer que sejam os casos, uma frase, uma foto ou uma música, ou seja lá o que for, os signos só podem se reportar a algo, porque, de alguma maneira, esse algo que eles denotam está representado dentro do próprio signo (SANTAELLA, 2005, p. 15).

Já o modo como o signo representa, se assemelha, evoca, sugere ou indica aquilo a que ele se refere é o que podemos chamar de objeto imediato. “Ele se chama imediato porque só temos acesso ao objeto dinâmico através do objeto imediato, pois, na sua função mediadora, é sempre o signo que nos coloca em contato com tudo aquilo que costumamos chamar de realidade”. (SANTAELLA, 2005, p. 15).

Não obstante, se tudo o que entra em contato com a percepção de um observador é um signo (que visa representar algo para alguém); se todo signo só pode ser explicado por outros signos (afinal, cria na mente do intérprete um outro signo equivalente, o mais desenvolvido, denominado interpretante); e se tudo que nos vem à mente também já é signo, podemos tirar uma certeza: vivemos em um mundo de signos imersos em uma “floresta de signos” (SANTAELLA, 2012). Porém, estes signos, ao se apresentarem, não o podem fazer de outra forma senão através da representação. Sobre isso, Iasbeck (2010) afirma que

Seríamos, pois, interpretantes (sígnicos) de uma realidade que não conhecemos a não ser por uma outra interpretação já contida em cada signo, visto que cada signo carrega em si sua explicação ou interpretação igualmente sígnica. Portanto, se cada signo contém os elementos de sua interpretação, cada signo é, na verdade, um condensado de outros signos. E essa unidade jamais poderá ser logicamente atomizada sob pena de desautorizar a principal premissa que sustenta sua existência e possibilita sua conceituação. Um signo sem interpretante, qualquer que seja sua natureza, não pode ser entendido como signo. E seria indefinível em qualquer nível, seja como sensação, como existente físico ou como uma ideia ou convenção arbitrária (IASBECK, 2010, p. 30-31).

Estes três níveis – signos, objetos e interpretantes – constituem outro ponto central da Semiótica, dependendo da predominância de cada um deles. Ou seja, o signo pode adquirir um caráter de quali-signo, sin-signo ou legi-signo. Ou seja,

[...] se um signo possui maior número de interpretantes arbitrários ou de lei, ele fatalmente será um símbolo (legi-signo); se seus interpretantes estiverem situados no campo das sensações, ele será um ícone (quali-signo), e se os interpretantes estiverem comprometidos com a existência física aferível por constatação dos órgãos dos sentidos e inferível logicamente, o signo em questão será um índice (sin-signo) (IASBECK, 2010, p. 31).

Tabela 4 – Classificação dos signos segundo a teoria de Peirce

<b>Signo 1º em si mesmo</b>	<b>Signo 2º com seu objeto</b>	<b>Signo 3º com seu interpretante</b>
<b>1º. Quali-signo</b>	Ícone	Rema
<b>2º. Sin-signo</b>	Índice	Dicente
<b>3º. Legi-signo</b>	Símbolo	Argumento

Adaptado de Santaella (1983).

A seguir estão descritas as três propriedades que habilitam as coisas a agirem como signos, conforme a análise do quadro 4. Essas propriedades não são excludentes. Na maior parte das vezes, operam juntas, pois a lei incorpora o singular nas suas réplicas, e todo singular é sempre um compósito de qualidades. Quase todas as coisas, se não todas, estão sempre sob o domínio da lei, de modo que, no mais as três propriedades estão operando conjuntamente. E o que habilita algo a ser signo? Segundo Santaella (2005),

para Peirce, entre as infinitas propriedades materiais, substanciais etc. que as coisas têm, há três propriedades formais que lhes dão capacidade para funcionar como signo: sua mera qualidade, sua existência, quer dizer, o simples fato de existir, e seu caráter de lei. [...] Ora, essas três propriedades são comuns a todas as coisas. Pela qualidade, tudo pode ser signo, pela existência, tudo é signo, e pela lei, tudo deve ser signo. É por isso que tudo pode ser signo, sem deixar de ter suas outras propriedades (SANTAELLA, 2005, p. 12).

E como uma simples qualidade é uma propriedade formal que faz algo ser signo? Segundo a teoria de Peirce, quando funciona como signo, uma qualidade é chamada de quali-signo, ou seja, ela é uma qualidade que é um signo.

[...] uma qualidade não pode aparecer e, portanto, não pode funcionar como signo sem estar encamada em algum objeto. Contudo, o quali-signo diz respeito tão-só e apenas à pura qualidade. Por exemplo: uma tela inteira de cinema que, durante alguns instantes, não é senão uma cor vermelha forte e luminosa. [...] É a qualidade apenas que funciona como signo, e assim o faz porque se dirige para alguém e produzirá na mente desse alguém alguma coisa como um sentimento vago e Indivisível. É esse sentimento indiscernível que funcionará como objeto do signo, visto que uma qualidade, na sua pureza de qualidade, não representa nenhum objeto. Ao contrário, ela está aberta e apta para criar um objeto possível. É por isso que, se o signo aparece como simples qualidade, na sua relação com seu objeto, ele só pode ser um *ícone*. Isso porque *qualidades não representam nada*. Elas se apresentam. Ora, se não representam, não podem funcionar como signo. Daí que o ícone seja sempre um quase-signo: algo que se dá à contemplação (SANTAELLA, 1983, p. 13).

O objeto que o ícone representa é, portanto, sempre uma simples possibilidade, ou seja, possibilidade do efeito de impressão que ele está apto a produzir ao excitar nosso sentido. Os ícones, por não representarem nada além de formas e sentimentos (visuais, sonoros, táteis, ...), eles possuem um alto poder de sugestão. Segundo Santaella (1983), uma qualidade possui condições de substituir qualquer coisa que a ele se assemelhe, proliferando-

se as semelhanças. Destarte, os ícones possuem a capacidade de produzir em nós inúmeras relações de comparação. Quem nunca contemplou as nuvens, enxergando nelas certas figuras e imagens? Parece um elefante... Parece um pássaro... Parece uma pessoa. Estas formas não representam as imagens imaginadas. No máximo, sugerem certa semelhança, mas sempre no nível do parecer. Segundo Santaella (1983, p. 14), “é por isso que o interpretante que o ícone está apto a produzir é, também ele, uma mera possibilidade (qualidade de impressão) ou, no máximo, no nível do raciocínio, um *rema*, isto é, uma conjectura ou hipótese”.

Conforme essas definições, podemos dizer que os primeiros selos postais brasileiros – de 1843 até 1866 – entram na categorização de ícones. A própria definição deles nos dá essa margem de interpretação: “Olho-de-boi”, “Olho-de-cabra” e “Olho-de-gato”. Eles se parecem com a figuras dos olhos destes animais. Mas não o são. E na verdade, nem representam os olhos destes animais. Suas alegorias e arabescos circulares sugerem uma semelhança, uma impressão sobre quem os observa.

Segundo nossa análise, após 1866, os selos postais emitidos pelo Brasil não se apresentam como um quali-signo e um ícone, mas sim como um sin-signo e um índice. Um sin-signo é um signo que apresenta seus objetos por semelhança. Assim, uma imagem é um índice porque a qualidade de sua aparência é semelhante à qualidade da aparência do objeto que a imagem representa. Sendo assim, todas as formas de desenhos e pinturas figurativas são imagens – assim como o selo postal também o é.

Qualquer coisa que se apresente diante de você como um existente singular, material, aqui e agora, é um sin-signo. Isto porque qualquer existente concreto e real é infinitamente determinado como parte do universo a que pertence. Desse modo, uma coisa singular funciona como signo porque indica o universo do qual faz parte. Daí que todo existente seja um *índice*, pois, como existente, *apresenta uma conexão* de fato com o todo do conjunto de que é parte. Tudo que existe, portanto, é índice ou pode funcionar como índice. Basta, para tal, que seja constatada a relação com o objeto de que o índice é parte e com o qual está existencialmente conectado. (SANTAELLA, 1983, p. 14).

O índice, como seu próprio nome diz, é um signo que como tal funciona porque indica uma outra coisa com a qual ele possui uma ligação. Há, entre ambos, uma conexão de fato. Sendo assim, o selo postal é uma imagem, um signo existente material e concreto, que busca representar outros objetos paisagísticos (naturais ou culturais) e pessoas também concretas. O selo postal funciona, desta forma, como um índice, conectando a imagem representacional concreta com um objeto também existente (embora, sempre lembrando, a imagem do selo postal sobre um objeto não é o próprio objeto). Enfim, o índice como real, concreto, singular é sempre um ponto que irradia para múltiplas direções.

Santaella (1983) faz um alerta de que o índice só funciona como signo quando uma mente interpretadora estabelece a conexão em uma dessas direções, sendo o índice sempre dual, ou seja, liga uma coisa a outra. “O interpretante do índice, portanto, não vai além da constatação de uma relação física entre existentes. E ao nível do raciocínio, esse interpretante não irá além de um dicente, isto é, signo de existência concreta”. (SANTAELLA, 1983, p. 14).

No nível de terceiridade, o legi-signo não é uma coisa ou evento singular, determinada, mas se trata de uma convenção ou lei estabelecida pelos homens, tais como as palavras. Sendo uma lei, em relação ao seu objeto o signo é um símbolo. Ele não representa seu objeto em virtude do caráter de sua qualidade (ícone), nem mantém em relação ao seu objeto uma conexão de fato (índice), mas sim, extrai seu poder de representação porque é portador de uma lei que, por convenção ou pacto coletivo, determina que aquele signo represente seu objeto. Sobre as propriedades das leis, Santaella (2005) afirma que

[...]embora pareça complicado compreendê-la, um breve exame já é capaz de revelar que não é tão complicado quanto parece. O que é uma lei? *Uma lei é uma abstração*, mas uma abstração que é operativa. Ela opera tão logo encontre um caso singular sobre o qual agir. A ação da lei é fazer com que o singular se conforme, se amolde à sua generalidade. É fazer com que, surgindo uma determinada situação, as coisas ocorram de acordo com aquilo que a lei prescreve. Se não fosse pela lei, as ocorrências seriam brutas e cegas. É por isso que também falamos em leis da natureza. Quando algo tem a propriedade da lei, recebe na semiótica o nome de *legi-signo* e o caso singular que se conforma à generalidade da lei é chamado de *réplica – ou argumento*. Assim funcionam as palavras, assim funcionam todas as convenções socioculturais, assim também funcionam as leis do direito (SANTAELLA, 2005, p. 13).

Em torno de 175 anos após a criação do primeiro selo postal adesivo pela Inglaterra em 1840, quase que 800 entidades – entre Estados e autarquias – emitem anualmente um aproximado montante de 10.000 selos postais, além de variedades filatélicas. Não deve ser novidade imaginar que existem milhares de publicações na área filatélica, ainda mais em um *hobby* que movimenta mais de US\$ 16 bilhões anualmente. Estima-se que em dias atuais estejam sendo editadas 500 obras no mundo. Contudo, grande parte dessa vasta literatura serve com exclusividade aos filatelistas, ou seja, colecionadores de selos postais e suas variedades. Esta literatura é composta basicamente por catálogos e livros sobre o colecionismo, além de periódicos (jornais e revistas). Obras devotas à exploração das relações entre as diferentes áreas do conhecimento – sociologia, educação, cultura, linguística, história, geografia e etc. – e o selo postal são raras.

Este objeto da cultura humana detém uma função complexa e intrínseca de valores e mensagens, ambas efetivas, simbólicas e verdadeiras. A capacidade humana de abstração e simbolização é uma característica singular e inerente à própria natureza intelectual da espécie. Essa capacidade define-se pela faculdade específica de operar com mediações lógicas que nos reportam aos objetos sem que tenhamos de manipulá-los, permitindo-nos a representação dos conceitos. A linguagem humana, capacidade de comunicação por meio de símbolos precisos, é referida como a condição principal do desenvolvimento cultural e a realização mais elaborada e completa do indivíduo em sua capacidade de operação com signos. Através da aquisição gradual de um sistema simbólico, o ser descobre uma maneira de adaptação ao meio, transformando toda sua vida.

Tratamos aqui neste capítulo – um caminho metodológico para esta dissertação – da divisão da relação entre significado e significante nas três categorias: signo, ícone e símbolo, utilizando as ferramentas e conceitos empregados por Charles S. Peirce, para a investigação do status semiótico do selo postal. Seus conceitos pragmáticos, pela própria natureza de sua origem, levam em conta as questões acerca dos fenômenos cognitivos, quando discutem as noções de “interpretante” e suas relações com outros dois elementos da cadeia semiótica, o “representamen” – ou signo – e o “objeto”. Da forma que foi posto, o objeto de estudo possui uma função *sígnica* primária, mas também contém elementos icônicos e simbólicos. Sob um olhar principalmente político, o selo postal representa um país de diversas formas. Pelo nome do país impresso (geralmente em língua inglesa); pela simbologia usada para identificar a moeda corrente do país onde foi emitido, o qual também serve para identificar o país de origem do selo e, por último, pela forma que é expressa no objeto alguma figura que represente o país, como por exemplo: os selos emitidos na Inglaterra usam como forma de identificação a efígie da Rainha Vitória. Já os governos buscam representar uma imagem de nosso país – geralmente com aspectos positivos – que servirão de “janelas” de nosso país aos colecionadores de outras nações.

Ainda seguindo esta análise, o selo postal pode representar um país quando este emite um fato em forma de simbologia comemorativa. Neste caso o selo é chamado de comemorativo. A partir deste tipo de emissão, o selo postal passou a acarretar uma vontade maior do indivíduo de praticar o colecionismo. Existe neste objeto uma tensão constante na sua heterogeneidade semiótica, em particular entre o signo e o ícone.

Destarte, o selo postal é um signo imagético-verbal que pode oferecer um estudo aprofundado, íntimo, sedutor e instigante – características tão importantes para uma aula de Geografia – sobre um espaço visual detentor de fortes ordens políticas e culturais (objeto e

temáticas até então de certa forma negligenciadas no ensino). Realmente, um deleite para quem deseja aventurar-se na semiótica da cultura e na cultura da semiótica, e para quem deseja utilizar o selo postal como mais um instrumento potencializador para as aulas de Geografia.

### **3.3 Instrumentos e técnicas de pesquisa**

A proposta estruturante deste trabalho consiste acerca da análise dos elementos verbo-visuais e das paisagens representadas nos selos postais brasileiros. Também buscará uma discussão teórico-metodológica acerca da importância e da utilização de recursos didáticos alternativos no ensino da Geografia, sendo mais especificamente a utilização do selo postal. Para tal, torna-se essencial elaborar propostas de utilização deste recurso.

As principais técnicas e instrumentos metodológicos para o desenvolvimento deste trabalho foram o levantamento bibliográfico e a análise documental, a definição do recorte espaço-temporal como sendo as emissões postais comemorativas brasileiras, a classificação dos selos postais através da análise e interpretação dos elementos imagético-visuais que contenham representações de paisagens, a elaboração de propostas didáticas e a análise de dados a partir de prática em sala de aula com uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental. Proposta esta desenvolvida ao longo de 7 capítulos, que buscarão desenvolver os objetivos desta pesquisa com o intuito de responder ao grande questionamento, ou seja, se os selos postais têm potencial para serem utilizados como material didático alternativo e enriquecedor ao ensino da Geografia, e como a utilização dos selos postais em sala de aula permitiria a construção do conhecimento geográfico.

#### 4 “FRAGMENTOS DE TINTA E ALMA” (OU INTERSECÇÕES ENTRE O SELO POSTAL E A GEOGRAFIA)

Figura 25 – O selo na escola... a escola no selo



Fonte: Acervo.

O selo postal nasceu em 1º de Maio de 1840 no Reino Unido. Desde lá, seu conteúdo passou por inúmeras transformações, assim como os meios de comunicação e nossa sociedade, mas vive até hoje comprovando que pagamos um montante que nos permite enviar uma carta pelo correio. Contudo quando olhamos para um selo a nossa primeira reação é estética: considerá-lo bonito ou feio. Depois é um símbolo estatal: transmite-nos uma mensagem sobre uma região, acontecimento ou personalidade. O selo é a expressão de uma história, de uma vivência, de usos e costumes, de esperanças de um país e dos seus cidadãos.

E ao cumprir a sua missão original relacionou os homens entre si, viajou por percursos previamente estabelecidos ou ditados pelo inesperado (guerras, epidemias, tempestades, naufrágios, etc.). Nas cartas que selou transportaram-se negócios e amores, notícias e preocupações, esperança e desespero.

Para os colecionadores de selos (filatelistas), o ato de juntar, observar, organizar, colocar num álbum, é uma via para pensar nossa sociedade, aprender Geografia e outras ciências, perceber as suas mensagens, contar histórias. Para os que não são colecionadores, como é o caso de nossos alunos, o selo postal pode ser um ato de cultura? Ele pode ser utilizado para o despertar de um sentimento, o estímulo às lembranças e à imaginação geográfica e motivar o desejo de conhecer novos mundos?

Este capítulo discutirá se e como o selo postal pode ser utilizado como um recurso didático alternativo para o ensino-aprendizagem da Geografia. Para guiar a discussão em várias frentes, este foi dividido em seis subcapítulos.

No primeiro subcapítulo discorreremos a respeito de o selo postal ser um veículo de cultura, fazendo encaminhamentos de como podemos ver ou utilizar o selo postal, para este se transformar em um recurso auxiliar ao processo de construção do conhecimento geográfico.



No segundo subcapítulo, partiremos da premissa de que o selo postal é um material didático alternativo ao ensino da Geografia. Nele é realizado um levantamento bibliográfico que discute a importância da utilização de diversos materiais didáticos em sala de aula para potencializar o processo de ensino-aprendizagem.

No terceiro subcapítulo, que leva o nome desta dissertação – “Pequenos notáveis” (ou o selo postal e o ensino de Geografia) – teorizamos a respeito das potencialidades de o selo postal ser utilizado como um instrumental no ensino de Geografia e para a construção dos conceitos geográficos.

O quarto subcapítulo denomina-se “selo postal e a Geografia do custo zero”, onde discutiremos a importância deste conceito – criado por Kaercher – para a Geografia, na qual o selo postal é apenas um dos recursos que nela se enquadra, e que pode propiciar a construção do conhecimento geográfico sem grandes custos para a escola, para o professor e para os alunos, mas, mesmo assim, um material rico em possibilidades de leitura.

No quinto subcapítulo, “paisagem: conceito-chave para a leitura dos selos postais brasileiros”, realizamos um levantamento bibliográfico a respeito da evolução do conceito de paisagem e sua importância para a ciência geográfica e para o ensino da Geografia. No capítulo subsequente, dentro da proposta estruturante deste trabalho, criaremos categorias de classificação das paisagens dos selos postais brasileiros para a sua análise e compreensão.

E por fim, o sexto subcapítulo, intitulado de “selo postal e a construção de competências e habilidades”, discutiremos o que são estes conceitos, sua inserção no ensino e como o selo postal pode propiciar a construção de competências e habilidades importantes para o ensino da Geografia.

Com isso, a nossa pesquisa espera contribuir com a práxis docente, analisando a importância da leitura de paisagem para a construção de conhecimentos geográficos significativos no 6º ano escolar, oferecendo alternativas para que o professor consiga realizar o processo de ensino-aprendizagem de forma produtiva, satisfatória e prazerosa.

#### 4.1 Veículos de cultura (ou como o selo postal pode se transformar em um recurso auxiliar ao processo educativo)

Figura 26 – O selo postale seu potencial uso em nossas aulas



Fonte: Acervo.

Quando nos deparamos pela primeira vez com um selo postal e o olhamos, a primeira impressão que temos é que se trata de apenas um fragmento de tinta, um pequeno papelzinho colorido sem grande importância nos dias de hoje.

Ao olharmos mais atentamente, podemos observar que não se trata apenas de um fragmento uniforme, mas que contém várias informações. À primeira vista, pode-se observar uma, ou várias belas imagens, picotes, cifras, números, nomes de países, pessoas, fauna e flora, belas paisagens. Enfim, este selo postal também possui uma “alma”, que são as expressões materiais e imateriais, os costumes e a cultura do país emissor e de seus cidadãos.

Mas o que devemos fazer para chegar a esta afirmação um tanto poética e ufanista? Primeiramente, comecemos por olhar para a beleza desta imagem contida neste pequeno “fragmento de tinta e alma”. Para guiar esta discussão, tomemos como exemplo a peça filatélica da figura 27. Quando um selo postal é utilizado em sala de aula, torna-se fundamental que estimulemos nossos alunos não apenas a “olhar” seus elementos mais visíveis, mas principalmente “ver” o selo, para que este desperte a curiosidade e a imaginação, que são, aliás, duas qualidades, duas competências importantes para o ensino de Geografia.

Antes de continuarmos, é importante discorrermos sobre a diferença de “olhar” e “ver” uma imagem, baseado em Gomes (2013).

As imagens têm um papel importante no estudo da Geografia. A força das imagens nos dias atuais é inquestionável. Elas constituem material didático extremamente importante para o professor, pois revelam intencionalidades de quem as produziu, devendo ser contextualizadas e datadas. O trabalho com imagens pode ser muito útil como forma de ensinar como se produz leitura através do olhar. Isto é fundamental para a Geografia, pois a representação geográfica seja pelos mapas, imagens, fotos, vídeos, selos postais e paisagens, sempre se coloca em jogo o autor e as técnicas. Com isso, o professor pode utilizar uma

variedade de materiais, como selos postais de diferentes épocas, fotografias, imagens de satélite, imagens representadas nos livros didáticos, de jornais, revistas, entre outros, sendo recursos bastante significativos para a construção e ampliação de conhecimentos geográficos.

Se as imagens sempre operam mostrando e escondendo coisas (Gomes, 2013), então, é papel do professor de Geografia atentar para essas nuances escondidas, nas quais seus elementos são fundamentais para a leitura imagética e, conseqüentemente, para o processo de construção do conhecimento geográfico. Dessa forma,

[...] o ato físico do olhar é pouco criterioso e se nutre de um homogêneo e generalizado desinteresse. O olhar percorre e não se fixa. Por isso, ver algo significa extraí-lo dessa homogeneidade indistinta do do olhar, significa conferir atenção, tratar esse algo como especial. A diferença entre olhar e ver consiste, portanto, no fato de que o olhar dirige o foco e os ângulos de visão, constrói um campo visual; ver significa conferir atenção, notar, perceber, individualizar coisas dentro desse grande campo visual construído pelo olhar. (GOMES, 2013, p. 31-32).

Sendo assim, é necessário ver “através” do selo, é perceber e conferir atenção a todos os elementos imagético-verbais que ali constam. Devemos buscar extrair elementos que vão além do campo visual do olhar. A visibilidade é sempre dirigida e desigual, capturando o que desperta interesse nos alunos. Por isso, ao se utilizar o selo postal nas aulas de Geografia, o professor não pode esperar que a turma encontre um consenso, que veja o que ele quer ou imagina. E eis o mais importante e enriquecedor: o aluno verá aquilo que lhe despertar a curiosidade, favorecendo a criação de um ambiente propício, onde ele será o sujeito do processo de ensino-aprendizagem, desde que o professor-mediador saiba como instigar, desequilibrá-lo, permitindo os processos de abstração da realidade representada pelo autor do selo, instigando-o a refletir sobre a própria realidade, favorecendo dessa forma o processo de construção do conhecimento.

Por exemplo, o educador ao manusear os selos postais como ferramenta para as práticas educativas, não vê somente a leitura que foi feita de um tempo, de uma pessoa, de um objeto ou espaço. Compreende também, a topografia dos espaços, dos olhares. Se envolve em uma trama que explicita histórias, reconhece acontecimentos do passado, do presente, mas também a transcendência como condição para projetar o futuro. O selo postal representa, sem subterfúgios, os processos espaciais que a Geografia analisa, em suas dinâmicas mecânicas e simbólicas, culturais e materiais. Analisar, decodificar e duvidar do que está registrado é inventariar as formas de utilização do espaço, descrever as maneiras como o homem explora e transforma a natureza em recurso para atender as “necessidades” humanas. Mas também, significa captar o visível e o não visível das culturas e das paisagens. Nos selos encontramos a

força da natureza e da cultura como agentes que põe em diálogo a rede simbólica e material dos espaços geográficos nacionais.

Figura 27 – “Olhar” e “ver” um selo postal



Fonte: Acervo.

Com um desenho de detalhes refinados e uma coloração que dá destaque às imagens representadas, tanto em destaque quanto ao fundo, a peça filatélica em questão representa uma criança, de tenra idade, ainda chupando o dedo. Em torno de si vemos alguns elementos e podemos imaginar o que poderá ser o seu futuro: os livros que marcam a idade escolar, onde aprenderá a ler e a escrever, além de ter acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade; uma casa, que pode ser aquela onde reside ou onde habitará e constituirá família em sua idade adulta; o mundo por onde viajará ou que demonstra que terá um espírito aventureiro; as silhuetas de papel recortadas com que brincará, mas que também pode representar seus amigos; o bolo com que festejará os seus aniversários, a companheira bela e materna que o amará.

Dentro de si estão representadas uma série de ícones, que podem representar a vida, a beleza e a tranquilidade das flores, o sonho de voar cada vez mais alto, a sutileza da borboleta esvoaçando pode representar a luta pela sobrevivência ou as metamorfoses que passará em sua vida e na maneira de ver e conceber o mundo. Espalhados pelas partes superior e inferior da imagem podemos ver um conjunto de dizeres e símbolos.

Esta peça filatélica bela e rica em detalhes – repare que tive o cuidado de não falar em "selo postal", mas sim peça filatélica, pois esta ainda não cumpriu sua função de franquear correspondências – precisa ser ainda melhor observada. Voltando a “olhar” para a imagem

buscando “ver” outros detalhes, concentraremos a nossa atenção sobre coisas que não foram referidas na primeira descrição.

Na parte inferior, em letra desenhada<sup>26</sup>, lê-se "année internationale de l'enfant"<sup>27</sup>, enquanto no canto superior direito se destaca o símbolo referente a esse evento. Pesquisando na internet, é possível descobrir os motivos que levaram à produção desta peça: a comemoração do Ano Internacional da Criança, decretado em 1979 pela ONU, ano em que se pretendia chamar a atenção para os Direitos da Criança, o seu direito a um mundo melhor.

A palavra "FRANCE" identifica-nos o país que emitiu esta peça filatélica e "Postes 1979" confirma que se trata de uma edição dos correios franceses e que o ano de emissão foi exatamente o da comemoração (1979). 1,70 identifica-nos o preço a que o selo será vendido nos correios, servindo para franquear as cartas que necessitam desse montante para circular. Custa 1,70 francos franceses, moeda única da França naquela data (antes da adoção do Euro).

Se pegarmos uma lupa e analisarmos detalhadamente, encontraremos no canto inferior esquerdo "O. BALLAIS" e no direito "P. FORGET". O que significam estes dizeres? Simplesmente quem concebeu e fez o desenho e quem "esculpiu" a gravura.

Se quiser aprofundar a análise – mas isto não necessariamente precisa ser feito em sala de aula – buscando em catálogos especializados, que trazem as informações técnicas, estamos perante uma peça filatélica que foi impressa segundo a técnica de talhe-doce, a qual exige uma gravura talhada, ou seja, o desenho é gravado em traços cavados nos quais se entranha a tinta, que é depois absorvida pelo papel umedecido.

Ao contemplar esta peça – assim como qualquer outro selo postal levado à sala de aula – é possível se entusiasmar com as suas cores, ficar intrigado e entusiasmar-se com o seu conteúdo imagético, viajar e ver paisagens desconhecidas. Enfim, poder usufruir os seus encantos com os outros colegas.

Talvez o caro leitor ao olhar para a imagem tenha sentimentos diferentes, leia pormenores diversos dos meus. Talvez se tenha interessado por aspectos que numa primeira leitura me passaram despercebidos: a silhueta do cavalo junto à casa, as velas do bolo, a semelhança da habitação com um quadro de Van Gogh. Os nossos alunos poderão ver e imaginar elementos também não vistos por nós, mas que na sua perspectiva fazem todo sentido. Não interessa. O fundamental é termos a felicidade da sua observação, é sentirmos esta relação com a peça filatélica, é podermos conversar sobre o assunto, trocar pontos de

---

<sup>26</sup> Esta peça filatélica pertence à coleção particular do autor. Para auxiliar na observação dos elementos diminutos, como os elementos verbais, é necessário a utilização de uma lupa de aumento. Para trabalhar com selos postais em sala de aula, também é importante a utilização deste instrumento.

<sup>27</sup> Traduzido como “Ano internacional da criança”.

vista. É encontrar informações visuais que, ressignificadas, poderão se transformar em conhecimento geográfico.

Vejamos o exemplo da figura 28 e os elementos primários que podemos facilmente identificar, ou seja, permitindo o “olhar” o selo.

Figura 28 – “Olhe” e “veja” esse selo postal



Fonte: Acervo.

Além deste olhar primário, generalizador, o que nossos alunos poderão “ver” através desse selo? Alguns poderão destacar a unidade monetária vigente, diferente da atual. Outros, o ano do lançamento de um transporte tão utilizado nas grandes metrópoles, sendo um evento muito recente em nosso país. Há quem verá a frase-motivo: “Metrô de superfície no Brasil – custo menor, transporte melhor” e se indagará que para chegar à escola todo dia, paga muito caro por esse transporte e em péssimas condições. Fazendo uma reflexão, verá que em todas as metrópoles nacionais ocorre o mesmo. Mas por que ele está superlotado e suas linhas são tão longas? Será que em 1985 era melhor ou esta era apenas uma propaganda ideológica do governo daquela época? Porque ele não pode morar perto da escola e seus pais do local de trabalho? São tantas indagações que poderão surgir. São tantas possibilidades que estes fragmentos de tinta, papel e alma podem propiciar à nossas aulas...

Aproveitemos então a filatelia para desenvolver a nossa capacidade de observação, para aumentar a nossa sensibilidade, para uma “explosão” de criatividade a partir do imaginário em nossos alunos. Tarefa árdua? Com certeza. Mas se um selo postal pode despertar a curiosidade e a criatividade em nossos alunos, também pode fazer isso com os professores de Geografia. Afinal, a única limitação é o da nossa imaginação.

## 4.2. Materiais didáticos alternativos ao ensino de Geografia

Figura 29 – O ensino em sala de aula



Fonte: Acervo.

O ensino fundamenta-se na estimulação que é fornecida por recursos didáticos que facilitam a aprendizagem. Esses meios despertam o interesse e provoca a discussão e debates, desencadeando perguntas e gerando ideias (SANT'ANNA; MENZOLLA 2002, p. 35).

O ensino de Geografia, como o de outras disciplinas, depara-se hoje com uma imensa oferta de produtos da indústria cultural, tais como filmes, fotografias, músicas, charges, dentre outros, em virtude das novas tecnologias e do acesso mais facilitado às informações. Cada vez mais, os saberes escolares são associados às mudanças da modernidade e têm de dialogar com inúmeras orientações pedagógicas contemporâneas, a fim de desenvolver nos alunos a sociabilidade, a cooperação, a apropriação dos conteúdos e a construção do conhecimento. Com a introdução das modernas tecnologias e de novas propostas de apropriação da informação, essas novas formas de conceber o conhecimento trazem importantes mudanças que podem propiciar inúmeras possibilidades de compreensão e atuação do aluno na sociedade contemporânea.

Ademais, frente a todas estas mudanças que vêm passando o ensino nessa sociedade cada vez mais midiaticizada, pensemos novamente na introdução das aulas de Geografia de materiais didáticos alternativos como facilitadores do processo de ensino-aprendizagem. Ensinar Geografia utilizando o selo postal – assim como o de qualquer recurso didático – é, sem dúvida, um processo complexo que exige tanto do professor como da escola competências para mediar processos e pesquisas, de forma que eles tenham importância didático-pedagógica para, além de informarem, o que, via de fato, tem como objetivo-chave, mas também possibilitarem ao aluno a oportunidade de (des)construir e (re)construir o conhecimento.

Assim, estão postos os desafios de se criar uma prática docente que saiba lidar com o novo e produzir, com qualidade, os conhecimentos geográficos, tornando essa ciência mais

significativa para os alunos, o que ocorre quando eles se apropriam de seus conteúdos para a vida.

O ensino de Geografia pauta-se em muitas vertentes teórico-metodológicas, que permitem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem dos conhecimentos geográficos. Os materiais didáticos são formas de tornar o ensino de Geografia mais interessante e atraente aos educandos. Porém, são apenas complementos. De nada serve uma aula criativa se esta estiver desconexa dos objetivos e se o professor não tiver um embasamento epistemológico que fundamente o processo de construção do conhecimento.

[...] A finalidade específica de todo material didático é abrir a cabeça, provocar a criatividade, mostrar pistas em termos de argumentação e raciocínio, instigar ao questionamento e à reconstrução. Neste sentido, é instrumento, não a última e única palavra. (DEMO, 1998, p.45).

O professor deve refletir sobre quais meios devem ser utilizados para transformar as aulas de Geografia em instrumentos de aprendizagem significativas, tanto para os alunos como também para a satisfação dos docentes. “A aula de Geografia [...] deve percorrer diferentes temas, encadeando-os, contextualizando-os com o aqui e o agora do corpo e do entorno do aluno, com as relações socioculturais do espaço [...], investigando suas múltiplas interdependências.” (ANTUNES, 2003, p.14).

Mas também devemos ressaltar quanto à utilização demasiada de um recurso didático como mediador do processo de ensino-aprendizagem na Geografia. Um exemplo disso é a utilização do livro didático. Este recurso é uma entre tantas excelentes ferramentas, mas, como o nome sugere, é apenas um recurso, e não a base do processo. Além disso, o material pode apresentar erros conceituais e cartográficos.

[...] O livro didático tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico. Impulsionados por inúmeras situações adversas, grande parte dos professores brasileiros o transformaram no principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula.[...] (SILVA, 2012, p. 806).

Conforme Vesentini (2001), os livros didáticos em si não são o problema, mas sim o enfoque acrítico que for dado ao conteúdo destes pelos docentes. Dessa forma, é recomendável que os professores analisem os materiais adotados e complementem-nos sempre que necessário.

Além disso, o ensino de Geografia ainda precisa preocupar-se em dar conta dos anseios dos educandos, que se apresentam contextualizados com a realidade vivida por estes.



Logo, a construção dos conceitos geográficos deve pautar-se na compreensão do espaço por eles vividos, algo nem sempre fácil de ser percebido e concretizado no ambiente da sala de aula. Para auxiliar nesse processo, o uso de materiais didáticos alternativos fornece meios para tornar o ensino dos conceitos geográficos mais prazerosos e dinâmicos no processo de ensino-aprendizagem. Porém, não podemos esquecer que “não são os recursos didáticos que transformam aulas de reprodução em aulas de construção” (VIEIRA & SÁ, 2011, p.103).

E é este o papel do professor, o de problematizar os conteúdos e ressignificá-los, sempre que possível, aos anseios dos alunos e com a participação efetiva destes como atores ativos do processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, diante da necessidade de diversificação dos meios de ensino, o professor precisa usar de sua criatividade frente às situações que surgem no cotidiano de sua prática pedagógica, tentando superar os obstáculos que se apresentam para que a construção do conhecimento geográfico seja realmente significativa aos alunos.

É preciso estar ciente de que as outras linguagens e recursos, sob qualquer formato, que chegam às escolas como o novo, o moderno, o atual e, como tal, são atrativos e sedutores, não resolvem, por si sós, os problemas de ensino-aprendizagem da Geografia ou de qualquer outra disciplina. É necessário, portanto, um domínio de tais técnicas por parte dos professores e uma proposta político-pedagógica que contemple de forma consciente os usos dos recursos tecnológicos disponíveis.

A utilização de outras linguagens, que não apenas a verbal, escrita e não escrita, e/ou de outros recursos didáticos alternativos, diferentes do livro didático e quadro-negro, é hoje inevitável e necessária na educação, porque a sociedade já está vivendo no meio técnico-científico informacional desde os anos de 1970. E a escola, mais do que nunca, precisa se adaptar às transformações de nossa sociedade e aos anseios de nossos alunos.

Segundo Santos (2012), o meio técnico-científico-informacional é um processo de cientificização, tecnização e informatização do espaço que faz da informação uma variável fundamental para se viver na sociedade globalizada. Nesse ambiente, os espaços (re)qualificados atendem, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados rápida e plenamente, por esses atores, às suas atividades. Segundo o autor, esse processo é irreversível; está posto e não mudará. O que pode mudar é a maneira de utilizar seus elementos, uma vez que, como toda produção humana, esse meio é dotado de intencionalidade e está diretamente relacionado à forma como os homens reproduzem o sistema social.

Para o sujeito formar conhecimento nesse meio, diante da enorme quantidade de informações a que tem acesso cotidianamente, é necessário que ele saiba lidar com os elementos dessas informações que são a base para a formação de juízos, de conceitos, de opiniões, de princípios e de valores.

De acordo com Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007), a escola, nesse contexto, deve apropriar-se das várias linguagens e meios de comunicação para ensinar a decodificação, a análise, a interpretação e o uso de dados e informações e desenvolver no aluno a capacidade de assimilar e conviver com outras e novas tecnologias, que provocam também novas formas de aprender, com poder de reflexão e visão crítica.

No ensino-aprendizagem de Geografia, os conceitos-chave, como paisagem, lugar, região, território e espaço, precisam ser também tratados de acordo com esta reformulação tecnológica e midiática, visto que docentes e discentes são sujeitos que fazem parte deste mundo e o constroem. Portanto, precisam ser e estar inclusos nele. Trata-se de criar uma prática contextualizada, reflexiva e crítica, que propicie ao aluno a construção dos conceitos-chave para ele poder desenvolver uma leitura geográfica e espacial dos fenômenos. A postura investigativa e proativa poderá proporcionar, além da problematização dos conteúdos, estímulos para a formação de conceitos, para o exercício da cidadania e a seleção e interpretação de dados provenientes de diferentes fontes com competência e habilidade.

O ensino dos conteúdos de Geografia possibilita – por essa ser uma disciplina que trata de conteúdos atuais e presentes no cotidiano de todos – a criação de oportunidades didáticas inovadoras e atrativas para o dia-a-dia em sala de aula. Essas oportunidades, porém, expressam sempre a tomada de decisões político-pedagógicas que devem nortear as ações do ensino, partindo dos pressupostos de um planejamento escolar consciente de suas intenções.

As propostas de construir conhecimentos em Geografia através de materiais didáticos alternativos estão longe de ser novidade, mas essas aparecem, em sua maioria, como algo vago e despolitizado, que não esclarece os referenciais teóricos presentes por trás das decisões pertinentes ao ensino. Para a discussão desses métodos e práticas, é necessário partir de uma autocrítica, e que deverá seguir sendo realizado durante toda a carreira docente: O que nós, enquanto professores em processo de (trans)formação, adotamos como referencial político-pedagógico em nossa sala de aula? Como esses direcionam o planejamento e a ação, para assim atingirmos nossos objetivos?

Os pressupostos de um ensino atraente e instigante demandam planejar e avaliar nossa atividade como professores. A escola é, por primazia, um ambiente diversificado e contraditório, onde todos os envolvidos possuem experiências que levam a diferentes

concepções sobre as relações existentes entre o ensino e a aprendizagem. Em outras palavras, a escola não é espaço para “uma realidade escolar”, mas sim palco para uma diversificada rede de “realidades escolares”, onde, mesmo em uma única sala de aula, os indivíduos presentes representam diferentes percepções e experiências em relação aos conteúdos abordados. Estando inseridos nesse contexto, os professores têm que lidar cotidianamente com situações que desafiam a buscar caminhos cada vez mais atuais e dinâmicos para despertar o interesse dos alunos para suas discussões. Esses “novos caminhos” para o ensino podem estar relacionados ao uso de instrumentos mediadores entre as informações e a compreensão do educando para com essas.

Esses instrumentos, essencialmente culturais, aqui são definidos como *materiais didáticos*.

Também conhecidos como “recursos” ou “tecnologias educacionais”, os materiais e equipamentos didáticos são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo. O uso de mapas e globos para o ensino da geografia, portanto, não é mera ilustração dos pontos geográficos em estudo, mas uma estratégia de ensino, cujo objetivo é favorecer o processo de significação daquilo que está sendo exposto, aproximando o aluno do conteúdo da aula e dos livros. (FREITAS, 2007, p. 21).

A definição de material didático vincula-se ao tipo de suporte que possibilita materializar o conteúdo. Assim, o material didático, conjunto de textos, imagens e de recursos, ao ser concebido com a finalidade educativa, implica na escolha de um suporte, impresso ou audiovisual. Dessa forma, pode-se considerar como material didático o livro de literatura e didático, charges, poesias, reportagens jornalísticas, músicas e filmes. E por que não o selo postal? O que todos esses recursos têm em comum é que tendem a aproximar a linguagem escolar utilizada no trato com os conhecimentos científicos e a linguagem cotidiana dos alunos, facilitando assim a relação de aprendizagem.

É importante lembrar que nenhum material didático pode, por mais bem elaborado que seja, garantir, por si só, a qualidade e a efetividade do processo de ensino e aprendizagem. Eles cumprem a função de mediação e não podem ser utilizados como se fossem começo, meio e fim de um processo didático. (FREITAS, 2007, p. 23).

A utilização desses instrumentos, porém, não pode estar desvinculada aos trabalhos de planejamento e avaliação do ensino. Planejar é, antes de qualquer coisa, decidir. As decisões vinculadas ao planejamento e uso dos instrumentos são de fundamental importância para a constituição de algum método de ensino que propicie qualidade no ensino. Sendo assim, devemos partir da abordagem do planejamento, para depois abordarmos as lógicas de

mediação entre “o que se quer comunicar” e o “para quem se quer comunicar”. Planejar é mediar os referenciais teóricos ao objetivo do ato de ensinar. Significa assim preparar, realizar e acompanhar. A aplicação desses métodos relacionados aos instrumentos facilitadores faz parte do ato de planejar as práticas didáticas.

A prática com materiais didáticos alternativos, mais especificamente com o selo postal, além de facilitar a visualização dos assuntos abordados em aula e proporcionar a integração de todos os alunos, acaba quebrando a monotonia de uma aula expositiva. Fazer o aluno pensar, refletir e se interessar pelos temas discutidos no programa de uma disciplina deve envolver práticas alternativas diferentes das convencionais que, por sua vez, tornam, muitas vezes, a aula “pesada”, com excessivas informações e pouco pensamento crítico acerca dessas.

É importante destacar também que a abordagem do método de análise do conteúdo é o que vai definir o papel do material didático. Sua função é ser usado para ilustrar, promover discussões e reflexões e posicionar o conteúdo de forma privilegiada em relação à realidade do aluno para explicitar que a Geografia existe, também, fora da sala de aula.

Historicamente, no Brasil, as sucessivas reformas educacionais incluem materiais didáticos inovadores, como exigências de novas filosofias e/ou metodologias de ensino, que agregam aos conceitos didáticos e pedagógicos a reformulação da prática docente. Em geral, tal reformulação prevê a adoção de novas técnicas, às quais se relacionam novos materiais e equipamentos. Mas o que se tem, na verdade, são tentativas, de cima para baixo e muitas vezes frustradas, de se modernizar os processos, sem levar em conta todos os elementos envolvidos. Talvez esse tenha sido um dos principais fatores que colaboram para a subutilização dos recursos disponíveis nas escolas.

Por exemplo, o atual contexto aponta, a partir do início da década de 2000, para a introdução de mídias educativas audiovisuais, com o emprego dos recursos tecnológicos na educação, e cada vez mais a subutilização – pelo menos nos discursos – dos livros didáticos. Os recursos audiovisuais apresentam grande potencialidade a ser explorada pelos professores na composição de sua aula de Geografia e como ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem dos conceitos geográficos. Mas não são os únicos. E também não são garantia para que a aula seja de construção de conhecimentos geográficos, e não apenas de ilustração de fatos ou de “matação” de aula.

São inúmeros e variados os materiais e equipamentos didáticos existentes nas escolas. Além disso, podemos e devemos criar nosso próprio material ou aproveitar recursos empregados para outros fins. Esses recursos podem ser *visuais*, *auditivos* ou *audiovisuais*, que

servem como estímulo à aprendizagem pelo estudante por meio da percepção visual, auditiva ou ambas, e foram criados ou apropriados para fins pedagógicos, como instrumentos mediadores da construção do conhecimento no âmbito escolar.

Porém, a utilização desses recursos impõe a observância de alguns critérios para uma escolha mais eficiente, por parte do professor, tais como afirma Freitas (2007, p. 23):

- a) adequação aos objetivos, conteúdo e grau de desenvolvimento, interesse e necessidades dos alunos;
  - b) adequação às habilidades que se quer desenvolver (cognitivas, afetivas ou psicomotoras);
  - c) simplicidade, baixo custo e manipulação acessível; e
  - d) qualidade e atração (devem despertar a curiosidade).
- [...] Aprendemos: 1% por meio do gosto; 1,5 % por meio do tato; 3,5 % por meio do olfato; 11 % por meio da audição; 83 % por meio da visão. Logo, o uso de muitos e variados recursos visuais é estratégia das mais acertadas.

Para efeito de utilização para esta dissertação, esta baseará-se na utilização de um recurso didático alternativo, impresso e fixado sobre um suporte fixo, como é o caso do selo postal.

Também é importante que os recursos didáticos alternativos apresentem qualidade para servir como material didático, além de possuírem um poder de atração, despertando a curiosidade dos alunos.

E contrariando a atual tendência de discurso, que afirma que a inovação tecnológica traz resultados significativos para o processo de ensino-aprendizagem, pois tem o poder de motivar e atrair mais a atenção dos alunos, Freitas (2007) destaca que:

Outro aspecto importante, confirmado pelas práticas escolares, é que a introdução de um recurso didático, por mais desenvolvido tecnologicamente, seja em qualquer época, não tem apresentado resultados instantâneos e automáticos nem no ensino, nem na aprendizagem. Nesse sentido, apenas uma aplicação sistemática, ordenada, com ações bem planejadas, objetivos bem definidos e respeito ao contexto educacional local pode promover, a médio prazo, as mudanças que os materiais e equipamentos didáticos têm em potencial. (FREITAS, 2007, p.28).

No atual contexto que vivenciamos, ouve-se, é verdade, muitos alunos criticarem as disciplinas que envolvem leitura e compreensão de ideias. Um dos motivos pode ser que o estudo delas se resume à memorização do conteúdo transmitido nos instrumentos didáticos, o que permite criar obstáculos entre o aluno e o conteúdo. Outro discurso recorrente é que tal conteúdo é “chato” e que “não servirá para nada”. Diante dessa e de outras circunstâncias, os professores necessitam quebrar essas barreiras, criando então um fio condutor de suas aulas com o mundo globalizado, com diferentes técnicas, através de uma prática pedagógica que

possibilite aprendizagens significativas. Segundo Silva & Melo (2005, p.1) a utilização de recursos didáticos é importante nesse processo, pois:

[...] fornece meios para tornar o ensino dos conceitos geográficos mais prazerosos e dinâmicos no processo de ensino-aprendizagem, [...] permitindo que seus alunos participem ativamente da construção de conhecimentos e que possam ser empregados na compreensão do mundo à sua volta. [...] Diante da necessidade de diversificação dos meios de ensino, o professor precisa usar de sua criatividade frente às situações que surgem no cotidiano de sua prática pedagógica, tentando superar os obstáculos [...] (SILVA & MELO, 2005, p.1).

Assim sendo, entendemos que os educadores precisam instituir também uma boa ligação com a mídia, com a finalidade de construir um espaço educativo a partir de novos meios de comunicação, novas dinâmicas que estimulem o aluno a pensar.

Na verdade, este papel pode ser ocupado por inúmeros elementos e atividades lúdicas, tais como aquelas que fazem uso de imagens, músicas, jogos, poesia, saídas de campo, etc. Vale destacar, no entanto, que os recursos visuais, mais especificamente as imagens dos selos postais podem servir como um elemento de triangulação que facilite o diálogo entre o professor, os alunos e os objetivos traçados para os conteúdos, servindo como uma ponte de significado e auxiliando no processo de ensino-aprendizagem. Mas o filme, as charges e as músicas também pode ter esse papel, assim como o livro didático, entre outros.

O ensino-aprendizagem de Geografia na escola deve, então, contemplar seus conceitos-chave e as representações que os alunos trazem deles e constroem cotidianamente no mundo contemporâneo utilizando os mesmos meios que eles, de modo a proporcionar-lhes a possibilidade de refletir para, assim, poderem intervir na realidade que os cerca. Além disso, a utilização de outras linguagens e recursos didático-metodológicos alternativos pode contribuir para aumentar o interesse dos alunos pela Geografia.

Mas precisamos sempre fazer essa ressalva: mesmo com essas proposições, a nossa matéria-prima mais valiosa não são as mídias e suportes alternativos. A nossa matéria-prima mais valiosa são os “pequenos notáveis”, ou seja, nossos alunos. Por isso, a utilização das formas de linguagem não verbal das imagens (em fotografias, desenhos, filmes, maquetes, mapas temáticos, além dos muito usados gráficos, tabelas e mapas em diversas projeções, mas também porque não dos selos postais), dos sons (em melodias de músicas) e outras, associadas ou não à linguagem verbal escrita (em gêneros de textos como letras de músicas, poemas, crônicas, reportagens, romances, livros didáticos e paradidáticos etc.), em suportes impressos ou na internet, ou à não escrita (rádio, televisão, palestras, conversas etc.), utilizada de forma diferente da simples explanação em aula expositiva associada ao emprego do livro

didático, não pode prescindir da leitura e da escrita. Elas continuam sendo habilidades e competências básicas do ensino, cujas formações devem também, ao mesmo tempo, ser reforçadas por esses outros meios e suceder-lhes como forma de expressão do experimentado.

As habilidades desenvolvidas com a utilização de linguagens e recursos alternativos associados às de leitura – não só verbal, mas também imagética – e escrita tornam os alunos capazes de perceber e expressar as diversas formas de manifestação dos sujeitos e as diversas maneiras com que a vida é desenvolvida em diferentes espaços e tempos, além de fazê-los capazes de relacioná-las e compará-las ao tempo e espaço vividos.

Assim, também os procedimentos básicos e tradicionais do estudo geográfico, como a observação, a descrição, a comparação, o registro, a análise e a síntese, tornam-se mais produtivos e podem contemplar melhor as particularidades, as diferenças, as heterogeneidades socioespaciais do mundo moderno em diversas realidades e construções.

#### 4.3 “Pequenos notáveis” (ou o selo postal e o ensino de Geografia)

Figura 30 – Os “pequenos notáveis”



Fonte: Acervo.

Quando se constata o atrativo da filatelia sobre a juventude, depressa nos damos conta das possibilidades que a filatelia tem no ensino moderno. Não é provavelmente ainda senão uma visão, mas a época não está de tal maneira distante, onde ao lado dos métodos experimentados, a filatelia será igualmente considerada como um adjuvante para ensinar a história, a geografia, a fauna e a flora assim como outras matérias.

[...]

A promoção desta iniciativa (...) fez-nos tomar consciência do interesse do mundo da educação pelo contributo pedagógico da filatelia. Já existe material didático em grande quantidade para ensinar – através dos selos – as artes, as ciências, a geografia, a história, as civilizações e várias outras matérias académicas (O Filatelista Temático).

De que maneira a Geografia escolar tem dialogado com a Ciência Geográfica, na permanente interrogação do mundo? E quanto às linguagens? Incluindo-se a cibernética e todas as novas tecnologias que pouco a pouco chegam à escola, será que elas estão

mobilizando apropriadamente o trabalho cotidiano do professor? Nesse trabalho diário, os saberes prévios dos alunos são levados em conta na sistematização dos conhecimentos escolares, seja considerando-se a realidade como ponto de partida e de chegada, ou “trazendo a vida para a sala de aula”, numa nítida leitura de que não se separam escola e sociedade? Estes são questionamentos que evidentemente devem nortear nossa prática pedagógica.

Primeiramente, devemos frisar o fato de que vivemos em um mundo cercado de imagens e de informações, nas quais nos são apresentadas de forma naturalizada. Porém, aí incorrem inúmeros erros nos processos de ensino. Afinal, as imagens apenas nos transmitem informações, e não conhecimento. A escola e o ensino de Geografia possuem um papel fundamental quanto à ampliação, reformulação e sistematização do conhecimento, pois este é inacabado e a pessoa adquire ao longo da vida.

A Geografia como leitura de mundo em que vivemos é uma construção gradativa, que ocorre à medida que os alunos aprendem a observar, indagarem-se sobre o que observam, descrever, comparar, construir hipóteses e explicações, representar e espacializar acontecimentos sociais e naturais de forma cada vez mais ampla, considerando dimensões de tempo e de espaço. Para promover a ampliação do conhecimento, a utilização de materiais didáticos – alternativos ou os ditos “tradicionais” – são de fundamental importância no trabalho do professor. De grande importância é também a diversificação desses materiais que propiciem novas leituras geográficas. Sendo assim, o trabalho do professor de Geografia precisa estar ancorado em uma ampla variedade de materiais que possibilitem planejar boas situações didáticas, possibilitando criar condições que permitam aos alunos construir suas aprendizagens sobre o mundo e seu cotidiano.

Ensinar Geografia aponta para diversos caminhos, dentre os quais está encontrar a cada dia que passa novas ferramentas que sejam utilizadas como possibilidades para que nossas aulas não sejam meramente informativas (o que, na realidade, a internet faz melhor), mas que sejam aulas construtivas. E uma alternativa para ser utilizada em sala de aula é a utilização de imagens para o estudo da Geografia, para, a partir delas, desenvolver a construção do conhecimento.

Tonini (2003) nos dá a dimensão de como as imagens fazem parte de nossas vidas na contemporaneidade.

É indiscutível o lugar ocupado pela imagem no mundo atual. Sua centralidade na constituição dos significados sobre as coisas do mundo faz com que seja um dos insights atuais na fabricação das nossas subjetividades. Ela está presente em todas as atividades que desenvolvemos, quer fora ou dentro da sala de aula [...] O ensino da Geografia certamente deve deter-se nessa nova cultura imagética, na tentativa de



desenvolver uma pedagogia preocupada com a leitura das imagens [...] (TONINI, 2003, p. 35).

A força das imagens nos dias atuais é inquestionável. Elas constituem material didático extremamente importante para o professor, pois revelam intencionalidades de quem as produziu, como, onde e quando as conceberam, devendo, por isso, serem sempre contextualizadas e datadas. O trabalho com imagens pode ser muito útil como forma de ensinar como se produz leitura através do olhar. Isto é fundamental para a Geografia, pois a representação geográfica, seja pelos mapas, imagens, fotos, vídeos, mas também por selos postais e suas paisagens, sempre colocam em jogo o autor e as técnicas.

Que o professor possa utilizar-se de uma ampla gama de materiais, como selos postais e imagens de diferentes épocas, fotografias, imagens de satélite, imagens representadas nos livros didáticos, em jornais, revistas, HQ's, entre outros, sendo estes recursos bastante significativos para a construção e ampliação de conhecimentos geográficos.

O uso da imagem pode promover situações que facilitam a aprendizagem. Presente em nosso ambiente cultural, nós professores não podemos ignorar o seu uso no processo educacional. Considerar a imagem como material didático é valorizar uma forma de linguagem que a população de um modo geral tem acesso. Trabalhando com imagens, poderemos valorizar e aproveitar as potencialidades educativas de outra linguagem, além da escrita. Estas podem ser utilizadas para a problematização dos conteúdos de Geografia, desde que sejam explorados à luz de seus fundamentos teórico-conceituais.

Como destaca Tonini (2003, p. 35), “ler imagens criticamente implica aprender como apreciar, decodificar e interpretar imagens, analisando ao mesmo tempo a forma como são elas construídas e o modo como operam na construção do conhecimento geográfico”.

Assim, por exemplo, a observação de uma imagem como o selo postal deve iniciar com uma pesquisa que se fundamente nas categorias de análise do espaço geográfico e nos fundamentos teóricos e conceituais da Geografia. Este recurso visual assume assim o papel de problematizador, estimulador para pesquisas sobre assuntos provocados pela imagem. O uso do selo postal e demais imagens como recurso didático pode auxiliar o trabalho com a formação de conceitos geográficos, diferenciando paisagem de espaço e, a depender da abordagem dada ao conteúdo, desenvolver conceitos de região, território, lugar, sendo ponto de partida para atividades de observação e descrição. O uso das imagens como mobilização para a pesquisa e para construção do conhecimento deve levar o aluno a duvidar das verdades anunciadas e das paisagens exibidas.

Voltemo-nos agora à perspectiva dos usos das novas tecnologias e linguagens a elas associadas, de como a escola está se adaptando em face dessas profundas transformações sociais, e como nós professores de Geografia podemos nos utilizar dessas transformações e transformarmos nossas aulas e, principalmente, transformarmos o modo de pensar de nossos alunos.

Para uma leitura geográfica da realidade, é fundamental, no âmbito da Geografia escolar, uma formação teórica com domínio de conteúdos, categorias e conceitos. Também é importante a construção de uma concepção de ciência em movimento na qual o saber produzido seja sempre transformador e passível de transformação. Segundo Cavalcanti (2002), o lugar deve ser estudado numa articulação com o espaço mundial, enfatizando seu caráter identitário, subjetivo e coletivo. Paisagem e espaço se articulam como par dialético, visto que a paisagem é a materialização de um instante da sociedade e o espaço contém o movimento dessa sociedade. Já a região expressa o movimento desigual e combinado do capitalismo, enquanto o território está atualmente associado ao poder. Natureza e sociedade englobam esses conceitos e nos revelam um caminho dialético de análise da realidade.

Em outro plano, a convivência cotidiana com essas diversas linguagens e recursos disponíveis não garante ao professor a consciência e o domínio didático deles. Por isso, ao empregá-los, é necessário aplicar o conhecimento específico e o pedagógico, o que requer estudo, planejamento, criatividade e avaliação. Não basta, com eles, apresentar temas relevantes e atuais; é preciso motivar, provocar o interesse e a curiosidade, a participação e o envolvimento dos alunos na descoberta e leitura crítica do cotidiano e das ciências para a compreensão das relações entre o real e suas representações.

É preciso reconhecer que com o uso das linguagens e recursos alternativos normalmente não há uma preocupação, um controle científico sobre os conceitos de análise da Geografia. Por exemplo, em um texto retirado da internet – ou em um lote de selos postais – existem muitas informações, onde as imagens conseguem angariar um espaço um pouco mais amplo. Sendo assim, é necessária a compreensão das muitas possibilidades de reflexão sobre os fatos geográficos no mundo contemporâneo. A atenção, nesses casos, deverá se voltar, mais firmemente, para os usos dessas informações, bem como para seus desdobramentos, quando da elaboração de trabalhos de Geografia, de acordo com aquilo que é próprio da escola e numa perspectiva formativa cuja centralidade seja o aluno.

O ensino precisa ser pensado no processo de transformação da sociedade e do espaço. Um dos caminhos para se pensar os fatos geográficos e propor o uso de outras linguagens e

recursos é considerar o movimento, as transformações e que os lugares onde eles ocorrem continuam tendo o antes, o durante e o depois e também que sua ocorrência é cotidiana.

Outro caminho é lembrar que o real, representado em imagem, por exemplo, pode ter vários outros significados. É extremamente importante trabalhar o fato de que esta linguagem imagética opera na atualidade como um veredicto de verdade. Mas ela não o é, sendo apenas uma representação socialmente construída dessa realidade. Constituir, a partir dos usos e apropriações das linguagens e recursos alternativos, uma proposta de ensino é propor uma decifração de seus conteúdos históricos, culturais, espaciais, políticos e religiosos, dentre outros.

Se “as imagens mentem” (GOMES, 2013), então é papel da Geografia buscar construir destas mentiras uma parte importante para a construção do conhecimento. Se uma imagem pode ser interpretada de inúmeras formas, dependendo de quem olha e lhe atribui significado, abre-se um leque de potencialidades sobre o uso da imagem, e que deve ser amplamente explorada e valorizada nas aulas de Geografia. Afinal,

ao entender que a imagem ensina uma visão de mundo, de valores e quais comportamentos sociais e econômicos são aceitáveis, percebo existir ali regime de verdades. A imagem, por possuir estoque de verdade, vai moldando, constituindo nossas subjetividades (TONINI, 2003, p.36).

Tendo em mente o fato de que as imagens são portadoras de uma visão de mundo tomada como verdade, eis mais um motivo para que seu uso seja mais um recurso que poderá ajudar os professores e alunos a desenvolverem conceitos, que serão a base para a construção do conhecimento. Como diz Gadotti (2003, p. 16), o professor “deixará de ser um lecionador para ser um organizador do conhecimento e da aprendizagem [...]”. Na verdade, ele será um mediador do conhecimento, um aprendiz permanente, um construtor de sentidos, um cooperador, e, sobretudo, um organizador de aprendizagem.

Na perspectiva da Geografia e de seus conceitos-chave, é preciso conhecê-los e compreendê-los para associá-los ao conteúdo, por exemplo, dos filmes, que trazem representações por imagens em movimento e sons do fato geográfico, ou dos selos postais, que operam por representação de imagens fixas e elementos imagético-verbais constitutivos de uma verdade ideológica e simbólica de um Estado emissor.

Assim, não basta reconhecer o potencial bastante significativo dessas linguagens e recursos para o ensino de Geografia. Sendo a Geografia uma disciplina escolar e uma ciência da sociedade capaz de criar, na cultura escolar e geral, uma prática de (re)existir e resistir aos modismos, de agir sempre para a construção do saber, é preciso que se delimite o lugar dessas

diferentes linguagens e recursos. Não é possível obter conhecimentos geográficos sem uma compreensão dos conceitos e representações dos quais esses conhecimentos partem e para os quais confluem – a paisagem, a região, o território, o espaço e o lugar –, porque entre a sociedade e esses elementos há uma simbiose: os homens e mulheres os constroem e são por eles construídos concomitantemente.

Para Cavalcanti (2012), o ensino de Geografia deve promover uma instrumentalização conceitual que torne possível aos alunos uma apreensão articulada das redes espaciais múltiplas e, para isso, é preciso considerar as representações sociais dos alunos e professores e colocar seus conhecimentos cotidianos em confronto com os conceitos geográficos.

Ao se usarem esses materiais didáticos alternativos, os conceitos da Geografia são uma maneira de realmente ensiná-la sem perder sua essência. Caso contrário se estará estudando qualquer outra coisa menos Geografia!

Os selos postais, por exemplo, devem ser enfocados para decifrar os problemas, mas nunca de forma compartimentada, sob a ótica de modelos predeterminados, criados pela indústria ideológica-cultural. Nada de absolutismos didáticos ou pedagógicos que promovam um ensino homogeneizador, sem problematização.

Todas as linguagens e recursos são portadores de uma ou várias ideologias, mas isso não pode ser motivo para não serem usados. Basta que professores e alunos não se submetam às condições de produção impostas por seus produtores ou pelos interesses que eles representam, mas que tenham nesses objetos elementos de problematização e (re)construção dos conceitos estruturantes de nossa ciência.

Portanto, o selo postal como linguagem visual e como recurso didático alternativo, adequados aos conteúdos geográficos, não significa assumir os compromissos e os ideais políticos de quem os criou. Quando escolhermos um determinado tipo de trabalho e linguagem, temos a intenção de usar aquilo que nos interessa. Assim, cabe ao professor, como mediador do processo de ensino-aprendizagem, adequar essas inovações ao conteúdo, à metodologia e à realidade local, composta por histórias, identidades e problemas diferentes.

Além de exercer a criatividade e utilizar a reflexão crítica, ao se selecionarem linguagens e recursos, conta muito a experiência na docência, a capacidade de valorizar as interpretações dos alunos, compreender, com profundidade, os sentimentos e os significados encontrados por eles nos conteúdos geográficos dessas novas linguagens e recursos.

Ao se propor o uso dos selos postais, é necessário que as escolhas sejam de conhecimento dos alunos e que eles sejam motivados a discutir, no espaço da aula, as

possibilidades de usos e apropriações daquilo que foi escolhido para enriquecer os conteúdos das aulas de Geografia.

As linguagens e recursos alternativos implicam uma reflexão sobre práticas e usos coerentes e consequentes com a Geografia. Essas linguagens e esses recursos tecnológicos não podem ser usados de forma inquestionável. Se, na modernidade, vivem-se mudanças, não apenas na produção de saberes, mas também em sua transmissão, o processo ensino-aprendizagem não pode ficar alheio a elas nem deixar de valorizar aspectos políticos e ideológicos e outros mais voltados ao cotidiano dos alunos.

É preciso compreender que o potencial da linguagem visual e do selo postal – assim como de qualquer linguagem e recurso – é relativo. Seu debate, pela comunidade escolar, é importante para que se estabeleça, a cada uso de uma linguagem, uma reflexão que aponte para posições cada vez mais comprometidas com o uso geográfico desses recursos, ou sua geografização, para atender aos novos desafios do ensino de Geografia. É preciso constituir um movimento que pense o uso dos vários recursos disponíveis no mercado para ensinar Geografia.

E o selo postal está aí para isso. Basta nos apoderarmos desse preciso recurso e explorar ao máximo sua linguagem visual representacional em nossas aulas, afim de transformar as informações ali contidas em conhecimentos significativos.

Mas como utilizar o selo postal em sala de aula? Afinal, o saber usar implica competências, até mesmo para que sua apropriação não inclua apenas relações e significados que o produtor original sentiu ou usou para criar sua obra. Portanto, compreendemos que essas linguagens e recursos não são unilaterais. Seu uso pressupõe “usadores”. Na escola, precisamos com esse recurso exercitar várias ideias, considerar vários valores, com o objetivo comum de ampliar os conhecimentos e o ensino de geografia. Sem dúvida, podemos aprofundar a análise, mas sua riqueza deve ser considerada por sua relação com os conceitos básicos da Geografia, que devem ser reforçados como parte do processo de ensino-aprendizagem, realçando sempre suas intervenções no mundo moderno.

Como afirma Costella (2014), o desafio do professor da contemporaneidade é o fato de ser capaz de ensinar desprovido de certezas absolutas. Ou seja, um professor capaz de refletir sobre as incertezas. Não devemos, portanto nos preocupar em seguir a risca todos os conteúdos dos manuais didáticos, pois para que os alunos elaborem sínteses sobre os conceitos e conteúdos geográficos, exige-se um longo caminho. E um desses rumos a tomar, porque não utilizar imagens e o selo postal para a construção do conhecimento geográfico?

Muitos entraves e dificuldades teremos que enfrentar e procurar superar ao nos propormos a este trabalho. As imagens e demais tecnologias por si só não irão contribuir para ampliar conhecimentos. Irá depende do envolvimento do educador em desvendar e explorar esses recursos, planejar, produzir materiais com o objetivo de desenvolver melhor os conteúdos. Para tal, propomos a utilização do selo postal e seu rico acervo imagético-verbal como mais uma possibilidade ao ensino da Geografia.

Sendo assim, veremos algumas formas de instrumentalizar os conceitos estruturantes do ensino de Geografia, e de como estes podem ser construídos com a utilização da linguagem visual do selo postal.

#### 4.4 Selo postal e a “Geografia do custo zero”

Figura 31 – O que importa não é o custo, mas o olhar de nossos alunos



Fonte: Acervo.

Enfim, através do belo, da imaginação e da interrogação estimular a produção oral e escrita dos alunos na direção de um ensino que atraia o aluno e estimule-o a uma leitura mais argumentada e plural do mundo. Propor atividades simples, de baixo custo (geografia do custo zero, gcz), mas que contribuam na busca de uma docência levedensa (outro neologismo): leve na forma (método), densa na capacidade de interpretar e intervir no espaço vivido (KAERCHER, 2011, p. 2).

Seja nos corredores das escolas públicas que se circula, seja em roda de amigos professores ou em outros espaços, uma das principais queixas sobre os problemas que as escolas enfrentam recaem sobre a precarização da infraestrutura de nossas escolas e a falta de verba, o que dificulta com que professoras e professores desenvolvam práticas pedagógicas desejadas por falta destes recursos.

Enquanto que a ampliação dos investimentos públicos, a melhoria da infraestrutura e a formação continuada dos professores são alguns dos caminhos que sabemos serem fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino, mas que no atual momento parecem utopias, torna-se fundamental repensarmos o ensino de Geografia adotando estratégias metodológicas inovadoras e de baixo custo tanto para o professor como para a escola. Estas novas estratégias se enquadram no que Kaercher (2009) denomina de Geografia do Custo

Zero (GCZ), que correspondem a práticas de sala de aula que utilizam recursos simples e surtem efeitos significativos. O autor denomina tais práticas de

Geografia do custo zero (gcz) porque não implicam em gastos extras nem tampouco recursos tecnológicos (nada contra eles, mas no geral não estão muito disponíveis nas escolas públicas do meu estado, da minha cidade). Uma simples folha xerocada e já temos, muitas vezes, matéria-prima para belas discussões e produções. O diferencial não é o computador, é dar o ‘clique’ na turma. (KAERCHER, 2009, p.10)

Nesta ideia da Geografia do custo zero, Kaercher (2011) salienta o fato de que, se o professor estiver atento ao mundo que circula, que nos rodeia, é possível nele mesmo encontrar materiais que auxiliarão em nossa prática e, sobretudo, encontrarão perguntas que possam estimular discussões e debates na sala de aula. Para este autor, as imagens podem ser pontos de partida para essa “gcz”, pois é possível imaginarmos os espaços, sua fisicidade, mas também como vivem as pessoas que o habitam, constituindo dessa forma em um riquíssimo material geográfico.

Mas a Geografia do custo zero também pode-se aplicar sobre os materiais didáticos. No que tange à isto, tomemos a reflexão de Malheiros (2013), ao defender que o uso de materiais didáticos proporciona, no processo de ensino e aprendizagem, alguns benefícios como a facilidade para fixar a aprendizagem, a simplicidade na apresentação de dados, a possibilidade de tornar os conteúdos mais concretos e o estímulo à participação dos alunos. Nesse sentido, faz-se necessário criar meios para que os professores possam fazer a leitura e utilização adequada destes materiais didáticos, bem como ter clareza acerca das suas possibilidades de uso e coerência com os objetivos pretendidos. É necessário entender o papel indispensável do material didático no processo de ensino e aprendizagem, considerando o desenvolvimento da criticidade e apropriação do conhecimento por parte do aluno.

Sendo assim, para enquadrar-se na atual realidade das escolas públicas brasileiras, para desenvolver a criticidade de nossos alunos e construir os conceitos geográficos, não precisamos necessariamente de materiais didáticos caros ou tecnológicos. Como destacou Kaercher (2009), uma simples folha xerocada se torna matéria-prima para dar um “click” na turma. Ou seja, o que importa não é o material em si, até porque sozinho ele não apresenta nenhuma potencialidade, mas sim as reflexões e desequilíbrios que este (re)ssignificado pode gerar sobre nossos alunos. Afinal,

Buscar a geografia do custo zero (gcz) e pensar sobre o que se vê (qsv) não implica em se conformar com a pobreza de nossas escolas. Significa que podemos incluir nossos alunos no próprio planejamento de nossas aulas e conteúdos porque a

geografia deve falar dos espaços e pessoas que vivemos e com quem convivemos. (KAERCHER, 2011, p. 12).

Dentro destas discussões iniciais acerca da utilização de recursos didáticos alternativos que se enquadram dentro da Geografia do custo zero, podemos trazer à realidade de nossas escolas e de nossas aulas de Geografia práticas que utilizem como recurso o selo postal e toda sua potencialidade imagética, de paisagens representadas e de discursos construídos sobre o espaço geográfico.

Antes de elucidarmos sobre em quais pontos o selo postal enquadra-se na “gcZ”, devemos salientar que, obviamente, nem todos os selos postais são materiais com este enquadramento, embora também este assunto possa fazer parte de nossas aulas, ou seja, o porquê de alguns pedacinhos de papel coloridos custam tão caro e os que utilizamos nas aulas não são. Não que estes que utilizaremos não tenham potencialidade. Aliás, os mais caros possuem menos potencialidade para o ensino do que os selos postais mais baratos que existem.

Encarados por alguns poucos afortunados como investimento alternativo e por outros apenas como um hobby, os selos raros podem chegar a custar milhares ou até milhões de reais. Tudo porque foram emitidos com erros, cortados ou carimbados de uma forma diferente ou mesmo por haver vários exemplares em uma única folha. Para ser valioso e até se valorizar com o tempo, basta ser único – ou quase isso. Em função disso, selos raros são o ativo mais caro por peso que existe. Embora já seja possível montar uma carteira de selos de qualidade a partir de R\$ 30 mil, alguns exemplares só podem realmente ser acessados por milionários. Analisaremos a seguir valores e curiosidade dos selos postais mais caros do mundo e que, certamente não se encaixam dentro da proposta da Geografia do custo zero.

Figura 32 – Os selos mais caros de sempre



1. *Three-Skilling Yellow* (1855, Suécia); 2. *Mauritius “Post Office”* (1847, Ilhas Maurício); 3. *Black on Magenta* (1856, Guiana Britânica); 4. *Franklin Z-Grill* (1868, EUA); 5. *Inverted Jenny* (1918, EUA). Fonte: Filatelismo: Tudo sobre selos. 2016.



Segundo o site Filatelismo, o *Three-Skilling Yellow* é o selo mais popular do mundo e isso deve-se ao fato de ser o mais caro de sempre. [...] O *Three-Skilling Yellow* foi emitido em 1855 na Suécia e o seu aparecimento foi acidental. A cor normal do *Three-Skilling* era verde, enquanto o *Eight-Skilling* era amarelo, mas, graças à troca de placas de impressão, o selo *Three-Skilling* saiu com a cor trocada e foi o único exemplar impresso com a cor amarela. Este selo foi vendido em um leilão em Genebra, na Suíça, com valor estimado (já que o seu proprietário não revelou o valor final da transação) superior a 1,82 milhões de euros, aproximadamente R\$6.242.600,00<sup>28</sup>.

Os selos *Mauritius "Post Office"* (Blue Pence e Orange Penny) foram emitidos nas Ilhas Maurício em 1847, quando estas eram colônia britânica. Estes dois selos foram modelados sobre os selos britânicos antigos, apresentando o perfil da rainha Victoria. Apenas 26 exemplares do selo existem na atualidade. Eles foram avaliados em torno de US\$ 4 milhões, algo em torno de R\$ 13 milhões<sup>29</sup>.

O *Black on Magenta* foi um selo postal de 1 cêntimo que foi publicado em 1856 na antiga Guiana Britânica, hoje conhecida como República da Guiana. Existe apenas 1 exemplar no mundo, vendido em 1980 por 675.000 euros, aproximadamente R\$2.315.000,00. Já em 2014 ele se tornou o selo mais valioso do mundo, leiloado por US\$ 9,5 milhões (mais de R\$31 milhões).

O *Franklin Z-Grill* é um dos selos mais raros e valiosos em todo o mundo e foi impresso nos Estados Unidos da América (EUA), no ano de 1868. Este selo tem a característica única de ter pequenas saliências na parte de trás do papel que servem para absorver a tinta e comprovar a sua autenticidade. Esta foi uma técnica utilizada para impedir as pessoas de enganar o sistema postal da época, pois impossibilitava a realização de cópias. Atualmente, só restam dois exemplares e cada um está avaliado em 675 mil euros (R\$2.315.000,00).

E por fim, o *Inverted Jenny* é um dos selos postais de referência em todo o mundo. Ele foi emitido no ano de 1918 pelos EUA e ficou conhecido por ser o erro mais famoso do sistema postal americano. Trata-se de um selo de 24 cêntimos que foi criado para homenagear o avião Curtiss JN-4 que fazia a entrega do correio postal pela via aérea. No entanto, no momento da impressão do selo, o avião saiu invertido. Estima-se que existam 100 destes no mundo. O preço de um *Inverted Jenny*, leiloado em 2007, gira em torno de US\$ 977.500,00 (aproximadamente R\$3,2 milhões).

---

<sup>28</sup> Cotação do euro a R\$3,43 no dia 02/01/2017.

<sup>29</sup> Cotação do dólar a R\$3,28 no dia 02/01/2017.

Porém, é preciso considerar e esclarecer que a maior parte dos selos postais tem pouco valor. Não importa que sejam antigos e até anteriores a 1900. Por exemplo, um selo postal de um país ainda existente na atualidade, tais como Brasil, Portugal, Itália e tantos outros, 70% dos selos podem ser considerados baratos, 25% possuem um valor mais alto – variando entre R\$ 10,00 e R\$ 100,00 – e 5% caros custando acima de R\$100, isto é, aos selos raríssimos de alto valor agregado, que correspondem a apenas 0,01% dos selos existentes e que, por obviedade, não se enquadram dentro da proposta de utilização como material didático de custo zero.

Os selos postais também possuem um valor de catálogo, que é um valor determinado pela procura. Os selos de países muito procurados obviamente vão valer mais do que os de países dos quais haja poucos colecionadores, a não ser que se trate de selo temático, onde o valor é o mesmo para qualquer país. Existem selos caríssimos, por exemplo, da Holanda, Suécia, Noruega, Inglaterra, dentre outros, que são considerados excelentes países para se colecionar, devido à moeda forte, mas que aqui no Brasil acabamos vendendo muito barato devido a pouca procura.

Selos postais brasileiros também podem ser adquiridos em agências dos Correios. Neste caso, o valor de aquisição consiste na cobrança de seu valor facial. A maior parte dos selos postais variam de valores faciais de R\$0,80 a R\$2,80, sendo que é possível encontrar selos com valores de R\$0,01 e R\$0,05.

Outra forma de aquisição é a compra de lotes de selos nacionais ou universais em sites especializados. Esses geralmente podem ser adquiridos em lotes de 50, 100 e até 500 selos, novos ou usados, sendo que os selos usados são mais baratos. Por exemplo, em sites de filatélicas ou em suas sedes, é possível adquirir lotes de 100 selos por menos de R\$ 10,00 (o que corresponde a menos de R\$ 0,10 a cada possibilidade de uma aula construtiva).

É possível participar de fóruns de colecionadores online e assinar revistas especializadas gratuitamente, como o Correio Filatélico – COFI, da ECT, onde pode-se desenvolver uma parceria de trocas mútuas de correspondências com outros colecionadores. Tenho como exemplo particular estas associações e assinaturas, onde anunciei gratuitamente meus itens colecionáveis e os propósitos da aquisição de material, ou seja, para esta pesquisa. Recebi inúmeras correspondências de colecionadores muito solícitos com o projeto de divulgação da filatelia nas escolas, e por acreditarem que o selo postal pode ser utilizado como um material didático alternativo, nas quais recebi por doação uma quantidade grande de material para trabalhar tanto na pesquisa como futuramente em sala de aula.

E por fim, os selos postais podem ser adquiridos pela forma mais clássica e de custo zero que existe: desbravando gavetas e caixas velhas de pertences dos seus familiares, devastando antigos envelopes. Coloque uma caixa de coleta de envelopes usados com selos postais na escola ou em seu trabalho. Solicite para aquele seu amigo ou familiar que trabalha em um escritório ou repartição pública que guarde aquele velho envelope que iria parar no lixo. As possibilidades de aquisição de um material riquíssimo e vasto em quantidade e qualidade de informações são múltiplas. Basta você, professor, querer utilizar este material didático alternativo em suas aulas de Geografia.

Não há restrição de turma e idade para trabalhar com os selos postais. Porém, como é o escopo desta pesquisa, as reflexões são pautadas para a utilização em turmas do 6º ano do Ensino Fundamental. Ao selecionar, observar, analisar, interpretar e sistematizar as informações imagético-verbais contidas nos selos postais, podemos esperar muita participação dos nossos alunos (sim, pequenas coisas ainda os atraem nesta idade), muitas descobertas, dúvidas e questionamentos. Muitos temas e conteúdos de Geografia surgirão. E tudo isso de um material que se enquadra na Geografia do custo zero.

Alguns temas e mecanismos que podem ser utilizarmos para geografarmos nesta perspectiva da Geografia do custo zero são as imagens. Sobre isso, Kaercher (2011, p. 11) muito mais do que afirma, ele faz uma convocação: “Use imagens. Vivemos num mundo imagético. Os olhos são os sentidos, provável, dos mais usados. Refletir sobre o que se vê é tarefa nossa”.

Destarte, vivemos cercados por imagens que circulam nos mais variados sistemas socioculturais e técnicos, seja em placas de publicidade nas ruas, em fotos, na mídia audiovisual e impressa, dentre outros meios. Enfim, imagens são produtos culturais abundantes, apresentam grande potencialidade para serem utilizadas nas aulas de Geografia para a construção de conceitos geográficos, para desenvolver inúmeras competências e habilidades. Além disso, possuem “custo zero”, enquadrando-as nesta proposta.

E como será abordado mais adiante, o selo postal pode ser entendido como uma imagem representacional, com inúmeras potencialidades para a construção de significados e para a utilização em sala de aula e, mais especificamente, de “custo zero”.

Kaercher (2011) enfatiza o fato que com os produtos da “gcZ” é comum não encontrarmos as respostas (onde, como e porque é feito). Com os selos postais, provavelmente encontraremos mais indagações do que respostas. Eles são materiais baratos, mas com grande potencialidade de trabalho para incentivar a imaginação e a perguntação.

Afinal, “imaginação, busca do belo e perguntação são, a meu ver, a busca do sentido da boa docência” (KAERCHER, 2001, p. 12).

Ainda (re)significando as ideias do referido autor, com o auxílio do selo postal e de seu poder imagético representativo, é possível pensar acerca do consumo das classes sociais, as relações sociedade-natureza. Além disso, pode-se estudar as transformações das paisagens, políticas, econômicas, tecnológicas, dentre outras. Tudo isso em um produto simbólico criado por um Estado vislumbrando que eles sejam “janelas para o mundo” de nosso país (sem contar que pensar o Estado não é uma questão histórica, mas também geográfica).

Um material didático alternativo que se enquadra na “gcZ”, tal qual o selo postal deve propiciar inúmeras interações entre o sujeito-objeto, na qual o sujeito seja desequilibrado, permitindo a construção do conhecimento geográfico. Neste cenário, elenco a seguir alguns princípios que fazem do selo postal um recurso de grande valor para o ensino da Geografia.

1. Através de seus recursos imagético-verbais, é possível adotar uma abordagem problematizadora e investigativa;
2. É possível criar atividades que incentivem os alunos a exporem suas opiniões, discutir, interagir com os colegas e criar hipóteses;
3. Não há uma leitura considerada correta. Logo, leva em consideração as ideias prévias dos alunos e suas leituras de mundo;
4. Procuram representar as paisagens e seus atores sociais, por meio de imagens que sejam acessíveis e interessantes para os alunos, de acordo com os objetivos propostos;
5. As imagens representadas são criações, e não a realidade. Por isso é necessário propor atividades que estimulem o aluno a pensar o espaço geográfico;
6. Estimulam o desenvolvimento de inúmeras competências e habilidades que vão além da leitura e da escrita, mas que são fundamentais para a construção do conhecimento geográfico.

Quando se utiliza materiais didáticos que se enquadrem na Geografia do custo zero, o que se pretende é que ocorra uma interação do sujeito, com um dado objeto (como o selo postal e suas representações imagéticas), propiciando mecanismos para uma desequilíbrio-assimilação-acomodação que propiciem a construção do conhecimento. O potencial didático do selo postal depende muito da sensibilidade do educador em gerar desafios através de práticas criativas e descobrir novos interesses de seus alunos. Portanto, quando o aluno interagir com os selos postais, poderão ocorrer algumas possibilidades para a aprendizagem

dos conceitos geográficos, para o desenvolvimento cognitivo, e ainda, contribuir para a formação de uma criticidade e um espírito investigativo e indagador, tão importantes para o ensino da Geografia.

Para finalizar, o selo postal pode ser um recurso incentivador da aprendizagem, uma vez que as mensagens que o estudante percebe por meio dele não são somente verbais, mas principalmente imagéticas. Mas também podem estimular a imaginação (os sons, cores, formas, sensações de se andar por determinadas paisagens). Eles também podem cumprir a função de estabelecer contato na comunicação entre professor e aluno, alterando a monotonia das aulas exclusivamente verbais e expositivas. Esses materiais ainda podem substituir, em grande parte, a simples memorização, contribuindo para o desenvolvimento de operações de observação, análise e síntese, generalização e abstração, a partir de elementos concretos (as imagens). Dessa forma, ampliam o campo de experiências do estudante, ao fazê-lo defrontar com elementos que, de outro modo, permaneceriam distantes no tempo e no espaço.

Perceba, então, que uma das principais funções do selo postal (ou de outro material didático para a “gcZ”) é dinamizar a aula, aguçando a curiosidade e o desejo dos alunos, estabelecendo uma nova relação entre aluno e conteúdo a ser trabalhado. Claro que seu uso precisa ser planejado, bem elaborado, preparado com antecedência. Porém, como determinam as boas práticas didáticas, o planejamento das aulas pode – e deve – resultar em atividades flexíveis, no sentido de atender às demandas concretas dos alunos, fazendo uma ponte com os componentes curriculares, ainda que não previstos para aquele momento.

O selo postal possibilita dinamizar a aula, não significando, contudo, que seja a tábua de salvação para tudo. Ele é só um recurso. Ele sozinho não constrói conhecimento. Tão só representa informações geográficas. Cabe a você, professor, (re)significar e construir novos significados com esse vasto, abundante, formidável e barato recurso. Desperte a curiosidade e o desejo com esta “viagem” pelas imagens. “Leve seu olhos a passear. Assombre-se. Se não quiser, tudo bem. Mas, por favor, assombre seus alunos, pois eles são a razão e a emoção da nossa profissão”. (KAERCHER, 2011, p. 12).

#### 4.5 Paisagem: conceito-chave para a leitura dos selos postais brasileiros

Figura 33 – Paisagem natural<sup>30</sup>? Paisagem cultural<sup>31</sup>? Ou simplesmente, paisagem?



Fonte: Acervo.

A paisagem tem se constituído em um conceito-chave da Geografia, tendo sido vista como conceito capaz de fornecer unidade e identidade à Geografia num contexto de afirmação da disciplina. (CORRÊA E ROSENDHAL, 1998, p. 8).

O conceito de paisagem não é exclusivo da Geografia, mas sempre teve grande importância para a disciplina, estabelecendo-se como um de seus conceitos-chave e que está em constante discussão dentro da ciência geográfica. Portanto, trabalhar a leitura de paisagens é de grande importância na disciplina de Geografia. Isso pode ser constatado a partir da afirmação de Melo (2001, p. 29) quando diz que “o conceito de paisagem é um dos mais antigos da Geografia, a ponto de nas abordagens mais remotas, os geógrafos afirmarem ser a geografia a ciência das paisagens”.

Neste subcapítulo analisaremos, buscando atingir um dos objetivos desta dissertação, a importância da leitura de paisagem para a construção de conhecimentos geográficos

<sup>30</sup> Emissão *Buriti: Importância, beleza, utilidade*. Ano do lançamento: 2013. Valor facial: R\$ 2,45 cada selo. Tiragem: 75.000 blocos. Artista: Anderson Moreira Lima. Sobre o bloco: em desenho com lápis de cor, o artista retratou com leveza de imagens o título da emissão. O buriti tem importância como alimento das araras, beleza na paisagem típica do cerrado brasileiro e utilidade na confecção dos mais variados produtos. O bloco forma uma bela representação de uma paisagem – mantida quando os selos são destacados – pouco modificada pela ação humana.

<sup>31</sup> Emissão *Mobilidade sustentável*. Ano do lançamento: 2016. Valor facial: R\$ 1,70 cada selo. Tiragem: 240.000 de cada selo. Artista: Adriana Schibata. Sobre o selo: retrata uma típica paisagem cultural urbana (de certa forma idealizada), onde os meios de locomoção e as diversas opções de mobilidade – VLT, skate, ônibus, cadeira de rodas, carros, bicicletas, metrô, pedestres – mostram-se de maneira harmoniosa e aderentes aos quesitos de comodidade, sustentabilidade e segurança.

significativos, mais especificamente para o 6º ano do Ensino Fundamental, e para que esse objetivo fosse alcançado foi necessário discutir o conceito de paisagem nas diferentes correntes epistemológicas da Geografia; refletir sobre o ensino de Geografia e a leitura de paisagem e, por fim, definir a importância da leitura de paisagem nas imagens dos selos postais brasileiros, como um instrumental para a construção dos conhecimentos geográficos.

No subcapítulo seguinte, caracterizaremos a leitura de paisagem como um conteúdo que, quando trabalhado de forma eficiente, proporciona oportunidade para que se desenvolva uma série de competências e habilidades nos alunos, como a observação, o registro, a análise e a comparação. Portanto, é necessário discutir a importância de construir, junto com os alunos do 6º ano, a leitura das paisagens que vivenciam cotidianamente, para que compreendam que a Geografia é feita no dia-a-dia e que todos são sujeitos construtores da paisagem na qual estão inseridos.

Com o objetivo de se tornar significativa a paisagem no ensino e na aprendizagem da Geografia, surge a necessidade de retomar com mais intensidade esse conceito. Ele, se bem conduzido, contribui para uma reflexão e para um entendimento da complexidade da relação entre a sociedade e a natureza, objeto central de estudo da Geografia.

Primeiramente, vamos analisar, por meio de um levantamento bibliográfico, a evolução que o conceito de paisagem foi passando, principalmente dentre os geógrafos culturais e humanistas.

A Geografia adquiriu status de ciência no século XIX. Porém, o conceito de paisagem é anterior à organização da ciência geográfica, estando muito ligado às artes.

A geografia firma-se como ciência organizada principalmente a partir dos trabalhos de intelectuais alemães, como Ritter e Humboldt. É do alemão que vem o termo *landschaft*, um vocábulo medieval, mais antigo que *paysage* e que significa natureza como evento visual, total e unido, uma associação entre sítio e habitantes. Portanto, um termo mais abrangente e complexo e a partir do qual a ciência acadêmica formulou o conceito de paisagem geográfica, que até o início do século XX esteve no centro das investigações geográficas e chegou a ser considerado como o objeto da geografia. O conceito de paisagem como espaço que se observa de um golpe de vista, foi adaptado pelos geógrafos como sendo uma área fisicamente e culturalmente reconhecível e com algum grau de homogeneidade, podendo ser cartografável e com extensão além de onde a vista alcança. Este seria o conceito de paisagem geográfica adotado pela ciência acadêmica no século XIX. (MYANAKI, 2003, p. 15-16).

Mas sabemos que a Geografia como ciência acadêmica tem um histórico de transformações, tanto epistemológicas quanto na reconstrução de seu objeto de estudo, tanto que, no século XX, a noção de paisagem começa a ser suplantada nos estudos geográficos pelos conceitos de espaço, região, território e lugar. Porém, a paisagem volta a estar no cerne

das discussões geográficas a partir da década de 1970, no contexto da chamada Geografia Cultural.

O geógrafo americano Carl Sauer é considerado um dos maiores representantes da Geografia Cultural e estudioso da importância do conceito de paisagem. Por exemplo, Sauer faz uma distinção no conceito de paisagem, usando o critério das formas – no caso natural e cultural – onde a paisagem natural é aquela que ainda não foi modificada pelo homem e a paisagem cultural é aquela em que o homem introduziu formas. Para Sauer (2004, p. 42), “a área anterior à introdução de atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto. Podemos chamar as primeiras, com referência ao homem, de paisagem natural, original”.

Sauer (2004, p. 23) ainda define a paisagem cultural como sendo “a área geográfica em seu último significado (chore). Suas formas são todas as obras do homem que caracterizam a paisagem”. E, por fim, Sauer (2004, p. 59) faz uma relação do meio natural e da cultura: “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado”.

De acordo com Corrêa (1998, p. 67), “a nova geografia cultural resgata e amplia as bases epistemológicas desenvolvidas pela geografia cultural de Sauer e dos geógrafos europeus”. Cosgrove (1998, p. 98-99) foi um dos autores que defendeu essa linha de abordagem quando afirmou que “a paisagem percebida é também significada e construída. Sua estrutura e dinâmica são acessíveis ao homem e agem como guias para suas atitudes e condutas”. Resumindo esse pensamento, Berque (2004, p. 84-85) afirma que:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação - ou seja, da cultura - que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

Já na perspectiva de conceituar a paisagem na abordagem humanista, Schier *apud* Santos e Chiapetti (2014, p. 70) define-a como “a realização e materialização de ideias dentro de determinados sistemas de significação. Assim, ela é humanizada não apenas pela ação humana, mas igualmente pelo pensar”.

Como seres humanos que somos, vemos a paisagem com os nossos olhos, porém esta deve ser uma visão que considera a nossa história, a nossa subjetividade, que por sua vez, estão inseridas no mundo das histórias e das subjetividades coletivas ou da sociedade humana, ao longo do tempo. (SANTOS E CHIAPETTI, 2014, p. 70).

Ainda neste sentido, ao abordar a paisagem e subjetividade, Chiapetti (2009, p. 103) diz que



Uma paisagem, então, é o resultado de uma percepção dinâmica, construída a partir do olhar de um observador a um lugar qualquer do espaço em um determinado momento. Contudo, é um olhar com subjetividade, com história, com valores culturais, com seus modos de vida e com seu ponto de vista, sobre aquilo que é observado.

Destas ideias iniciais a respeito da visão da Geografia Humanista, podemos afirmar que a percepção contribui no envolvimento das pessoas com as paisagens com as quais elas convivem e experienciam e também na conduta dessas pessoas. Não é possível separarmos a paisagem da experiência humana, pois são as pessoas que vivenciam e constroem as paisagens, atribuindo a elas significados e valores.

Sendo assim, para a Geografia Humanista e Cultural, o conhecimento não está apenas na dimensão científica, mas incorpora a experiência vivida, os sentimentos, as relações socioculturais manifestas através das paisagens, na forma como se apresentam e o homem não é apresentado como “um elemento a mais” nesse cenário, mas como “o elemento” que faz toda a diferença e que está no centro das paisagens culturais, comandando as relações ali existentes.

Podemos então considerar a paisagem como um conceito essencial de leitura e de aprendizagem no ensino da Geografia. Acreditamos que seja importante desenvolver, nas crianças e nos adolescentes, a capacidade de compreensão das diferentes paisagens, reconhecendo seus elementos, sua história, suas práticas sociais, culturais e suas dinâmicas naturais, assim como a interação existente entre eles. Portanto, há uma necessidade de ressignificar a paisagem no ensino e na aprendizagem da Geografia.

Estudar a Geografia, levando em consideração a paisagem, passa a ser de extrema importância, pois, através dela, é possível compreender, em parte, a complexidade do espaço geográfico em um determinado momento do processo. Ela é o resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza. Além disso, conforme Puntel (2007) é a paisagem que revela a imbricação, a relação entre o social, o cultural, o intelectual, o patrimonial e o cívico, e são essas relações que motivam e justificam a presença da Geografia e da paisagem nas escolas.

Antes de analisarmos a leitura da paisagem no 6º ano do Ensino Fundamental através dos selos postais, vale ressaltar que nenhum conceito da Geografia é trivial ou isento de controvérsias, e o conceito de paisagem, definitivamente, não é uma exceção. Por isso, precisamos discuti-lo sob a perspectiva de outras correntes.

Talvez um dos conceitos mais difundidos de paisagem seja o de Santos (2008), embora seja bom ressaltar que seus estudos levem em consideração o espaço como categoria e

objeto de estudo da Geografia. Desta forma, as paisagens estão inseridas no espaço, sendo transformadas a todo o momento. Assim, é imprescindível abordarmos os conceitos de espaço e paisagem.

Em Santos (1988), o autor, além de fornecer elementos para a discussão sobre o espaço, ele define também o conceito de paisagem, ao afirmar que é

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. [...] A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. (SANTOS, 1988, p. 21-22).

E segue afirmando que “a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço”. (SANTOS, 1988, p. 24).

E por fim, Santos (1988) categoriza dois tipos de paisagem: a artificial e a natural.

A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. [...] A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. (SANTOS, 1988, p. 23).

Mas devemos tomar cuidado para não ferirmos os princípios epistemológicos da Geografia e do ensino de Geografia, e compartimentar a realidade em “natural x cultural (ou artificial)”. O fato de nossa educação, tanto formal quanto informal, ser feita de forma seletiva nos leva a ter diferentes percepções da mesma realidade. Sendo assim, a percepção destas paisagens – na realidade ou nos selos postais – por si só não é conhecimento. Elas dependem de interpretação. E o professor de Geografia deve buscar construir não só o significado conceitual da paisagem, sem se comprometer por tanto com seu aspecto, mas também criar as condições de operacionaliza-lo de forma não fragmentária, fato ainda tão presente em nossa realidade.

Diante desse conceito, podemos observar os inúmeros elementos e as diferenças existentes entre a concepção do espaço e da paisagem na obra de Santos (1988). Fica evidente que a paisagem vai muito além do visível. Ademais, ela é a interação dos elementos que compõe o espaço. Assim, a paisagem é composta pela junção das formas, das funções, das estruturas e dos processos pelo qual a mesma está inserida.

Também é possível o professor se indagar a respeito de que até que ponto existem paisagens “naturais”, ainda intocadas pela sociedade. Tal indagação está alicerçada na grande capacidade que o ser humano adquiriu em modificar e transformar a natureza, fazendo com que sua influência chegue a lugares mesmo ainda intocados pela nossa ação física.

Por último, analisaremos a contribuição da obra de Souza (2013) na definição do conceito de paisagem. Souza (2013) evidencia que, a partir da década de 1980, o conceito de paisagem possui uma definição tão abrangente que praticamente se torna sinônimo de espaço geográfico, ou de área. Porém, para este conceito, tradicionalmente, se atribui um escopo ligado ao “espaço abarcado pela visão de um observador (e, por extensão, e em claro diálogo [...] à representação visual e pictórica de um determinado espaço [...])” (SOUZA, 2013, p. 44).

Nesta perspectiva materialista histórico-dialética, “a paisagem é sempre, de certo modo subjetivamente (e culturalmente) construída”. (SOUZA, 2013, p. 44).

Ainda segundo Souza (2013) – complementando a ideia de que o conceito de paisagem não é exclusivo da Geografia – sua construção científica remete ao domínio da pintura renascentista. A paisagem se configura como uma forma, uma aparência, cujo conteúdo dela pode estar em consonância ou em contradição com o que a forma nos sugere.

Mesmo mudando a corrente epistemológica e os recortes espaciais, o conceito de paisagem mantém algumas ideias concernentes à todas elas. Quanto à isto, Souza (2013, p. 46) nos diz que “o mais fundamental e o provável denominador comum das diversas contribuições, no interior desses debates, consiste em assumir, como ponto de partida, o conteúdo fortemente visual e representacional da paisagem”.

Como visto até aqui, parece consenso afirmar que é na paisagem que se manifesta as ações da sociedade, em suas mais diferentes esferas e, o mais destacado, que a paisagem é o visível, construída e representada de forma distinta por cada um de nós.

Mas Souza (2013) nos alerta que, como toda representação visual, a paisagem também pode mistificar, distorcer e ocultar a realidade, além de naturalizar e universalizar as relações socioeconômicas atuantes sobre aquele espaço.

Nisto reside o cuidado de não considerar a paisagem sob a ótica de apenas uma corrente epistemológica, justamente para não considerar este como um conceito natural e inocente. O fato de a paisagem ser uma forma e uma aparência, justamente por isso se torna necessário “desconfiar” da paisagem, do estritamente observável. Afinal, quantos fenômenos sociais não são simplesmente observáveis ou podem passar despercebidos pelos nossos sentidos?

Aliás, falando em “desconfiar das paisagens”, torna-se necessário então também desconfiar das representações das paisagens, seja pelas imagens de outdoors, pinturas, fotografias e também dos selos postais. Todo conceito – e sua representação – possui um uso social e ideológico que se expressa (e se esconde) por meio de sua representação, em dada época e cultura, sob condições sociais determinadas.

O selo postal e sua representação são construções ideológicas de um artista contratado por um Estado emissor. Por meio desta representação também podemos refletir sobre os preconceitos e projetos deste Estado, refletir sobre as paisagens que chegam até nossos olhos (e também o porquê de outras não chegarem). Isto vai de certa forma de encontro ao que afirma Souza (2013), e resume o que vimos até aqui, ao dizer que

A despeito de inextricavelmente associado à aparência, nada nos autoriza a achar que o conceito de paisagem é, só por isso, de pouca importância. Na verdade, a paisagem é reveladora, muito embora revele “ao encobrir” (e, inversamente, encubra “ao revelar”...). Em outras palavras: a paisagem é uma forma, uma aparência – e não há nada de intrinsecamente ruim nisso, a não ser que a nossa própria limitação mental faça disso algo ruim (SOUZA, 2013, p. 51).

Desta forma, concebemos a paisagem e suas representações como sendo produções culturais. Através das representações paisagísticas dos selos postais podemos, por exemplo, discutir quais sujeitos, suas práticas e seus espaços de atuação foram deixados de fora, ou quais foram representados de forma caricata. Também discutir porque numa sociedade de classes mais desfavorecidas pouco são representadas, assim como as “paisagens culturais urbanas” são renegadas em detrimento das “paisagens naturais”.

Vejamos, por exemplo, na sequência (figura 34), emissões postais brasileiras que remetem, em suas emissões, temas diversos, mas que possuem destaque à representações de paisagens que podemos – ou não – encontrar no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 34 – O Rio Grande do Sul e suas paisagens





1. 3 selos da série *Parque Nacional dos Aparados da Serra* (1985); 2. Bloco comemorativo da série 2<sup>a</sup> *ABRAFEX – Costumes Gaúchos* (1992); 3. Se-tenant da série *América 95 – Estação Ecológica do Taim* (1995); 4. Selo da série *Patrimônio Mundial da Humanidade* (1985); 5. Selo da série *Copa do Mundo da FIFA – Brasil 2014 – Cidades-Sede* (2014).

Um primeiro destaque a se fazer é o fato de que poucas emissões postais brasileiras privilegiam representações relacionadas ao Rio Grande do Sul, seja no aspecto natural, cultural ou artístico. Estas 5 representações da figura 34 estão entre as mais significativas no que tange a representação paisagística – natural ou cultural – do nosso estado. Já as representações paisagísticas retratando o Rio de Janeiro e o Cerrado brasileiro são as mais numerosas.

Mas o que estas paisagens podem revelar? E o que elas invisibilizam, ou simplesmente não retratam? Por exemplo, as emissões dos 3 selos da série *Parque Nacional dos Aparados da Serra* (1985) e o se-tenant<sup>32</sup> da série *América 95 – Estação Ecológica do Taim* (1995) retratam paisagens naturais, sem a intervenção humana. Mas será mesmo que elas são tão intocadas? E se não existissem o Parque Nacional dos Aparados da Serra e a Estação Ecológica do Taim – o que já demonstram uma ação humana de preservação – será que apenas aspectos naturais estariam representados? Também é possível pensar se os selos postais em questão buscam mais representar uma ideia de preservação, ou de exaltação das belezas naturais para estimular o turismo na região. É possível também trabalhar a questão do turismo sustentável e desastres ecológicos e crimes ambientais (como os que ocorreram recentemente no Taim), questões referentes à geologia e geomorfologia do nosso estado, a fitogeografia, dentre outros.

<sup>32</sup> Se-Tenant: expressão francesa significando “O que não se separa”. São dois ou mais selos emitidos conjuntamente, isto é não destacados entre si. O desenho pode ou não ter continuidade em outro selo. (Fonte: ABRAFITE – Dicionário Filatélico).

Três emissões estão relacionadas à representação de paisagem culturais (ou artificiais), ou seja, o bloco comemorativo da série *2ª ABRAFEX – Costumes Gaúchos (1992)*, o selo da série *Patrimônio Mundial da Humanidade (1985)* e o selo da série *Copa do Mundo da FIFA – Brasil 2014 – Cidades-Sede (2014)*.

Novamente cabem muitas indagações, que buscam “ver” os selos e ir além. O bloco de selos que representa os costumes gaúchos também traz a representação paisagística do Pampa. Temos ciência que estas representações são bastante estereotipadas, mas dominam o imaginário da sociedade brasileira – e gaúcha também. O selo da série *Patrimônio Mundial da Humanidade (1985)* representa as ruínas de S. Miguel das Missões – e da qual também fazem parte Ouro Preto e Olinda – visam trazer a ideia de preservação, mas também de estímulo ao turismo. Isso sem falar que sabemos muito pouco da história e das geografias vernaculares os gaúchos e dos indígenas que colonizaram nosso estado.

E por fim, a emissão *Copa do Mundo da FIFA – Brasil 2014 – Cidades-Sede (2014)*, não é a representação da paisagem de Porto Alegre, mas uma concepção artística. Mesmo assim, o que está representado? Como nos casos anteriores, estereótipos e o cartão-postal da cidade, a Usina do Gasômetro, além de um atleta chutando a bola e a explosão deste movimento, que se assemelha aos morros de Porto Alegre. E os demais atrativos culturais que poderiam ser representados, para que os turistas que vieram para a cidade durante os jogos pudessem conhecer? Cadê as pessoas e suas demonstrações culturais e de convívio com o espaço e em sociedade? Cadê a representação não só das coisas belas, mas também das mazelas do nosso estado?

O professor precisa levar os alunos a duvidarem e questionarem o que está posto, mas também imaginarem estas paisagens.

Nas aulas de Geografia, especialmente, convém investigar como os alunos imaginam que seja esse espaço, o que já ouviram falar sobre ele, que cheiros sentiram se estivessem naquele lugar, o que veriam se estivessem passeando ou vivendo ali. A evocação do imaginário é uma forma de representar, de pensar sobre um espaço, que se constitui de elementos e relações a partir dos quais os quadros mentais começam a se formar, organizando um conjunto inter-relacionado de elementos que dará origem a paisagens, a espaços mentalmente projetados. (COSTELLA E SCHÄFFER, 2012, p. 51).

Com essas invisibilizações (não)presentes nas paisagens dos selos postais, podemos trazer à tona o problema – histórico, cultural, político-ideológico – para nossas aulas, das relações e da integração entre sociedade e natureza no espaço geográfico.

Com tudo isso, precisamos destacar que o conceito de paisagem merece ser bem mais valorizado – e integrado com os demais conceitos geográficos – do que tem sido. É óbvio que

ele apresenta limitações, que não é a “chave-mestra” para auxiliar na leitura e compreensão do espaço geográfico. Mas isto não é apenas privilégio seu. Afinal, todo conceito possui suas potencialidades e limitações.

#### **4.5.1 Leitura de paisagem no ensino de Geografia do 6º ano**

As paisagens serão compreendidas pelos alunos como eventos temporais e complexos, pois demonstram relações momentâneas, explicadas por diferentes momentos de configuração. [...] Assim, a leitura da paisagem remete à leitura do tempo. (COSTELLA E SCHÄFFER, 2012, p. 53).

O conceito de paisagem é um instrumento essencial de leitura e de aprendizagem no ensino da Geografia. Conforme Puntel (2007), é importante desenvolver nas crianças a capacidade de compreensão das diferentes paisagens, reconhecer seus elementos, sua história, suas práticas sociais, culturais e suas dinâmicas naturais, assim como a interação existente entre elas.

Portanto, há uma necessidade de ressignificar a paisagem no ensino e na aprendizagem da Geografia, pois, conforme Corrêa e Rosendahl (1998, p. 8) “este conceito foi relegado a uma posição secundária, suplantada pela ênfase nos conceitos de região, espaço, território e lugar”.

Estudar a Geografia, levando em consideração a paisagem, passa a ser de extrema importância, pois, através dela, é possível compreender, em parte, a complexidade do espaço geográfico em um determinado momento do processo. Ela é o resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza. Além disso, conforme Puntel (2007, p. 286), “é a paisagem que revela a imbricação, a relação entre o social, o cultural, o intelectual, o patrimonial e o cívico, e são essas relações que motivam e justificam a presença da Geografia e da paisagem nas escolas”.

A leitura da paisagem “é um recurso que permite desenvolver uma série de capacidades: a observação, o registro, a análise, a comparação e a representação que, em geografia, tem um caráter específico” (SCHIER, 2003, p. 91).

A intenção de se trabalhar com leitura de paisagem é ajudar os alunos do 6º ano escolar a desenvolverem as capacidades citadas por Shaffer (2003), de poder aguçar o olhar espacial dos alunos. Com relação a isso, Callai (2005, p. 238), afirma que “desenvolver o olhar espacial, portanto, é construir um método que possa dar conta de fazer leitura da vida que estamos vivendo, a partir do que pode ser percebido no espaço construído”.

Coelho (2008, p. 20) acrescenta que a possibilidade de exercitar a leitura de imagens como instrumento na interpretação da paisagem mostra-se uma experiência muito enriquecedora, pois, a paisagem sendo interpretação, se oferece à leitura como forma de interpretá-la em busca de extrair suas informações. Ao decifrar os múltiplos significados de uma paisagem, abre-se uma porta que permite compreender diversos processos sociais e culturais, bem como trazer à luz as evidências que nos informam sobre os significados contidos em uma paisagem.

A paisagem é a “dimensão observável do espaço” que contém múltiplos elementos humanos/culturais e naturais e revela as ações da sociedade e das forças naturais no espaço geográfico ao longo do tempo. O tempo é passível de ser analisado e expresso em dias, meses, anos, décadas, quantitativamente, de forma linear e objetiva, mas a velocidade e o ritmo das relações, fenômenos e acontecimentos dão-lhe qualidades que criam outros tipos de tempo, como o lento e o cíclico, por exemplo.

No estudo da paisagem, a análise dos selos postais pode mostrar as diferentes noções de tempo, as dimensões passado/presente, seus elementos constituintes, as transformações ocorridas. O selo postal representa momentos, instantes da vida, propicia a materialização de uma paisagem representacional sobre um suporte fixo, traz dados e informações. O selo postal é um documento, é memória. Meios de transporte, vestuário, formas e instrumentos de trabalho, estilos arquitetônicos e urbanísticos estão entre os muitos fatores humanos/culturais presentes em selos postais de paisagem, além dos naturais, como vegetação, topografia, hidrografia e outros, de maneiras distintas em diferentes épocas e de diversos pontos de vista.

Além do selo postal, outros recursos e linguagens podem ser utilizados para desenvolver habilidades, aptidões, visões críticas e criatividade dos alunos no estudo da paisagem, de modo que eles avancem na observação, ultrapassem a descrição vazia de significados, estabeleçam comparações pertinentes e se vejam como sujeitos, construtores e parte da paisagem. Os conteúdos desenvolvidos devem estar associados àquilo que vivem, para a compreensão significativa dos acontecimentos, sempre se considerando a dinamicidade própria do espaço geográfico e do tempo e também do meio técnico-científico-informacional e da indústria cultural, baseando-se nos conhecimentos da ciência geográfica.

No estudo da paisagem e do lugar principalmente, mas também no dos outros conceitos geográficos, com a utilização de linguagens e recursos diversos, é necessário observar que, em geral, eles dificilmente trazem conteúdos próprios, específicos do local onde os estudantes vivem (a não ser a fotografia). Por isso, deve-se pesquisar e planejar bastante e até produzir materiais, ou até adaptar os materiais existentes para que sejam significativos



dentro do contexto onde escola e aluno se inserem. Os próprios livros didáticos não contemplam – ou contemplam de forma pouco satisfatória – as situações locais, como vegetação típica, danos e transformações sofridas pelo meio ambiente, problemas como falta de moradia e saneamento básico, dentre outros, além dos problemas enfrentados por grupos expressivos da sociedade, como índios, negros e mulheres, dos quais a maioria faz parte ou com os quais se relaciona diretamente todo dia, sem observar suas imbricações no tempo e no espaço. Nesse âmbito, novamente um ponto positivo à utilização do selo postal: a partir da década de 1970, cada vez mais os selos postais brasileiros retratam as diferentes realidades culturais, étnicas e religiosas brasileiras, e não apenas os traços culturais dominantes. Quem sabe aí o aluno consiga ver, pela primeira vez, que os coletivos de sua realidade foram representados pela primeira vez em um produto midiático e ideológico.

Mas voltemos à construção das representações das categorias analíticas de construção do espaço geográfico e, mais especificamente, da leitura da paisagem. No estudo da paisagem as formas de linguagem visual são importantes pelo próprio conceito de paisagem. Porém, o que devemos considerar na leitura de paisagem?

Callai (2005) nos fornece alguns indicativos:

Importa então considerar as características culturais dos povos e os interesses envolvidos para a realização da leitura da paisagem. [...]. Assim como a paisagem está cheia de historicidade, o sujeito que a lê também tem o seu processo de seleção do que observa. [...]. Desse modo, fazer a leitura de paisagem pode ser uma forma interessante de desvendar a história do espaço considerado, quer dizer, a história das pessoas que ali vivem. (CALLAI, 2005, p. 228).

É importante destacarmos, contudo, que só conseguiremos formar alunos-leitores críticos se nós, professores, conseguirmos construir junto com os alunos, uma leitura de paisagem para além do que está posto nos livros didáticos (e nos selos postais).

Assim, é importante que desde cedo que os educandos aprendam a ler o mundo, a entender a complexidade da realidade. Isso pode iniciar quando a criança reconhece o lugar, conseguindo identificar as diferentes paisagens e entendendo que elas são naturais, humanas, históricas e sociais. Elas existem e se justificam pelo trabalho da sociedade, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas e aparecem aos nossos olhos de muitas formas, cores, odores, sons, sendo construídas nas relações sociais, conectadas às dinâmicas da natureza. (PUNTEL, 2007, p. 286).

Com o objetivo de se tornar significativa a paisagem no ensino e na aprendizagem da Geografia, surge a necessidade de retomar com mais intensidade esse conceito. Ele, se bem conduzido, contribui para uma reflexão e para um entendimento da complexidade da relação entre a sociedade e a natureza, objeto central de estudo da Geografia. E como técnica que

pode operacionalizá-la temos o selo postal, um constructo imagético-verbal simbólico, com grande potencialidade de utilização para a leitura de paisagens representacionais.

Vale ressaltar que, de início, o que está contido nos selos postais são informações visuais, e não paisagens. Por isso, é necessário transformar as informações contidas nos selos em conhecimento geográfico, utilizando conceitos que permitam uma (re)leitura destes. Poderia o conceito de território, ou de lugar, instrumentalizar sua leitura? Provavelmente sim. Mas talvez o que mais vem se enquadrar é o conceito de paisagem, através de um questionamento de Costella (2008): “Se o aluno apreende uma imagem segundo suas perspectivas, não seria essa imagem uma paisagem?” (COSTELLA, 2008, p. 43). E segue seu texto afirmando que

[...] é importante compreendermos uma paisagem como um conjunto morfológico, mas como um conjunto de possibilidades filtradas pelo olhar do observador que lhe atribui significados, rede de significados naturais e culturais eleita, para que permaneça na memória como um registro espacial (COSTELLA, 2008, p. 44).

As leituras das paisagens são múltiplas. A subjetividade está presente em cada leitura do espaço, na visibilidade de seus elementos. Assim como já supracitado, se cada aluno ler o selo conforme sua visão, extraíndo elementos do simples olhar, conferindo atenção, então estará se propiciando ao aluno a capacidade de refletir acerca de uma determinada paisagem representada – mas também território, espaço geográfico.

Callai (2000, p. 97) considera que “o lugar mostra, através da paisagem, a história da população que ali vive, os recursos naturais de que dispõe e a forma como se utiliza tais recursos”. Percebe-se então, que a partir da paisagem é possível compreender em parte a realidade num determinado momento, pois a paisagem está em constante mutação. É importante entender também que a paisagem, ao se apresentar dessa ou daquela forma, não é por um acaso, pois muitas foram as interferências da sociedade, dos processos produtivos e dos próprios movimentos da natureza, visto que a fisionomia da paisagem também se explica pelos agentes internos e externos da natureza.

Percebe-se que são muitas as dimensões de análise, e que estudar o espaço geográfico, tendo como ponto de partida a paisagem, é muito mais complexo do que normalmente o senso comum considera. É necessário, contudo, que o estudo da paisagem seja profundo e contemple o maior número possível de elementos que a formaram e são responsáveis pelas constantes transformações e pela dinamicidade das mesmas. Assim, “ao contemplar o estudo do espaço geográfico, tendo como conceito-chave a paisagem, faz-se necessário levar em

consideração a dimensão objetiva e subjetiva da paisagem e o seu processo de construção e reconstrução que são permanentes”. (PUNTEL, 2007, p. 289).

Nesse sentido, Cavalcanti (2004, p. 101) alerta que “caberia ao ensino trazer a “paisagem” para o universo do aluno, para o lugar vivido por ele, o que quer dizer trazer a paisagem conceitualmente como um instrumento que o ajude a compreender o mundo em que vive”. Já Costella e Schäffer (2012) afirmam que

Os quadros que compõe um espaço caracterizam uma paisagem. Eles não são estáticos e isolados, mas contínuos, contém vida, movimento. O conceito de *paisagem* é importante para compreender as temporalidades, desenvolver a competência da representação espacial e estabelecer vínculos de pertencimento e identidade. (COSTELLA E SCHÄFFER, 2012, p. 51).

Para as autoras, as paisagens explicam os acontecimentos relacionais e promovem a reflexão espaço-temporal. E seguem afirmando que, “ao pensar em paisagens, cada aluno constrói as relações possíveis entre o que tal realidade apresenta e os conhecimentos prévios que detém”. (COSTELLA E SCHÄFFER, 2012, p. 51).

O professor, dessa forma, tem o compromisso de fazer com que os alunos percebam além do visível, com que ele consiga buscar explicações para aquilo que está além das aparências. Nesse contexto de perceber o espaço geográfico e as paisagens como algo dinâmico e com muitas contradições e adversidades, Kaercher (2000, p. 168) considera que:

é importante superar a visão do espaço como palco, como suporte de nossa existência mostrando-o como algo dinâmico e extremamente influenciador de nossa vida, mostrando aos alunos que as vivência e reflexões espaciais nos acompanham a todo instante e que dependem de nossa classe social e também de nossa condição de etnia, gênero, religiosidade e outras questões.

E é fundamental que o professor não só saiba o que queira trabalhar, tenha claro seus objetivos, saiba quais conceitos construir e o material didático que instrumentalizará sua construção – no caso, a paisagem representada nos selos postais – mas, principalmente, compreenda o que e como o aluno construirá essa noção. Sobre isso, Costella e Schäffer (2012) afirmam que:

Ao organizar os quadros aparentemente sem relação do conteúdo, e lançados em um primeiro momento de aula, as paisagens vão se formando no imaginário dos alunos, que iniciam o processo de relacionar os elementos que compõe o espaço a ser estudado. Cabe ao professor sistematizar estas características e explorar o que poderá leva-los ao entendimento do espaço, reportando as relações com outras áreas do conhecimento (COSTELLA E SCHÄFFER, 2012, p. 53).

Desta forma, o estudo da paisagem não só traz consigo o ensino da Geografia, como também o aperfeiçoamento da percepção, dos sentidos e do aparelho cognitivo, auxiliando de maneira ampla a aprendizagem dos alunos. Ressaltando que a paisagem acompanha a evolução, a mesma não é estática, necessitando, desse modo, de uma abordagem de caráter dinâmico, que acompanhe o processo de transformações.

Se pretendermos que a utilização de selos desempenhe uma função pedagógica, transmita uma informação, desencadeie um processo de aprendizagem, é necessário que a peça filatélica desperte a atenção do jovem. É necessário que ele não se limite a olhá-la, é necessário que a observe. Essa atenção é a ponte que permite integrar a utilização de selos no processo de ensino-aprendizagem da Geografia.

Pode-se compreender o espaço geográfico de diferentes formas, usando diferentes categorias ou conceitos chave da Geografia, porém o mais importante é buscar um processo ensino-aprendizagem preocupado em ajudar a formar pessoas mais comprometidas e com raciocínios e conhecimentos claros a respeito do espaço que ocupam. Deve-se possibilitar aos educandos a prática de pensar sobre os fatos e acontecimentos mediante várias explicações. Se conseguirem pensar o espaço de forma mais abrangente e ativa, com certeza, a sua participação na comunidade em que vivem será mais efetiva e a atuação será mais consciente.

#### 4.6 Selo postal e a construção de competências e habilidades

Figura 35 – Desenvolver competências e habilidades através da observação de imagens



Fonte: Acervo.

Se nossos alunos somente trabalharem conteúdos ou desenvolverem algumas habilidades, sem se apropriarem das reflexões ficarão somente no plano inicial, não avançando para outros patamares. Por outro lado, se as reflexões aflorarem e a partir delas às abstrações, esses alunos serão mais que habilidosos em lidar com o conteúdo, estarão competentes, pois recriarão planos iniciais e construirão novos olhares, intensificando a capacidade de inferência sobre o conteúdo (COSTELLA E SANTOS, 2014, p. 201).

As imagens dizem muito mais do que captamos ao simplesmente olharmos para elas. É preciso “ver através delas” (GOMES, 2013). Além disso, elas aguçam nossa curiosidade e

nos permitem investiga-las com mais afinco. Precisamos criar em nossas aulas um ambiente privilegiado de produção de conhecimento ao utilizarmos mais esta forma de produção de saber. Afinal, as imagens nos permitem a construção de diversas habilidades e competências fundamentais para a compreensão do mundo.

Mas como trabalhar competências e habilidades na escola básica à luz de um ensino de Geografia voltado à alfabetização visual? As competências e habilidades estão relacionadas a instigar nos alunos uma postura investigativa e autônoma perante os desafios apresentados.

Além de desenvolver competências interdisciplinares, com a utilização de imagens do selo postal é possível desenvolver diversas competências, tais como observar, analisar e sintetizar informações; duvidar, raciocinar, criar, imaginar, pesquisar, estudar, observar regras, relacionar-se com terceiros. Elas também aumentam a capacidade de aquisição de novas informações. Porém, é necessário e fundamental transformar as informações contidas nos selos em conhecimento geográfico, utilizando conceitos que permitam uma (re)leitura destes.

Desenvolver nos alunos a habilidade de compreender o espaço por meio da observação de imagens é talvez uma forma de resgatar o interesse dos alunos pela disciplina. Porém, precisamos estar preparados para trabalhar os conteúdos de nossa disciplina de forma dinâmica, prazerosa que seja capaz de levar os alunos a adquirirem competências, e assim tornarem-se aptos a construir seu conhecimento.

Mas voltemos à importância do ensino por habilidades e competências. Primeiramente, há uma relação intrínseca entre a construção do conhecimento analisada na teoria Piagetiana e o desenvolvimento de habilidades e competências (COSTELLA, 2012). A construção do conhecimento por meio de habilidades e competências se dá por meio de uma ação interacionista, ou seja, é preciso significar o objeto a ser refletido e reconhecer no aluno as diferentes possibilidades de ação sobre esse objeto. Num segundo ponto, além de o sujeito ser ativo de seu processo de ensino-aprendizagem por sua interação com o objeto (no caso, as imagens dos selos postais), a compreensão das habilidades e competências refere-se a organizações internas, onde a partir de um processo constante de assimilação-acomodação, é possível construir conhecimentos passando de um patamar de menor grau para um maior nível.

Para Costella (2012), ser competente não é enfrentar uma família de situações conflituosas, embora também, mas superar tais problemáticas e ir além, entendendo os motivos pelos quais o êxito foi alcançado. “A competência não significa a aplicabilidade do conhecimento, ela é muito mais intensa e tensa do que isso, o desenvolvimento de

competências significa ter consciência de como e por que os fatos assim estão aplicados”. (COSTELLA, 2012, p. 87).

As habilidades estão presentes *a priori* na composição do pensamento dos alunos. É essencial mobilizá-las para reagirem a desafios, alcançando, deste modo, entendimentos mais complexos que configuram uma competência.

Macedo (2009) elucida que até pouco tempo atrás a grande questão escolar era a aprendizagem de conceitos. Sendo assim, conhecimento era acumulação de conceitos. Inteligência era estar informado sobre conhecimentos. Dar aula era um grande exercício intelectual. Porém, para os alunos, sua participação não se dava de forma ativa.

Na atualidade, começa a predominar outra ideia. Não que saber conceitos foi relegado. Mais do que isso, foi incorporado ideias acerca de um conteúdo procedimental, ou seja, do “saber como fazer”. Precisamos “aprender a aprender”.

Ainda segundo Macedo (2009), a grande diferença entre estas duas categorias está no recorte. Ou seja, a competência é uma habilidade de ordem geral, e a habilidade é uma competência de ordem específica. Porém, competência não se reduz à soma das partes, não é um conjunto de habilidades. É mais do que isso. De forma semelhante, Perrenoud (2001, p. 3) define as competências como “[...] a capacidade de agir de uma forma relativamente eficaz em uma família de situações”.

A compreensão das habilidades e competências refere-se a organizações internas em que as habilidades estão presentes *a priori* na composição do pensamento dos alunos, e a partir daí são mobilizadas para reagirem a desafios que se definem de interações e possibilitam entendimentos mais complexos que configuram uma competência. Poderíamos dizer que uma competência permite mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Destacamos aqui o termo mobilizar. A competência é uma capacidade de lançar mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora, no momento e do modo necessário.

Já as habilidades, em geral, são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Elas podem ser compreendidas como um conjunto de operações que nos tornem competentes ou não. São diversos esquemas que são evocados para atingir determinados objetivos. Entretanto, uma habilidade não “pertence” a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes. Uma pessoa, por exemplo, que tenha uma boa expressão verbal (considerando que isso seja uma habilidade) pode se utilizar dela para ser

um bom professor, um radialista, um advogado, ou mesmo um demagogo. Em cada caso, essa habilidade estará compondo competências diferentes.

Vejamos dois exemplos. Primeiramente, quando uma pessoa começa a aprender a dirigir, parece-lhe quase impossível controlar tudo ao mesmo tempo: o acelerador, a direção, o câmbio e a embreagem, o carro da frente, a guia, os espelhos – 3 espelhos – o painel, entre outros componentes. Depois de algum tempo, tudo isso lhe sai tão naturalmente que ainda é capaz de falar com o passageiro ao lado, tomar conta do filho no banco traseiro e, infringindo as regras de trânsito, comer um sanduíche ou falar ao telefone. Adquiriu esquemas que lhe permitiram, de certo modo, "automatizar" as suas atividades. Por outro lado, as situações que se lhe apresentam no trânsito nunca são iguais. A cada momento terá que enfrentar situações novas e algumas delas podem ser extremamente complexas. Atuar adequadamente em algumas delas pode ser a diferença entre morrer ou continuar vivo.

Agora voltemos a uma situação que possa se apresentar em nossas escolas. Um momento concreto (talvez um dos únicos) em que a escola se sente responsável por ensinar explicitamente competências e habilidades é quando a criança aprende a ler e a escrever. Talvez valha a pena debruçarmo-nos um pouco sobre esse momento, que traz vários aspectos esclarecedores.

Você se lembra qual foi o texto com o qual aprendeu a ler? Qual era, digamos, o "conteúdo" desse texto? Muitos talvez se lembrem de frases com tanto significado como, por exemplo, no meu caso, foi "vovó viu a uva". Não sei se alguém se preocupou com detalhes tais como: que tipo de uva a vovó viu? Ela também comeu a uva depois de vê-la? Ou talvez a vovó já nem fosse viva! O que era objetivo de ensino, no caso, evidentemente não era nem a vovó nem a uva, mas a letra V. Com essa ou com diferentes frases, todos nós aprendemos a reconhecer e a utilizar essa letra quando desejávamos o som correspondente. O mesmo foi feito com todas as letras. Hoje há diferentes métodos de alfabetização, uns melhores e outros piores, mas se você está lendo esse texto significa que de algum modo aprendeu...

Eis outro aspecto interessante: uma vez que se saiba ler, isso significa que se pode ler todo e qualquer texto; a habilidade não está vinculada a um assunto concreto. Eu posso ler em voz alta um texto que verse sobre física quântica mesmo que compreenda muito pouco do que estou lendo. Um físico, ao ouvir-me, compreenderá. As coisas acontecem assim porque ler e compreender são habilidades diferentes.

Poderíamos dizer que uma competência permite mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Destacamos aqui o termo mobilizar. A competência não é o uso estático de regrinhas aprendidas, mas uma capacidade de lançar mão dos mais

variados recursos, de forma criativa e inovadora, no momento e do modo necessário. A competência abarca, portanto, um conjunto de coisas. Perrenoud fala de esquemas, em um sentido muito próprio. Seguindo a concepção piagetiana, o esquema é uma estrutura invariante de uma operação ou de uma ação. Não está, entretanto, condenado a uma repetição idêntica, mas pode sofrer acomodações, dependendo da situação.

Resumindo, as habilidades estão associadas ao saber fazer: ação física ou mental que indica a capacidade adquirida. Assim, identificar variáveis, compreender fenômenos, relacionar informações, analisar situações-problema, sintetizar, julgar, correlacionar e manipular são exemplos de habilidades e que pode ser aperfeiçoado. Portanto, significa que “[...] para ser competente, devemos ser habilidosos, mas ser habilidoso nem sempre é suficiente para ser competente. Em outras palavras, habilidade faz parte da competência, mas esta exige muitos outros aspectos além daquela”. (MACEDO, 2008, p. 7).

Sendo assim, a competência implica uma mobilização dos conhecimentos e esquemas que se possui para desenvolver respostas inéditas, criativas, eficazes para problemas novos.

Pensemos agora na nossa realidade como professores. O que torna um professor competente? Ter conhecimentos teóricos sobre a disciplina que leciona? Sem dúvida, mas não é suficiente. Saber, diante de uma pergunta inesperada de um aluno, buscar nesses conhecimentos aqueles que possam fornecer-lhe uma resposta adequada? Também. Conseguir na sala de aula um clima agradável, respeitoso, descontraído, amigável, de estudo? Bem, isso seria quase um milagre, uma vez que várias dessas características, todas desejáveis, parecem quase contraditórias. Conseguir isso em um dia no qual, por qualquer motivo, houve uma briga entre os alunos? Esse professor manifestaria uma enorme competência no relacionamento humano.

Mais do que isso. A competência é a capacidade de transformar conhecimentos, habilidades, e atitudes em resultados. As competências/habilidades são inseparáveis da ação, mas exigem domínio de conhecimentos. Assim, segundo Costella (2014),

A responsabilidade de um professor é propor uma leitura de mundo com coerência e competência. Ser competente em ler o mundo compreende a responsabilidade de atuar sobre esse mundo abrangendo o conjunto de ações que o compõe (COSTELLA, 2014, p. 203).

Desenvolver nos alunos a habilidade de compreender o espaço por meio da observação é talvez uma forma de resgatar o interesse dos alunos pela Geografia, e, mais importante que isso, desenvolver competências de aprendizagem significativas, para que os alunos se tornem aptos e as mobilizem para construir seu conhecimento.



A habilidade da observação desenvolve no aluno a competência da leitura. Observar o entorno e enxergar o que não é tão visível de forma sistemática favorece a extensão dessa habilidade a outros campos espaciais. Ao compreender os espaços próximos, lendo-os com competência, o que exige a habilidade para interpretar símbolos e signos, ou seja, alfabetização espacial, é possível, também, a compreensão de espaços distantes (COSTELLA E SCHÄFFER, 2012, p. 51).

Tomemos agora o selo postal como um potencial recurso didático com forte apelo imagético, onde o seu objeto do signo é a Amazônia. A partir da “Amazônia” podemos refletir quando desenvolvemos competências, habilidades ou ainda quando o reconhecemos somente como um conteúdo. Ao significar o conteúdo Amazônia, estamos ensaiando a configuração da competência. Mas para que de fato ensinamos Amazônia? Para que nossos alunos consigam, em diferentes contextos, se comunicar e compreender o seu cotidiano.

Então, as habilidades apreendidas com o conteúdo “Amazônia” não se somam para se transformar uma pessoa competente sobre tal. Na realidade, elas se relacionam, e na relação se modificam e se acomodam em diferentes patamares do conhecimento. E isto está no cerne da relação com teorias piagetianas: o conhecimento resulta da ação do sujeito-aluno sobre o objeto e da interação que o mesmo tem juntamente com o seu entorno. Portanto, para a construção do conhecimento, o aluno precisa “transitar” por diferentes patamares de entendimento. Assim, ele retoma totalidades menos complexas (habilidades) para dominar totalidades mais complexas (competências).

Segundo Silva (2015), conquistar diferentes patamares do conhecimento possibilita mobilizar o que está acomodado em sua mente com a nova informação, que desequilibram, desacomoda e busca incessantemente a nova equilíbrio.

É como se cada patamar fosse uma competência e, quando essa fosse superada e se transformasse numa habilidade, outras totalidades do conhecimento dariam forma a outros patamares, a outras competências. A antiga competência (antes dominando a totalidade), se relacionará com outras habilidades para dar conta do novo. A descoberta do novo a partir do conhecido e as buscas por maiores complexidades dão sentido à aprendizagem.

Por fim, o professor precisa, para trabalhar com as competências e habilidades, refletir sobre o seu cotidiano; entender o que e por que ensina; compreender que os conteúdos tem significado e a partir desse significado o seu papel diante do conhecimento. Assim, se tornará claro que o conhecimento é mais do que informação. O conhecimento é diferente do conteúdo. O conteúdo serve para construir conceitos, que significados podem propiciar a construção do conhecimento.

## 5 FRAGMENTOS DE UM MUNDO EM MINIATURA (OU A IMAGEM E O ENSINO DA GEOGRAFIA)

Figura 36 – Fragmentos de um mundo em miniatura e suas intersecções com o ensino



Fonte: Acervo.

“Coleção de Cacos”  
 Já não coleciono selos.  
 O mundo me inquizila.  
 Tem países demais, geografias demais.  
 Desisto.  
 Nunca chegaria a ter álbum igual ao do Dr. Grisolia, orgulho da cidade.  
 E toda gente coleciona os mesmos pedacinhos de papel.  
 Agora coleciono cacos de louça quebrada há muito tempo. [...]  
 (ANDRADE, 2001, p. 973 - 974)

O que representa o selo postal, aquele pequeno pedaço de papel colorido colado em cartas como um recibo de correspondências? Em poucos centímetros quadrados, suas imagens representam o arquivamento de fragmentos de um mundo em miniatura, seja de paisagens, de pessoas, de culturas dos países em questão. Eles armazenam o “mundo”, contendo elementos diversos, parcelas de realidade a serem analisadas e decodificadas pelo olhar atento do intérprete (no caso, nossos alunos). Conforme nos diz Andrade (2001, p. 973-974), nestes selos postais “tem países demais, geografias demais”.

Alguns artistas têm a incumbência, através de seu olhar, de selecionar e “armazenar” fatos, paisagens e pessoas em fragmentos que servem como vestígios de um Estado emissor. Mas estas representações possuem um valor alegórico. Uma alegoria é, no entanto, algo abstrato. Para apreendê-la é necessário amarrar a análise a elementos mais concretos. E este será o papel da Geografia escolar.

Para os que buscam se aventurar pelo mundo dos selos postais, cabe a eles reunir esses vestígios, esses fragmentos de uma totalidade perdida (que seriam todas as emissões daquele país), conforme seus propósitos e objetivos, para reconstruir, a partir destes cacos, as histórias e geografias que retratam o país. Se quisermos utilizar estes fragmentos de um mundo em

miniatura em nossas aulas, é imprescindível a seleção destes fragmentos. Afinal, eles precisam merecer um lugar em nossas aulas de Geografia.

Todos esses fragmentos selecionados poderiam, enfim, construir a imagem e ajudar a compreender a geografia de nosso país. Cabe ao ensino da Geografia trabalhar todo o potencial das imagens, seja representando uma determinada realidade ou até construindo estereótipos sobre elas. Afinal, as imagens são constructos intencionais, e não a realidade.

O papel do professor estaria de acordo com o poema *Coleção de Cacos*, de Drummond, onde há uma forte menção à memória em forma de cacos, de pequenos fragmentos que estão espalhados. Dessa forma, cabe ao professor juntar estes selos postais, reorganizar conforme seus objetivos, como um quebra-cabeça, a fim de reconstruir as imagens de uma realidade e dos espaços geográficos que esses representam.

Mas o que são os “fragmentos de um mundo em miniatura” e as imagens que aqui consideraremos, e como este capítulo será organizado para contar a aproximação do selo postal como imagem com o ensino da Geografia?

Afinal, as imagens podem ser consideradas enquanto expressões de sensibilidades que remetem ao mundo do imaginário, da cultura e do conjunto de significações tecidas acerca do mundo. A partir da interpretação de traços e registros de uma determinada cultura, acionamos uma estrutura espaço-temporal que somada ao referencial teórico do investigador permite que se elaborem tramas em um trabalho de construção capaz de produzir sentido. Aos poucos, as peças (selos postais) se articulam, oferecem diferentes combinações e revelam explicações que permitem uma leitura do espaço em diferentes tempos.

Neste capítulo da pesquisa dissertaremos a respeito de como a imagem pode ser bem mais que parte de uma leitura ingênua e corriqueira, mas sim, analisar sua capacidade de exploração bem mais além, em alguns contextos como sendo uma ferramenta metodológica participativa de ação ao questionar-se o espaço geográfico e suas paisagens. Para o aluno, as imagens podem levar a uma interpretação sobre suas especificidades enquanto mensagem e também como cultura. No âmbito das mídias as imagens são de grande importância para a Geografia, pois, com alguns meios de análise elas deixam o seu caráter de simples imagens. Determinar as funções das imagens, deciframos seus signos, imaginar, ler “além” do que ela mostra visualmente são critérios de referências a serem trabalhados pela Geografia escolar.

A linguagem visual, através de textos e imagens, nos é apresentada diariamente. No caminho do trabalho, da escola, do supermercado, dos bancos. A escrita e a imagem configuram-se como as principais linguagens utilizadas pelos meios de comunicação. As imagens em especial, são muito exploradas por apresentarem elementos emotivos, com, cores,

formas, expressões e evocações imediatas que chamam a atenção das pessoas. Por isso não podemos ignorar a importância da imagem no processo educacional.

Percebe-se que o papel do professor é fundamental nesse processo de “alfabetização visual”. O desafio que existe pela frente é grande e vai exigir cada vez mais aperfeiçoamento e estudo. Alunos possuem diferentes estilos de aprendizagem, que se expressam em diferentes formas de representações. Uns são mais auditivos, outros são mais visuais. Uns precisam de textos que complementem as imagens. Outros precisam de imagens que complementem os textos. Enfim, as diferentes formas de expressão podem ser utilizadas para despertar a curiosidade do aluno, para depois, aproximá-lo das formas de expressão que lhe apresentem maiores dificuldades, orientando-os a desenvolverem novas habilidades e a construírem competências de aprendizagem.

### 5.1 “Janelas para o mundo”: o selo postal como imagem e sua importância para o ensino da Geografia

Figura 37 – “Janelas para o mundo”<sup>33</sup>



Fonte: Revista Correio Filatélico – COFI (2008, p. 38).

A coleção é uma coletânea de 30 selos e blocos emitidos entre os anos 2005 e 2007, e busca instigar o imaginário daqueles que a contemplam, destacando o fantástico mundo dos selos e os valores socioculturais, ambientais e desportivos brasileiros, que são projetados para o mundo, como cenas vistas de janelas abertas. O céu foi escolhido como elemento para compor o plano de fundo, e o dia e a noite demonstram que o ato de admirar uma bela coleção pode ocorrer a qualquer momento e em qualquer lugar. Vale lembrar, que os selos representam os muitos cenários criados por artistas que captam, nos fragmentos da vida, expoentes de um cotidiano histórico, cultural, ambiental, inusitado e muita responsabilidade social. (CORREIO FILATÉLICO, 2008, p. 38).

<sup>33</sup> A coleção de selos postais dos Correios, intitulada *Janelas para o mundo*, foi o grande destaque e conquistou a medalha de ouro na exposição UPU 2008, que ocorreu em Berna, na Suíça, em 2008, e contou com a participação de 25 coleções de outros países e territórios membros da UPU. O que chamou a atenção do júri foi a beleza e a originalidade dos selos apresentados.

Ao longo de sua história, os humanos utilizaram-se de diversos recursos para comunicar-se e imprimir suas marcas na paisagem. Imprimiu seus anseios e cultura nas pinturas rupestres. Desenvolveu a comunicação visual através das artes, pinturas, escultura, engenharia. Criou instrumentos técnicos que permitissem gravar suas mensagens, muitas das quais se perpetuam até hoje. Ou seja, desde os primórdios da humanidade as imagens fizeram parte do cotidiano das pessoas. Entretanto, a evolução da sociedade e a busca incessante por novas e mais eficazes formas de comunicação permitiram a descoberta da escrita, que revolucionou a comunicação humana e o convívio em sociedade, que sempre foi utilizada como instrumento de segregação social, principalmente no cerne da sociedade moderna burguesa e capitalista.

No advento da Revolução técnico-científica, com a evolução dos meios de comunicação, começa uma nova transformação da sociedade e do modo como os indivíduos se relacionam. A escrita, tida como forma de comunicação elementar e incontestável, como o único instrumento capaz de registrar fatos históricos, o cotidiano e os anseios dos grupos sociais, passa, na atualidade, a “perder” espaço para a utilização das imagens. Observar, analisar, decodificar, comparar e questionar as imagens para aí construir conceitos geográficos é tarefa fundamental para o ensino-aprendizagem da Geografia.

Segundo Santaella (2012), vivemos em uma verdadeira floresta de signos, cercados e estimulados por imagens visuais reproduzidas continuamente, nas quais, de uma forma ou de outra, aprendemos a “lê-las” de forma intuitiva e, talvez, ingênua. Mas na verdade não fomos alfabetizados visualmente, cuja finalidade é desenvolver uma recepção crítica destas imagens que são propagadas no nosso cotidiano.

Porém, antes de adentrarmos nos processos de alfabetização visual, precisamos de antemão responder a duas perguntas. Primeiramente, o que é imagem? Em segundo lugar, qual é o poder e como podemos utilizar a imagem no ensino de Geografia?

Quando vemos uma determinada imagem, podemos efetuar uma série de relações a serem feitas com as mais diferentes informações que foram se acumulando em nossas mentes graças às experiências de vida que possuímos.

Mas, o que se entende por imagem? Afinal, “[...] o ser humano está rodeado de imagens por todos os lados, em cada canto e minuto do seu cotidiano, isso sem considerarmos que, quando dormimos, continuamos a ver imagens nos sonhos” (SANTAELLA, 2012, p. 14).

Podemos falar das imagens mentais (sonhos, lembranças) e visuais (com técnicas diversas e registros mecânicos) de momentos importantes ou não, dependendo das intenções de quem as registra.

Sendo resultado de uma atividade humana, a imagem é ao mesmo tempo uma criação e uma recriação do mundo pela sociedade. O ser humano é o único animal que deixa registros atrás de si, e também o único cujos produtos relacionam-se à mente, portanto além de sua existência material, estes registros incorporam significados.

Como forma de apropriação do mundo pela sociedade, as imagens contêm significados, reproduzem o mundo, representam, transmitem sensações e, assim, tornam-se fonte de conhecimento. Ao serem capturadas pela visão, as imagens são moderadas pelos outros sentimentos, tendo seu significado transformado constantemente, nos auxiliando na compreensão da própria existência.

Santaella (2012) faz referência a uma das referências mais antigas em relação ao conceito de imagem, que se encontra na obra *A República*, de Platão. Nesta referência, o filósofo se refere às imagens naturais, e não as construídas pelos seres humanos; e, segundo, a imagem funciona como um duplo, ou seja, ela sempre reproduz características de objetos reconhecíveis visualmente. Embora atreladas a objetos naturais, essa noção também pode ser atribuída a objetos culturais. Assim,

[...] estas costumam ser definidas como um artefato bidimensional (como em um desenho, pintura, gravura, fotografia) ou tridimensional (como em uma escultura), que tem uma aparência similar a algo que está fora delas – usualmente objetos, pessoas ou situações – e que, de algum modo, elas, as imagens, tornam reconhecível, graças às relações de semelhança que mantém com o que representam (SANTAELLA, 2012, p. 15).

Vale considerar que a definição de imagem acima enunciada, funciona apenas como um ponto de partida, pois existem diferentes “territórios da imagem”, do que resulta uma polivalência conceitual que extravasa os limites de uma única definição.

Por exemplo, Trovo (2011) define imagem fazendo uma busca etimológica das raízes gregas e latinas da palavra.

Ao se buscar a etimologia da palavra, ela se apresenta relacionada ao substantivo latino “imago” que significa figura, imitação, e com o grego “eikon”, que corresponde a ícone ou retrato. Desta forma podemos dizer que as imagens estão muito mais relacionadas com os ícones ou objetos que as representam (TROVO, 2011, p. 6).

Continuando na busca conceitual relativa à palavra imagem, deparamo-nos com um vasto campo de abordagens, algumas semelhantes, outras nem tanto. Para um maior esclarecimento, embasamos no conceito descrito pelo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, onde encontramos a definição:

Imagem sf. „Representação de um objeto pelo desenho, pintura, escultura etc.“ „Reprodução mental de uma sensação na ausência da causa que a produziu“ „reflexo de um objeto no espelho ou na água“ „figura, comparação, semelhança“ | XIII, ymagen, XIII, omagen XIII, imagêe XIVetc. | Do lat. Imago-ginis || imaginação XIV. Do lat. Imaginatto-ōnis || imaginante 1881 || imaginar | emaginar XIV, enmaginar XIV etc.Do lat. Imagināre || imaginário XVI. Do lat. Imaginārius || imaginativa sf. „arte de fazer imagens“ XVI. Do lat. Imaginōsus || imagismo XX. Do ing. Magism, de image „imagem“ deriv, do fr. Image e, este, do lat. Imago- ginis || imagista XX. Do ing. Imagisit || imago XX. (CUNHA, 2007, p. 425).

Como vemos, o termo imagem possui sua gênese no Latim (imago-ginis). Observemos que o termo expressa a capacidade de formar uma imagem mental de algo, já pela derivação de *Imago*, “imagem representação” da mesma raiz de *imitari*, “copiar, fazer semelhante”. Essa capacidade de formar uma imagem mental de algo ou de copiar, fazer semelhante, contempla um ideal peculiar à Geografia, muito comum entre os primeiros geógrafos, mas que permanece até hoje.

Voltando-nos à epistemologia da Geografia, a imagem sempre esteve presente nos métodos de análise geográfica. Na Geografia de Karl Ritter e Humboldt, dentre tantos outros, por exemplo, pensar Geografia como ciência se deu pelo estudo do sistema natural das relações espaciais, tendo como objeto da Geografia a imagem vista ou grafada, que passou a integrar um processo empírico de corroboração de seus métodos de análise. Ponderando sobre essa vasta história entre imagem junto à Geografia e suas diferentes contribuições perante distintos estudos, pretendemos dialogar sobre como a imagem atualmente pode servir de método de estudo no âmbito da Geografia escolar. Mas antemão a esta descrição de proposta metodológica faz-se necessário içar o termo imagem em aspectos atualmente “debatidos” pela Geografia. Assim, pensando a imagem por um viés geográfico, recorreremos à menção abaixo para termos um maior entendimento relativo aos conceitos e significados que nos são pertinente, suas diversidades e significação representadas, quando se ousa analisar.

O termo imagem é tão utilizado, com tantos tipos de significação sem vínculo aparente, que parece bem difícil dar uma definição simples dele, que recubra todos seus empregos. De fato, o que há de comum, em primeiro lugar, entre um desenho infantil, um filme, uma pintura mural ou impressionista, grafites, cartazes, uma imagem mental, um logo tipo, “falar por imagens” etc.? O mais impressionante é que, apesar da diversidade de significações da palavra, consigamos compreendê-las. Compreendemos que indica algo que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece (JOLY, 1994, p. 13).

Como visto até aqui, a palavra “imagem” é ambígua e polissêmica. Essa polissemia teve origem no termo grego *eikon*, que abarca todos os tipos de imagens (desde estampas de um selo, uma pintura, imagens espelhadas, artificiais). Além disso, porque pode ser aplicada a

realidades visuais ou não necessariamente visuais (como a ideia de imagem mental, imagem musical, imagem acústica ou sonora, entre outras). E mesmo adentrando o território da visualidade, Santaella (2012) destaca cinco domínios principais da imagem:

1. O domínio das imagens mentais, imaginadas e oníricas. Estas brotam do poder de nossas mentes para configurar imagens. Elas não precisam ter necessariamente vínculos com imagens já percebidas [...]
2. O domínio das imagens diretamente perceptíveis. Essas são as imagens que apreendemos do mundo visível, aquelas que vemos diretamente da realidade [...]
3. O domínio das imagens como representações visuais [...]
4. O domínio das imagens verbais [...]
5. O domínio das imagens ópticas [...] (SANTAELLA, 2012, p. 16-17).

Em meio à diversidade implícita nos vários territórios da imagem, interessa-nos a noção presente no item 3 da definição de Santaella (2012), ou seja, o domínio das imagens como representações visuais. Esta escolha parte do princípio de que as imagens mentais envolvem questões psicanalíticas e cognitivas e, portanto, não estritamente visíveis. Já as imagens perceptivas estão diretamente ligadas às teorias da percepção visual e, portanto, dizem mais respeito aos modos como a percepção opera do que as imagens em si. As imagens verbais encontram seu campo de estudo na literatura e, por último, as imagens projetivas concentram nos campos de estudo da engenharia e arquitetura.

Também partiremos do pressuposto de tomar a imagem dos selos postais como sendo uma “representação”.

As imagens são chamadas de “representações” porque são criadas e produzidas pelos seres humanos nas sociedades em que vivem. É claro que elas são também imagens percebidas, mas distinguem-se daquelas que denominamos perceptivas porque, neste caso, é a nossa percepção que faz o mundo visível naturalmente aparecer a nós como imagem, enquanto as representações visuais são artificialmente criadas, necessitando para isso da mediação de habilidades, instrumentos, suportes, técnicas e mesmo tecnologias (SANTAELLA, 2012, p. 17-18).

E, enquanto nós e nossos alunos nos posicionamos enquanto espectador de uma imagem, cada qual realiza uma interpretação singular, de acordo com sua vivência. Por estarmos inseridos em uma representação espacial, portanto, faz-se necessário compreendermos melhor o que significa “representar”, sendo que, o conceito de representação possui uma essência difusa, e recebe diferentes denominações em diferentes áreas da ciência.

Utilizaremos a palavra “representação” de acordo com a definição de Jacques Aumont (1993), onde encontraremos uma grande relação com a representação necessária para uma análise geográfica.

De fato, a noção de “representação” e a própria palavra estão carregadas de tantos estratos de significação acumulados pela história, que é difícil atribuir-lhes um único sentido, universal e eterno. Entre uma representação teatral, os representantes dos



povos na câmara, a representação fotográfica e pictórica, há enormes diferenças de status e de intenção. Mas de todos esses usos da palavra, pode-se reter um ponto comum: a representação é um processo pelo qual se institui um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar do que representa (AUMONT, 1993, p. 104).

Tomar o lugar do que se representa, não parece nenhuma novidade para a Geografia, mas obter essa aptidão junto às imagens trabalhadas no ensinar não é tão pretérito assim. Ao pensar a representação por um viés mais geográfico, ou melhor, ao tomar o lugar da imagem como uma representação geográfica, Wenceslao Oliveira Jr. (2009) afirma que, para a Geografia no geral, representar está no sentido de estar-no-lugar-de; e não de ser-o-mesmo-que. No entanto, notadamente no que se refere às imagens fixas – tais como pinturas, fotografias ou selos postais – esta distinção é quase sempre apagada, ou seja, não se considera muitas vezes a imagem como uma representação do real, mas sim, como sendo o real.

Tomando agora o selo postal como uma imagem representacional – e simbólica – estes têm por característica serem uma representação inscrita manualmente sobre uma superfície (geralmente de papéis com diferentes configurações) com a utilização de diversos instrumentos, tais como a computação gráfica, a micopigmentação, o talho doce, fosforecência, verniz, microletras, em tecido sintético, entre outras. Além disso, essas imagens de selos postais são fixas (se opondo e com características distintas das imagens em movimento).

Além disso, as representações visuais dos selos postais são bidimensionais, e cumprem em partes com a noção de funcionarem como um “duplo”, ou seja, que “[...] representam aspectos do mundo visível por meio das relações de semelhança que com eles mantêm” (SANTAELLA, 2012, p. 19).

Ainda Conforme Santaella (2012), ela destaca que há ainda três modalidades de imagens, a saber:

Primeiro, as *imagens em si mesmas*, que se apresentam como formas puras, abstratas ou coloridas. Segundo, as *imagens figurativas*, que se assemelham a algo existente no mundo, ou supostamente existente, como são as figuras imaginárias, mitológicas, religiosas etc. Há ainda as *imagens simbólicas*. Neste caso, embora as imagens apresentem figuras reconhecíveis, essas figuras têm por função representar significados que vão além daquilo que os olhos veem. O simbolismo adiciona camadas de significados que estão por trás das imagens (SANTAELLA, 2012, p. 19).

Em nosso caso, o selo postal se enquadra e será considerado como uma imagem simbólica, visto que são imagens tomadas como representações visuais, inscritas por equipamentos técnicos em uma superfície fixa e bidimensional, e, através de suas representações simbólicas buscam evidenciar o espaço geográfico e seus atores, não como

sendo o real, mas sim simbolizando-o conforme determinados objetivos de quem (re)interpreta e (re)significa estes espaços e paisagens.

Porém, vale insistentemente frisar que as imagens não são o real, mas apenas uma representação deste, ou, conforme a ideia de Aumont (1993), as imagens mostram os objetos ausentes. E, baseado na teoria de Costella (2008) de que a Geografia é a ciência dos espaços ausentes, podemos supor de que as imagens são fundamentais para seu ensino-aprendizagem.

Voltemos à ideia de que as imagens são representações reduzidas de objetos ausentes. Afinal, elas são obtidas a partir de uma projeção da realidade tridimensional e projetadas em apenas duas dimensões.

As imagens são portanto objetos visuais muito paradoxais: têm duas dimensões mas permitem que nelas se vejam objetos em três dimensões (esse caráter paradoxal está ligado, é claro, ao fato de que as imagens mostram objetos ausentes, dos quais elas são uma espécie de símbolo) (AUMONT, 1993, p. 66).

Apenas este aspecto já implica no fato de que há perda de informações nas imagens, que “compactaram” a realidade. Entre outros pontos que corroboram com o fato de que as imagens podem distorcer a realidade e os espaços geográficos representados, há o fato de que elas podem sugerir ambiguidades.

Devemos lembrar que, do ponto de vista geométrico, uma imagem em perspectiva pode ser a imagem de uma infinidade de objetos que têm a mesma projeção: logo, sempre haverá ambiguidades quanto à percepção de profundidade. O fato de se reconhecerem quase infalivelmente os objetos representados, ou pelo menos sua forma, é notável: somos forçados a pensar que, entre as diferentes configurações possíveis, o cérebro “escolhe” a mais provável (AUMONT, 1993, p. 66).

Em todas as sociedades, a maioria das imagens foram produzidas para determinados fins. Por exemplo, o selo postal inicialmente não tinha nenhum aspecto visual relevante, apresentando apenas cifras, brasões e efígies de soberanos. Mas pensar que somente após a representação de paisagens e de acontecimentos históricos é que eles se tornaram ideológicos, é renegar sua própria história. Na verdade, a partir deste momento eles começaram a servir para um caráter informativo e de propaganda nacional, além de seu objetivo funcional de franquear correspondências. Em todos os casos, a imagem do selo postal foi produzida buscando vincular esta imagem representada com o domínio do simbólico, fazendo com que ela esteja em situação de mediação entre o “aluno observador” e a realidade, ou seja, o espaço geográfico que porventura pretende-se estudar.

Mas para utilizar imagens no ensino de Geografia, também temos que pensar em sua relação com o real. Afinal, imagens não são apenas produções simbólicas, pois elas sempre tiveram este caráter de buscar representar os objetos e espaços ausentes.

Segundo Aumont (1993), há uma tricotomia entre a relação da imagem com o real. Primeiramente, há “um valor de representação: a imagem representativa é a que representa coisas concretas” (AUMONT, 1993, p. 78).

Mas afinal, o que é que considero como representação? Voltamo-nos agora, mais especificamente para esta noção dentro da teoria Semiótica de Aumont (1993, p. 103), que diz que “a representação é um processo pelo qual institui-se um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar do que representa”.

Ou seja, pela representação de uma imagem como a de um selo postal, este representante é apresentado aos até então “alunos observadores” de forma delegada a um determinado espaço ausente, que acaba por substituí-lo. Se por exemplo analisarmos e observarmos sem uma atenção crítica os selos referentes ao bioma do Cerrado, pensaremos que o que impera é uma riqueza gigantesca de uma fauna, flora e paisagens exuberantes e intocadas, o que na verdade é uma distorção da realidade que de fato existe – não que estas características não se apresentem –, onde cada vez mais há um predomínio de uma paisagem marcada por latifúndios voltados à agricultura moderna de produção de commodities de exportação e à pecuária extensiva. E esta “ilusão” é um fenômeno perceptivo que tanto nós criamos ou que é ideologicamente propagada dentro de um determinado contexto, mas que é provocado por uma representação. Mas é preciso mais. É preciso transformar este até então “aluno observador” em um sujeito partícipe e crítico do processo de alfabetização visual, buscando elementos que permitam a construção dos conceitos geográficos.

Seguindo a tricotomia entre a relação da imagem com o real de Aumont (1993), a segunda característica é que ela possui um valor de símbolo. “A imagem simbólica é a que representa coisas abstratas. [...] O valor simbólico de uma imagem é, mais do que qualquer outro, definido pragmaticamente pela aceitabilidade social dos símbolos representados” (AUMONT, 1993, p. 79).

E eis novamente o poder de um selo postal, que se configura como um produto simbólico e ideológico estatal, que busca representar imagens – que não necessariamente condizem com a realidade socioambiental nacional – com forte apelo visual, e que passam a serem vistas como símbolos, “janelas para o mundo” e aceitas como sendo de fato um retrato de nosso país (principalmente no exterior).

Por fim, as imagens apresentam um valor de signo, quando representam determinado conteúdo cujos caracteres não são necessariamente refletidos por elas, tais como as placas de trânsito, ou seja, o significado destas imagens é totalmente arbitrário.

Os ícones são, para a teoria da Semiótica, referências próximas ou não de que há uma relação entre a imagem e o real. Por exemplo, no momento em que vemos uma imagem, instantaneamente nossa mente faz diversas relações com a mesma (cria um interpretante do signo), porém isso também depende da formação de cada um. É aí que entra a educação escolar e propriamente a escola, que tem uma função especificamente educativa, com meios e fins pedagógicos, ligados diretamente ao conhecimento sistematizado.

Além da função simbólica da imagem, de representar objetos abstratos e espaços ausentes, a imagem também possui uma função epistêmica. Imagens servem para representar o mundo. Sendo assim, ela traz informações visuais sobre o mundo. Para muitas pessoas, o que inclui nossos alunos, o mundo se apresenta através de imagens. O que varia são os suportes para isso, ou seja, um mapa, uma ilustração no livro didático, uma fotografia, um filme ou um selo postal. O valor informativo presente em cada um destes suportes não é o mesmo, mas todas elas possuem uma função geral de transmissão de informações e que, com uma alfabetização do olhar e um ensino que proponha a construção de competências e habilidades, que estas possam se transformar em conhecimentos pertinentes.

E se tratando de imagens presentes nos selos postais, estas possuem ainda um valor artístico-estético, onde um determinado artista representa um determinado espaço geográfico. Tanto os símbolos imagéticos cada vez mais estéticos (interpretantes do signo), a intencionalidade dos autores e as paisagens representadas são passíveis de serem analisados nas aulas de Geografia. E os alunos são sujeitos ativos das imagens. Eles a descobrem, analisam, rememoram seus símbolos (fazendo alusões a estes mesmos ou semelhantes já vistos em outros momentos de suas vidas), reconhecem os elementos imagéticos-paisagísticos que mais lhes atraíram a atenção, extraindo informações destas. Ou seja, a leitura de imagens necessita de inúmeras habilidades e que, trabalhadas de forma crítica, possam se transformar em competências.

Mas para fazermos uma leitura de uma imagem precisamos saber em qual contexto ela está inserida. A imagem possui uma base de formação e para interpretá-la necessita-se de um conhecimento prévio que em muitos casos nossos educandos não possuem. Aparecem então as interpretações dúbias ou fora de nexos com aquilo que o autor do texto ou da mensagem gostaria de passar. Contextos diferentes sobre o significado de uma imagem levam a interpretações diferentes. A imagem é uma mídia que utilizamos para nos comunicarmos.

As imagens possuem um poder muito grande de comunicação, por isso um dito popular enfatiza: “uma imagem vale mais do que mil palavras”, ou, conforme Gomes (2013, p. 135), “as imagens mentem”. Mas essas afirmações em tom acusatório são facilmente aceitas, sem muitas justificativas ou demonstrações. Há, de fato, uma verdadeira tradição e uma longa história nessas convicções.

A seguir, será discutida a condução de uma prática pedagógica em Geografia ancorada na utilização de imagens, buscando analisar algumas questões norteadoras, tais como levar os alunos a aguçarem seus olhares quando se colocam diante de uma imagem, como o selo postal? Como saber diferenciar os traços caracterizadores de cada tipo distinto de imagem? E como conduzir o processo de alfabetização visual?

### **5.1.1 A imagem-selo (postal) e o ensino da Geografia**

A imagem, no ensino da Geografia, geralmente é empregada como mera ilustração (PONTUSCHKA, PAGANELLI, CACETE, 2007, p. 278).

Como discutido anteriormente, as imagens veiculam, de forma codificada, um determinado saber sobre o real. Toda imagem – e isto inclui o selo postal – busca, através de seus símbolos, representar objetos e espaços ausentes, que são acessados pelos receptores em um processo de rememoração, de estabelecer relações com imagens similares ou conhecimentos prévios que possuíam a respeito deste objeto. Ou seja, o selo postal é um esquema simbólico (econômico, pois deve ser mais simples e legível do que aquilo que esquematiza – ou seja, o espaço geográfico) criado por um autor dotado de intencionalidades. Este autor tem o poder de representar aquilo que lhe interessa, podendo então aumentar as dúvidas daqueles que estão fazendo a leitura destes selos postais. Por isso, além da análise do contexto, devemos observar atentamente à análise do conteúdo da imagem (o que ela mostra em si).

Além disso, a imagem comporta duas propriedades essenciais: uma propriedade física que diz respeito à sua materialidade e ao fato de ser um suporte para algo (como o selo postal), e outra relacionada ao plano do intelecto, uma propriedade semântica, que possibilita uma elaboração mental. Assim, a imagem apresenta um aspecto ambivalente de “ser e não ser” aquilo que representa. Enquanto suporte é um objeto material, e como portadora de significados, assume um caráter imaterial, exercendo um grande poder mobilizador de emoções. Ao se observar uma imagem, atribui-se sentido ao que se vê e elaboram-se imagens mentais, resultado da relação entre a imagem vista e aquelas existentes na memória. Estes

elementos associados permitem reconhecer a imagem a partir do que se conhece do mundo. Ao acionar nosso “arquivo de imagens”, fruto da experiência individual e da formação cultural, desencadeia-se um processo de atribuição de sentido. Quando se presencia uma imagem, criam-se relações com outras já existentes na memória, de tal forma que a compreensão semântica pode mudar, embora o suporte físico não mude.

Sendo assim, as imagens são constructos complexos e, por isso mesmo, possuem uma complexa apreensão. Conforme Santaella (2012),

Toda imagem, no domínio das representações visuais, apresenta múltiplas camadas: subjetivas, sociais, estéticas, antropológicas e tecnológicas. Entretanto, a primeira lição a ser incorporada é que essas camadas estão contidas no interior da própria imagem. Apreendê-las todas é a finalidade almejada pela leitura da imagem. (SANTAELLA, 2012, p. 21).

Novamente, é fundamentalmente importante entender as imagens – e os selos postais – como uma representação simbólica da realidade, que, todavia não é o espelho fiel dessa realidade. Logo, estes não podem ser aceitos imediatamente como representações fiéis do espaço geográfico e de suas relações. Como nos alerta Fonseca e Oliva (2013, p. 19), “as representações são criações, construções com funções cognitivas importantes, mas que [...] não se livram das subjetividades e estão sempre distantes da realidade representada”. O problema é que, ao associar a ideia de representação com a imagem, predominou a visão reprodutora, que naturalizou a representação que utiliza a imagem como sendo esta um retrato do mundo real. Mas não são.

Essa tese da semelhança, e conseqüente naturalidade da imagem, tem dado guarida àqueles que se recusam a aceitar a possibilidade de leitura da imagem sob a alegação de que não há nada a dizer sobre um tipo de mensagem que, por estar ancorada nas relações de semelhança com aquilo que representa, já parece naturalmente legível. [...] Não se pode negar a existência de esquemas mentais universais, comuns a todos os seres humanos, que presidem, entre outros tipos de cognição, a percepção visual. Entretanto, deduzir disso que a imagem prescindir de aprendizado e leitura parece equivocado. (SANTAELLA, 2012, p. 21-22).

Este equívoco que nos fala Santaella (2012), está centrado na confusão que fazemos ao analisar dois conceitos que não são sinônimos, ou seja, entre percepção e interpretação. Para a autora, “reconhecer os motivos inscritos na imagem não significa que tanto o contexto interno quanto o campo de referências desses motivos tenham sido compreendidos” (SANTAELLA, 2012, p. 22).

Analisemos as informações contidas no selo postal da figura 38, que representa as grutas de Lascaux, na França, que constam em um conjunto de pinturas rupestres.

Figura 38 – Pinturas da gruta pré-histórica de Lascaux (França)



Fonte: Acervo.

Nesta imagem, podemos ver diversas figuras de animais, representadas pelos povos que viviam na região há mais de 15 mil anos. “Também reconhecemos os sóis, corujas e peixes dos hieróglifos egípcios. Contudo, o simples reconhecimento não nos fornece as chaves para a interpretação dessas imagens” (SANTAELLA, 2012, p. 22).

Um aluno, ao se deparar com um selo postal preestabelecido para o trabalho, simplesmente reconhecerá elementos que compõe o quadro visual da paisagem representada. Ao se deparar com o selo postal das grutas de Lascaux, provavelmente reconhecerá os animais representados. Mas faltaram-lhes elementos que permitirão interpretar aquela imagem para buscar compreender a organização espacial e o funcionamento de tal paisagem ou do modo de vida daqueles povos. Reconhecer os elementos visíveis não é condição para interpretar uma imagem, pois este não conhece as formas, funções, estruturas e processos históricos, nem os sons e movimentos daquela paisagem em questão. No caso dos selos das pinturas rupestres, reconhecer os animais não é uma permissão para interpretar que eles eram a caça daquelas comunidades. Estes não poderiam ser animais sagrados, ou possuírem uma função ritualística, onde as grutas funcionariam mais como um santuário do que uma habitação? Para tal, é preciso investigar e estudar a paisagem em questão, para ter acesso à interpretação da imagem.

Interpretar uma imagem é um processo que se acrescenta ao mero reconhecimento. Ademais, há outro aspecto a se considerar que neutraliza a convicção na naturalidade da imagem. [...] ela é tão arbitrária e dependente de convenções quanto a linguagem verbal. [...] Imagens são representações visuais e, como tal, implicam convenções de representação que dependem não só de habilidades quanto do aprendizado de técnicas específicas. (SANTAELLA, 2012, p. 22-23).

Por isso, os selos postais são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se busca sistematizar suas informações e decifrar os seus conteúdos. E o selo postal, como uma representação visual, para ser analisado, depende do

que Gomes (2013) chama de visibilidade, que depende de um campo de expressão, de um campo visual. É ela que indaga como o espaço pode ser um instrumento que torna visível certos elementos. E o lugar físico e o enredo nas quais o objeto é exibido são elementos estruturantes desse cenário que é passível de uma leitura geográfica. Segundo Gomes (2013, p. 31), “as imagens das coisas não estão jamais separadas dos “lugares” onde elas são exibidas. Por isso há, sem dúvida, uma geografia que participa diretamente da produção de significações que nos veiculam as imagens”.

Embora sejam tratados como um artefato imagético, os selos são repletos de conceitos e conteúdos a serem estudados. São pontos de partida, funcionando como um dispositivo, despertando a curiosidade dos alunos para além da imagem representada. Pois a informação visual, para ser realmente compreendida, requer uma prévia aprendizagem. Ela não é nem natural nem espontânea. Ela possui uma linguagem própria que precisa ser apreendida. E essa decodificação se torna fundamental, visto que vivemos cercados de imagens visuais, imagens reproduzidas continuamente, e os selos não são exceção. Ou seja, o selo postal é uma complexa *composição*.

[...] a palavra composição traz exatamente à tona essa ideia de um jogo de posições que cria e faz circular significados na forma como coisas objetos e pessoas estão dispostas sobre um plano. A composição é sempre um fenômeno passível de ser analisado sob um ponto de vista geográfico (GOMES, 2013, p. 47).

Dentro dessa perspectiva, podemos refletir sobre o seguinte ponto: um aluno não reflexivo tende, ao ser exposto à uma composição, selecionar de antemão os elementos primários desta, aqueles facilmente identificáveis. Portanto, ao utilizar o selo postal, o objetivo não é apenas enriquecer a aula com um novo material didático, nem simplesmente ilustrar paisagens. Antes de tudo, através dele é possível ensinar aos alunos o ato reflexivo para ler o contexto, que seriam as interrelações entre os elementos, os objetos secundários não vistos na primeira análise. É possibilitar a leitura do ausente<sup>34</sup>. Para isso, precisamos alfabetizar visualmente nossos alunos. É preciso não ensinar a ler a imagem, mas como se lê. Aprender a ler o ausente (e não apenas o presente) é ser competente em ler.

As imagens representadas nos selos postais brasileiros, principalmente após o período do “Milagre econômico”, acenam para o fato de que as imagens veiculadas possuem um efeito de realidade, pois produz um interpretante do signo que possuem índices de analogia

---

<sup>34</sup> No momento em que ensinamos a enxergar o ausente, refletindo sobre os elementos que estão postos e enxergando possibilidades de decifrar o silêncio, estamos ensinando como se lê. Como se lê é aprender caminhos e não atalhos, aprender como se lê é ter a certeza de que o aluno não lerá somente o tempo e o espaço presentes, mas o tempo e o espaço que aparecerão de forma inédita em outros momentos e situações. Aprender a ler o ausente é ser competente em ler. (COSTELLA, 2014, p. 200).



com objetos que existem no real. “[...] o espectador acredita, não que o que vê é real propriamente, mas, que o que vê existiu, ou pôde existir, no real”. (AUMONT, 1993, p. 111).

Vale ressaltar que o selo postal não tem o mesmo objetivo de imagens como a fotografia, algumas pinturas e filmes, ou seja, o selo postal não possui o objetivo de mimese (imitação) da realidade. Sua representação imagética é ficcional, criada para possuir valores artísticos e informativos sobre objetos e espaços ausentes análogos, e não buscar representar o espaço geográfico “tal como ele é”, como já fora outrora pretensões da fotografia e artes plásticas. O selo busca representar objetos e grupos sociais concretos, mas exprimindo valores abstratos. Cabe novamente à Geografia escolar um papel de duvidar desta representação e construir conceitos a partir das paisagens.

O professor de Geografia deve fazer uso da imagem para a compreensão do espaço geográfico. Quando o aluno chega à escola, ele já tem a capacidade de observar e de certa forma procura explicar o mundo em que vive. Esse modo de ler o nosso cotidiano está impregnado de Geografia. Na escola é importante dar condições para o aluno ampliar, rever, reformular e sistematizar as noções que construiu, de forma espontânea, através da aprendizagem dos conteúdos de Geografia. A escola tem um papel fundamental quanto à ampliação, reformulação e sistematização do conhecimento, pois este é inacabado e a pessoa adquire ao longo da vida.

A Geografia como leitura de mundo em que vivemos é uma construção gradativa, que ocorre na escola, à medida que os alunos aprendem a observar, perguntar-se sobre o que observam, descrever, comparar, construir explicações, representar e espacializar acontecimentos sociais e naturais de forma cada vez mais ampla, considerando dimensões de tempo e de espaço. Para promover a ampliação do conhecimento dos alunos a respeito de temas cuja relevância é de inquestionável valor para a sociedade atual, os materiais didáticos bem como os recursos midiáticos são de fundamental importância no trabalho do professor. Sendo assim, uma alternativa para interessante para nossas práticas é a utilização de imagens para o estudo da Geografia, para, a partir delas, desenvolver a construção do conhecimento.

Portanto, as imagens têm um papel importante no estudo da Geografia. A força das imagens nos dias atuais é inquestionável. Elas constituem material didático extremamente importante para o professor, pois revelam intencionalidades de quem as produziu, devendo ser contextualizadas e datadas. O trabalho com imagens pode ser muito útil como forma de ensinar como se produz leitura através do olhar. Isto é fundamental para a Geografia, pois a representação geográfica seja pelos mapas, imagens, fotos, vídeos, selos postais e paisagens, sempre se colocam em jogo o autor e as técnicas. Com isso, o professor pode utilizar uma

variedade de materiais, como selos postais de diferentes épocas, fotografias, imagens de satélite, imagens representadas nos livros didáticos, de jornais, revistas, entre outros, sendo recursos bastante significativos para a construção e ampliação de conhecimentos geográficos.

Se as imagens sempre operam mostrando e escondendo coisas, então, é papel do professor de Geografia atentar para essas nuances escondidas, nas quais seus elementos são fundamentais para a leitura imagética e, conseqüentemente, para o processo de construção do conhecimento geográfico. Dessa forma, conforme Gomes (2013),

[...] o ato físico do olhar é pouco criterioso e se nutre de um homogêneo e generalizado desinteresse. O olhar percorre e não se fixa. Por isso, ver algo significa extraí-lo dessa homogeneidade indistinta do olhar, significa conferir atenção, tratar esse algo como especial. A diferença entre olhar e ver consiste, portanto, no fato de que o olhar dirige o foco e os ângulos de visão, constrói um campo visual; ver significa conferir atenção, notar, perceber, individualizar coisas dentro desse grande campo visual construído pelo olhar. (GOMES, 2013, p. 31-32).

Sendo assim, é necessário ver “através” do selo. Devemos buscar extrair elementos que vão além do campo visual do olhar. A visibilidade é sempre dirigida e desigual, capturando o que desperta interesse nos alunos. Por isso, ao se utilizar o selo postal nas aulas de Geografia, o professor não pode esperar que a turma encontre um consenso, que veja o que ele quer ou imagina. E eis o mais importante e enriquecedor: o aluno verá aquilo que lhe despertar a curiosidade, favorecendo a criação de um ambiente propício, onde ele será o sujeito do processo de ensino-aprendizagem, desde que o professor-mediador saiba como instigar, desequilibrá-lo, permitindo os processos de abstração da realidade representada pelo autor do selo, instigando-o a refletir sobre a própria realidade, favorecendo dessa forma o processo de construção do conhecimento.

Por exemplo, o educador ao manusear os selos postais como ferramenta para as práticas educativas, não vê somente a leitura que foi feita de um tempo, de uma pessoa, de um objeto ou espaço. Compreende também, a topografia dos espaços, dos olhares. Se envolve em uma trama que explicita histórias, reconhece acontecimentos do passado, do presente, mas também a transcendência como condição para projetar o futuro. O selo postal representa, sem subterfúgios, os processos espaciais que a Geografia analisa, em suas dinâmicas mecânicas e simbólicas, culturais e materiais. Analisar, decodificar e duvidar do que está registrado é inventariar as formas de utilização do espaço, descrever as maneiras como o homem explora e transforma a natureza em recurso para atender as “necessidades” humanas. Mas também, significa captar o visível e o não visível das culturas e das paisagens. Nos selos encontramos a

força da natureza e da cultura como agentes que põe em diálogo a rede simbólica e material dos espaços geográficos nacionais.

As imagens nos permitem trabalhar no jogo dialógico de oposições, concorrências e complementaridades que caracteriza o ato educativo. Assim, em um primeiro momento é possível o leitor ter uma visão panorâmica, tomando a imagem como totalidade, e em um segundo momento refletir sobre as sensações que as mesmas despertam: curiosidade, indiferença, revolta, medo, prazer, desejo. São inicialmente as sensações que permitirão ao professor fazer a seleção de imagens que fará parte do repertório de questões problematizadoras no conteúdo geográfico. Elas possibilitam o encontro aberto incerto e incompleto do homem com a natureza. Desse encontro resultará a abordagem, as questões, as informações e as articulações que podem se estabelecer entre as experiências e as objetivações da realidade. A Geografia possui um conjunto de ideias e conceitos que podem ser apreendidos, dentre outras formas, através da imagem, onde as informações estão potencializadas exigindo do leitor saber olhar e encontrar os temas/conteúdos que contem. Nesta perspectiva, a imagem no ensino de Geografia encerra um universo de possibilidades e comporta desafios que conduzem a questão: que Geografia emerge dessas imagens?

Ausubel *apud* ZATTA e AGUIAR (2009), no referente à psicologia da aprendizagem, afirma que o indivíduo dá significado ao que aprende quando ocorreram as quatro condições a seguir:

- a) O material a ser estudado deve ser significativo, ou seja, os elementos devem ter sentido próprio e não estar sobrepostos. [...]
- b) O aluno deve ter predisposição para a aprendizagem significativa. Essa predisposição pode ser gerada pela utilização de materiais que movam a vontade do aluno para que aprenda. [...]
- c) O aluno deve ter uma estrutura cognitiva que permita relacionar o novo material a ser aprendido com o que já possui. Ou seja, não se pode exigir que o aluno saiba. [...]
- d) O professor/educador deve organizar o conteúdo de forma que contemple os itens a, b e, c. (AUSBEL *apud* ZATTA e AGUIAR, 2009, p. 7).

Por exemplo, quando ocorre o caso de (a), é buscar a aprendizagem em Geografia das capitais dos países sem estabelecer nenhuma relação desse conhecimento com a população que as habitam. Já no caso de (b), seria quando temos a aprendizagem de conceitos de cidade com a utilização de imagens em que o aluno possa comparar o fenômeno tratado e também fazer uso da fala, diferentemente do que aconteceria se fosse realizado com cópias de livros ou explicações descontextualizadas. No caso de (c) é fundamental que, além de significativa, o trabalho com imagens permitam um constante jogo de desequilíbrio – assimilação – acomodação, partindo de um patamar de menor nível de conhecimento para um maior nível (COSTELLA, 2014).

E no caso de (d), para ser realizado é necessário fazer uso dos organizadores prévios, ou seja, dos materiais/conhecimentos que servem para conexão entre o indivíduo que já sabe e o que ele deve saber, que em nosso caso será o selo postal. Esses materiais têm maior nível de generalização e permitem ao aluno que incorpore em sua estrutura cognitiva o novo material com menor generalização.

Para que o aluno construa o seu conhecimento ele precisa invadir diferentes patamares de entendimento, retomando totalidades menos complexas, para dominar totalidades mais complexas. Essa conquista de diferentes patamares do conhecimento compreende uma competição entre o que o aluno traz que está acomodado em sua mente, com o novo, que representa um campo de momentos instigativos, que desequilibram, desacomodam e buscam incessantemente a nova equilíbrio. (COSTELLA, 2011, p. 232)

Percebe-se que a metodologia, o material didático, a predisposição do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem são importantes para que ocorra uma melhor compreensão sobre o espaço geográfico, bem como para a aprendizagem do conhecimento escolar.

As imagens podem ser trabalhadas de formas diferenciadas, dependendo do recurso tecnológico utilizado. A imagem de um selo postal – ou de uma fotografia – por ser imóvel, recorta um fato e o isola do seu contexto. Dessa forma, uma única imagem pode ser aproveitada como material pedagógico dentro de várias temáticas.

O uso da imagem pode promover situações que facilitam a aprendizagem. Presente em nosso ambiente cultural, nós professores não podemos ignorar o seu uso no processo educacional. Considerar a imagem como material educativo é valorizar uma forma de linguagem que a população de um modo geral tem acesso. Assim trabalhando com imagens, poderemos valorizar e aproveitar as potencialidades educativas de outra linguagem, além da escrita. Imagens em geral podem ser utilizadas para a problematização dos conteúdos de Geografia, desde que sejam explorados à luz de seus fundamentos teórico e conceituais. Assim, a observação de uma imagem como o selo postal, deve iniciar-se com uma pesquisa que se fundamente nas categorias de análise do espaço geográfico e nos fundamentos teóricos conceituais de Geografia. O recurso visual assume assim o papel de problematizador, estimulador para pesquisas sobre assuntos provocados pela imagem. O uso de imagens como recurso didático pode auxiliar o trabalho com a formação de conceitos geográficos, diferenciando paisagem de espaço e, a depender da abordagem dada ao conteúdo, desenvolver conceitos de região, território, lugar, sendo ponto de partida para atividades de observação e descrição.

Feita essa identificação parte-se para pesquisas que instiguem e levem os aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais, naturais da paisagem em estudo. O uso de imagens como mobilização para a competência de pesquisa, deve levar o aluno a duvidar das verdades anunciadas e das paisagens exibidas. Essa suspeita instigará a busca de outras fontes de pesquisa para investigar as raízes da configuração socioespacial apresentada, necessária para sua análise crítica.

Educar os olhos deve também ser parte do ensinar Geografia e, para isso, não basta apenas um treinamento para distinguir os mínimos elementos espaciais. É preciso construir um pensamento sobre o que é ver (GOMES, 2013), pois principalmente a partir do que vemos que conhecemos a realidade. Assim, temos as imagens como formadoras dos próprios lugares, considerando que nossa imaginação sobre eles é parte constituinte dos mesmos. Dar-se conta dessa dimensão e pensar como as paisagens são mostradas nos mais diferentes tipos de imagens (como no selo postal), é também pensar Geografia. Da mesma maneira, é importante analisar esse suporte didático, não como portador da própria realidade, que está além deles e por meio dos mesmos a vemos, mas sim, como construções humanas ou culturais.

Nessa perspectiva, as imagens podem auxiliar no processo de ampliação da visão de mundo. A cultura visual é determinante para emprendermos uma mudança significativa na relação dos homens com os homens e com a natureza. Dominar a leitura de imagens permite que o homem possa redescobrir o espaço geográfico e suas transformações ao longo da evolução da humanidade. É por meio da análise, observação e da comparação que os indivíduos podem enfim posicionar-se acerca dos fatos. Por meio da leitura crítica de imagens, é possível entender como nossas experiências e nossa identidade são socialmente construídas. (GIRÃO e LIMA, 2013, p. 92).

A escola deve ser a ponte que liga os saberes. Todas as disciplinas, e, especialmente a Geografia, tem o papel de trabalhar com imagens e atuar num processo de alfabetização visual. Debruçar-se sobre as imagens como se estivesse decodificando textos, questionar, analisar, comparar, desvendar os mistérios e as informações que estão presentes em cada registro deve ser prática permanente no cotidiano escolar.

O desenvolvimento tecnológico e a globalização permitem que o aluno tenha acesso a essa “floresta de signos” (SANTAELLA, 2012) que nos permeia, e escola precisa estar preparada para lidar com esses novos saberes, onde o professor torna-se um intermediador para que ocorra uma aprendizagem significativa. “Para tal, deve-se incentivar o aluno a questionar, construir, desconstruir e reconstruir seu conhecimento” (GIRÃO e LIMA, 2013, p. 92). E ensinar e aprender neste mundo cada vez mais tecnológico, onde as informações midiáticas carregadas de imagens nos chegam a todo momento, se torna um grande desafio.

Estas podem e devem ser trabalhadas para a construção do saber e permitir a compreensão do espaço local, regional ou global.

Nesta perspectiva, cabe à escola e também ao ensino da Geografia fornecer os mecanismos para que o aluno se torne capaz de selecionar essas imagens e elaborar seus conceitos, favorecendo seu desenvolvimento cognitivo. E aí uma perspectiva que surge e se insere neste contexto é o ensino por habilidades e competências. Afinal, a imagem aproxima o sujeito do objeto representado, pois este pode construir e reconstruir seus conceitos, aprofundando sua observação, analisando e reanalisando seus elementos, favorecendo uma “alfabetização do olhar”. Alfabetizar-se visualmente é uma competência fundamental para entender o mundo contemporâneo e suas mudanças.

Se a leitura de mundo implica em um processo permanente de decodificação de mensagens, de articulação/contextualização das informações, cabe à escola ensinar o aluno a lê-lo também por meio de outras linguagens e saber lidar com os novos instrumentos para essa leitura (PONTUSCHKA, PAGANELLI e CACETE, 2007, p. 262).

A análise de uma imagem não é, e não será ocasionada por uma metodologia fixa, exata ou cartesiana. É necessário um processo de estudo em devir, dinâmico e maleável com as características de nossos objetivos. Mas termos um norte para conseguirmos alcançar este processo de análise, pode nos fornecer um grande subsídio para futuros métodos de análise. Como descreve o autor ao dialogar sobre os diferentes métodos de análise de uma imagem, “a observação do uso da mensagem visual analisada, assim como seu papel sociocultural, pode mostrar-se muito preciosa a esse respeito” (JOLY, 1994, p.59).

As imagens estão por aí. Cabe a nós apreciá-las, questioná-las, compreender seus signos, compará-la com outras interpretações, buscar formas de analogia com nossos anseios de interpretações. Como nos adverte Tonini (2011),

a contemporaneidade imagética é uma constatação amplamente aceita. Em todos os locais que circulamos, de alguma forma, existem imagens que nos orientam, que nos disciplinam, que nos educam, que nos divertem, enfim, que nos fornecem valiosas pistas para estarmos no mundo. Por mais corriqueiras que sejam as imagens que fazem parte de nosso mundo, é possível pensar em sua fluidez para nossas práticas pedagógicas. (TONINI, 2011, p. 96).

Amparar-se nas imagens em um viés geográfico pode nos levar a uma busca por uma verificação do que vivenciamos espacialmente. No entanto, será que estamos preparados para essa análise? Quanto mais cedo tentarmos decodificar os métodos de análise das imagens,

mais preparados estaremos para compreender e aplicar suas habilidades em um âmbito geográfico.

Uma menção importante a se descrever é que as imagens não são os elementos que se representam, não possuem as ligações químicas nem tampouco os fenômenos físicos aos quais estão presentes no real elemento. “De fato, nem sempre é inútil lembrar que as imagens não são as coisas que representam, elas se servem das coisas para falar de outra coisa” (JOLY, 1994, p.84). Mas de qualquer forma compreender a retórica da imagem em si e sua representação, é uma forma de interpretação, questionamento de anseio para o conhecimento, esse jogo visual entre “real” e “representado” é que nos dá a forma interpretativa dos sentidos. Portanto, ao tentarmos analisar uma imagem geograficamente estamos expostos ao jogo perceptivo de recepção. Então, como adquirir tal aptidão metodológica? Delineamos a menção aqui referenciada para buscarmos uma ideia mais concreta sobre esse ponto em questão.

Do ponto de vista metodológico, a conduta é interessante e passível de reprodução. “Chamando a atenção para os diversos componentes da imagem, tem o mérito de colocar em evidência a heterogeneidade da imagem. Seus materiais são múltiplos e articulam suas significações específicas umas às outras para produzir a mensagem global”. (JOLY, 1994, p.74).

Portanto, a abordagem analítica aqui proposta depende de certo número de escolhas. Pensar sobre o eixo de significação e não, por exemplo, da emoção ou no valor estético da imagem, já é um objetivo a ser contemplado. Ao tentar analisar uma imagem, precisamos compreender quais são nossos objetivos – aqui trabalhados pela Geografia escolar – alcançar nossos ideais num âmbito de planejamento, questionar uma representação espacial por si só é fazer surgir uma Geografia. Nesta tentativa de ler uma imagem, devemos ter o conhecimento que estamos buscando referenciais em um foco dado por algum expectador, ou seja, em uma foto percebendo o foco do fotógrafo, em um selo postal pelo artista criador, em um vídeo pelo cinegrafista. Esses recortes de espaços e paisagens feitos pelos mais diversos reprodutores de imagem, são focos perceptivos, possuem algum ideal, pois, ao se focar alguma coisa ou elemento estamos excluindo muitos outros.

Em questão de análise é necessário pensar no “além” da imagem, naquilo que não estamos contemplando visualmente. Este além da imagem é um limite extremo que ainda não reconhecemos com tanta facilidade (pois não é por acaso, por exemplo, que as grandes indústrias de marketing investem cada vez mais na propaganda visual).

Tentamos explicitar que ao analisar uma imagem ou sua mensagem, devemos pensar em que “foco” ou o que queremos “ver”, ou melhor, como estamos sendo receptadores desta mensagem. Dar um entendimento a função da imagem pode ser a investigação ou verificação de seu funcionamento para o ensino da Geografia. “A imagem pode ser a busca ou a verificação das causas do bom ou do mau funcionamento de uma mensagem visual” (JOLY, 1994, p.48). Esta proposta de estudo – logo mais descrita em sua aplicação no subcapítulo relacionado à alfabetização visual – deve ser efetivada através de um trabalho contínuo, para entendermos melhor está explanação buscamos os dizeres do autor citado para pensarmos melhor sobre a relação de análise e compreensão pelo olhar.

No entanto, é errado acreditar que o hábito da análise mata o prazer estético, bloqueia a “espontaneidade” da recepção da obra. Devemos nos lembrar que a análise continua sendo um trabalho que exige tempo e não pode ser feito espontaneamente. Em compensação, sua prática pode, a *posteriori*, aumentar o prazer estético e comunicativo das obras, pois aguça o sentido da observação e o olhar, aumenta a aquisição de informações que podem ser trabalhadas para a construção de conhecimentos e, desse modo, permite captar mais informações (no sentido amplo do termo) na recepção espontânea das obras.

Para gerarmos uma análise, podemos dizer que necessitamos de alguns esforços, um pouco de imaginação, pois, para compreender melhor o que a mensagem visual nos apresenta concretamente, necessitamos nos esforçar para imaginar que outras coisas poderíamos interpretar, por exemplo. As possibilidades de interpretações pessoais são tantas e tão variadas, apresentam um ramo extenso de percepções. Em compensação, esses esforços podem nos fornecer outras visões, outras formas de ler as paisagens, categorias de análise muito relevante aos estudos geográficos. Gerar novas interpretações por esforço de observação já é um ganho ao se trabalhar uma imagem no ensino de Geografia escolar. Entender a função da imagem além do que está explícito deveria ser um exercício indispensável para sua análise. Junto a esses esforços podemos ressaltar as considerações que devemos preceder a uma análise da mensagem visual, sendo, por um lado, o estudo de sua função e, por outro, o contexto de surgimento.

Sobre essa nossa fala relativa à observação em um viés mais treinado – de questionamentos – Joly (1994) relata formas de se analisar uma imagem no âmbito do consumo. “A observação um pouco atenta da imagem [...] pode ser muito rica desse ponto de vista e permite detectar verdadeiras descobertas retóricas”. (JOLY, 1994, p.85). Discorremos aqui sobre essas questões a fim de suprir uma demanda que a Geografia possui há tempos, ou seja, a de utilizar-se de imagens estereotipadas, como é o caso muitas vezes das imagens dos



selos postais, para explicar relações espaciais bem mais complexas. Analisar o contexto fornecedor da mensagem visual é também dialogar qual é sua função no contexto estudado, é entender em que conteúdo ela está sendo direcionada. Isto é importante para o aluno possuir uma compreensão do que a imagem quer lhe dizer. Como relatado por Joly (1994, p. 113),

A significação global de uma mensagem visual é construída pela interação de diferentes ferramentas, de tipos de signos diferentes: plásticos, icônicos, linguísticos. E que a interpretação desses diferentes tipos de signos joga com o saber cultural e sociocultural de espectador, de cuja mente é solicitado um trabalho de associações.

Temos como objetivo deste trabalho, descrever como tentamos buscar a compreensão de forma metodológica no ensinar Geografia, como trabalharemos com nossos alunos do Ensino Fundamental na relação de imagem e signos, tentando sempre gerar uma análise sistemática, operacional, mas com muita imaginação e principalmente, utilizar-se delas para fomentar o processo de construção do conhecimento geográfico e desenvolver uma competência de leitura de imagens, para que esta possa se concretizar em uma alfabetização visual.

Afinal, a realidade que vivenciamos está cercada por imagens, e a dos nossos alunos que estudam Geografia não é diferente: sejam por redes sociais, sites, filmes, vídeo clipes, games, televisão, cinema dentre tantos outros ramos da mídia o contato com as imagens é quase que “natural”. Portanto, como instrumentalizar estas mensagens no âmbito geográfico? Ao olhar uma imagem – dentre tantas expostas nas mídias – já estamos escolhendo, pesquisando e interpretando. E para trabalhar com imagens de selos postais essas ações são ainda mais evidentes. Essas ações são relativas ao apreender, ou seja, compreender a significação de uma imagem é buscar referências socioculturais para explicar as associações de elementos visíveis em um espaço em recorte, como no caso de nosso estudo, a paisagem. Como descrito fora do âmbito geográfico, mas com grande utilidade à nossa análise,

De fato, julgamos uma imagem “verdadeira” ou “mentirosa” não devido ao que se representa, mas devido ao que nos é dito ou escrito do que representa. Se admitirmos como verdadeira entre o comentário da imagem e a imagem, vamos julgá-la verdadeira; senão, vamos julgá-la mentirosa. (JOLY, 1994, p.117).

Que possamos sair do simples dualismo de julgar uma imagem verdadeira ou não. Que possamos usar essas “inverdades” representadas nas imagens, que também são constructos socioculturais, para aprofundar nosso olhar e nossa análise sobre elas, ampliando nosso leque de significações para a construção de um conhecimento pertinente. Sobre isso, Tonini (2011) nos diz que

o objetivo é examinar a imagem como produtora de significados. [...] os significados podem ser questionados, pois foram construídos no interior de uma determinada cultura. [...] Examinar uma imagem não significa buscar sentido para o que estaria oculto nela, nem pensar nas melhores ou piores representações, nem nas mais corretas, muito menos pensar serem umas mais verdadeiras que outras; significa, sim, procurar, [...] os estilos de figuras de linguagem, cenários, mecanismos narrativos, circunstâncias históricas e sociais que a geografia autorizou para inventar e capturar o significado das coisas sobre o mundo. (TONINI, 2011, p. 97).

Neste capítulo da pesquisa tentamos dissertar como a imagem pode ser bem mais que parte de uma leitura ingênua e corriqueira, e sim, descrever sua capacidade de exploração bem mais além, em alguns contextos como sendo uma ferramenta metodológica participativa de ação ao questionar-se o espaço geográfico. Para o aluno, as imagens podem levar a uma interpretação sobre suas especificidades enquanto mensagem e também como cultura. No âmbito das mídias as imagens são de grande importância para a Geografia, pois, com alguns meios de análise elas deixam o seu caráter de simples imagens e informações. Determinar as funções das imagens, decifrar seus signos, imaginar, ler além do que ela mostra visualmente são critérios de referências a serem trabalhados pela Geografia escolar. Nesse sentido, propomos logo mais, formas que podem se mostrar operatórias, que irão situar os diversos tipos de imagens dos selos postais no esquema da comunicação. Primeiramente, iremos discutir a importância do processo de alfabetização visual para o ensino no geral e, principalmente, para o ensino da Geografia. E por último, neste capítulo, faremos a análise das paisagens (e demais elementos que se permitem à leitura) a partir da leitura de imagens dos selos postais brasileiros, criando categorias de análise para instrumentalizar esta leitura.

## 5. 2. Alfabetização visual e o ensino da Geografia

Figura 39 – Alfabetização visual



Fonte: Acervo.

Há muitas pessoas de visão perfeita que nada veem.. O ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido. (ALVES, 2004)<sup>35</sup>.

<sup>35</sup>ALVES, Rubem. A Complicada Arte de Ver. Texto originalmente publicado no caderno “Sinapse”, jornal “Folha de São Paulo”, em 26/10/2004.

Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u947.shtml> > Acesso em: 20/01/2017.

Iniciarmos uma reflexão a partir da epígrafe acima de Rubem Alves propõe refletirmos que não basta não ser cego para ver, pois, de acordo com o autor, há muitas pessoas sem nenhum problema de visão, mas que mesmo assim, nada veem. Isto porque, a habilidade de ver expressa por Alves (2004) não está relacionada ao órgão de sentido da visão explicitamente, mas sim aquela visão que nos leva a entender o sentido da imagem, a mensagem que está por trás dela.

“Não basta ver por ver”. Tem que se compreender a produção comunicativa da imagem, e essa não é uma característica natural do ser humano, mas sim uma habilidade que necessita ser aprendida e exercitada para que passe a fazer parte do dia a dia dos indivíduos.

Relacionar o discurso de Alves (2004), na qual o ato de ver precisa ser apreendido, com as fases de alfabetização é dizer que as duas ocorrem em processos parecidos, ou seja, a alfabetização da escrita começa pelo reconhecimento das letras, das formas e da formação das palavras tudo com o intuito da aprendizagem e do domínio dos códigos da linguagem. Da mesma forma, deve ocorrer com a alfabetização imagética ou visual: o reconhecimento das formas, das cores e o entendimento de como os elementos das imagens constroem sentidos, decodificando os códigos visuais são fundamentais para a compreensão da linguagem imagética.

Nesse sentido, em concordância com Acaso (2006) as imagens são representações que precisam ser consideradas também a partir da sua função geradora de conhecimento, isto é, capazes de modificar nossa maneira de pensar e ver o mundo. Assim, ao sermos alfabetizados também na linguagem imagética, compreenderemos a realidade a nossa volta, utilizando as potencialidades que a imagem tem no processo de construção do conhecimento e do entendimento do mundo ao nosso redor. Mas acessar essa função promotora de conhecimento e mudança no pensar exige um olhar que compreenda as ferramentas que constroem a imagem. Em outras palavras, trata-se de reconhecer os componentes sensíveis que nos permitem ver o texto imagético: tamanho, formato, forma, cor, textura, composição, enfim, tudo que constitui e estabelece relação na imagem, possibilitando a sua capacidade comunicativa e, não apenas, ornamental.

Como vimos anteriormente, a presença da linguagem imagética no mundo é muito mais antiga do que a própria presença da escrita. Desde os primórdios da civilização os humanos já se utilizavam das imagens como um meio de comunicação, através das pinturas rupestres. No entanto, é importante salientarmos que as imagens não tinham tanta importância nas sociedades pré-modernas, pois não havia tanta divulgação delas como temos na

contemporaneidade. Tal fato é caracterizado principalmente pelos meios de comunicação em massa, que permitem a junção entre o visual e o textual.

Levando em consideração essa premissa, e a percepção de que é cada vez maior a circulação de imagens na sociedade contemporânea, sendo elas dotadas de capacidades comunicativas, repletas de sentido e criadoras de significados, torna-se visível a sua contribuição no entendimento do mundo a nossa volta. Por isso mesmo, é importante estudar a linguagem imagética e descobrir as potencialidades que elas carregam consigo.

No campo acadêmico, as pesquisas avançam em um caminho de estudos sobre a linguagem imagética que não se resumem ao tratamento delas como sendo meras ilustrações. É preciso explorar as suas potencialidades e contribuições para pensar e compreender o mundo. Dentre muitos trabalhos na área da Semiótica sobre as linguagens imagéticas, percebemos uma corrente de autores que atribuem esta marcante presença das imagens como sendo uma “cultura visual”, o que, de acordo com Lima (2008) vem sendo utilizado para estudar e entender o mundo contemporâneo que se encontra cada vez mais influenciado e construído pelas imagens. Frente a este contexto, cabe-nos aqui entendermos mais sobre o que seria essa cultura visual para podermos seguir em nossa reflexão sobre a linguagem imagética.

De acordo com Aguirre (2011), foi Mitchell que definiu o que seria cultura visual como sendo “o estudo que abarca tanto as representações visuais que as constituem, como a forma na qual são vistas” (AGUIRRE, 2011, p. 74). Nesse sentido, percebemos que a cultura visual é então, um conjunto de processos e práticas cotidianas de olhar, de observar e retirar significações das imagens, visto que este exercício visual não acontece de modo isolado, mas sim através de um conjunto entrelaçado de práticas, experiências e percepções a partir do olhar e do observar as imagens.

A cultura visual é um campo de estudo emergente e transdisciplinar que se fundamenta no princípio de que as práticas do ver são construídas social e culturalmente. Considerando o alargamento, a vitalidade e a pregnância dessas práticas, a cultura visual discute impactos e implicações das experiências de ver e ser visto na contemporaneidade. (TOURINHO, 2011, p. 11).

Tourinho (2011) relata que a cultura visual se fundamenta nas práticas de ver e que essas práticas são construídas social e culturalmente, sendo transformadas então com o tempo. As práticas de ver do passado não são as mesmas que na contemporaneidade, isto porque o ato de ver e compreender o que é visto é feito por meio de experiências que os sujeitos carregam consigo e com certeza a cada época e cada sujeito terá experiências diferenciadas.

Hernández (2011) também contribui com essa ideia sobre cultura visual. Para ele, a leitura das imagens possibilita-nos pensar o mundo e pensar a nós mesmos como sujeitos atuantes neste mundo.

Isso significa considerar que as imagens e outras representações visuais são portadoras e mediadoras de significados e posições discursivas que contribuem para pensar o mundo e para pensarmos a nós mesmos como sujeitos. Em suma, fixam a realidade de como olhar e nos efeitos que têm em cada um ao ser visto por essas imagens. (HERNÁNDEZ, 2011, p. 33).

Portanto, Hernández (2011) propõe que devemos refletir sobre os feitos das imagens nos sujeitos visualizadores e essa reflexão dá-se por meio dos estudos da cultura visual que permite um campo de reflexão e indagação dessas imagens que não se limita apenas no ver por ver, mas pensar as imagens de forma que construam significados sobre nossa realidade e que ajude os próprios sujeitos a verem e serem vistos por meios dessas imagens.

Já segundo Tonini (2011),

a cultura visual não se resume somente numa coleção de imagens para ser indagada sobre o que se vê, mas também coloca em pauta a subjetividade de quem vê. Isso mostra sua pertinência para nossas práticas pedagógicas ao posicionar o estudante como protagonista, estabelecendo leituras a partir de sua subjetividade, de seu cotidiano. (TONINI, 2011, p. 98).

Destarte, a visão é natural dos seres humanos. Ver é uma experiência direta, e a utilização de elementos visuais para transmitir informações representa a máxima aproximação que podemos obter com relação à verdadeira natureza da realidade. Já a compreensão do que é visto é natural até certo ponto. O grau de entendimento e crítica elevar-se-á através de estudos, experiências e reflexões. Não há distorções entre o que olhamos e o objeto observado. Mas nossa compreensão sobre o objeto pode alterar-se de acordo com o grau de percepção e conhecimento que temos sobre o que é visto.

Sendo assim, cada cultura apresenta uma maneira característica de sentir o mundo e de nele atuar. Para Silva (2010), os meios de comunicação, excessivamente imagéticos, transmitem conceitos por intermédio de sistemas codificados de símbolos e norteiam o funcionamento das culturas. Os signos e os símbolos são o veículo do significado e ocupam um papel na vida da sociedade, numa parte dessa sociedade, que é a que realmente lhes dá vida. O significado é utilizado, ou emerge, a partir de seu uso.

Conforme Hernández (2000, p. 124), “interpretar é, portanto, decifrar. Por isto há graus de interpretação. Depende da familiaridade, da competência, do conhecimento que o intérprete tenha da situação”.

Diante deste universo visual, deve-se favorecer o desenvolvimento de estratégias para a compreensão dos processos e significados da cultura visual. Para isto, torna-se necessário vinculá-las à reflexão crítica sobre as diferentes tradições históricas, filosóficas e culturais, que serviram para nortear a construção de representações significativas em diferentes momentos e lugares da história da sociedade. A compreensão da cultura visual significa reconhecer que vivemos cercados de uma extraordinária variedade de imagens. Aproximando-se delas, temos a oportunidade de estudar a capacidade das culturas para produzi-las no passado e no presente, conhecer seus significados, e como estas imagens afetam nossa percepção sobre nós mesmos e sobre o universo visual em que estamos.

Conforme Hernández (2000, p. 52), “a importância primordial da cultura visual é mediar o processo de como olhamos e como nos olhamos, e contribuir para a produção de mundos”. Sendo assim, a cultura visual contribui para que os indivíduos fixem as representações sobre si mesmos, sobre o mundo e sobre os modos de pensar. Esses significados contribuem para a construção da consciência individual e do grupo a que se pertence, aparece como um sistema organizado de símbolos e significados que guiam o comportamento humano, seus valores e juízos.

Neste contexto, a presença inquestionável da imagem na sociedade contemporânea e sua relevância na constituição da compreensão trazem à tona uma necessidade gritante para os indivíduos, ou seja, a necessidade de modificação do ato de olhar e ler a imagem, pois é a leitura e a interpretação da imagem que a torna viva e real a sua existência como um texto produtor de sentidos. Segundo Joly (1994),

Somos consumidores de imagens; daí a necessidade de compreendermos a maneira como a imagem comunica e transmite as suas mensagens; de fato, não podemos ficar indiferentes a uma das ferramentas que mais dominam a comunicação contemporânea. (JOLY, 1994, p. 1).

Complementando essa ideia, podemos dizer que a facilidade com que as imagens são produzidas e que invadem nosso cotidiano tornando-se a linguagem que mais domina a comunicação em nossa sociedade, é notável a necessidade de buscarmos maneiras de desenvolver habilidades para compreender as mensagens que elas nos transmitem.

Nossos olhos estão o tempo todo recebendo informações por meio de imagens. O que contribui para a necessidade da alfabetização visual, pois, em alguns casos não é necessário que haja a escrita para que possamos nos comunicar, mas torna-se imprescindível que sejamos capazes de ler e interpretar a mensagem da imagem para haver comunicação. (TONI, 2011, p. 1).

Diante do exposto, fica evidente a necessidade da alfabetização visual nos dias atuais, tendo em vista a saturação de imagens presentes na sociedade. Tal fato nos permite fazer um gancho com a epígrafe de Rubem Alves (20014) que deu início à nossa reflexão, a qual fala que o ato de ver tem que ser aprendido, pois não é uma habilidade natural que nasce com o ser humano. Todos nós quando nascemos com a visão perfeita somos capazes de enxergar tudo o que está à nossa volta, mas, mesmo assim precisamos aprender a ver, a decifrar e interpretar a linguagem imagética para não sermos “analfabetos visuais”.

Essa alfabetização se dá pela reeducação do olhar. Nessa direção, Silva (2010, p. 11) afirma que “uma das formas de estimular o olhar é através da reeducação visual. Reeducação porque, desde que nascemos, pertencemos a uma cultura que não valoriza esta reflexão das imagens”.

Mas o que entendemos por alfabetização visual? Para responder tal questão, buscamos uma ancoragem conceitual em Santaella (2012). Para a autora, primeiramente devemos evitar a armadilha conceitual na qual o ato de ler se restringe somente a seguir letra a letra os símbolos do alfabeto, ou seja, neste caso, jamais poderíamos falar em leitura de imagens.

Mas as imagens também podem ser lidas. Conforme Santaella (2012, p. 11), “o ato de ler passou a não se limitar apenas à decifração de letras, mas veio também incorporando, cada vez mais, as relações entre palavra e imagem, entre o texto, a foto e a legenda”.

Há múltiplos leitores e, por isso, devemos propiciar múltiplas formas de alfabetização, dentre as quais está a alfabetização visual. Sobre isso, Tonini (2011) nos diz que

Trabalhar com a imagem, com seu impacto e com sua influência na comunidade, na escola, é um desafio legítimo e sedutor, já que a imagem cruza fronteiras, especificidades e bairrismo. Criar situações e propiciar experiências nas quais seja possível aprender a fazer relações entre imagens, objetos e artefatos vinculados às experiências culturais do olhar e a relacioná-los a seus contextos de produção, de distribuição e de recepção, bem como combinar textos que expandem os modos de comunicação – linguístico, visual e auditivo – gera múltiplos alfabetismos. (TONINI, 2011, p. 102).

Embora seja muito grande a variedade de leitores, como podemos entender o conceito de leitura, quando falamos em leitura de imagens? Conforme Santaella (2012), eis um caminho.

Existe uma expressão em inglês, *visual literacy*, que, embora soe esquisita, pode ser traduzida por “letramento visual” ou “alfabetização visual”. Se levada a sério, essa expressão deveria significar que, para lermos uma imagem, deveríamos ser capazes de desmembrá-la parte por parte, como se fosse um escrito, de lê-la em voz alta, de decodificá-la, como se decifra um código, e de traduzi-la, do mesmo modo que traduzimos textos de uma língua para outra. Embora essas metáforas tentem dar conta do que se pode fazer para ler uma imagem, creio que são metáforas

equivocadas, pois buscam transplantar para o universo da imagem processos que são típicos da linguagem verbal. (SANTAELLA, 2012, p. 12).

Sabemos que a imagem possui uma realidade distinta da linguagem verbal, apresentando suas próprias particularidades. Então, realizar um processo de desmembramento e análise similar ao que ocorre com linguagens textuais não é o caminho mais apropriado. Mas nada impede que as imagens sejam traduzidas na linguagem que utilizamos para nos comunicar, a saber, a linguagem verbal. Na verdade, este é um caminho muito importante. Mas não caímos em reducionismos ou na lógica binária “imagem x verbo”. Cada uma é importante no processo de ensino-aprendizagem, mas cada uma possui suas particularidades. Visto isso,

o velho dito de que uma imagem vale por mil palavras é tão enganoso quanto o seu oposto, quer dizer, que as palavras têm mais poder do que as imagens. Longe de estarmos diante de um combate entre titãs – o verbal e a imagem –, a expressão lingüística e a visual são reinos distintos, com modos de representar e significar a realidade próprios de cada um. (SANTAELLA, 2012, p. 13).

Sendo assim, Santaella (2012) define que

[...] a alfabetização visual significa aprender a ler imagens, desenvolver a observação de seus aspectos e traços constitutivos, detectar o que se produz no interior da própria imagem, sem fugir para outros pensamentos que nada têm a ver com ela. Ou seja, significa adquirir os conhecimentos correspondentes e desenvolver a sensibilidade necessária para saber como as imagens se apresentam, como indicam o que querem indicar, qual é o seu contexto de referência, como as imagens significam, como elas pensam, quais são seus modos específicos de representar a realidade (SANTAELLA, 2012, p. 13).

Ou seja, alfabetização visual é o processo pelo qual aprendemos a fazer uma leitura crítica de imagens e a produzi-las como forma de expressão. Diferente do que se pensa, as imagens não são naturais, mas um discurso construído. É preciso ter consciência disso. Como vivemos em um mundo de cultura visual, muita coisa nos é transmitida pela imagem e, por isso, precisamos aprender a dominar esse recurso.

Vivemos imersos em um mundo de imagens e devido a este fato, a alfabetização visual na contemporaneidade se apresenta como uma importante necessidade para a sociedade. A Geografia como disciplina integrante do currículo escolar, deve propiciar aos alunos o desenvolvimento de habilidades e competências para que os mesmos interpretem as linguagens visuais cotidianamente veiculadas pelas mídias. É válido destacarmos que a linguagem imagético-verbal dos selos postais potencializa o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, pois possibilita o desenvolvimento de habilidades próprias do



processo de alfabetização geográfica como: observar, descrever, representar, comparar e analisar conceitos e fatos de forma fundamentada e crítica da realidade em estudo.

Tendo-se notado a crescente necessidade de os alunos decodificarem a linguagem imagética, percebemos a importância da alfabetização visual nos ambientes de ensino, com o objetivo que os alunos desenvolvam habilidades de interpretação, análises e reflexões críticas destas imagens, entendendo os conteúdos das mensagens e os interesses e propósitos dos atores que as produzem.

De acordo com Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007), a leitura do mundo implica em um contínuo processo de contextualização e articulação das informações e “cabe à escola ensinar o aluno a lê-lo também, por meio de outras linguagens e saber lidar com os novos instrumentos para essa leitura”. (PONTUSCHKA, PAGANELLI E CACETE, 2007, p. 262). Neste enfoque, o ensino de Geografia apresenta uma necessidade crescente de discutir caminhos que levem o aluno a compreender o mundo a sua volta, rompendo com a simples descrição de paisagens com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

O aluno precisa ser alfabetizado para, por exemplo, realizar a leitura crítica das mais diversas imagens contidas nos selos postais. Afinal, eles são capazes de veicular conceitos, gerar reflexão e didatizar o conhecimento, fornecendo informações visuais acerca de uma representação simbólica de paisagens e seus atores sociais. Mas podem também construir estereótipos preconceituosos ou errôneos acerca de determinadas comunidades – como os povos indígenas –, sobre culturas, e também sobre as paisagens.

Os vários equívocos nas interpretações das imagens são em grande parte, devido à desinformação conceitual sobre as interpretações dos selos postais, resultantes do desconhecimento e despreparo para a utilização das representações deste recurso, ou de pensar que este pequeno artefato é desprovido de intencionalidades.

Frente a este cenário, acreditamos que as utilizações dos selos postais podem potencializar a construção do conhecimento, possibilitando o desenvolvimento de habilidade e competências no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. O professor pode então utilizar-se dos selos postais buscando desenvolver habilidades críticas de análise e observação dos alunos. Ao valorizar as competências dos alunos o professor permite que o ambiente de ensino vá além das tradicionais aulas mnemônicas e de repasse de conteúdos, propiciando desta forma que os alunos desenvolvam capacidades de observar, analisar e entender as mudanças que ocorrem à sua volta através da relação da sociedade com a natureza, tudo isto inserido em um processo mais amplo de alfabetização visual.

Estando diante de uma era caracterizada pela cultura visual e pelo domínio que as imagens provocam na contemporaneidade, estamos sujeitos a sermos manipulados pelas imagens. Isto porque não estamos preparados para entendê-las no seu sentido e significado. Nesse sentido, acabamos por reproduzir concepções homogêneas e reducionistas. E este é um grande desafio que temos à nossa frente: o de alfabetizar e letrar visualmente os nossos alunos nas diversas linguagens visuais, dentre as quais está a linguagem imagético-verbal representacional dos selos postais.

É necessário que a imagem adquira na escola a importância cognitiva que merece nos processos de ensino-aprendizagem. Afinal, conforme nos alerta Santaella (2012), a alfabetização visual é negligenciada pelo fato de que a escola está atrelada à ideia de que o texto verbal é o grande transmissor de conhecimentos, e de que a linguagem imagética não é vista em sua complexidade, mas apenas como ilustração dos textos verbais.

Diante do exposto, até aqui discutimos acerca da existência de uma cultura visual em nossa sociedade, e da importância de alfabetizarmos visualmente nossos alunos. Mas, quais caminhos devemos seguir, visto que as regras da linguagem verbal nem sempre se aplicam à linguagem imagética?

Primeiramente, convém salientar o fato de que a maior parte do que atualmente se conhece sobre como uma criança pensa, aprende e usa o conhecimento deve-se à investigação desenvolvida por Piaget, autor de teorias relativamente complexas sobre os estágios de desenvolvimento cognitivo, sendo que, para todas as pessoas, cada estágio constrói-se a partir do anterior e transforma na estruturação do seguinte.

Para Piaget, em cada estágio de desenvolvimento a pessoa vai construindo uma nova representação de mundo. Fazem parte dessas representações diversas estruturas cognitivas básicas, as quais chamou de “esquemas”. Um esquema é constituído por um padrão organizado de comportamento que a pessoa usa para pensar e agir diante de uma situação. Assim, durante a infância, os esquemas destacam-se pelos comportamentos de sugar, morder, agitar os braços, etc. Com o crescimento e o desenvolvimento mental, esses esquemas transformam-se em padrões mais complexos, indo do pensamento concreto ao pensamento abstrato.

Para Piaget, a inteligência e, por conseguinte, a aprendizagem, é uma propriedade “universal” do ser humano, válida para qualquer pessoa que se desenvolve através de uma série de estágios sucessivos, qualitativamente diferentes, através dos quais se aprende. Esses estágios são chamados de sensório-motor (de 0 a 2 anos), pré-operatório (de 2 a 7 anos), operatório-concreto (de 7 a 11 anos) e operatório-formal (de 12 anos em diante). Ao longo da

passagem por esses estágios, a aprendizagem evolui da transformação de esquemas de conhecimentos simples e concretos para complexos e abstratos, sempre se manifestando através de dois momentos: o primeiro identifica-se quando o indivíduo capta uma nova informação sobre o mundo, isto é, a assimilação, e o segundo quando muda o pensamento original de modo a incluir o novo conhecimento, isto é, a acomodação. Com a chegada da adolescência ou sua proximidade – como é o caso dos alunos na qual fora desenvolvida a prática – surge a capacidade de pensar com abstração, testar hipóteses e superar limitações. A mente humana finalmente amadureceu, está no ponto ideal quanto à plenitude de seus “equipamentos” neurológicos, e isto permite que o adolescente possa analisar criticamente a realidade, e seja capaz de estar alfabetizado visualmente. Desta forma, o sujeito do conhecimento está constantemente norteando suas ações com base nas suas experiências.

Quando proporcionamos atividades cognitivas aos alunos que exijam maior reflexão, ação sobre o conteúdo, bem como a reorganização de pensamentos, estamos permitindo que avancem em relação aos seus patamares iniciais. Novas totalidades se formam e a reflexão sobre o que está posto reage com o que está posto, reflexionando as ações sobre as reflexões, atingindo abstrações cada vez mais aprimoradas. (COSTELLA, 2014, p. 200-201).

Porém, a realidade é que os alunos de 6º ano do Ensino Fundamental na qual a prática foi desenvolvida ainda se encontravam num nível operatório-concreto. Com o trabalho com os selos postais, foi possível observar brevemente que elas já eram capazes de relacionar diferentes aspectos e abstrair dados da realidade. Porém, ainda dependiam do mundo concreto, de exemplos concretos do cotidiano do seu bairro para chegar à algumas abstrações. Nestes casos, a alfabetização visual, embora seja um processo gradativo, ainda será difícil de tirar conclusões, com riscos de serem conclusões precipitadas.

Trabalhar com imagens pode ser o desequilíbrio desta trama de assimilação – acomodação do conhecimento. Permitir ao aluno que as imagens sejam um instrumento que permitam a construção de conceitos que sejam incorporados aos patamares anteriores, passando desta forma a um patamar superior, evoluindo desta forma no processo de construção do conhecimento. Sendo assim, dentro desta concepção construtivista, quem aprende não só modifica o que possuía, mas também interpreta o novo de forma peculiar, aprendendo-o.

Frente a essas discussões e das constatações de que é inegável a imensa gama de imagens presentes em nosso dia a dia, percebemos a latente necessidade de estarmos atentos a elas, para não sermos reprodutores de ideologias. Diante deste contexto, podemos nos questionar: como entender uma imagem? Como retirar dela a mensagem visual que ela nos

quer passar? Como decodificamos seus códigos e construímos significados para eles ao observarmos uma imagem? E é em busca de responder, ou de talvez de saciar, ao menos parte destas indagações, que recorremos aos fundamentos teóricos propostos pela semiótica, ciência que ajuda a interpretar a imagem e entender como ela transmite mensagens. Segundo Miez e Silva (2013),

A semiótica possibilita analisar as relações entre uma coisa e seu significado. Essa ciência tem como objetivo, o estudo de diversos fenômenos que geram significações distintas, de acordo com cada momento histórico e social, ligados a todas as formas de expressão, enquanto linguagem. A semiótica está presente no nosso dia a dia, sem que necessariamente tome-se consciência disso. É base para uma série de conjecturas sobre o mundo que nos rodeia. (MIEZ E SILVA, 2013, p. 46).

Como expõem Miez e Silva (2013), a semiótica estuda qualquer sistema sóico e para esta ciência é possível analisar semioticamente tudo o que está ao nosso redor, pois tudo possui um significado e é passível de ser interpretado. A linguagem imagética dos selos postais, como toda expressão humana, apresenta um conteúdo semiótico; a imagem é um signo e por isso necessita ser lida, decodificada e entendida para construir sentidos ao que se visualiza. As imagens são carregadas de signos que revelam e colaboram para a compreensão de culturas e valores sociais, são fontes de informações geográficas e produtoras de conhecimentos significativos.

A partir destas considerações, podemos complementar utilizando das contribuições de Persichetti (2012) para o qual há muito tempo a semiótica tem nos ajudado a compreender as imagens e, em especial, nesta nossa abordagem, a significação das mensagens imagéticas culturalmente determinadas, o que pensamos ser um ponto no qual a linguagem do selo postal se enquadra. Nesse sentido, a sua recepção necessita de códigos de leitura. Devemos compreender e analisar o selo postal dentro de um contexto histórico de sua criação.

Conforme Coelho (2008), visto que as imagens são representações relacionadas à cultura, que não é feita de equilíbrio e uniformidade, elas contêm tensões.

A tensão entre os aspectos mimético e simbólico é bastante significativa, pois permite a identificação com o que é retratado, ou seja, aquilo que a imagem “é”; assim como conduz para uma interpretação a respeito do que a imagem “quer dizer”, remetendo à esfera do simbólico. Podem também ser citadas outras tensões, tais como: entre o visível e o invisível, no sentido do que a imagem pode dizer além do que é possível descrever; entre o todo e a parte, em que o todo é a realidade e a parte é o fragmento que pode representar o todo e entre o social e o subjetivo, remetendo a quem fez, produziu a imagem assim como o momento em que este indivíduo vive, o contexto social, histórico. (COELHO, 2008, p. 3).

Com muita rapidez a imagem, quando contemplada pelo espectador, extrapola o seu limite físico e aciona elementos do imaginário, comunicando e provocando emoções. Possui

grande poder de fixação na memória e facilita a compreensão por seu caráter de universalidade que independe do conhecimento de códigos linguísticos, como no caso de textos. Sendo assim, as imagens para Coelho (2008, p. 3-4), “por se apresentarem à nossa consciência instantaneamente, encerradas pela sua moldura<sup>36</sup> em uma superfície específica, geram um fenômeno de imediatez em relação à compreensão que se tem do conteúdo expresso, caracterizando um importante aspecto de alteridade da imagem em relação ao texto”.

Buscando uma aproximação cada vez maior com a temática da imagem e com os procedimentos para construir o processo de alfabetização visual, faz-se necessário recorrer a alguns conceitos básicos que a Semiótica utiliza para analisar uma linguagem. Mas quais são esses conceitos?

Conforme Santaella (2012), para se compreender como e por que uma linguagem é capaz de significar, devemos levar em consideração, antes de tudo, a maneira como ela é produzida. Após, é preciso analisar de que modo a linguagem é capaz de representar algo que está fora dela, isto é, seu objeto ou referente, também denominado de conteúdo.

Ora, a exploração das referências de uma linguagem implica o exame de suas características internas que a habilitam a apresentar, indicar ou representar o que ela assim o faz. Só então podemos passar para a questão da interpretação. Que tipos de efeitos interpretativos aquela linguagem está apta a produzir no receptor? Os significados de uma linguagem dependem desse trinômio: suas características internas, suas referências e as interpretações que enseja. (SANTAELLA, 2012, p. 74).

Para Coelho (2008), alguns dos mais importantes conceitos de necessária apreensão para compreender como ler uma imagem são as noções de representação, imaginário e narrativa. Destarte, Coelho (2008) afirma que:

Um conceito indissociável da imagem é o de representação. Assim como o ver e o falar, o representar está situado nas formas que o homem tem de se relacionar com o mundo. Representar é, fundamentalmente, “estar no lugar de”, presentificar um ausente. Traz em sua ideia central a substituição, recolocando uma ausência e tornando sensível uma presença. É, portanto, um conceito ambíguo. (COELHO, 2008, p. 4).

O exercício de interpretação é atribuir e retirar sentido das imagens que se analisa. Essa produção de sentido acontece da relação de diferentes fatores, como vivências,

---

<sup>36</sup> Sobre o conceito de moldura destacado na citação de Coelho (2008), importante para o processo de alfabetização visual, buscamos em Santaella (2012) sua definição. Para a autora, “toda imagem implica uma moldura e um campo. Este é o território de inscrição ou de ocupação da imagem, enquanto a moldura, no seu sentido literal, refere-se às fronteiras desse campo. [...] Quase sempre a imagem se apresenta como um objeto que podemos isolar perceptivamente. A fronteira entre a imagem e o mundo é chamada de ‘moldura’”. (SANTAELLA, 2012, p. 15).

memórias, contexto social, cultural e histórico de cada observador. Em concordância com Joly (1994), nenhuma mensagem, seja ela qual for, pode se arrogar uma interpretação inequívoca, pois, como existem diversos tipos de imagens, existem inevitavelmente diversos tipos de interpretações.

A partir do momento em que a imagem passa a ter significado para o observador, ele consegue entender seus conteúdos e suas mensagens. Assim, essa mesma imagem poderá ser sempre relida e nesse exercício o observador poderá retirar mais e mais significantes dela, contribuindo para afirmar seu entendimento inicial ou chegando a conclusões contrárias às primeiras, levando-o a repensar suas interpretações. Esse é um grande passo para se construir uma alfabetização visual.

Vale destacar que a visualidade colabora com a compreensão do espaço geográfico e a percepção do tempo histórico. Os elementos imagético-verbais dos selos postais, por serem carregados de signos, revelam características e representações sociais e culturais de cada época. Cabe, então, ao observador aprender a olhar, analisar e entender seus significados. “Podemos dizer a grosso modo, que a mensagem decorrente desta linguagem consiste em revelar, por meio da expressão (significante), um conteúdo (significado), como pode ser constatado na semiótica pierceana”. (MIEZ E SILVA, 2013, p.43).

Outro conceito importante para se trabalhar rumo a um processo de alfabetização visual é o de imaginário. A imagem é também a porta de entrada no imaginário, que vem a ser um sistema, um conjunto organizado de ideias e imagens que representam o mundo, dotado de relativa coerência e articulação.

O imaginário torna-se uma possibilidade de acessar as sensibilidades de outros tempos, através dos registros que chegam até o presente, sejam eles falados, imagéticos ou materiais. Na construção do imaginário, o real é sempre o referente. Assim, o imaginário remete ao cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais sobre coisas que não existem, e ambos aspectos constituem o que se entende por real. (COELHO, 2008, p. 5).

Imaginário é um conceito importante tanto para a Geografia como também dentro das teorias de leitura de imagens. Devemos considerar o imaginário geográfico e o plano afetivo como forças criativa da realidade. Até mesmo os conteúdos e ilustrações dos selos postais, que se pretendem mais utilitários, racionais e objetivos, estão carregados de emoção, afetividade ou ideologia contidas num imaginário social. Partindo do imaginário e de sua representação através das representações imagéticas dos selos postais, é possível levar o aluno a realizar novas descobertas e redimensionar a experiência com o seu próprio lugar e a

redescobrir seus próprios lugares no mundo. Afinal, é no lugar que estão as representações da vida cotidiana, os valores, as representações pessoais, as coisas, os lugares que unem e separam pessoas. As representações do imaginário permitem estabelecer relações entre o modo como cada um vê o seu lugar e como cada lugar compõe a paisagem.

Na construção do processo de alfabetização visual, ainda podemos compreender as imagens como sendo narrativas. Conforme Coelho (2008, p.5), “por conterem trama, personagens e significados, as imagens são narrativas, aproximando-se do texto. Sendo assim, as imagens podem “contar histórias” e revelar sentidos”.

Narrativas podem ser entendidas como descrição, uma explicação, enfim, uma atribuição de sentidos. Ao ler imagens, “atribuímos a elas o caráter temporal da narrativa. Ampliamos o que é limitado por uma moldura para um antes e um depois e, por meio da arte de narrar histórias, conferimos à imagem imutável uma vida infinita e inesgotável”. (MANGUEL *apud* COELHO, 2008, p. 5).

Assim como a leitura de um texto pode gerar imagens mentais, as imagens também geram narrativas. Numa imagem, a narrativa assume um caráter de representação, organiza os traços com o objetivo de ser “a verdade” do espaço que pretende representar.

Ora, se a imagem é narrativa e comporta leituras – como um texto –, são necessárias algumas competências técnicas para realizar esta leitura. Para Coelho (2008, p. 6), “faz-se necessário o aprendizado do olhar que requer predisposição e cultura, conhecimento e experiência de vida, um processo de tradução do mundo, uma interpretação para além da aparência em busca dos significados e das entrelinhas”.

É através do olhar que o espectador entra em contato com a imagem, é pelo olhar que se revelam os possíveis significados e nessa leitura, novos sentidos podem ser atribuídos e descobertos, sem que nunca alguém o tivesse feito. Esta vinculação da imagem com o domínio do simbólico é uma das razões primordiais da produção das imagens e acontece a partir da mediação entre o espectador e a realidade. Nesta interação, o espectador – sujeito que olha uma imagem – é uma figura central a ser considerada. Muitos fatores interferem na relação do espectador com a imagem e possibilitam na sua leitura a interpretação e a atribuição de significados.

Na leitura de uma imagem, podem surgir diferentes interpretações e o espectador é levado a escolher a interpretação correta. Fazer essa interpretação requer um olho exercitado, capaz de confrontar a imagem com experiências vividas, mobilizar lembranças e testar a imagem mediante projeções tentativas.

Na relação que se estabelece entre o espectador e a imagem, alguns aspectos são constantes, independentes das variáveis históricas ou culturais. Segundo Aumont (2003), o “papel do espectador” está delimitado por um conjunto de atos perceptivos e psíquicos pelos quais o espectador faz existir a imagem.

a) *Não há olhar fortuito*: a partir de uma concepção construtivista, a percepção visual é praticamente um processo experimental, que implica em um sistema de expectativas, com base nas quais são emitidas hipóteses. [...] Esse sistema de perspectivas é amplamente informado por nosso conhecimento prévio do mundo e das imagens. [...]

b) A “*regra do etc*”: o espectador da imagem *supre* o não representado, as lacunas da representação, completando a informação. [...] Ou seja, a parte do espectador é projetiva, que tende a identificar algo em uma imagem a partir de outras formas. A imagem é, portanto, um fenômeno ligado à imaginação. [...]

c) *Os esquemas perceptivos*: esta capacidade de projeção é possível pela existência de esquemas perceptivos em que o espectador aciona informações armazenadas na memória sob forma esquemática. O espectador desempenha, assim, um papel extremamente ativo na construção de uma visão coerente do conjunto da imagem. (AUMONT, 1993, p. 86-90).

Quanto ao método para a leitura de imagens, devemos ter em mente, primeiramente, os nossos objetivos, ou seja, principalmente sobre o que se quer ver/ler numa imagem como o selo postal. Na leitura da imagem, podem ser identificados os aspectos referentes ao sentido e ao significado do que está representado, que remetem ao plano do simbólico.

Podemos buscar também a origem daquele selo postal, a explicação de determinada realidade criada por um autor. Como representação, as imagens dos selos postais – e no geral também – guardam em si vestígios da realidade (embora não seja a realidade propriamente dita), caracterizando-se desta forma como um “texto”, uma narrativa que conduz o espectador pelos caminhos do imaginário. Afinal, ao representar o real, cria-se uma nova realidade.

Entre as diferentes metodologias para a leitura de imagens que nos sugere a Semiótica, verificam-se algumas etapas comuns que servem como estrutura. Traçaremos um paralelo entre as propostas elaboradas por Aumont (1993), Joly (1994) e Santaella (2012). No geral, guardando suas particularidades, procuramos estabelecer uma possibilidade metodológica com etapas que partem da descrição detalhada até uma interpretação mais aprofundada.

Neste paralelo, é importante ressaltar que Aumont (1993) propõe duas formas principais de investimento psicológico na imagem, o “reconhecimento” e a “memoração”, fazendo a distinção entre função representativa e função simbólica e ressaltando a importância do espectador. Já Joly (1994) elabora duas categorias de análise que estariam relacionadas aos procedimentos para a leitura de imagens, nos quais se unem os dados de conteúdo e os dados formais. E Santaella (2012) propõe a análise das imagens a partir de sua decomposição,



analisando elemento por elemento. Portanto, as três abordagens podem ser confrontadas no sentido de se complementarem na metodologia aqui construída.

Para Aumont (1993, p. 80),

reconhecer alguma coisa em uma imagem é identificar, pelo menos em parte, o que nela é visto com alguma coisa que se vê ou se pode ver no real. É pois um processo, um trabalho, que emprega as propriedades do sistema visual. [...] Mas esta “estabilidade” do reconhecimento vai ainda mais longe, já que somos capazes não só de reconhecer, mas de *identificar* os objetos, apesar das eventuais distorções que sofrem, decorrentes de sua reprodução pela imagem.

Já Coelho (2008) problematiza as etapas para a leitura de imagens a partir da obra de Panofsky. Sendo assim, a primeira etapa para a leitura de imagens é definida como Iconografia.

A Iconografia trata do tema das imagens e busca fazer uma distinção entre tema, de um lado, e forma, de outro. É uma descrição e uma classificação das imagens, fornecendo as bases necessárias para interpretações posteriores. Nesta etapa, busca-se atingir a identificação dos motivos, requisito básico para uma correta análise iconográfica, que acontece em dois momentos distintos: a descrição pré-iconográfica e a análise iconográfica. A “descrição pré-iconográfica” relaciona-se ao chamado mundo dos motivos, remetendo às experiências sensíveis e tendo por base a experiência prática como material para a descrição. [...] A “análise iconográfica” remete a determinados conhecimentos literários. Nesta análise são agregadas informações às imagens a partir de uma bagagem cultural. A análise iconográfica pressupõe a familiaridade com temas específicos ou conceitos relacionados ao que os autores das representações liam ou sabiam. (COELHO, 2008, p. 8).

Como visto, esta primeira etapa da leitura de imagem tem como pressupostos básicos, dentre outros, descrever, classificar e identificar os motivos, que servirão de base ao que fora denominado de “descrição pré-iconográfica” e de “análise iconográfica”.

Durante a “descrição pré-iconográfica”, pode-se identificar na imagem o seu “tema primário”, apreendido pela identificação de suas formas, reconhecidas como portadoras de significados que se referem ao mundo dos motivos, que, ao serem enumerados, constituem desta forma a descrição pré-iconográfica de uma imagem. Já com a “análise iconográfica” é possível revelar o “tema secundário ou convencional” em uma operação em que os motivos são relacionados com assuntos específicos e conceitos.

Podemos fazer um paralelo com este conceito de Iconografia e seus dois momentos distintos, ao que Aumont (1993) denominou de “reconhecimento”, buscando agregar o aspecto psicológico que o espectador precisa operar nesta etapa descritiva. Reconhecer alguma coisa em uma imagem é identificar, processo que emprega as propriedades do sistema visual. No reconhecimento, acionamos a noção de “constância perceptiva”, que nos permite

atribuir qualidades constantes aos objetos e ao espaço. O reconhecimento apoia-se na memória e a constância perceptiva é uma comparação entre o que vemos e o que já vimos.

Quanto à propriedade de rememoração que a imagem propicia, Aumont (1993) segue afirmando que

A imagem serve portanto, inextricavelmente, a essas duas funções psicológicas; entre outras, além de sua relação mimética mais ou menos acentuada com o real, ela veicula, sob forma necessariamente *codificada*, o saber sobre o real. [...] O instrumento da rememoração pela imagem é o que se pode, genericamente, chamar de esquema: estrutura relativamente simples, memorizável como tal além de suas diversas atualizações. Enquanto instrumento de rememoração, o esquema é “econômico”: deve ser mais simples, mais legível do que aquilo que esquematiza. Tem pois obrigatoriamente um aspecto cognitivo, até mesmo didático. (AUMONT, 1993, p. 83-84).

Neste paralelo, Coelho (2008), a partir da leitura da obra de Panofsky, denomina essa segunda etapa para a leitura de imagens como Iconologia.

A segunda etapa a ser cumprida para a leitura de imagens refere-se à Iconologia, que trata da descoberta e da interpretação dos valores simbólicos, incorporando-a como resultado da síntese mais que da análise. Esta etapa interpretativa diz respeito aos significados e aos valores implícitos que a imagem quer comunicar. A camada iconológica traz o sentido da “essência”. Neste momento desejamos apreender os princípios que norteiam a escolha e apresentação dos motivos e que dão sentido aos arranjos formais e aos processos técnicos empregados. Nossas identificações e interpretações dependem também de nosso equipamento subjetivo e devem ser suplementados e corrigidos por uma compreensão dos processos históricos. Uma interpretação do significado intrínseco ou conteúdo pode inclusive nos revelar técnicas características de um certo país, período ou artista. (COELHO, 2008, p. 9).

Ao compreendermos as formas, os motivos e as imagens como manifestações de princípios básicos e gerais, interpretamos esses elementos como sendo os valores simbólicos de uma imagem. Fazendo a ligação entre a definição de Coelho (2008) com o que é proposto por Aumont (1993) nesta transição da leitura objetiva para a subjetiva, o “reconhecimento” proporcionado pela imagem como parte do conhecimento encontra as expectativas do espectador na continuidade deste processo, podendo transformá-las ou suscitar outras. Assim, o reconhecimento está ligado à “rememoração”, que compreende funções psicológicas relativas à imagem e à codificação, pois a imagem, além de sua relação mimética relativamente acentuada com o real, veicula, sob forma codificada, o saber sobre o real. E o instrumento da rememoração pela imagem é o que se pode chamar de esquema: uma estrutura relativamente simples e memorizável quase sempre de modo sistemático e repetitivo, mais simples e mais legível do que aquilo que esquematiza, possuindo assim um aspecto cognitivo e até mesmo didático.

Como podemos ver, apesar de suas particularidades, os conceitos de reconhecimento (AUMONT, 1993) e Iconografia (COELHO, 2008) e os de rememoração (AUMONT, 1993) e Iconologia (COELHO, 2008) configuram-se como sendo as duas etapas primordiais para a leitura de imagens.

Desta forma, com a análise do selo postal, é possível empregar, sobremaneira, estas duas categorias, ou seja, é possível reconhecer em suas imagens alguma coisa que se pode ver no real, como as paisagens. Além disso, seus esquemas de rememoração são simplificações e esquematizações destas paisagens. Portanto, é necessário um processo de leitura das imagens para decodificar e interpretar seus signos.

Uma imagem como a representação das paisagens pelo selo postal possui conteúdos e elementos icônicos que fornecem uma série de informações para diversas áreas de conhecimento. As imagens dos selos postais sempre fornecem análises e interpretações multidisciplinares.

Destacamos, nesse contexto, a utilização da linguagem imagética pela ciência geográfica, pois a observação de representações geográficas, sejam os selos postais, mas também mapas, fotos, imagens de satélite, vídeos e paisagens é essencial para esta ciência. É fundamental que os sujeitos sejam capazes de ler o mundo através dos olhos, do que está representado nas linguagens visuais e neste contexto, a utilização do selo postal possibilita o desenvolvimento de noções e conceitos sobre a relação homem/natureza e sobre o espaço geográfico.

Assim, Joly (1994) nos diz que uma representação imagética

reúne e coordena, no âmbito de um quadro (de um limite) diferentes categorias de signos: imagens no sentido teórico do termo (signos icônicos, analógicos), mas também signos plásticos: cores, formas, composição interna ou textura, e a maior parte do tempo também signos linguísticos, da linguagem verbal. É a sua relação, a sua interação, que produz o sentido que aprendemos mais ou menos conscientemente a decifrar e que uma observação mais sistemática nos ajudará a compreender melhor. (JOLY, 1994, p.42).

Como exposto, é na interação que se produz o sentido de uma imagem. Então, proceder com sua decomposição parte a parte não é o melhor caminho para compreender uma imagem como o selo postal. É importante analisarmos a imagem em seu contexto de produção e de criação de significados.

Sobre a importância da análise da imagem como um importante passo para a alfabetização visual, Joly (1994) nos diz que

A análise da imagem pode, entretanto, preencher funções diferentes e tão variadas como proporcionar prazer ao analista, aumentar os seus conhecimentos, instruir, permitir a leitura ou conceber mais eficazmente mensagens visuais. Entretanto, é errado pensar que o hábito da análise mata o prazer estético ou bloqueia a espontaneidade da recepção da obra. [...] É preciso recordar que a análise é sempre um trabalho, que exige tempo e não pode ser feito espontaneamente. Pelo contrário, a sua prática pode, *a posteriori*, aumentar a fruição estética e comunicativa das obras, uma vez que agudiza o sentido da observação e o olhar, aumenta os conhecimentos e permite deste modo alcançar mais informações (no sentido lato do termo) na recepção espontânea das obras. (JOLY, 1994, p. 51-52).

Como Joly (1994) nos alertou, é sim imprescindível analisar uma imagem e seus elementos. Mas este é um trabalho que exige tempo. Ao se trabalhar com os selos postais, é preciso um planejamento que leve em consideração este tempo de observação, análise e, posteriormente síntese dos elementos observados o que, por obviedade, vai muito além do tempo de uma aula.

Assim, por meio dos olhares dos outros, que sejam fontes ou referências e, ainda, que explorem outras testemunhas figurativas, o olhar no e sobre o selo postal demanda certo tipo de relação e interação de desconfiança com aquilo que está diante da visão do observador: um olhar do tipo contemporâneo que demanda pressa, superficialidade e definição acrítica. Logo, um olhar ético no e sobre o selo postal demanda menos velocidade, instantaneidade e superficialidade e mais paciência, atenção, profundidade e afeto. (SALCEDO, 2013, p. 35-36)

Salcedo (2013) nos faz o mesmo alerta. É preciso desconfiar do que o observador olha em um selo postal. Mais do que isso, é preciso “ver” o selo postal, e isso demanda um olhar cauteloso, com paciência e atenção, o que não pode exigir pressa, com risco de se perderem informações valiosas.

É preciso dar prosseguimento da prática com este recurso, mas sempre buscando novos elementos. Quanto mais informações os alunos retirarem deste olhar o selo postal, mais informações geográficas serão possíveis de serem utilizadas para a construção dos conceitos necessários para a construção do processo de ensino e aprendizagem. Afinal, a mensagem contida nos selos postais está lá: observemo-la, examinemo-la, compreendamos o que ela suscita em nós, comparemos com outras interpretações. O núcleo residual desta confrontação poderá então ser considerado como uma interpretação razoável e plausível da mensagem visual.

Como analisar essas informações presentes na imagem? Joly (1994) nos dá algumas indicações. Para a autora, esse tipo de interpretação exige um pouco de imaginação. E como é importante retomarmos a imaginação nas aulas de Geografia!

Para melhor compreender aquilo que a mensagem apresenta concretamente, é preciso fazer um esforço de imaginar o que nela poderia ter visto de diferente. Na realidade, as

possibilidades imaginativas e de escolha são sempre múltiplas e variadas. Embora a situação apresente um risco de “sair do controle” caso não seja bem conduzida, em compensação, é uma etapa sempre muito instrutiva.

Além da etapa de imaginar o diferente, imaginar além da moldura que a imagem que o selo postal encarcerou, Joly (1994) fala-nos de levar em consideração a presença e a ausência de elementos como uma etapa de leitura fundamental. Para a autora,

deste modo, tanto a presença como a ausência de um elemento resultam de uma escolha que a análise deverá tomar em consideração, tanto quanto possível. E, para o fazer, bastar-lhe-á aplicar à linguagem visual uma lei fundamental do funcionamento da linguagem verbal e que parece ser comum a todas as linguagens. Uma lei semiológica, portanto: a da dupla axialidade da linguagem<sup>37</sup>. [...] O mesmo sucederá numa mensagem visual onde os elementos entendidos, identificáveis por permutação, encontrarão o seu significado não apenas graças à sua presença, mas também devido à ausência de alguns outros que lhes estão, todavia, mentalmente associados. Assim, este método pode ser um instrumento de análise muito frutuoso, de acordo, uma vez mais, com aquilo que fixamos como objetivo de investigação numa determinada mensagem visual. (JOLY, 1994, p.59-60).

Este método proposto por Joly (1994) é muito instrutivo no caso de análise imagética com a utilização do selo postal. Buscar o ausente e não apenas o presente numa imagem é um processo de desequilíbrio importante. Num trabalho inicial com imagens, os alunos buscam extrair os elementos visíveis primários da imagem, mas não estão habituados a extrair informações ausentes de uma mensagem. Este ausente ou não visível que nos fala Gomes (2013) é um componente importante dentro da prática educativa, desde que o professor saiba guiar os alunos, seja através de indagações norteadoras, ou com utilizações de outros instrumentos didáticos, como fotografias, e que colocam em jogo também um processo de imaginação geográfica.

Que uma representação imagética como o selo postal é uma produção consciente e inconsciente de um sujeito, isso é um fato; que constitui seguidamente uma obra concreta e perceptível, também o é; que a leitura desta peça a faça viver e perpetuar-se, que mobiliza tanto o consciente como o inconsciente de um leitor ou espectador, é inevitável.

Mas não podemos cair numa ilusão – muito presente quando se refere à imagens artísticas – de impedimento de interpretar o selo postal pois não sabemos necessariamente a

---

<sup>37</sup> Toda a mensagem, seja qual for a forma com que se manifesta – verbal ou visual –, desenvolve-se primeiramente num eixo horizontal, chamado eixo sintagmático porque apresenta os diferentes elementos da mensagem conjunta. Cada elemento presente foi escolhido entre uma classe de outros elementos ausentes, mas que lhe podem ser associados de uma ou outra maneira. É o eixo vertical, dito paradigmático (ou eixo associativo), porque efetivamente a escolha é feita a partir de associações mentais que podem ser de diferentes naturezas. (JOLY, 1994).

real intenção do autor. Sobre esse princípio, Joly (1994) alerta então que o melhor seria deixar imediatamente de ler ou de observar todas e quaisquer imagens. Afinal,

acerca do que o autor quis dizer, ninguém sabe nada; o próprio autor não domina toda a significação da mensagem que produziu; não é também o outro, não viveu na mesma época, nem no mesmo país, não tem as mesmas expectativas... interpretar e analisar uma mensagem, não consiste certamente em tentar encontrar uma mensagem preexistente, mas em compreender que significações determinadas mensagem, em determinadas circunstâncias, provoca aqui e agora, sempre tentando destrinçar o que é pessoal do que é coletivo. Com efeito, são necessários limites e pontos de referência para uma análise. (JOLY, 1994, p.48).

Considerar a imagem como uma mensagem visual composta de diferentes tipos de signos equivale, como já dissemos, a considerá-la como uma linguagem e, portanto, como um instrumento de expressão e de comunicação. Quer ela seja expressiva ou comunicativa, podemos admitir que uma imagem constitui sempre uma mensagem para o outro, passível de ser interpretada. Sendo assim, conforma Santaella (2012), uma das precauções necessárias a tomar para melhor compreender uma mensagem visual é procurar para quem ela foi produzida. No entanto, identificar o destinatário da mensagem visual não é suficiente para compreender o objetivo que ela é suposta servir. A função da mensagem visual é, com efeito, também ela, determinante para a compreensão do seu conteúdo.

Toda a mensagem requer primeiramente um contexto, também designado como referente, para o qual ela remete; requer seguidamente um código pelo menos parcialmente comum ao destinador e ao destinatário; é também necessário um contato, canal físico entre os protagonistas que permite estabelecer e manter a comunicação. (JOLY, 1994, p.62).

No caso do selo postal, buscar o para quem a mensagem visual foi produzida é uma tarefa mais simples, visto que sua produção é encabeçada por uma empresa, a saber, a ECT, que possui instrumentos reguladores das emissões em temas e séries específicos, regidas por um regulamento e pelas regras da UPU<sup>38</sup>. Mas isto não é suficiente para sua compreensão, visto que as mensagens visuais são criadas por artistas dotados de intencionalidades, e passíveis então de análise.

Ler uma imagem seria, então, conforme Santaella (2012), perceber, compreender, interpretar os “elementos visuais primários”, ou seja, aqueles que constituem a matéria-prima

---

<sup>38</sup> Nesse sentido, cabe ressaltar que “os temas dos selos postais comemorativos lançados no Brasil são definidos pela Comissão Filatélica Nacional, instituída em 1946, em caráter provisório e regulamentada definitivamente em 1949. Trata-se de um colegiado que reúne representantes de vários segmentos da sociedade e que aprova em caráter definitivo os temas pré-selecionados para os selos comemorativos. [...] Nesse mesmo sentido, começaram a ser organizadas audiências públicas, realizadas pela primeira vez em junho de 1997, com o objetivo de ampliar ainda mais a participação da sociedade nas etapas de escolha, criação, produção e comercialização de selos postais”. (ALMEIDA, 2003, p. 152-153).

da imagem, que, a saber, eles são: “o ponto, a linha, o contorno, a direção, o tom, a cor, a textura, a dimensão, a escala e o movimento. Embora sejam poucos, constituem-se na matéria-prima da informação visual”. (SANTAELLA, 2012, p. 34).

É necessário perceber objetivamente os elementos presentes na imagem, sua temática, sua estrutura. No entanto, tal imagem foi produzida por um sujeito num determinado contexto, numa determinada época, segundo sua visão de mundo. E esta leitura, esta percepção, esta compreensão, esta atribuição de significados vai ser feita por um sujeito que tem uma história de vida, em que objetividade e subjetividade organizam sua forma de apreensão e de apropriação do mundo. Deste modo, não existe espaço para avaliações de certo ou errado, mas a constatação de que um mesmo objeto (imagem) pode ser visto de vários modos e pessoas diferentes, atribuindo-lhes ou não um significado, percepção ou sentimento.

Nesse sentido, para facilitar a leitura da imagem, Santaella (2012) adverte que

há muitos pontos de vista a partir dos quais uma imagem pode ser lida, mas um dos mais reveladores consiste na decomposição de seus elementos básicos para que possam ser avaliadas suas qualidades específicas e as relações que eles estabelecem entre si na constituição do conjunto. (SANTAELLA, 2012, p. 34-35).

Convém fazer uma ressalva. Afinal, os selos postais não apresentam apenas um conteúdo imagético que precisa ser apreendido pelos alunos. O selo postal possui também um conteúdo verbal que está contida, por menor que seja, na identificação do país e do motivo, nos elementos monetários, na identificação do autor e, principalmente, na legenda, que busca atribuir um sentido ao que está representado pela imagem, e que pode estar em consonância ou não com ela. Há um “casamento” entre linguagem visual e linguagem verbal em um selo postal.

Neste sentido,

o estudo da linguagem verbal é mais simples porque se trata de uma linguagem descontínua, constituída por unidades discretas que podem ser distinguidas umas das outras já que diferem (ou se opõem) claramente entre si. Para as isolar, basta permutá-las, sendo através deste mesmo processo que a criança aprende a falar. A linguagem visual é diferente e a sua segmentação para a análise é mais complexa. Tal resulta do fato de não se tratar de uma linguagem discreta ou descontínua, como a língua, mas de uma linguagem contínua. Não vamos aqui abordar o historial das discussões teóricas acerca dos fundamentos e da pertinência da segmentação da linguagem visual. Mas de um ponto de vista metodológico, reteremos uma vez mais o princípio da permutação como meio de distinguir os diferentes componentes da imagem. Tal exige um pouco de imaginação, mas pode-se revelar muito eficaz. (JOLY, 1994, p. 56-57).

Assim, a linguagem verbal seria mais simples do que a linguagem visual por ser descontínua, favorecendo sua decifração parte a parte, o que necessariamente não ocorre com

a linguagem visual. Mas não queremos cair aqui nesta lógica binária que opõe uma à outra, pois, como explicitado, no caso do selo postal há um casamento, uma interação entre ambas, embora ocorra uma predominância da linguagem visual.

Sobre esta interação no selo postal, Salcedo (2013) definirá de “imagem-motivo” os elementos visuais primários, e de “frase-motivo” os elementos verbais presentes nos selos postais. Para o autor,

A frase-motivo pode ser entendida como um tipo de “legenda”. Em certa medida, a frase-motivo tem o papel de direcionar a leitura. Por vezes como explicação ou comentário, ou ainda como título. Se o leitor utilizar unicamente a frase-motivo como indicação temática de um selo, o seu olhar poderá ser bastante reduzido, não deixando emergir outras “verdades” que constituem a imagem-motivo. Por sua vez, a imagem-motivo pode ser compreendida como um tipo de “ilustração”. É nela que está a maior parte do “poder comunicativo”. O que primeiro salta aos olhos é ela. Depois vem a frase-motivo. A própria limitação linguística da frase-motivo, que apenas pode ser escrita em uma única língua, passa, automaticamente, todo o poder de comunicação à imagem-motivo, em que pese a relação entre os elementos lineares e pictóricos. (SALCEDO, 2013, p. 44).

Usualmente, mas não necessariamente, entre o limite da margem e os picotes é inserida a legenda (frase-motivo). Essa localização fica mais evidente a partir das emissões após a década de 1970. Em alguns casos, outras informações podem ocorrer: ano de emissão, nomes de pessoas, nomes de lugares, nome do artista ou artistas designados à elaboração da ilustração ou sigla do órgão impressor do selo postal.

Mas quais seriam desta forma os elementos verbais e visuais dos selos postais para análise? Nesse sentido, ancorado no estudo de Salcedo (2010), é necessário fazer a seguinte divisão:

- *Elementos verbais*: o nome do país emissor, ano de emissão, motivo da emissão (legenda => frase-motivo), nome do artista, unidade monetária e o valor facial.
- *Elementos visuais*: todos os elementos verbais e os elementos pictóricos (imagem-motivo). (SALCEDO, 2010, p. 127).

Para ler os elementos visuais e verbais dos selos postais, haveriam então três níveis de apreensão destes elementos. Antes de tudo, a imagem representada por um selo postal produz em nós algum tipo de sentimento, às vezes imperceptível, às vezes intenso. Pode ser de emoção, de desejo, mas também de indiferença. O fato é que, não obstante a importância dos sentimentos, eles correspondem apenas ao primeiro nível de apreensão ao “olhar o selo”.

Em um segundo nível, “vemos” os elementos imagéticos-verbais dos selos postais, identificamos seu motivo, aquilo (objetos e paisagens) que está nele representado. Assim, ao olharmos para o selo postal, reconhecemos traços, identificamos o que foi representado.



Quando essa identificação não é imediata, buscamos pistas e brincamos com adivinhações e acertos sobre o local e a situação que ali aparecem; buscamos encontrar o “ausente” e não apenas o presente naquelas paisagens.

Mas é apenas no terceiro nível de apreensão que surge a diferença entre ver o selo e ler o selo. Ler a imagem de um selo postal é lançar um olhar atento àquilo que o constitui como linguagem visual – mas também verbal –, com as especificidades que lhe são próprias. Significa fazer do olhar uma “máquina de sentir e conhecer”. Assim, uma vez diante do selo postal, trata-se de buscar a unidade harmoniosa de seus traços constituintes (ou elementos visuais primários). Enfim, colocar-se a uma tarefa de contemplar a atmosfera que ele oferece ao olhar, pois a significação imanente dos motivos e temas representados é inseparável do arranjo singular que o artista escolheu apresentar.

Tanto os valores temporais de que o motivo representado está carregado, quanto as opções espaciais feitas pelo artista ficam gravados em um selo postal. Por isso mesmo, valores temporais e opções espaciais – como a representação das paisagens – podem ser tomados como guias para a leitura das imagens dos selos postais. Quanto mais uma imagem de um selo for portadora de valores simbólicos, mais carregada ela estará de significados passíveis de serem apreendidos e utilizados para a construção de um conhecimento geográfico pertinente, e servindo para que os alunos sejam alfabetizados também visualmente.

A partir do exposto até aqui, chegamos à conclusão, mesmo que cautelosa, de que não é a frase-motivo ou a imagem-motivo que definem a unidade discursiva de um selo postal. Na verdade, a unidade discursiva é o somatório das condições de possibilidade de participação no ato comunicativo, tanto dos sujeitos falantes, quanto da própria disposição e articulação dos elementos verbo-visuais que constituem a materialidade dos selos postais. Diante de tal situação, é preciso pensar que as imagens veiculadas pelos selos postais apresentam distintas formas de interpretação.

Ver o selo postal de maneira respeitosa e ética, enquanto objeto de pesquisa imagético-mediática, requer não apenas uma atitude escrutinadora sobre os elementos pertinentes que constituem a sua imanência textual, por exemplo: identificar, descrever e analisar a frase-motivo e a imagem-motivo. Mas, principalmente, uma postura imaginativa e criativa que recupere aquilo que o objeto evoca, um olhar mobilizado pela sua natureza própria, ainda, pistas e traços que façam emergir, dessa naturalidade, as ranhuras por onde tece sua história. (SALCEDO, 2013, p. 44).

Além disso, devemos levar em conta que a análise de um selo postal isolado, como geralmente ocorrerá em uma prática com sua utilização em sala de aula, vai possuir uma delimitação potencial de interpretação daquele objeto ou paisagem. Contudo, o leitor deve ter

um olhar atento com relação aos elementos verbo-visuais que se manifestam nos selos postais, ainda mais considerando que são objetos de tamanho reduzido e informações geográficas simbólicas e também diminutas.

Decerto, todos os elementos linguísticos (verbais) têm uma função de auxiliar na compreensão dos outros elementos, sejam eles denotativos ou conotativos. No selo postal, a frase-motivo funciona tanto no sentido de explicar de que trata a imagem (ancoragem) quanto de complementar (relais). Dito isso, podemos passar para a descrição dos elementos visuais. São figurativizações que, no seu conjunto, não apenas delimitam o sentido conotativo, mas remetem a um dado tema ou temas. (SALCEDO, 2010, p. 132-133).

Mas que relações são estas entre texto-imagem podem existir? Segundo Santaella (2012),

Em primeiro lugar, de acordo com as relações sintáticas, ou seja, do lugar ocupado pela imagem e pelo texto no plano gráfico. Depois, segundo as relações semânticas, quer dizer, das trocas possíveis de significados entre imagens e textos; e em terceiro, conforme as relações pragmáticas, a saber, dos efeitos que imagem e texto produzem no receptor. (SANTAELLA, 2012, p. 111).

No caso do selo postal, podemos afirmar que texto e imagem apresentam relações pragmáticas, ou seja, ora o texto é utilizado para dirigir a atenção do observador para a imagem, ora o contrário. Conforme Santaella (2012), há duas formas de referência recíproca entre texto e imagem: a ancoragem e a relação de relais. No caso da ancoragem, o texto dirige a atenção do observador a determinados elementos da imagem, dirigindo desta forma a interpretação da imagem. Já na relação de relais, texto e imagem não precisam necessariamente se remeter umas às outras. O fato é que precisamos também analisar essa legenda e os índices textuais para buscar compreender o contexto de representação do selo postal.

A relação entre os elementos verbo-visuais dos selos postais é íntima e variada. A imagem pode ilustrar o texto, ou o texto-legenda pode esclarecer ou atribuir valor à imagem na forma de uma frase clara e impactante, ou simplesmente se referir àquilo que represent, como um título para a imagem. No caso dos selos postais mais contemporâneos, a análise da imagem parece não ser suficiente sem a análise do texto. Esse fato só aumenta uma abertura interpretativa, o que potencializa sua exploração. Afinal, conforme Santaella (2012), toda mensagem precisa de um contexto para se fazer entender, e a relação entre texto e imagem só aumenta a complexidade desta análise e interpretação.

No caso das relações sintáticas, ou seja, de acordo com Santaella (2012), aquelas que podem ser descritas segundo suas relações espaciais, há dois tipos principais desta relação: contiguidade e inclusão.

Os elementos visuais e verbais de um selo postal apresenta, dessa forma, uma relação de inclusão. Dentre os quatro tipos de formas de inclusão de textos em imagens, conforme Santaella (2012), o que melhor apresenta essa relação no selo postal é do tipo “*inscrição indicial*, quando as palavras estão inscritas na imagem como indicadores que se referem àquilo que a imagem descreve”. (SANTAELLA, 2012, p. 112).

Já do ponto de vista da relação semântica, a relação texto-imagem busca investigar a contribuição dos elementos verbais e imagéticos para a combinação de uma mensagem complexa. Para Santaella (2012) existem quatro formas de relações semânticas entre imagem e texto: dominância (de uma sobre a outra), redundância, de complementaridade e de discrepância ou contradição.

Ao nosso ver, a mensagem verbal e imagética do selo postal se relacionam pelo princípio de complementaridade, e não de dominância. Ao ver um selo postal, podemos, de forma errônea, admitir que imagem domina a relação com o verbal. Mas não é o que ocorre na verdade, visto que a mensagem visual nem sempre permanece compreensível sem a mensagem verbal, sem falar no fato de que outros elementos verbais existem no selo postal e que, se estes não se apresentassem, não existiria um selo propriamente dito, como é o caso do Estado e órgão emissor, dos valores de cobrança do porte da carta, entre outros.

A complementaridade se dá quando imagem e texto têm a mesma importância. A imagem é, nesse caso, integrada ao texto. [...] A vantagem da complementaridade do texto com a imagem é especialmente observada no caso em que conteúdos de imagem e palavra utilizam os variados potenciais de expressão de ambas as linguagens. [...] Essa complementaridade entre ambos pode ser percebida de forma especialmente clara na justaposição entre palavra e imagem: as imagens ilustram textos, ao passo que os textos comentam as imagens. (SANTAELLA, 2012, p. 114-115).

Ambas as linguagens possuem forte poder de comunicação num selo postal. Sem a análise de ambas, torna-se difícil compreender a mensagem global daquilo que o autor quis representar, além de limitar o potencial investigativo acerca dos objetos e paisagens representadas. A imagem pode apresentar lacunas que serão preenchidas pelo texto-legenda (e vice-versa). Essa complementaridade entre texto e imagem consiste no fato em que ambos se complementam a partir do seu potencial específico: os elementos imagéticos informam com recursos diferentes do texto, na medida em que mostram aquilo que linguisticamente é difícil representar, tais como os elementos espaciais.

Descrever apenas a parte verbal ou apenas a parte icônica no selo postal acarretaria uma análise pobre, em que não se chegaria ao signo pleno. Mas, ao considerar a relação entre todos os elementos (figuras) é possível conduzir a um processo de compreensão do conjunto, visto que ambas as partes contém informações geográficas importantes que necessitam ser analisadas, compreendidas e ressignificadas.

Para finalizar, elaboramos, a partir da leitura de Santaella (2012), um quadro-síntese das principais distinções entre a imagem e o texto, mas que precisam ser analisadas em conjunto para a compreensão de um selo postal.

Tabela 5 – Distinções entre a imagem e o texto

<i>Distinções entre a imagem e o texto</i> <sup>39</sup>		
<b>Aspecto</b>	<b>Imagem</b>	<b>Verbal</b>
<b>Meio de representação</b>	Bidimensional (superfície do papel).	Bidimensional (superfície do papel).
<b>Percepção dos elementos</b>	Simultânea (mesmo que todos os detalhes não conferem igual atenção).	De forma sucessiva linearmente; desconexa.
<b>Princípio da representação</b>	Semelhança da imagem com aquilo que designa.	Relação arbitrária; nenhuma semelhança com aquilo que fazem referência.
<b>Representação</b>	Espacial-visual.	Pontos temporais e passagens do tempo.
<b>Essência da representação</b>	Ordem do visual; estática e atemporal.	Impressões de todas as percepções (visuais, acústicas, olfativas, etc).
<b>Objetos da representação</b>	Objetos concretos (e apenas de maneira indireta os abstratos); apresentam coisas particulares, jamais a classe geral dos objetos.	Objetos concretos e abstratos; pode caracterizar o particular e o geral.

Por fim, cabe salientar que imagens e a linguagem verbal também são distintas quanto à sua elaboração cognitiva.

Nosso cérebro tem dois lobos, o direito e o esquerdo. Na elaboração de informações imagéticas, domina o lobo cerebral direito, que é a instância responsável pela elaboração das emoções. Já a compreensão da língua é dominada pelo hemisfério cerebral esquerdo, geralmente mais responsável por comandar os processos do pensamento analítico e racional. Do mesmo modo, a capacidade de memória varia no contexto das informações imagéticas ou linguísticas. As imagens são recebidas mais rapidamente do que os textos, elas possuem um maior valor de atenção, e sua informação permanece durante mais tempo no cérebro. Somos mais capazes de memorizar descrições de objetos a partir de imagens do que a partir de palavras. (SANTAELLA, 2012, p. 109).

<sup>39</sup> Elaborado pelo autor a partir do texto teórico de Santaella (2012) que aborda as principais distinções entre a linguagem imagética e textual.

A complementaridade verbal de uma imagem pode não ser apenas esta forma de ligação. Consiste em dar à imagem uma significação que parte dela, sem que todavia lhe seja intrínseca. Trata-se então de uma interpretação que ultrapassa a imagem, desencadeia palavras, uma ideia ou um discurso interior partindo da imagem que é o seu suporte, mas que a ela simultaneamente está ligada.

Deste forma, segundo Joly (1994), não apenas a linguagem verbal está onipresente, como é ela que determina a impressão de verdade ou de falsidade que podemos ter de uma mensagem visual. Uma imagem é, com efeito, considerada verdadeira ou falsa não por causa daquilo que representa, mas por causa daquilo que nos é dito ou escrito acerca do que ela representa. Se admitirmos como verdadeira a relação entre o comentário da imagem do selo postal (a legenda) e a imagem, julgá-la-emos verdadeira; se não o admitirmos julgá-la-emos falsa. Tudo depende uma vez mais da expectativa do espectador, o que nos leva também à questão do verosímil.

Então, trabalhar com imagens no ensino da Geografia permite desenvolver em nossos alunos diversas habilidades e competências importantes para o processo de ensino-aprendizagem. Permite que se desenvolva um lado pouco explorado, que lida com as emoções, com o desejo, a curiosidade e o lúdico, sem abdicar do processo de construção dos conceitos geográficos. As imagens podem propiciar a compreensão de fenômenos geográficos, visto que desde o olhar fortuito até o ver efetivamente a imagem, pode-se extrair informações importantes, que ressignificadas permitem a construção do conhecimento geográfico, além de compreender a dinâmica da criação das paisagens geográficas.

Toda essa exposição e discussão sobre a forma com que se tem trabalhado com a disciplina de Geografia em sala de aula não se relaciona somente em tornar as aulas mais bonitas ou incrementadas, mas se relaciona intrinsecamente com a compreensão do aluno sobre a realidade tanto em escala global, como local, procurando sempre exemplificar os conteúdos trabalhados com elementos do cotidiano dos alunos. É nesse sentido que, na impossibilidade do deslocamento para a análise da paisagem do espaço vivido, as imagens dos selos postais servem como forma de espacialização dos conteúdos.

É sabido que as crianças desta faixa etária possuem enorme dificuldade para lidar com certos níveis de abstração, sobretudo, porque estão passando por uma fase na qual o processo de desenvolvimento de seu sistema cognitivo ainda não está concluído, pelo contrário, se encontra em pleno desenvolvimento. Por essa razão elas necessitam de algum elemento que apresente características físicas e que possa ser analisado na sua materialidade. É justamente

nesse ponto que os recursos didáticos alternativos como o selo postal são essenciais para a compreensão dos conteúdos e para o desenvolvimento de habilidades e competências.

Esperamos ter mostrado que a leitura da imagem, enriquecida pelo esforço da análise, se pode tornar num momento privilegiado para o exercício de um espírito crítico que, consciente da história da representação visual (na qual se inscreve), assim como da sua relatividade, daí possa extrair a energia para uma interpretação criativa. Demos o tempo que a imagem necessita para começar a “falar” conosco!

### 5. 3. A paisagem nos selos postais brasileiros

Figura 40 – É possível viajar e conhecer nossas paisagens através dos selos postais



Fonte: Acervo.

[...] o universo dos selos é imenso e multifacetado. Não há exagero algum em afirmar que todas as atividades humanas, assim como todas as riquezas naturais de um país, são representadas nos selos. Portanto, para focalizar mais detidamente o Brasil feito por mãos humanas, serei obrigado a deixar de lado aquele modelado por mãos divinas, sob pena de me perder em meio à diversificada beleza de nossa natureza. Beleza presente na paineira, no hibisco, na maria-sem-vergonha ou em flores cujo nome científico não deixa imaginar a beleza que ostentam [...]. Como também em representantes da flora que nos acostumamos levar da horta à mesa sem muita reflexão contemplativa [...]. Nada falarei igualmente de mamíferos, nem da grande galeria de pássaros hifenizados. [...] E não farei referência à mesmerizante beleza de pedras preciosas brasileiras como alexandrita, indicólita ou crisoberilo. Da mesma forma, não me manifestarei a respeito das muitas belezas naturais que foram objeto de emissões de selos em campanhas de caráter turístico ou ecológico. [...] Mas o melhor é parar por aqui, pois, neste dizer o que não irei dizer, acabarei arriscando não dizer aquilo que efetivamente desejo dizer... (ALMEIDA E VASQUEZ, 2003, p. 191-194).

Monteiro Lobato um dia afirmou que “um país se faz de homens e de livros”. Poderia ele ter tido razão. E, com toda certeza, não se importaria que fizesse desta uma releitura desta célebre frase, afirmando então que “um país se faz de homens, mulheres e de selos”.

Parece impossível negar que um país, qualquer que seja, e nisto se inclui o Brasil, procure representar o melhor de si, as suas belas paisagens e seus grandes feitos nos selos postais que emite. A história de um povo e um retrato de suas belas paisagens podem ser entendidas por intermédio do estudo dos selos.

Assim, conforme Almeida e Vasquez (2003), os selos postais são uma instância oficial (juntamente com o papel-moeda) que espelha melhor a identidade de uma nação. Este espelho oficial de um país, também é um espelho oficial de um povo e da sua natureza. Ou, na mesma linha, conforme Salcedo (2013), os selos são “embaixadores de papel” de um Estado.

Algo mais como uma decifração do que uma determinação. Algo para além da crença de que unicamente aquilo que está escrito e registrado é válido, pois que o sonho, o poético e o esquecimento também dizem. Uma interpretação, mais do que um signo. Logo, com a mente aberta e dando asas à imaginação, esse desprezioso e pequeno embaixador de papel serve, de maneira sutil, para permitir e validar a viagem de alguns dos registros humanos nas movimentadas águas de oceanos e rios, nas opacas sombras dos céus, nas demarcadas terras. O selo postal é, assim, um espelho histórico que oferece o reflexo de comportamentos e pensamentos, individuais e coletivos, de culturas lembradas e esquecidas, mas, também a inviolabilidade de seu maior enigma: o próprio *imago* (SALCEDO, 2013, p. 88).

Nesta perspectiva, o selo postal se torna um material interessante para ser utilizado nas aulas de Geografia, pois veiculam através de suas imagens retratos de uma nação, desde seu povo até suas paisagens. Estes são ferramentas educacionais que permite que uma aula seja criativa, lúdica e, ao mesmo tempo, propicia – através de um planejamento adequado com clareza quanto seus objetivos – aos alunos que estes assimilem o conteúdo, se habilitem na leitura da realidade socioespacial estudada e sejam competentes em “ler o mundo” (COSTELLA, 2014). As possibilidades de utilização das imagens e selos postais em sala de aula são bastante amplas e apresentam particularidades metodológicas, cumprindo com o papel de orientação para o desenvolvimento de novas técnicas pedagógicas.

A Geografia, auxiliada pela arte presente nas imagens dos selos, indica de que maneira se pode olhar a paisagem e levar o aluno a desbravar o mundo além da sala de aula a fim de compreender melhor a sua realidade.

À primeira vista, a representação imagética do selo pode ser um instrumento de direcionamento e exclusão, cabendo ao professor saber explorar essas diferentes facetas. É direcionada por possibilitar uma programação prévia, facilitando ou dificultando sua interpretação e, considerada excludente, uma vez que seleciona locais específicos dentro de um espaço, definindo ângulos e visões particulares do artista criador.

Além de tornar-se um documento oficial da história e da geografia de um país, o selo postal pode ser entendido como uma fonte de dados, fatos e informações, transformando-se por isso, em um poderoso instrumento de "materialização" de lugares e paisagens nunca antes vistas e visitadas por alguns. Não podemos, por exemplo, falar de Amazônia ou Cerrado, sem que o professor nunca tenha propiciado ao aluno imaginar estes espaços ou visto algumas

imagens de suas paisagens e de seu povo. Um simples desenho no quadro ou uma descrição oral muitas vezes não é suficiente para a classe. Deparamo-nos com alunos que anseiam por recursos visuais (mas também auditivos, táteis ou o conjunto dessas exigências).

Sabendo explorar corretamente esses recursos possuiremos em nossas mãos um poderoso instrumento que mostrará uma “realidade” simbólica de diversos lugares sem a necessidade de deslocamento. Assim tem-se "a possibilidade de ir a todos os lugares sem se quer ter conhecido-os" (OLIVEIRA Jr., 1999).

Destacam-se nessa atividade vários aspectos, dentre eles, um processo de percepção onde a imagem representada no selo é definida em função do um ponto de vista específico, ou seja, da visão do artista criador, que diz respeito a seu próprio aspecto cognitivo, sendo esse um processo mental pelo qual os indivíduos (o aluno) através de seus interesses e necessidades, estruturam e organizam sua interface com a realidade, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significados.

Assim, todas as ações, condutas e manifestações serão os resultados expressos das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada aluno, no intuito de fazer do processo ensino-aprendizagem um “sucesso”.

Como professores de Geografia, devemos ter nessa prática uma constante na Geografia, bem como em outras disciplinas, fazendo com que o professor possa incentivar o desenvolvimento no aluno de habilidades e consciência crítica que vise à elaboração de questionamentos e conceitos que lhe sirvam como base para pensar o mundo com suas complexidades e contradições. Assim, professores e estudantes precisam se posicionar como agentes ativos do processo de ensino. Ambos têm o que ensinar e o que aprender.

Feita esta abordagem inicial, realizaremos, a seguir, uma proposta de categorização dos selos postais brasileiros a partir da observação dos elementos imagético-verbais e do conceito de paisagem, com o intuito de auxiliar no processo de leitura das representações paisagísticas do espaço geográfico brasileiro, e de ser uma ferramenta instrumental para sua utilização em sala de aula.

Sendo assim, foram criadas 4 categorias, que correspondem a 4 momentos distintos onde ocorreram rupturas nas formas de representação imagética dos selos postais brasileiros, dentro do período de 1843 à 2016.



-Grupo 1: Selos imperiais

-Grupo 2: Início do período republicano até os “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar

-Grupo 3: Dos “Anos de Chumbo” e do “Milagre econômico” ao “Novo Milênio”

-Grupo 4: Do “Novo Milênio” à contemporaneidade

Com o auxílio do *Catálogo de Selos do Brasil – RHM 2016* (MEYER, 2016) e o *Álbum de Selos do Brasil Marek* (2012) identificamos a existência de 3407 peças filatélicas<sup>40</sup> emitidas pelo Brasil entre 1843 e 2016. Nosso número de peças filatélicas contabilizadas difere dos dados de Salcedo (2010), pois, por exemplo, muitas folhas de 24 ou 30 selos e blocos comemorativos contendo mais de um selo postal foram contabilizados como apenas uma peça, devido ao seu potencial de uso só fazer algum sentido para a prática de ensino se analisar em conjunto. Ainda segundo Salcedo (2010) se forem considerados apenas os selos postais comemorativos no período 1843-2000, foram emitidos 2.354 selos, o que nos aproxima destes valores, visto que nosso período de análise é maior.

Destas 3.407 peças filatélicas em questão, a análise do corpus desta pesquisa, ou seja, selos postais que apresentam elementos paisagísticos, identificamos a existência de 396 peças filatélicas. Isso corresponde a pouco mais de 11% das emissões filatélicas brasileiras. Muitas outras peças filatélicas podem ser utilizadas em nossas aulas, pois são representações que podem ser ressignificadas para trabalharmos alguns conteúdos curriculares da Geografia.

### 5.3.1 Selos imperiais

Após analisar os selos postais emitidos pelo Brasil no período Imperial, mais especificamente entre 1843, ano da primeira emissão, até 1900, ano em que marca a emissão do primeiro selo postal comemorativo brasileiro, podemos perceber que, neste período de aproximadamente 57 anos, o Brasil emitiu selos postais num padrão que utilizou apenas cifras, brasões e efígies.

Dentro deste período, podemos subdividi-lo em dois momentos distintos, mas com características semelhantes. Um primeiro período, compreendido entre 1843 e 1866, que só apresentavam as cifras dos valores a serem cobrados pelo envio das correspondências, e um

<sup>40</sup> O Catálogo RHM é a principal obra de referência do Brasil, com publicação anual, utilizada pelos colecionadores e comerciantes de documentos filatélicos brasileiros. Nele, são catalogadas as informações sobre todos os documentos filatélicos emitidos pelo Brasil, desde 1843 até os dias atuais, incluindo os documentos Pré-filatélicos. Conforme Salcedo (2010, p. 121), “entre 1843 e 2000, o Brasil emitiu 5.639 documentos filatélicos. [...] É importante não perder de vista a possibilidade de o levantamento poder estar incompleto, uma vez que alguns tipos de documentos filatélicos não foram catalogados pelos Editores do Catálogo de Selos do Brasil”.

segundo período, compreendido entre os anos de 1866 e 1900, em um período de transição que caracteriza o final do Império e início da República, pois ocorre uma mudança significativa em relação ao período anterior, onde a figura do Imperador é suplantada por alegorias republicanas. Sobre isso, Gomes e Salcedo (2013) afirmam que

disso podem resultar duas observações: a emissão de selos postais brasileiros, de 1843 até 1866, não seguiu um acentuado padrão internacional de estabelecer seu lugar de sujeito falante, por meio das efígies dos soberanos, dos brasões e escudos de armas e dos nomes dos países propriamente ditos. Essa escolha manteve o Brasil, a partir de um olhar atento sobre esses artefatos, no anonimato, visto que, suas emissões não tinham tipo algum de simbologia que remetesse ou representasse o império. É possível reconhecer uma recorrência padronizada a partir das cifras estampadas nos selos postais adesivos brasileiros de 1843 até 1866. Além disso, é interessante perceber que todos esses selos tiveram, também, um outro padrão recorrente: a sua nomenclatura alusiva aos animais (GOMES E SALCEDO, 2013, p. 100).

À época do surgimento do selo postal no Brasil, o Imperador D. Pedro II não permitiu focalizar sua efígie no selo, a fim de que os carimbos que seriam utilizados pelos empregados dos Correios no serviço de obliteração, não maculassem sua soberana face. Sendo assim, o primeiro modelo brasileiro foi chamado de *Olho-de-Boi* (1843), recebendo esse nome devido à semelhança ao olho do animal.

Esta visão prevaleceu por algum tempo, pois, logo após, mais três séries foram emitidas apenas com cifras: *Inclinados* (1844); *Verticais*, também denominados *Olho-de-cabra* (1850); e *Coloridos* ou *Olhos de gato* (1854), todos com o valor de 30, 60 e 90 réis.

Figura 41 – *Inclinados* (1844)



Figura 42 – *Verticais* ou *Olho-de-cabra* (1850)



Figura 43 – *Coloridos* ou *Olhos de gato* (1854)



Fonte: Correios<sup>41</sup>

<sup>41</sup> As imagens dos selos postais representados nas figuras 41, 42 e 43 foram obtidas no site: <http://blog.correios.com.br/filatelia/>.

Além destas novas tecnologias, uma das formas de tentar formar uma nação integrada consistiu também na divulgação da imagem do Imperador como símbolo da unidade que se queria conquistar, ou conforme Almeida e Vasquez (2003, p. 66), de “fortalecer e legitimar a figura do monarca”. Apesar de seu potencial nesse sentido, a faceta simbólica dos selos não foi explorada senão em período posterior. Segundo os Correios,

Ao descobrir que o selo poderia propagar seu prestígio no cenário político nacional e internacional, D. Pedro II não hesitou em permitir que inúmeras emissões focalizassem várias fases de sua vida. Assim, a partir de 1866, surgiram os primeiros selos estampados com o retrato do soberano. Alguns dos modelos desta série também foram os primeiros selos brasileiros picotados e a apresentarem o nome do país e sua unidade monetária, inovações que os aproximaram do padrão até hoje utilizado pelos selos postais de todo o mundo (CORREIOS, 2012).

Sobre as características imagético-verbais destes selos, recorreremos à Gomes e Salcedo (2013):

[...] de 1866 até 1883 foram emitidos diversos selos postais com a efigie do Imperador, dessa feita com algumas novidades: o nome do país (Brasil), a indicação do padrão monetário vigente (Réis), a indicação do valor facial por extenso (por exemplo: dez réis), maior variedade de cores e, pela primeira vez, os selos postais tinham os chamados ‘picotes’, ou seja, para separá-los não era mais necessário cortá-los com tesouras ou navalhas, bastava destacá-los (GOMES E SALCEDO, 2013, p. 100).

Figura 44 – D. Pedro II em inúmeras emissões



Fonte: Correios

A figura 44 apresenta inúmeras emissões de selos postais brasileiros referentes à figura de D. Pedro II, das séries “Barba Escura” (1866), “Barba Branca” (1877) e “Auriverde” (1878 – a primeira emissão brasileira em duas cores), e Selos de D. Pedro II das séries “Cabeça Pequena” (1881) e “Cabeça Grande” (1882). E esse padrão de efigies imperiais segue até 1888, quando o último valor – 700 Réis – foi emitido pela Casa da Moeda.

Porém, estes selos receberam inúmeras críticas. Primeiro porque, nas primeiras emissões, a figura de Dom Pedro era representada como um jovem monarca, embora já tivesse uma idade avançada. Deste fato, pode-se sugerir que esta representação serviu como uma forma de retratar, simbolicamente, a virilidade do poder imperial vigente. Em um segundo momento, esta mesma emissão é reimpressa, no ano de 1883, mostrando um monarca com um busto envelhecido e uma barba branca. Se levarmos novamente para o lado

da representatividade desta imagem e, conciliar com o período de emissão, sugere-se que o Estado está legitimando uma imagem da própria decadência de seu regime que, aproximadamente 5 anos antes do fim do período imperial já representa o enfraquecimento da imagem de poder de seu monarca.

Por decorrência do fim de um período histórico, ou seja, a passagem de um Estado fundado na figura de um monarca, para um Estado republicano, aliados às inovações tecnológicas do período, é mais do que natural de que o conteúdo ideológico, inclusive aquele gravado nos selos, também sofra modificações.

O selo é um dos símbolos da soberania de um Estado, é natural que ele evidencie, igualmente, seu regime político, sobretudo quando, por motivos históricos esse regime se modificou. Natural é, portanto, que uma monarquia que se torna república, não continue a gravar nos seus selos a efígie do seu monarca reinante (FERREIRA, 2003, p.25).

Então, no Brasil, o governo republicano começou a utilização do selo postal como forma de reforçar a sua imagem. Suas primeiras emissões foram o *Cruzeiro do Sul* (1890), a *Alegoria da República – ou Tintureiro* (1891), a *Alegoria da Liberdade – ou Cabecinha* (1893) e *Madrugada Republicana*, de 1894 até a emissão do primeiro selo comemorativo (1900) como forma de divulgação das tradições e da identidade nacional.

A primeira série de selos postais do período republicano foi emitida em 20 de janeiro de 1890. Seu desenho era formado por elípticas concêntricas tendo, ao centro, a constelação do Cruzeiro do Sul (série que seria conhecida por “Cruzeiro”). No espaço entre o medalhão central e a elíptica externa aparecia a inscrição “E.U. do Brasil”, nome adotado pelo Governo Provisório em 15 de novembro de 1889, além de 21 estrelas que representavam os Estados da União. [...] Os primeiros selos republicanos traziam a representação de “Marianne”, alegoria à Liberdade e à República surgida durante a Revolução Francesa. Trata-se de uma figura feminina que aparece utilizando o barrete (ou gorro) frígio, cuja tradição remonta à região da Frígia, colonizada pela Grécia, onde era utilizado pelos escravos libertos (ALMEIDA E VASQUEZ, 2003, p. 78).

Figura 45 – Primeiras emissões do período republicano<sup>42</sup>



Fonte: Acervo.

<sup>42</sup> Da esquerda para a direita, temos um selo esmeralda de 20 Réis da série *Cruzeiro* (1890), primeiros selos do período republicano; o *Tintureiro – ou Alegoria da República* (1891); *Cabecinha – ou Alegoria da Liberdade* (1893) e *Madrugada Republicana* de 10 e 100 Réis (1894). Fonte: Acervo.

Com o auxílio do *Catálogo de Selos do Brasil – RHM 2016* (MEYER, 2016) e o *Álbum de Selos do Brasil Marek* (2012) identificamos a existência de 160 selos postais<sup>43</sup> emitidos no período. Sobre eles, resumidamente, podemos afirmar que os primeiros selos postais do Brasil tiveram como elementos visuais, sem nenhuma exceção, a efígie, o brasão e a cifra, e como elementos verbais o termo postal, o nome do soberano e, ainda, o nome do país escrito como *Brazil* e o nome da moeda corrente, ou seja, réis. Além disso, é interessante perceber que todos esses selos tiveram também outro padrão recorrente: a sua nomenclatura alusiva aos animais (boi, cabra, gato, etc.), e, já com a Proclamação da República, com nomenclaturas alusivas à esse período (o Cruzeiro do Sul, República, liberdade). E por fim, uma terceira característica dos selos deste período está no fato de que não apresentam nenhuma potencialidade de análise paisagística, o que não significa que não sejam importantes, pois possuem um forte apelo ideológico que buscava legitimar o Estado emissor. Por estes motivos, além do fato de que estes não se enquadram na *Geografia do Custo Zero* (KAERCHER, 2009), eles não serão utilizados em nossa prática.

### 5.3.2 Início do período republicano até os “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar

No advento da passagem para o novo sistema político republicano e a virada para um novo século, está propícia a circunstância para o surgimento de um novo tipo de emissões de selos postais: os selos comemorativos, que apresentavam uma mudança significativa referente ao motivo das emissões e aos elementos imagéticos representados. Sobre o contexto da sociedade brasileira no alvorecer do novo milênio, Almeida e Vasquez (2003) nos contam que

O Brasil começou o século XX com uma população de mais de 17 milhões de habitantes, sendo que 64% viviam no campo. Estavam ainda próximos os ecos da emancipação dos escravos (1888) e da proclamação do regime republicano (1889), esta última contando com pouca mobilização popular. Por essas e outras razões, os primeiros anos do novo século reforçavam a crença entusiasmada no progresso e em aparatos tecnológicos e engenhos até antes impensados, como o avião, o automóvel, o cinema, o gramofone e a fotografia [...] Em 1900, Chiquinha Gonzaga compôs *Ô Abre-Alas*, considerada a primeira marcha brasileira, e o país organizava os festejos da passagem do quarto centenário da chegada dos portugueses (ALMEIDA e VASQUEZ, 2003, p. 84).

<sup>43</sup> Meyer (2016) divide as emissões postais brasileiras nas seguintes categorias: selos regulares, filigranados, comemorativos, Hansen, personalizados, promocionais, blocos e selos-etiqueta. Esse número de emissões pode ter sido maior, mas, por não ser significativo diante das análises a que o trabalho se propôs efetuar, alguns documentos não foram contabilizados no *corpus* de análise, tais como: envelopes de primeiro dia de circulação, marcas postais de isenção de porte, folhinhas filatélicas, bilhetes e cartas-bilhete, cadernetas e cartela de selos, aéreos, e emissões com erros ou falsificações não foram contabilizadas no *corpus* de análise.



Nesse contexto, surgem as primeiras emissões dos chamados selos comemorativos do nosso país, emitidos em 1º de janeiro de 1900, como forma de celebrar os 400 anos da chegada dos portugueses ao país.

Figura 46 – Primeiros selos comemorativos do Brasil



Fonte: Acervo.

As imagens dos quatro primeiros selos comemorativos do Brasil representavam o *Descobrimento* (1500), a *Independência* (1822), a *Abolição* (1888) e a *Proclamação da República* (1889). Segundo Salcedo (2010, p. 105), essas imagens, “de certa maneira, celebravam justamente um sentimento que os republicanos queriam que o povo percebesse. Uma trajetória de liberdade no Brasil, refletida através de quatro eventos significativos”.

Mas o surgimento do selo postal comemorativo não se deu de forma gradual. Conforme Salcedo (2010, p. 103), ele sofreu “todo tipo de acometida, desde a acusação que rompia com o padrão de selo postal estabelecido, tanto no cerne comercial quanto no âmbito do colecionismo até pelo pouco valor que davam aos motivos que os primeiros selos aludiam”.

Não foram apenas os selos comemorativos que surgiram nesse período. Também foram emitidos selos denominados de *ordinários*<sup>44</sup> e *oficiais*<sup>45</sup>. Sobre isso, Almeida e Vasquez (2003) nos dizem que

Foram postas em circulação três séries de selos oficiais: a primeira, com efígie do presidente Afonso Pena, em novembro de 1906; a segunda, com efígie do presidente Hermes da Fonseca, em 15 de novembro de 1913; e a terceira, com efígie do presidente Vencesláu Brás, em 11 de abril de 1919. [...] O uso de selos oficiais foi

<sup>44</sup> Selo ordinário: também conhecido como permanente. É um selo comum (não comemorativo) utilizado basicamente no porteamento de correspondência, caracterizando-se pela tiragem geralmente ilimitada, isto é, emitido sempre que necessário. O selo *Olho-de-boi*, por exemplo, era um selo deste tipo.

<sup>45</sup> Selo oficial: destinado ao uso exclusivo na correspondência oficial, isto é, governamental. Seu uso foi bastante difundido no passado, estando hoje limitado a poucos países. No Brasil, os selos oficiais foram criados em 1901, postos em circulação em 1906 e suprimidos em 1920.

suprimido no Brasil em 1º de janeiro de 1920. (ALMEIDA E VASQUEZ, 2003, p. 89).

Entretanto, quais eram os elementos imagéticos e verbais que estes primeiros selos postais comemorativos apresentavam, e que foram se modificando paulatinamente até o advento da Ditadura Militar? Em âmbito geral, Salcedo (2010) afirma que:

Talvez seja prudente e didático separar essas mudanças em dois momentos. De início [...] predominam representações alegóricas e retratos oficiais de presidentes ou de pessoas notáveis. Alegorias essas, que transmitem os símbolos materiais de novos regimes, em sua grande maioria repúblicas como, por exemplo, [...] em que boa parte do selo é devotado ao perfil da Marianne, símbolo de Liberdade, da República Francesa [...]. Esses poucos e repetidos elementos, nos quais já era possível identificar algumas recorrências temáticas, aludiam a certos tipos de eventos, jubileus, algumas paisagens, pessoas poderosas e, decerto, mensagens claramente ideológicas (SALCEDO, 2010, p. 103-104).

Em termos gerais, essas recorrências temáticas de que nos fala Salcedo (2010) referem-se a selos postais que retratam, em seus elementos imagético-verbais uma ampla gama de temas, tais como fauna, flora, esportes, espaços públicos e privados, instituições, encontros científicos, tecnologias, brincadeiras, jogos, campanhas preventivas e publicitárias, conflitos, independências, minorias e personalidades (principalmente de governantes, brasileiros ou estrangeiros).

Em um primeiro deste período, que vai de 1900 até aproximadamente 1930, que culmina com o fim da República Velha e o início da “Era Vargas”. Almeida e Vasquez (2003, p. 84) denominam estas primeiras emissões como o “tempo das emissões patrióticas e cívicas”. Até porque pensava-se que o selo postal pudesse legitimar o sentido de nação nos seus primeiros anos como república, através de emissões simbólicas que expusessem os grandes feitos e personalidades. Afinal, como nos dizem Almeida e Vasquez (2003, p. 96), “os selos constituem um excelente meio de propaganda, e assim sendo, justo é que os governos se esforcem de representar fatos, episódios, e vultos de nosso país nesses pedacinhos de papel que tanto instruem, divertem e encantam”.

Dentro das emissões postais deste período que compreende a “Era Vargas” até os “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar, podemos evidenciar que se privilegiaram emissões dentro de quatro grandes temáticas e, dentro delas, alguns poucos elementos paisagísticos foram evidenciados. O primeiro grupo corresponde a selos referentes às datas-símbolos de constituição da nova nação. Num segundo grupo podemos ver temas que aproximavam a

Igreja do Estado<sup>46</sup>. Em um terceiro grupo de selos postais emitidos neste período fazem alusão à realização de feiras, congressos e conferências. E em um quarto grupo, estas emissões também visavam homenagear personalidades pouco conhecidas (como visitas de presidentes de outros países), e datas como cinquentenários, centenários, sesquicentenários<sup>47</sup> e jubileus de prata, além de apresentarem uma qualidade gráfica muito ruim.

Figura 47 – Selos postais alusivos à datas-símbolo



Da esquerda para a direita: selo comemorativo ao 4º Centenário da Fundação de S. Vicente e da Colonização por Martim Afonso de Souza (1932); emissão comemorativa ao 4º Centenário do Nascimento do Padre José de Anchieta (1934); três selos comemorativos ao Centenário do Nascimento de Carlos Gomes (1936); e selo comemorativo ao Cinquentenário da República (1939). Fonte: Acervo.

Figura 48 – Selos postais alusivos à aproximação entre Estado e Igreja



Da esquerda para a direita: 1. selo comemorativo ao 1º Congresso Eucarístico Nacional – Salvador (1933); 2. emissão comemorativa ao 2º Congresso Eucarístico Nacional – Belo Horizonte (1936); 3. selo comemorativo à Visita do Cardeal Pacelli – Pio XII (1934). Fonte: Acervo.

Figura 49 – Selos postais alusivos à feiras, congressos e conferências



Da esquerda para a direita: 1. selo comemorativo ao Congresso de Esperanto (1937); 2. emissão comemorativa ao 9º Congresso Brasileiro de Geografia (1940); 3. dois selos comemorativos à Feira Mundial de Nova York (1940). Fonte: Acervo.

<sup>46</sup> Essa estratégia de reforçar os laços de colaboração entre o Estado e a Igreja visava ampliar as bases de sustentação política do novo governo. Talvez o evento mais emblemático desta aproximação foi a inauguração da Estátua do Cristo Redentor em 1931. A paisagem do Cristo, do Corcovado e da Baía de Guanabara que seriam o tema mais estampado dos selos postais brasileiros ao longo dos anos.

<sup>47</sup> Sesquicentenário é uma medida de tempo que corresponde a um intervalo de 150 anos.



Figura 50 – Selos postais alusivos à personalidades pouco conhecidas



Da esquerda para a direita: 1. *Visita do Presidente Gabriel Terra, do Uruguai* (1934); 2. *Visita do Presidente do Chile, Gonzales Videla* (1937); 3. *Visita do Presidente dos EUA, Harry Truman* (1937); 4. *Presidente do Líbano Camille Chamoum* (1954). Fonte: Acervo.

E quanto às representações paisagísticas brasileiras nestas primeiras emissões comemorativas brasileiras? Podemos afirmar que elas eram muito escassas, e quando apareciam, retratavam as paisagens do Rio de Janeiro, então capital federal. A qualidade gráfica deficiente também dificultava ver detalhes destas representações.

Com o auxílio do *Catálogo de Selos do Brasil – RHM 2016* (MEYER, 2016) e o *Álbum de Selos do Brasil Marek* (2012), contabilizamos a emissão de 940 selos postais no período entre 1900 e 1967.

Por década, temos o seguinte quadro: entre 1900 – 1909: 50 selos; entre 1910 – 1919: 62 selos; entre 1920 – 1929: 84 selos; entre 1930 – 1939: 154 selos; entre 1940 – 1949: 167 selos; entre 1950 – 1959: 230 selos; e entre 1960 – 1967: 193 selos. Se contabilizássemos os selos emitidos em 1968 e 1969 (que foram analisados no próximo tópico), teríamos outras 87 emissões. Ou seja, nas seis primeiras décadas do século XX, o Brasil emitiu aproximadamente 1.000 selos postais, número que crescerá muito nas outras cinco décadas da história postal.

Destas 940 emissões de selos postais do período, em apenas 43 delas era representado algum elemento que configura aspectos da paisagem brasileira. Na realidade, destes 43 selos postais que apresentavam representações paisagísticas, podemos constatar que foi de apenas 30 o número de emissões que apresentavam paisagens representadas distintas (pois as 13 demais eram simplesmente outros valores faciais. Se contabilizássemos numericamente, as paisagens nos selos postais brasileiros aparecem em um pouco mais de 3% das emissões totais do período. A figura 50 apresenta algumas destas representações do período (todos os selos representados são de acervo do autor).

Figura 51 – A paisagem nos selos postais brasileiros do início do período republicano até os “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar



1. *Exposição Nacional* – carmim rosa 100 Réis (1908);
2. *Tricentenário de Cabo Frio/RJ* – verde 100 Réis (1915);
3. *Centenário da Independência e Exposição Nacional do Brasil* – verde 300 Réis (1922);
4. *4º Centenário da Fundação de São Vicente* – azul 700 Réis (1932);
5. *4º Centenário da Capitania de Pernambuco* – oliva e violeta 300 Réis (1935);
6. *1º Centenário da Revolução Farroupilha* – violeta 300 Réis (1935);
7. *Dia da Criança* – preto e azul 300 Réis (1935);
8. *Tricentenário de Cametá/PA* – verde 300 Réis (1936);
9. *Centenário do Nascimento de Francisco Pereira Passos* – preto 700 Réis (1937);
10. *2ª Conferência Sulamericana de Radiocomunicações/RJ* – laranja e preto 300 Réis (1937);
11. *Propaganda Turística Palácio Monroe* – castanho e azul 200 Réis (1937);
12. *Propaganda Turística Jardim Botânico* – carmim e azul 10.000 Réis (1937);
13. *Propaganda Turística Cataratas do Iguazu* – castanho e preto 1.000 Réis (1938);
14. *Vista dos Arcos de Sta. Teresa/RJ* – violeta 1.200 Réis (1939);
15. *1º Centenário da Cidade de Santos* – azul 400 Réis (1939);
16. *5º Congresso da União Postal das Américas e Espanha (UPAE)* – Rio de Janeiro e Avião azul e Castanho Cr\$ 2,20 (1946);
17. *75 Anos da Imigração Italiana* – vinho Cr\$ 60 (1950);
18. *1º Centenário de Blumenau* – carmim rosado Cr\$ 60 (1950);
19. *250 Anos da Cidade de Ouro Preto/MG* – laranja avermelhado Cr\$ 1; (1964);
20. *Propaganda Turística de Vila Velha/PR* – vermelho alaranjado Cr\$ 80,00 (1964).

Dos outros 10 selos postais o período em que aparecem representações paisagísticas, o Rio de Janeiro foi representado em mais 7 oportunidades, sendo que destas 6 apresentam a

famosa paisagem de cartão postal da Baía de Guanabara e o Pão de Açúcar. As demais emissões foram em comemoração aos 250 Anos da Cidade de São João DelRey/MG (1963) e grandes obras, como o 1º centenário da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (1967) e da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso (1955).

Das 30 emissões, 12 representavam como paisagem o principal cartão postal carioca, sem mencionar aqueles que representavam outros pontos turísticos da então capital. Paisagens naturais turísticas foram tema de outras emissões, como as Cataratas do Iguaçu e Vila Velha, no Paraná. Pernambuco, Cabo Frio, Cameté e Blumenau também foram retratados, em virtude de comemorações de aniversário. E o Rio Grande do Sul aparece em duas emissões, que não representam paisagens em si, mas representações de elementos que se tornaram estereótipos de nosso Estado: o Pampa como representação secundária na emissão que comemora o *1º Centenário da Revolução Farroupilha* (1935) e a representação de uma montagem na emissão em comemoração aos *75 Anos da Imigração Italiana* (1950), que apresenta como elementos visuais primários uma árvore araucária, além de silos e indústrias, em alusão aos italianos que modificaram a paisagem natural e transformaram a região da Serra Gaúcha próspera na atividade agrícola e industrial, sempre taxados com a alcunha de progressistas e trabalhadores.

Resumidamente, podemos constatar que as poucas emissões que trazem representações paisagísticas dos selos postais deste período evidenciam as típicas paisagens de cartão postal das respectivas cidades, tais como os centros históricos, as belezas naturais ou grandes obras de arquitetura e, nesse sentido, há o evidente destaque ao Rio de Janeiro nestas representações. Representações que evidenciam paisagens naturais são mais numéricas do que aquelas que representam paisagens culturais, sendo que as pessoas “comuns”, suas histórias e culturas são suprimidas, principalmente no que tange às representações do Rio de Janeiro. Afinal, essa “limpeza urbana” era importante na visão dos governantes e na veiculação de nossa imagem interna e externamente para estimular a atividade turística.

### 5.3.3 Dos “Anos de Chumbo<sup>48</sup>” e do “Milagre econômico<sup>49</sup>” ao “Novo Milênio”

O período anterior foi marcado por grande agitação no cenário político e por profundas transformações econômicas. O Brasil se viu na passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, com mudanças em seu perfil econômico. Sobreviveu a duas guerras mundiais e também à Crise de 1929. Viu a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e entrou em um período de grande estabilidade democrática, consolidada no governo “JK” e de João Goulart, bruscamente deposto pelo Golpe Militar de 1964.

Neste período de quatro décadas que se sucede e na qual analisaremos as emissões postais, vimos a ascensão, o endurecimento e a queda da Ditadura Militar. A euforia que os selos postais começavam a provocar do ponto de vista econômico refletiam no que se chamou de “Milagre Econômico”. Além disso, uma nova fase se iniciou para o país com a abertura política e a campanha para a retomada das eleições diretas e da democracia em nosso país, agora dominada por uma política econômica de caráter neoliberal, diferente da política de cunho nacional-desenvolvimentista do período anterior.

No que tange às emissões postais, este período é muito importante, pois significou a melhora nos serviços dos Correios, e na melhora tanto em termos gráficos quanto nos temas propostos nas emissões postais brasileiras.

Sobre essas melhoras significativas em termos gráficos e comunicacionais, Almeida e Vasquez (2003) nos trazem um breve panorama.

Em 1966, foi criada a Federação Brasileira de Filatelia (FEBRAF). Outro fator positivo do período foi a substituição das bobinas por papéis de resmas, em 1968, possibilitando melhoria na qualidade da impressão e evitando emissões defeituosas e reduzindo bastante o número dos chamados selos “marmorizados”, ou seja, impressos em papel com aspecto mais grosseiro.

[...]

Desde meados da década de 1960 vários projetos pensavam a modernização dos Correios, que incluía o reaparelhamento operacional, a expansão do atendimento e a profissionalização e a melhoria salarial dos quadros funcionais. Em 1967 foi criado o Ministério das Comunicações, momento em que foram iniciados estudos visando a transformação do DCT em empresa pública. Após os primeiros diagnósticos sobre o tema, o Departamento de Correios e Telégrafos foi transformado na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), constituída formalmente pelo decreto-lei

<sup>48</sup> “Anos de Chumbo” é como denomina-se o período mais repressivo da Ditadura Militar do Brasil, compreendido entre o ano de 1968, após a assinatura do AI-5 até o final do governo Médici, em 1974.

<sup>49</sup> “Milagre Econômico” foi um breve período de nossa história, geralmente delimitado entre 1969 e 1973, durante a Ditadura Militar sob o governo de Médici, onde os produtos comercializados pelo Brasil valorizaram-se, fazendo com que o Produto Interno Bruto do país crescesse a até dois dígitos (feito só conseguido pela China atualmente). Assim, boa parte deste período caracterizou-se pela estabilidade econômica (vendia-se uma imagem de Brasil forte e progressista), o que ajudou o governo no seu esforço de alienação do conjunto da população, e à criação de grandes obras de infraestrutura por todo o território nacional.

nº 509 de 20 de março de 1969, subordinada ao Ministério das Comunicações (ALMEIDA E VASQUEZ, 2003, p. 132).

Sendo assim, tanto a mudança na qualidade do papel da impressão e a melhoria no parque gráfico da Casa da Moeda do Brasil (1968), como também a criação do Ministério das Comunicações (1967) e da ECT (1969) contribuíram para a mudança no perfil dos selos postais brasileiros, que passam a ter características completamente diferentes daquelas dos períodos anteriores. A Casa da Moeda passou a contar com impressos de segurança mais confiáveis e a ECT contratou desenhistas promissores e artistas plásticos para melhorar a qualidade visual das novas emissões e incrementar a filatelia brasileira. A partir das novas concepções artísticas, os selos brasileiros ganharam reconhecimento internacional, conquistando importantes prêmios do setor.

Conforme Souza (2006), nas duas décadas em que vigorou a Ditadura Militar no Brasil, foram postas em circulação 881 peças filatélicas (ante as 555 peças comemorativas entre 1900 e 1964). Segundo o autor, “nos primeiros anos do regime os patamares anteriores são mantidos e o incremento da produção é mais acentuado a partir da década de 70, em seguida à reforma institucional dos Correios” (SOUZA, 2006, p. 28).

Assim, observamos que as grandes mudanças gráficas e de temáticas surgiram especialmente a partir de 1974. Mas quais foram as mudanças nos elementos imagéticos-verbais que observamos e que permitem fazer tal constatação? Foram basicamente cinco delas.

Primeiramente, constatamos que houve redimensionamento das legendas. Antes desta data ela figurava indiscriminadamente pelo campo principal do selo postal. Agora, elas começam a ocupar espaços mais delimitados, geralmente entre a imagem e o picote. Segundo, a quantidade e a qualidade das cores empregadas foram ampliadas com a utilização de modernas técnicas de impressão, o que facilita na observação dos elementos imagéticos. Terceiro, atendendo à demanda de colecionadores temáticos, foram criadas séries temáticas, o que, no nosso caso, auxilia na análise e na utilização em práticas em sala de aula. Quarto, a partir de 1975, a palavra “Correios”, que já vinha diminuindo desde os anos anteriores, simplesmente foi suplantada dos selos comemorativos.

E a quinta mudança reside no fato de que, além disso, as possibilidades de utilização do selo postal como material didático aumentaram sensivelmente, visto que representações paisagísticas se tornaram muito mais frequentes, principalmente aquelas que representam paisagens – naturais ou culturais – preservadas como patrimônio nacional. As pessoas ditas comuns e suas formas de manifestação também começam a ter presença mais marcante nos



selos. Os motivos das comemorações passam a possuir maior significado cultural. Enfim, uma gama de possibilidades se configura para sua utilização nas aulas de Geografia, pois as imagens destas novas emissões apresentam forte apelo visual, tecnológico e de possibilidades de múltiplas leituras geográficas.

Outras novidades adotadas pela ECT foram a criação de selos postais inovadores. Em 1974, os Correios lançavam a primeira peça filatélica do mundo com inscrições em Braille. Este bloco comemorativo, criado em alusão à *5ª Assembléia Geral do Conselho Mundial para o Bem-Estar do Cego* (1974), trazia como dizer em sua legenda: “O homem cego é um cidadão participante”. Em 1979, em comemoração aos *150 Anos da 1ª Publicação em Braille*, o Brasil emitiu um novo selo com a legenda “Ao tocar os relevos de papel, o cego participa da evolução do mundo”. E em 2012, os Correios lançaram um novo bloco comemorativo para homenagear a *Fundação Dorina Nowill para Cegos*<sup>50</sup>, com a legenda “Todas as histórias têm um fim, mas a minha continua”.

Figura 52 – Emissões brasileiras em Braille



Fonte: Acervo.

Em 1989 o Brasil emitia seu primeiro selo com imagens tridimensionais (holográficos), o segundo do mundo. Em 1999, eram lançados os selos *Parques Nacionais — Prevenção a Incêndios Florestais*, que traziam como forte apelo ambiental o odor de madeira queimada, exalado ao se raspar a estampa do selo e impresso em papel reciclado – outros

<sup>50</sup> A Fundação Dorina Nowill é uma instituição que busca a inclusão de pessoas com deficiência visual no acesso à educação e à cultura. Dorina, representada na emissão, foi a primeira aluna cega de uma instituição de ensino regular no Brasil – ela criou uma editora e batalhou para amenizar a enorme carência de livros em Braille.

selos aromáticos foram lançados nos anos seguintes, como os com aroma de café (2001), piriocaca (2004) e de mel (2015).

Voltemo-nos agora a analisar a representação paisagística dos selos postais deste período compreendido entre 1968 e 1999. Com todas estas melhorias gráficas e diversificação temática, com o surgimento inclusive de inúmeros blocos comemorativos, tanto as paisagens como demais temas que podem ser ressignificados e utilizados em uma aula de Geografia para trabalhar determinados conteúdos são muito relevantes,

Com o auxílio do *Catálogo de Selos do Brasil – RHM 2016* (MEYER, 2016) e o *Álbum de Selos do Brasil Marek* (2012), contabilizamos a emissão de 1.386 peças filatélicas no período entre 1968 e 1999.

Classificados por década, temos o seguinte quadro: 87 emissões nos anos 1968-1969; entre 1970 – 1979: 260 selos; entre 1980 – 1989: 560 selos; e entre 1990 – 1999 foram 479 selos emitidos pelo Brasil.

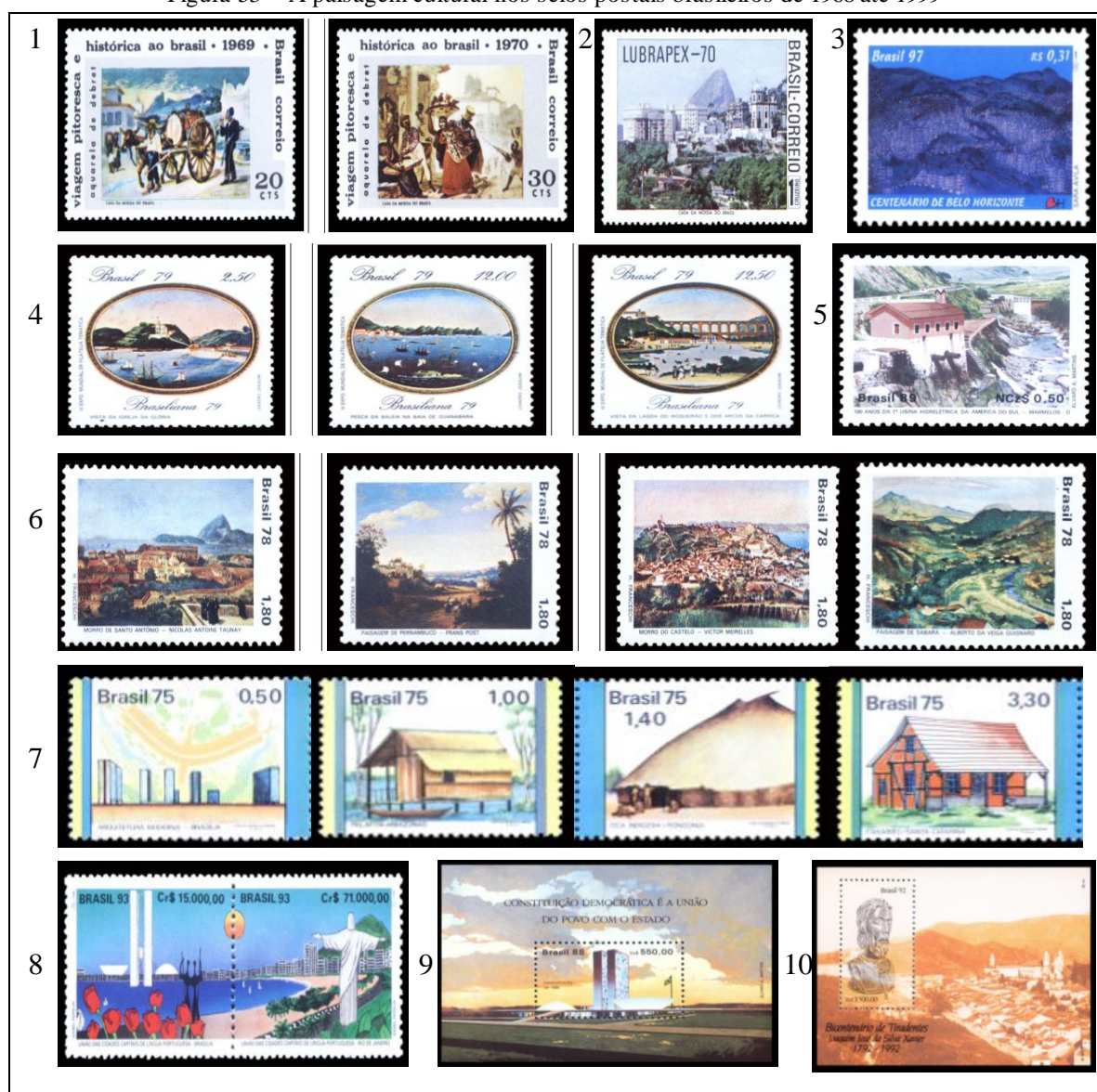
Ou seja, nas últimas três décadas do século XX, o Brasil emitiu mais selos postais do que em toda sua história postal anterior de 120 anos!

Destas 1.386 emissões realizadas pelo Brasil no período em análise, 150 peças filatélicas<sup>51</sup> apresentam representações paisagísticas. Mas analisando o restante das emissões, vale destacar que há uma miríade de possibilidade de utilizá-los no ensino da Geografia de acordo com os conteúdos da Geografia curricular, desde que ressignificados e adaptados aos objetivos propostos. Se contabilizarmos em termos percentuais, as paisagens nos selos postais brasileiros aparecem em um pouco mais de 10% das emissões totais do período. As figuras 52 e 53 apresentam algumas destas representações do período (todos os selos representados são de acervo do autor).

---

<sup>51</sup> Preferimos utilizar aqui a expressão peça filatélica, pois não se trata apenas de selos postais. Há peças filatélicas em questão que só fazem sentido falar em representação de paisagens quando analisadas em conjunto. Por exemplo, há *se-tenant* (conjunto de dois ou mais selos interligados, mas que foram consideradas uma peça). Alguns blocos comemorativos que continham mais de um selo postal também foram considerados uma peça, assim como uma sextilha (conjunto de seis selos diferentes interligados), que não foram consideradas seis paisagens, mas apenas uma, de acordo com o contexto.

Figura 53 – A paisagem cultural nos selos postais brasileiros de 1968 até 1999



1. Série *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* – Jean Baptiste Debret (1969, 1970); 2. *LUBRAPEX 70 - Exposição Filatélica Luso-Brasileira/RJ* (1970); 3. *Centenário de Belo Horizonte* (1997); 4. Série *Pinturas do Rio de Janeiro do Século XVIII - IIIª Expo Mundial de Filatelia Temática* (1970), representando a Igreja da Glória, da Baía de Guanabara e da Lagoa do Boqueirão e dos arcos da carioca; 5. *100 anos da primeira usina hidrelétrica da América do Sul – Marmelos* (1989); 6. Série *Paisagens Brasileiras na Pintura* (1978), representando o Morro de Santo Antônio, a paisagem de Pernambuco, o Morro do Castelo e a paisagem de Sabará; 7. Série *Habitação no Brasil - o Homem e o Meio* (1979), representando a arquitetura moderna de Brasília, a palafita no Amazonas, a oca indígena em Rondônia e o enxaimel em Santa Catarina; 8. Emissão *União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa* (1993); 9. Bloco comemorativo *Promulgação da Constituição de 1988* (1988); 10. Bloco comemorativo *Bicentenário de Tiradentes* (1992).

O que podemos observar nestas 20 peças filatélicas (de 10 emissões) referentes à representação de paisagens brasileiras neste período? Constatamos basicamente que se tratam de representações urbanas. Também podemos observar grande associação com as representações paisagísticas da pintura, sendo que 9 selos utilizaram esta técnica. A fotografia também foi muito utilizada, conforme constatado em 3 destas peças. O Rio de Janeiro aparece



em 9 destas representações, Brasília em 3 selos e as cidades mineiras em 4 ocasiões. Inclusive, estes são os temas mais retratados nos selos do período. Se o Rio possuía amplo predomínio das representações, agora que a capital federal foi transferida para Brasília, são estas paisagens que começam a predominar. O Rio inclusive é retratado além da paisagem típica de cartão postal (porém, ainda representam pontos turísticos), mas no caso de Brasília e das cidades históricas mineiras, mantém-se este tipo de representação.

Analisaremos na sequência como elementos tipos como “naturais” e as paisagens que representam parques ou construções protegidas são representadas, tecendo algumas considerações a seguir.

Figura 54 – Paisagem natural? Paisagem protegida? Ou paisagem turística?



1. Série *Turismo Nacional* (1974), representando o Parque Nacional das Sete Cidades/PI e as Ruínas de São Miguel das Missões/RS; 2. Série *Turismo Brasileiro* (1991), representando o Dedo de Deus/RJ; 3. Série *Defesa do Meio Ambiente – Parque Nacional do Iguaçu* (1978); 4. Série *Propaganda Turística* (1975), representando

Guarapari/ES, a Pedra do Sal/PI e Torres/RS; 5. Bloco comemorativo alusivo à 15ª LUBRAPEX - Rio Tietê (1995); 6. Série *Patrimônio Mundial da Humanidade* (1985), representando Ouro Preto/MG, São Miguel das Missões/RS e Olinda/PE; 7. Série XII LUBRAPEX/88 - *Patrimônio Cultural da Humanidade* (1988), representando o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos/MG, o Plano Piloto de Brasília e o Centro Histórico de Salvador; 8. *Pantanal Matogrossense e Búfalos de Marajó* (1984); 9. Série *Parque Nacional de Aparados da Serra - RS/SC* (1985); 10. Série *Salto das Sete Quedas do Guaíra* (1983).

O que podemos observar nestas 21 peças filatélicas (incluindo um bloco comemorativo com dois selos e dois se-tenant com três selos cada) referentes à representação de paisagens brasileiras neste período?

Quanto às “paisagens naturais”, podemos observar que estas geralmente estão associadas à promoção de belas imagens para a promoção do turismo nacional. No que tange às representações das regiões Centro-Oeste e Norte do país deste período, sempre destacam-se suas riquezas minerais, hídricas, botânicas e suas belezas naturais, nos moldes da representação do Pantanal e da Ilha de Marajó no item 8.

Porém, vale ressaltar que o selo postal como representação visual, pode mistificar a paisagem, até de certa forma distorcendo ou ocultando uma realidade que não é a da preservação das belezas naturais e nem dos patrimônios arquitetônicos e culturais. Vejamos o item 5, que representa o Rio Tietê. Embora ele possua áreas preservadas em seus mais de 1.000 km de extensão, o que geralmente marca sua imagem é o de rio mais poluído do país devido ao fato de este atravessar a Grande São Paulo. Neste bloco foram representados o curso alterado pelas sucessivas barragens, uma hidrelétrica, a flora e a fauna. Mas nada de poluição por dejetos urbano-industriais e agrícolas, nem a ocupação de suas margens. Representa-se o belo, mostrando ao Brasil e ao mundo uma “paisagem natural”. Afinal, ninguém quer que os problemas ambientais e sociais sejam a nossa “janela”.

Algo que se destaca nestas 150 peças filatélicas do período que representam nossas paisagens, é o número significativo de emissões que destacam “paisagens protegidas”, ou seja, destacando os patrimônios históricos, arquitetônicos e artísticos de nosso país, além de representações alusivas aos parques nacionais. Basta voltarmos à figura 53 e veremos quantos monumentos e parques nacionais (ou estaduais) estão representados. E nem isso serviu para que a imagem do item 10, o Salto das Sete Quedas de Guaíra<sup>52</sup> fosse preservado.

Desta forma, podemos afirmar que, se não houvessem sido criados os parques nacionais e se nossos patrimônios não tivessem sido tombados, provavelmente o nível de conservação – seja de Olinda, de Salvador, das ruínas de São Miguel das Missões, de Ouro

---

<sup>52</sup> O Salto das Sete Quedas de Guaíra foi a maior cachoeira do mundo em volume de água (superior às Cataratas do Iguazú), até o desaparecimento das suas 19 cachoeiras após a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a formação do seu lago, em 1982.

Preto, ou de Torres, dos Aparados da Serra e das Cataratas do Iguaçu – não seriam as mesmas. Sendo assim, é importante o professor se indagar e indagar nossos alunos a respeito de que até que ponto existem paisagens “naturais”, ainda intocadas pela sociedade, ou de estas só estarem nessa situação onde existem interesses econômicos e turísticos. Tal indagação está alicerçada na grande capacidade que o ser humano adquiriu em modificar e transformar a natureza, fazendo com que sua influência chegue a lugares mesmo ainda intocados pela nossa ação física.

Desta forma, concebemos a paisagem e suas representações neste período como sendo produções culturais. Através das representações paisagísticas dos selos postais podemos, por exemplo, discutir quais sujeitos, suas práticas e seus espaços de atuação foram deixados de fora, ou quais foram representados de forma caricata. Também discutir porque a sociedade de classes mais desfavorecidas pouco são representadas, assim como as “paisagens culturais urbanas” são muitas vezes renegadas em detrimento das “paisagens naturais”.

### 5.3.4 Do “Novo Milênio” à contemporaneidade

Se no período anterior o Brasil havia lançado grandes novidades, como selos postais em Braille, seu primeiro selo aromático e holográfico, as novidades nos anos 2000 só se multiplicaram, o que reafirma o fato de que o selo postal evolui conforme os avanços tecnológicos. Em 2000, o Brasil lançou seu primeiro *selo personalizado*, que consiste na inserção de fotografias personalizadas na vinheta destacável do selo. Ainda em 2000, lançamos nossa primeira emissão conjunta com outro país, numa parceria entre Brasil e China, que constava de dois exemplares: *Máscara de Carnaval Brasileiro* e *Bonecos de Marionetes da China*. Nos anos seguintes, realizamos parcerias neste tipo de emissão com Cuba (2005), Hong Kong (2009), Bélgica e Sérvia (2011), Portugal (2012) e Romênia (2015).

Em 2002, a ECT lançou o primeiro selo redondo brasileiro, dentro da emissão *Campeões do Mundo de Futebol do século XX*<sup>53</sup>. Dando continuidade ao processo de diversificação, melhoria do design e utilização de inovações tecnológicas na produção filatélica, em 2003, foram lançados: o selo do Natal, no formato triangular e autoadesivo, e o selo alusivo à luta contra o HIV/AIDS, no formato de coração. Em 2004, as principais novidades foram a aplicação da retícula estocástica na emissão *Preservação dos Manguezais e Zonas de Maré*, proporcionando efeitos de micropigmentação, e o recorte do selo de Natal,

<sup>53</sup> Os países que já ganharam a Copa do Mundo – Argentina, Alemanha, Itália, França, Uruguai e Inglaterra – participaram desse grande projeto filatélico, junto com os Correios do Brasil.

em formato de Papai Noel. Em 2006 as novidades foram a emissão de um selo em formato de cajueiro, e em 2010 em formato de morcego e o primeiro selo postal das Américas em tecido sintético, homenageando o Centenário do Sport Club Corinthians Paulista. Em 2011, foram emitidos uma quadra e uma folha intitulada *Árvores Brasileiras – Tesouro Nacional*<sup>54</sup>, com aplicação de madeira, onde os selos poderiam ser dobrados. Em 2015 mais um selo aromático, desta vez de mel, em homenagem às abelhas melíponas (outras haviam sido emitidas em 2001 e 2004). E em 2016, os blocos com os mascotes das Olimpíadas do Rio foram emitidos com relevo em Braille.

Figura 55 – Criatividade, inovação e tecnologia nos selos postais



1. Emissão Conjunta: *25º Ano de Relações Diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China - Emissão Conjunta* (2000); 2. Selo redondo: *Campeões do Mundo de Futebol do Século XX* (2002); 3. Selo retangular: *Natal 2003*; 4. Selo em forma de coração: *Luta contra o HIV/AIDS* (2003); 5. Selo em formato de Papai Noel: *Natal 2004*; 6. Selo em tecido sintético: *Centenário do Sport Clube Corinthians Paulista* (2010); 7. Selo com aplicação de madeira e dobrável: *Árvores Brasileiras – Tesouro Nacional* (2011).

Os blocos comemorativos também são uma novidade que agradam a todos. Na eleição de *Melhor Selo do Ano* – promovida desde 1973 pelos Correios e a partir de 1985 por meio de votação popular –, os blocos ganharam a eleição 10 das 13 vezes entre 1988 e 2000. E no período entre 2001 e 2015, os blocos só não ganharam em uma oportunidade.

<sup>54</sup> Composta por quatro selos, dispostos em formato de cruz, que permite efetuar uma dobradura de quatro faces sobrepostas, cuja base apresenta uma lâmina em madeira de Cedro localizada no verso central da cruz. Os selos têm como elemento comum troncos de uma mesma árvore, em diferentes estágios de formação, e a palavra preservação, inscrita várias vezes, formando um solo gramado. O primeiro selo mostra a árvore adulta, cuja copa é composta pelos nomes de espécies de madeiras conhecidas no Brasil – Jacarandá, Cabreúva, Mogno, Peroba, Jatobá, Cedro, Imbuia, Andiroba, Ipê e Pau-brasil. O tronco apresenta a repetição da palavra VIDA, significando sua função de sustentar e desenvolver as espécies vegetais. Os demais selos representam as fases do crescimento da árvore, com os troncos abertos (vazados), de forma a permitir a visualização da lâmina de madeira aplicada no fundo da dobradura. Há, ainda, instruções de montagem da peça e textos informativos.

Além da grande emissão de blocos comemorativos, este período também é marcado pela grande emissão de folhas<sup>55</sup>.

A representação paisagística dos selos postais deste período compreendido entre 2000 e 2016 é ampla e diversificada. Merece destaque o fato de que muitas paisagens tidas como sendo de cartões-postais foram estilizadas, principalmente em detrimento da organização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Para efeitos de análise, estas estilizações foram consideradas como representações paisagísticas, pois permitem da mesma forma sua utilização e exploração em uma aula de Geografia.

Com o auxílio do *Catálogo de Selos do Brasil – RHM 2016* (MEYER, 2016) e o *Álbum de Selos do Brasil Marek* (2012), contabilizamos a emissão de 921 peças filatélicas neste período entre 2000 e 2016. Classificados por década, temos o seguinte quadro: 374 emissões entre os anos 2000-2009, e 547 peças filatélicas entre 2010 e 2016.

Destas 921 emissões realizadas pelo Brasil no período em análise, 203 peças filatélicas apresentam representações paisagísticas. Novamente, analisando o restante das emissões, vale destacar que há uma miríade de possibilidade de utilizá-los no ensino da Geografia de acordo com os conteúdos da Geografia curricular, desde que ressignificados e adaptados aos objetivos propostos. Se contabilizarmos em termos percentuais, as paisagens nos selos postais brasileiros aparecem em um pouco mais de 22% das emissões totais do período. A figura 55 apresenta algumas destas representações do período (todos os selos representados são de acervo do autor).

Esse período em análise é o que mais apresenta peças filatélicas e de maior valor estilístico na representação das paisagens. Se nos períodos anteriores era o Rio de Janeiro e as cidades históricas mineiras que tinham grande relevância, agora são as representações alusivas à Brasília, sempre destacando os cartões-postais da cidade. Se no período anterior eram as representações que envolviam as paisagens naturais protegidas as

mais representadas, agora são as representações de paisagens culturais, mais notadamente as urbanas que aparecem. Também merece destaque as representações de folhas e blocos postais estilizadas (como as de 1, 2, 6 e 7), muito em decorrência de grandes eventos como o Pan 2007, a Rio+20 em 2012, a Copa das Confederações 2013, a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016. Ou seja, muito mais do que trabalhar com paisagens, podemos explorar estas estilizações, que geralmente apresentam estereótipos dos locais destacados.

---

<sup>55</sup> Folha: “Conjunto de selos cercado por margens, constituindo o conjunto impresso e vendido pelos correios. O número de selos numa folha varia bastante, de acordo com os critérios de emissão e o tamanho do selo”. Fonte: ABRAFITE.





1. Folha com 24 selos da série *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (2012); 2. Bloco comemorativo em papel reciclado da série *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (2012); 3. Se-tenant *Brasil-França: Serra do Aracá e "Mer de Glace"* (2008); 4. Série *Cidades Históricas* (2011), representando Mogi das Cruzes/SP, Sabará, Mariana e Ouro Preto/MG; 5. Quadra da série *Parques e Reservas Nacionais* (2006), representando o Parque Nacional das Emas, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional do Itatiaia; 6. Bloco comemorativo *Brasília: Monumentos e Congresso Eucarístico* (2010); 7. Folha com 24 selos da série *A arte do futebol brasileiro* (2014); 8. Bloco comemorativo *Pró-Brasília - Preservação dos Manguezais e Zonas de Maré* (2004).

Ao estampar imagens de praias, de monumentos históricos e de destinos pouco conhecidos, os selos espalham também informações sobre o patrimônio do país, algo que atinge mais que remetentes e destinatários. Mesmo em tempos em que o e-mail e os aplicativos para celular tornaram a comunicação a distância instantânea, a troca de cartas e o envio de encomendas ainda exigem a presença dos selos. Com o passar do tempo, o selo postal ultrapassou a finalidade original de comprovar a entrega de correspondência e tornou-se um transmissor da imagem das belezas naturais e de cultura do país.

Principalmente neste período em destaque, as pessoas comuns, seus costumes, festejos, trajes, culinária e lutas sociais ganharam espaço e muitas emissões filatélicas. Afinal, o Brasil é feito de homens, mulheres e selos, e não apenas de vultos históricos, personalidades ilustres e belas paisagens. O cotidiano, a sociedade e nossas mazelas também ganham vida nestas representações paisagísticas artísticas e simbólicas no “novo milênio”.

Que possamos trabalhar com muito mais do que as 396 peças filatélicas do *corpus* desta pesquisa, pois muito mais selos postais apresentam potencialidades a serem exploradas para auxiliarem no processo de ensino-aprendizagem da Geografia.

## 6 O SELO POSTAL COMO FRAGMENTO DE (RE)LEITURA DO MUNDO (OU A ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA)

Figura 57 – O olhar sobre nossos “pequenos notáveis” em sala de aula<sup>56</sup>



Se nós, professores de geografia, ensinarmos ao aluno ler o mundo que o rodeia, decifrando seus signos e postando os resultados de suas leituras e observações, estamos transferindo as características de um mundo presente para um rol de possibilidades no interior das mentes. Se colocarmos os alunos diante de possibilidades existentes, explorando somente o que está posto, ensinaremos a ler o mundo como um texto que apresenta vocábulos fixos e autoexplicativos. Essa leitura pode não dar conta de um entendimento de realidades de mundo que ainda estão por vir. (COSTELLA, 2014, p. 199).

A partir deste ponto, começamos a etapa final de nosso trabalho, colocando como mote mais importante a relação entre todas as etapas teóricas anteriores de pesquisa bibliográfica e reflexões, buscando uma aproximação com a parte prática, ou seja, o como podemos trabalhar com selos postais em uma aula de Geografia em uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental.

Cabe aqui ressaltar que desejamos que este trabalho seja lido, questionado e ressignificado pelos professores das escolas de educação básica, e até por filatelistas interessados em uma literatura que correlacione Filatelia e ensino, porque não. Afinal, seria um desperdício de dinheiro público, pago com o suado imposto de milhões de brasileiros, que este trabalho agraciado por uma bolsa de pesquisa fique depositado e esquecido para sempre em uma biblioteca ou em um repositório digital.

Este capítulo derradeiro, que almeja um “olhar” investigador e avaliativo sobre os “pequenos notáveis” se dividirá em duas partes. Primeiro, será lançado um olhar sobre os “pequenos notáveis” que são os alunos partícipes desta experiência de trabalho, sua disposição para com a atividade, suas dúvidas, anseios e dificuldades.

Segundo, será lançado um olhar sobre os “pequenos notáveis” que são os selos postais utilizados nesta prática, analisando se eles contribuíram ou não para desenvolver os objetivos deste trabalho.

<sup>56</sup> Fonte: Blog <http://filatelista-tematico-blog.net/>. Valores didáticos del coleccionismo. Por Juan Leon Dominguez Martinez.



Com a trajetória traçada, desenvolvemos um conjunto de propostas construídas autoralmente, com o auxílio de sujeitos que dão luz ao pensamento geográfico e à construção do conhecimento e ao ensino de Geografia. Propostas estas que buscam trabalhar com um material didático alternativo - o selo postal – com forte apelo imagético, e por isso, passível de representar qualquer objeto, pessoas e paisagens, que, ademais, foi o conceito estruturante da análise que se segue. Por fim, buscou-se com estas um direcionamento para instigar nos sujeitos (os alunos) um olhar observador e crítico frente às representações imagéticas em questão.

Considerando que a imagem do selo postal é construída por alguém e lida por outra pessoa (no caso, nossos alunos), trata-se de um meio de comunicação. E podemos considerar que toda comunicação envolvida nas relações humanas tem como princípio compreender, interpretar, elaborar e modificar informações. Portanto, a interpretação através de múltiplas formas de leitura a partir de um constructo representativo de um espaço geográfico e seus objetos é o que será proposto nesta seção.

Partindo do conceito de que “ler” uma paisagem representada – e demais informações verbo-visuais presentes – consiste em observar, analisar e interpretar suas diferentes expressões atribuindo significados aos diversos elementos que a compõem, destacamos que há, primordialmente, três atributos básicos que precisamos que nossos alunos desenvolvam no trabalho com os selos postais.

**a) Observação:** é o passo inicial nas atividades que envolvem a leitura de imagem. Buscar desenvolver como escopo as habilidades de reconhecer os elementos que compõem a paisagem, definir suas naturezas, identificar as unidades paisagísticas presentes, o ponto de vista do observador entre outros.

A partir do olhar superficial que extraiu algumas informações simples, é importante guiar os alunos a “verem” os selos, não apenas o que está representado em seu conteúdo imagético e verbal, mas também, como destacado por Joly (1994) e Costella (2014), “ver o ausente”. Mas como guiar para tal?

Uma maneira que pode ser utilizada é fazer perguntas norteadoras, da seguinte natureza:

O que a imagem do selo está mostrando? Que lugar é este? Em que época ocorreu determinados fatos? Quais os elementos constitutivos da paisagem? Quais foram construídos pela natureza? E pelo homem? Quais os que mais se destacam? Quais os que mais se identificam com nossa região?

Outras perguntas podem ser feitas para aprofundar a interpretação dos elementos verbo-visuais dos selos postais, tais como: Quem é o autor do selo? Que país emitiu o selo e qual a tarifa de porte? De que assunto o selo trata? Há uma legenda, e o que ela diz? A legenda está de acordo com o que a imagem retrata? Que outra legenda você criaria para este selo? Quais são as “coordenadas de situação”, isto é, a que espaço e tempo o selo se refere?

Vale ressaltar que esta etapa serve para aprofundar o olhar sobre o selo, buscando elementos para responder perguntas sobre como, quando e onde, as intencionalidades nas quais as paisagens e objetos dos selos foram representados, e por que estes elementos e não outros do mesmo espaço. Para tal, observar a feitura da imagem – sua composição – é fundamental.

Por exemplo, depois que todos os elementos acima estiverem bem explicitados, pode-se dividir a turma em duplas ou grupos e pedir para que cada um deles escolha durante a semana algum ou alguns selos postais que mais lhes chamaram a atenção e que seja significativa, e ofereça aos demais grupos o roteiro de leitura acima elencado.

**b) Análise:** etapa que visa dar sentido aos elementos presentes na imagem ou encontrar explicações para o arranjo espacial. Procurar fazer relações dos elementos identificados na paisagem entre si, ou no seu conjunto. Problematizar o tema com questões que conduzam os alunos a fazerem suas próprias relações.

**c) Interpretação:** por fim, procurar explicações para os diversos elementos observados, tanto de forma isolada como no seu conjunto, relacionando-os com seus conhecimentos geográficos anteriores. Quando realizado numa perspectiva problematizadora, este procedimento pode conduzir o aluno a reconhecer também os elementos ausentes da paisagem, que num primeiro momento não foram objeto de observação, como aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais de uma paisagem. Orientar os alunos na formulação de hipóteses sobre as possíveis explicações.

Encaminhar atividades que possibilitem a interpretação da paisagem por diferentes olhares. Este procedimento ajuda o aluno a desenvolver o senso crítico reconhecendo os diferentes interesses manifestados pela população sobre o mesmo espaço.

Uma forma de interpretar o selo postal e o ausente desta representação, por exemplo, é partir de perguntas.

No caso de um selo que representa uma paisagem localizada na região amazônica coberta por florestas nativas: Como é vista pelo olhar de um madeireiro? E pelo olhar de um fazendeiro? Como esta mesma paisagem é vista por um militante de movimento ecológico? E pelos governantes? Por que estes olhares são tão antagônicos?

Questões estas que são um guia, mas que podem ser acrescidas ou modificadas, e adaptadas a uma realidade em que os selos postais representam o Cerrado (geralmente suas belezas naturais), os recursos hídricos, as paisagens de cidades turísticas, aspectos de nossa cultura, e muitas outras.

Assim cada vez se torna mais claro que não buscamos apenas elencar uma gama de informações, mas buscar organizar essas informações no sentido da construção do conhecimento geográfico, através de etapas na qual os alunos desenvolvam diversas habilidades e competências importantes para a leitura imagética.

Não olvidemos que a paisagem é a imagem, a representação de um espaço num determinado momento, expressando sua história, seus movimentos, o jogo de forças na relação sociedade-natureza, a disposição dos fixos e fluxos. Se a paisagem é o que nossa visão alcança e percebe, então ela pode ser observada de escalas diferentes e que se apreende o que ela expressa de formas diferenciadas, dependendo da perspectiva do olhar de cada um e de sua bagagem cultural. É preciso eu ultrapassemos a simples visualização da paisagem e a descrição dos fixos e fluxos presentes nas representações dos selos postais. Precisamos fazer entender que a paisagem não se cria por acaso, mas sim que é resultado da vida da sociedade, dos processos de produção, dos movimentos da natureza.

Óbvio que fazer com que alunos do 6º ano do Ensino Fundamental compreendam isso é uma tarefa árdua. Mas o trabalho com imagens pode tornar a construção deste conceito fundamental para a Geografia escolar mais palatável, mais prazeroso e mais desafiador do que simplesmente conceituá-lo de maneira estanque e sem a participação ativa dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

A seguir, elaboraremos algumas propostas de utilização dos selos postais como material didático alternativo ao processo de ensino-aprendizagem da Geografia, tendo como escopo fazer com que os alunos, ao longo de todo processo investigativo, desenvolvam habilidades de observar, descrever, comparar e correlacionar elementos constitutivos das paisagens representadas, visando alcançar competências de sistematizar e elaborar hipóteses interpretativas também para além do observável, da constituição das paisagens a partir desta leitura imagética, dando mais um passo em busca de também se alfabetizarem visualmente.

Temos como premissa primordial o pensamento parafraseado e que está em consonância com Kaercher (2002), que diz:

Alertamos, de imediato, que não se tem nenhuma pretensão de “ensinar novidades” a ninguém. [...] Aliás, uma das razões para escrevê-lo é justamente essa: muitas vezes, fazendo o “feijão com arroz”, o simples, mas de forma organizada e

consciente, chegamos a melhores resultados do que a simples “novidade pela novidade” (KAERCHER, 2002, p. 135-136).

A utilização do selo postal no processo de ensino-aprendizagem da Geografia pode até ser uma novidade na literatura e nas salas de aula, mas, se ancorada nos pressupostos teóricos-metodológicos do ensino de Geografia, poderão propiciar não só a aquisição de mais e mais informações, mas sim, permitam a construção do conhecimento. Afinal, conforme Tonini (2011),

[...] devemos estar cientes de que a informação não é igual ao conhecimento, Para transformar a informação em conhecimento, é necessário que os estudantes sejam capazes de raciocinar sobre ela de maneira crítica; mas, para processar a informação, é necessário possuir conhecimentos prévios. Não se trata só de saber o que se passa, ou seja, a informação, mas de pensar, refletir, entender, saber analisar aquilo que é veiculado. (TONINI, 2011, p. 95-96).

Portanto, nossa intenção nada mais é do que fazer aqui algumas sugestões de atividades. Em nenhum momento pensamos que elas devem ser lidas como prescritivas, mas sim somente como contribuições para os professores de Geografia que almejam incrementar os selos postais em suas aulas de Geografia.

Alertemos que as quatro primeiras atividades foram aplicadas em sala de aula em uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental, adaptadas conforme os objetivos que tanto nós como a professora titular buscavam alcançar. A atividade 5 serve como uma proposição de trabalho na aproximação entre duas linguagens visuais – selo postal e fotografia –, mas que não foi desenvolvida em sala de aula.

### **6.1 Um olhar sobre os “pequenos notáveis”: os educandos**

A proposta de trabalho referente à utilização do selo postal como material didático alternativo ao processo de ensino-aprendizagem da Geografia foi desenvolvida durante dois dias, a saber, os dias 13/12 e 14/12 de 2016, no turno da manhã. Cada aula correspondeu a dois períodos, totalizando desta forma quatro períodos de aproximadamente 50 minutos cada para o desenvolvimento das atividades propostas.

A prática em sala de aula foi desenvolvida em uma escola municipal do município de Porto Alegre localizada no Bairro Mário Quintana, na Zona Norte deste município.

A turma escolhida para o desenvolvimento desta prática foi uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental, a B33, cuja responsabilidade de ministrar aulas de Geografia é a professora titular Flávia.

O grupo de alunos desta turma presente no dia da prática contabilizava 16 sujeitos, apresentando equidade entre meninos e meninas. Na realidade, a turma era composta por 32 alunos, número este importante de ressaltar na qual havia me planejado para a prática. Porém, o número de presentes caiu pela metade nos dias das práticas. Fui informado ao chegar na escola no primeiro dia que haveria, no início do turno da tarde, uma assembleia dos professores municipais, que ocasionou com que as atividades normais deste dia foram comprometidas. Muitas turmas tiveram aula em regimes especiais; outras foram redirecionadas para a Educação Física ou aula de informática. No caso do 6º ano que realizei a prática, a professora titular comunicou os alunos no dia anterior sobre minha intencionalidade de trabalho, fato este que pode ter “mascarado” um pouco os resultados da análise, visto que muitos alunos que compareceram o assim fizeram por interesse na atividade, mesmo sem saber o que seria proposto.

O segundo dia de atividade foi prejudicado, em relação ao número de alunos, por reunião de professores que encaminhariam o Conselho de Classe final. Sabemos como, infelizmente, estas reuniões impactam o ritmo normal de andamento das escolas. Assim sendo, muitos alunos não compareceram ou porque sabiam das alterações das rotinas, ou porque já imaginavam estarem reprovados, ou porque esta atividade não valeria “nota” final, conforme relatos de colegas. Mas o que mais prejudicou mesmo foi uma alteração minha no cronograma inicial de execução da prática. Se houvesse realizado-a conforme planejamento inicial, estes percalços teriam sido minimizados. Como de fato realizei a prática em meados do mês de dezembro, mesmo tendo algumas semanas ainda para o final do período letivo, estas situações poderiam ter sido ao menos previstas.

Também é importante ressaltar que o maior prejuízo se deu em decorrência na queda do número de alunos, e que a situação não afetou diretamente no desenvolvimento das atividades, embora o número de grupos ou de componentes participantes tenha sido alterado por improvisos em algumas atividades. Sobre este fato, à luz das palavras de Costella (2008), temos consciência de que, apesar do planejamento estar traçado, a dinamicidade de uma sala de aula e o potencial autoral dos sujeitos alunos podem alterar substancialmente a caminhada. “A sala de aula, como se constata, concentra relações de aprendizagem interessantes que fluem, muitas vezes, de situações não-planejadas anteriormente, como se o professor agisse por intuição”. (COSTELLA, 2008, p. 50).

Em relação à origem, estes alunos são provenientes, em sua grande maioria, do próprio bairro, sendo que poucos alunos residem em bairros adjacentes ou no município de Viamão, situado próximo à escola. No geral, conforme pude perceber por meio de relatos de alunos e

da professora titular, estes alunos praticamente não têm acesso a meios visuais imagéticos, ou dificilmente saem de sua localidade. As aulas de informática na escola são a única maneira que muitos deles teriam acesso a “ver” espaços distantes e outras paisagens, além de sua realidade socialmente vulnerável.

Assim, é de supor empiricamente, e de fato observável no desenvolvimento de uma das atividades, que este grupo de alunos apresenta uma representação espacial muito próxima ao lugar em que vivem e às subjetividades que estes espaços conferem, ligados também muito a questão de elementos concretos ou à realidade cotidiana. Pela representação de espaços e paisagens distantes, trazidas pelos selos postais, podemos dizer mesmo que estes eram espaços ausentes (COSTELLA, 2008) para estes. Convém destacar que “a Geografia é a ciência do espaço ausente, e, como tal, tem que se preocupar com a forma de como abordá-lo, de como ele é refletido e abstraído por meio da construção e da representação da imagem”. (COSTELLA, 2008, p. 82). Ou seja, estes alunos possuíam poucas reflexões e abstrações a respeito de espaços que não fossem aqueles por eles cotidianamente vividos.

Foi justamente por este anseio de buscar compreender como alunos de faixas etárias entre os 10 anos e 14 anos – fortemente ancorados em um estágio operatório-concreto em uma idade onde já se iniciariam as transições para estágios superiores – conseguem observar, interpretar e compreender as representações imagéticas e estas “paisagens ausentes” representadas nos selos postais brasileiros.

## **6.2 Um olhar sobre os “pequenos notáveis”: os selos postais**

Voltemo-nos agora a analisar as sensações que o selo postal despertou nestes alunos. Após o detalhamento de cada atividade desenvolvida, descreveremos de que forma se deu sua exploração em sala de aula, de que forma os alunos interagiram com este material e algumas conclusões prévias que podemos tirar da prática, ou seja, se ela vai de encontro com os objetivos propostos e com o problema da pesquisa.

### **Atividade 1: Conhecendo uma correspondência**

**\*Competência:** Ler e interpretar textos, compreendendo as características do gênero em estudo e as informações principais da produção textual.

**\*Habilidades:** Desenvolver habilidades de leitura e de escrita; Localizar informações no texto; Analisar informações com base em dados obtidos individualmente ou pelos grupos; Desenvolver habilidades de ouvir, de falar, de interpretar e de expressar opiniões pessoais.

► **Problematização/Encaminhamentos:**

1. Discutir com os alunos algumas formas que os seres humanos podem utilizar para se comunicarem, e as mais utilizadas nos dias de hoje.
2. Anotar essa “explosão de ideias” inicial no quadro.
3. Apresentar para os alunos uma carta/correspondência. Debater, conceituar e mostrar exemplos de formas de comunicação humana, e o papel da carta para a comunicação humana.

► **Apresentação:**

1. Iniciar a aula com uma roda de conversa expondo o assunto. Fale sobre o gênero textual que será estudado.
2. Comentar sobre o conceito de carta, quais suas utilizações, dentre outros.
3. Explicar aos alunos que carta é um tipo de correspondência, com ou sem envoltório, sob a forma de comunicação escrita, de natureza pessoal, comercial, ou qualquer outra, que contenha informação de interesse específico do destinatário.

→ **Informações importantes:**

-Carta é o elemento postal mais importante. É um meio de comunicação visual, constituída por algumas folhas de papel fechadas em um envelope, que é selado e enviado ao destinatário da mensagem através do serviço dos Correios.

-A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT é uma empresa do Governo Federal responsável pela entrega de correspondência no Brasil como também de envio para outros países.

-A carta é um texto que você escreve sobre qualquer assunto para uma pessoa ou não, e é usada por muitas pessoas do planeta. É uma forma simples de se comunicar com alguém.

-Nos primórdios da entrega das cartas quem pagava a postagem era o destinatário e isso só se alterou com a criação dos selos quando se passou a, previamente, o remetente colocar sobre carta (envelope) a quantidade de selos correspondentes ao porte (valor da tarifa de serviço), garantindo assim a entrega da carta ou a sua restituição no caso de não ser encontrado o destinatário.

-Comentar com os alunos que atualmente a carta vem sendo substituída pelo e-mail que é a forma de correio eletrônico mais difundido no mundo, mas ainda há pessoas que pelo simples prazer de trocar correspondências físicas prefere utilizar o método da carta.

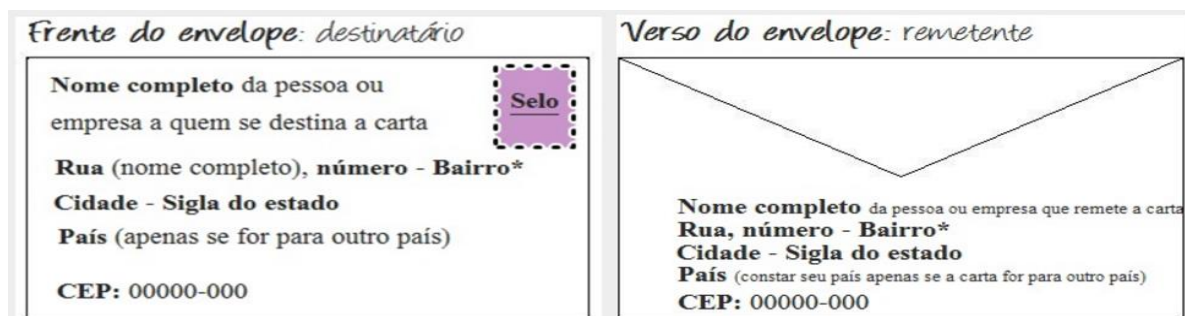
-Analisar um texto informativo sobre o tema, para orientar nas explicações, como também a estrutura de uma carta.

### ► 1º momento: Conhecendo a carta

1. Através da oralidade, explore com os alunos as ideias que eles têm de cartas, se eles utilizam esse meio comunicação, com quem, o porquê. Explique a eles como funcionava antigamente o serviço dos correios e como funciona atualmente (etapas da evolução da comunicação).

2. No quadro, explorar a forma correta de preenchimento de um envelope de carta (remetente, destinatário, CEP).

Figura 58 – Como preencher um envelope?



3. Em seguida explicar aos alunos que a carta é um dos meios de comunicação verbal mais antigo. Através da escrita podemos enviar mensagens para as pessoas. Ela é um meio de comunicação entre pessoas que estão próximas, na mesma cidade ou em lugares muito distantes.

4. Explicar alguns termos que são importantes para escrever uma carta, e assim preenche-la corretamente.

→**Remetente:** Quem envia a carta

→**Destinatário:** Quem recebe a carta

**O que há no envelope da carta:**

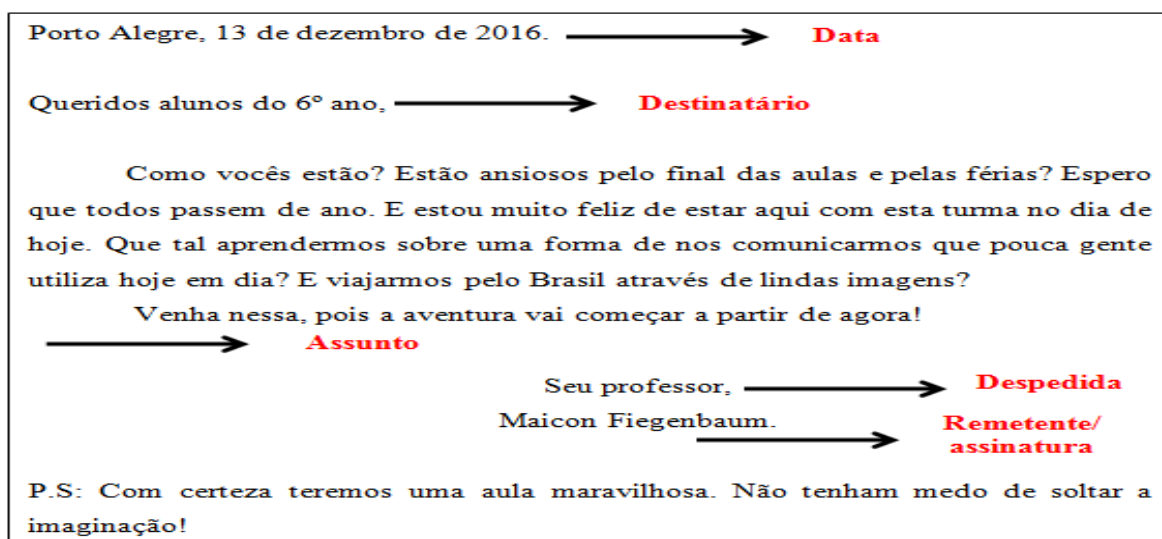
→Nome Completo

→Endereço Completo

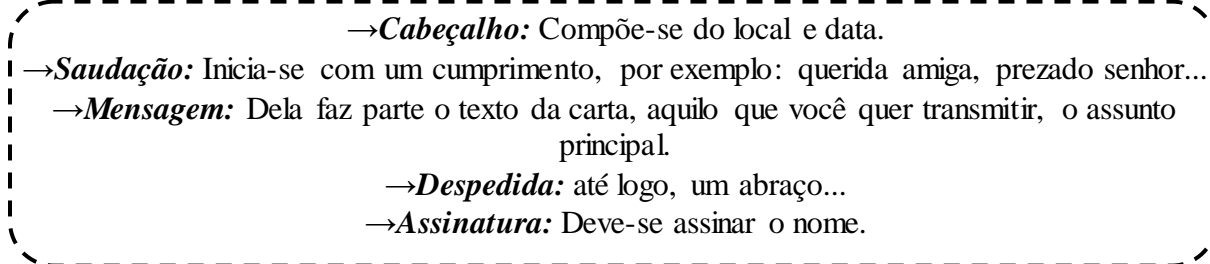
→CEP (é importante colocar no endereço dos dois o CEP - Código de Endereçamento Postal. O CEP facilita a distribuição da correspondência nos Correios das cidades).

► 2º momento: Distribuir para os alunos um modelo de carta (como o abaixo) para leitura (sem as referências destacadas em vermelho).





2. Após a leitura da carta, solicite aos alunos que observem a estrutura dessa forma de comunicação.



3. Esses conhecimentos serão utilizados em atividade posterior.

► **Dicas de sistematização do conteúdo:** esta etapa não foi trabalhada em prática, mas pode ser adaptada para que os alunos possam sistematizar as informações pertinentes, sendo que esta atividade se desenvolveria em no mínimo 4 aulas (de 50 minutos cada).

1. Após conversar com os alunos sobre as cartas, será trabalhado o conteúdo de uma carta do livro “Tem uma História nas Cartas da Marisa”, da escritora Mônica Stahel.
2. A carta será entregue aos alunos, que farão as atividades de interpretação da mesma em duplas.

Querida Ângela,

Depois que você foi embora para Ribeirão Preto, eu fiquei um tempão andando pela casa que nem barata tonta, achando tudo muito sem graça. Cada vez que eu pensava que ia ter que esperar as outras férias para brincar outra vez com você, me dava vontade de sair gritando de raiva. Mamãe me deu um picolé para eu ficar contente, mas a raiva era tanta que eu mastiguei toda a ponta do pauzinho, até ficar franjinha. Mais tarde a Maria e a Cláudia vieram me chamar para brincar. Nós ficamos pulando corda na calçada, e depois sentamos no muro e ficamos brincando de botar apelidos nos meninos. O Carlinhos ficou sendo o Carlão-sem-sabão. Toda vez que a mãe dele chamava para tomar banho, ele volta depois com outra roupa, mas com a mesma cara. A Cláudia disse que o Carlinhos abre o chuveiro só pra mãe dele ouvir o barulho, mas vai ver ele fica sentado na privada vendo a água correr. Aí troca de roupa, e pronto.

A mania do Chico é dizer que um jogo não valeu sempre que ele está perdendo. Então, o apelido dele ficou sendo mesmo Chico-não-valeu. Não deu para inventar mais apelido porque os meninos ficaram loucos da vida, quiseram tomar a corda da gente e começaram a puxar nosso cabelo. No fim cansou, a gente acabou indo todo mundo jogar queimada na casa do Fernando.

Eu voltei para casa contente da vida, mas quando o Fábio me viu foi dizendo: “Tá trstinha porque a priminha foi embora? Vai ser ruim mexerica sozinha por aí, né?” Ah, Ângela, que raiva! Às vezes dá vontade de trocar esse irmão marmanjo por uma irmã do meu tamanho como você!

Um beijo,  
Marisa

3. Antes de iniciar a atividade de interpretação de texto, explicar aos alunos que existem vários tipos de cartas, como carta: pessoal, comercial, dentre outras. Comentar que a carta que foi lida é uma carta pessoal, falando sobre as características deste tipo de carta.

4. O professor levará para a sala de aula exemplos de outros tipos de carta para comparação.

*A carta pessoal é um tipo de texto utilizado entre as pessoas com o objetivo de corresponderem entre si, contando as novidades, trocando informações, enviando e recebendo notícias de familiares e amigos. A linguagem utilizada é de acordo com o nível de intimidade estabelecido entre o remetente – a pessoa que envia, e o destinatário – a pessoa que recebe. Podendo ser mais formal ou informal.*

→ **Interpretando o texto:**

1. Esse texto é uma carta pessoal.

a) Quem escreveu esta carta? \_\_\_\_\_

b) Para quem ela escreve? \_\_\_\_\_

c) Essas pessoas são adultas ou crianças? Como você descobriu? \_\_\_\_\_

2. Na carta, Marisa faz referências a três brincadeiras: pular corda, colocar apelido em meninos e jogar queimada.

a) Que outras brincadeiras desse tipo você conhece?

b) De qual delas você mais gosta de brincar?

3. No final da carta, Marisa conta que Fábio, seu irmão, a provocou e a deixou com raiva.

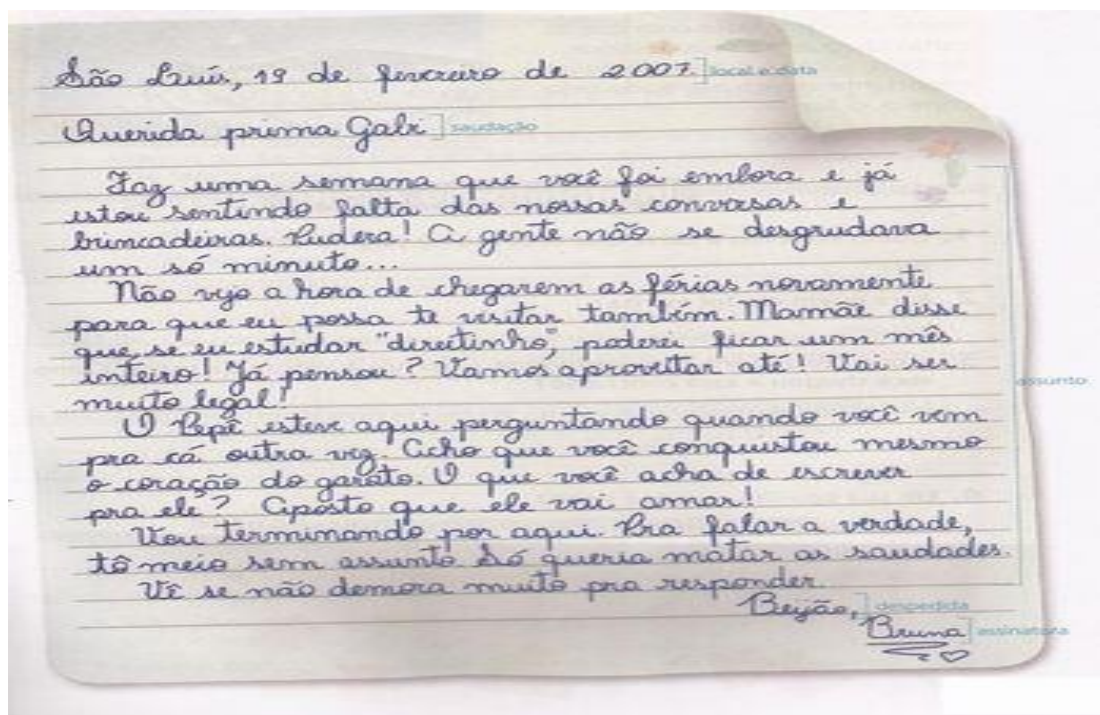
a) Esse irmão é mais novo ou mais velho que Marisa?

b) Que palavra mostra isso?

4. Em sua opinião, as pessoas que enviaram a carta (remetentes) e as pessoas que a receberam (destinatários) são íntimas? Justifique:
5. As pessoas hoje em dia ainda se comunicam por cartas? E qual outro meio elas podem utilizar para isso?
6. Distribuir para os alunos cópias das atividades de observação de correspondências, para que possam fazer a interpretação e fixarem o que aprenderam.

► **2º momento: Comparando cartas**

1. Conversar com os alunos sobre a atividade anterior, comentando sobre o texto que foi lido, as características que eles observaram na carta da Marisa para Ângela.
2. Logo após apresentar outro modelo de carta para os alunos, pedindo para que estes observem a estrutura.
3. Entregar uma cópia da mesma para as duplas<sup>57</sup>.



4. Questionar os alunos sobre qual a diferença que eles perceberam observando a carta de Marisa e a carta que Bruna escreveu para Gabi.
5. Nesta atividade os alunos deverão perceber que a estrutura da segunda carta está diferente, pois há local, data, saudação, assunto, despedida e assinatura.

<sup>57</sup> Fonte: CAVÉQUI, Márcia Paganini. A escola é nossa. Português. 4º Ano do Ensino Fundamental. São Paulo: Scipione, 2007. p. 47. (Coleção: A escola é nossa.).

→**Interpretando o texto:**

- a. Quem escreveu a carta que você leu?
- b. Para quem ela foi escrita?
- c. A que faixa etária provavelmente pertence a autora da carta? Como você chegou a essa conclusão?
- d. Em sua opinião quem é Pepê?

***“A gente não se desgrudava um só minuto..”***

e. A linguagem empregada por Bruna aproxima-se da linguagem que usamos no dia a dia. Encontre na carta outros trechos que evidenciam esse fato. E sublinhe com lápis.

6. Após as duplas responderem a interpretação de texto, faça a correção coletiva e converse sobre as observações que os alunos fizeram sobre os motivos de Bruna empregar em sua carta uma linguagem parecida com a linguagem falada no dia a dia (informal). Em seguida, relembre sobre as características de uma carta pessoal.

7. Após a correção da atividade proponha como “Atividade de casa”, que os alunos identifiquem em uma carta sua estrutura.

► **Atividade de casa: Escrevendo uma carta**

1. O que você acha de também escrever uma carta? Ela pode ser enviada a um amigo, um parente, um professor ou qualquer outra pessoa que você quiser.
2. A seguir, apresentamos algumas dicas que podem ajudar a realizar essa atividade.

→**Dicas importantes:**

Ao redigir uma carta, lembre-se de que ela deve conter:

O nome do lugar onde você está e a data em que a carta está sendo escrita;

O nome da pessoa para quem você está escrevendo, isto é, seu destinatário;

Uma saudação para seu destinatário;

O desenvolvimento da carta, ou seja, o assunto sobre o qual deseja falar;

A despedida;

Sua assinatura (afinal, você é o remetente, isto é, a pessoa que está enviando a carta).

→ **Refletindo sobre a escrita:**

Minha carta possui os elementos básicos (local, data, nome do destinatário, saudação, assunto, despedida e assinatura)?

A carta está escrita com letra legível, sem rasuras, borrões e amassados?

Preocupei-me em sanar as dúvidas ortográficas?

Preenchi o envelope de maneira adequada?

3. Após os alunos refletirem sobre suas cartas, explicar sobre a necessidade de colocá-las em um envelope preenchido e selado para enviar ao destinatário, ou seja, para quem a carta foi escrita. Mostre alguns modelos de envelope e como devem ser preenchidos.

4. Construir os próprios envelopes<sup>58</sup>.

5. Preencher adequadamente.



A sensação mais notória quando propus a prática com selos postais foi inicialmente de um visível estranhamento, passando para um encantamento com aqueles pequenos retângulos de papel coloridos e também com as cartas pessoais, uma forma de comunicação pouco utilizada na contemporaneidade.

Como forma inicial de problematização, foi proposta uma questão problematizadora que almejava guiar para uma linha de raciocínio com as atividades que viriam na sequência: “Como os seres humanos podem se comunicar? Que diferenças existem entre a nossa (comunicação) e a dos “homens das cavernas”? Surpreendentemente este breve questionamento virou uma grande “explosão de ideias”, onde todos os alunos sentiam a

<sup>58</sup> Fonte: “Blog da educadora de infância. Dobragem de envelopes com 4 movimentos”. Disponível em: <<http://educadoraluisinha.blogspot.com.br/2008/10/aqui-est-dobragem-do-envelope.html>>. Acesso em: 10 de out. 2016.

necessidade de se comunicar, de expressar suas opiniões, de traçar comparações, o que nem sempre se observa em uma prática inicial com uma turma. Essa espontaneidade, carregada de conhecimentos prévios acerca do tema e outras curiosidades, tais “como podem (os “homens da floresta”) se comunicar por fumaça na floresta se as árvores impedem a visão? Como eles faziam?”, ou mais práticas de responder, “matando” a dúvida mas não a curiosidade, “quando as cartas foram criadas e como elas chegam até minha casa?”, são bons exemplos de questões por eles abordadas a partir de colocações pertinentes de outros colegas.

Este interesse em participação das atividades que gerou certo espanto inicial, logo se concretizou em outras atividades – como principalmente na exploração inicial dos selos postais. Em outras atividades apareceu um pouco mais contida, mas sempre esteve presente. Claro que preciso ressaltar que o fato de que os alunos foram comunicados anteriormente da intencionalidade da aula fez com que alguns alunos interessados no proposto fossem à aula e outros “talvez” menos interessados não tenham comparecido impeçam de generalizar a situação para uma realidade onde uma turma heterogênea seja envolvida, com outras dúvidas e inquietações. Mas também podemos analisar que sim, os alunos são curiosos em saber como surgem e evoluem as coisas, são curiosos e questionadores quando expostos e conduzidos de maneira planejada frente a um novo material didático – como o selo postal –, ainda mais quando levamos em consideração o fato de eles estarem tão ausentes da realidade, e de apresentarem um encantamento aparente.

E talvez a palavra que melhor traduza estes momentos iniciais da aula seja essa: encantamento. Encantamento com o “novo”, desde o professor, que só estará presenciando sua realidade dois dias; o “novo” tema e conteúdo proposto; o “novo” material trazido para a sala, ou seja, o selo postal, aguçando a curiosidade. Conforme Kaercher (2002, p. 142), “se conseguirmos fazê-los pensar em coisas que até então não haviam pensado, atingiremos um dos objetivos do educar: estimular a capacidade de expressão e criação de cada cidadão”. Enfim, que tragamos mais o “novo” e o encantamento para as aulas de Geografia, propiciando mais momentos significativos e propícios para a construção do conhecimento.

Sobre o encantamento dos alunos com os selos postais foi “mágico” ver os alunos explorarem inicialmente este material, buscando observar, identificar data e origem, que pessoas, objetos e paisagens estavam representados naquele pequeno fragmento. “Mágico” por ver que objetos pequenos também despertam interesse, e não apenas aparatos tecnológicos. “Mágico” por ouvir de inúmeros professores que essas práticas “não funcionam” e que, agora, quem sabe possamos debater mais experiências e que todos nós professores de Geografia paremos de estereotipar e acabar com a experiência de uma aula

antes mesmo de ela iniciar. Sobre isso, tomemos as palavras de Kaercher (2002) como ensinamento:

Às vezes propomos a aula em “FM” e eles a entendem em “AM” (ou vice-versa): não há má vontade de nenhuma parte mas, simplesmente, não nos entendem, não há comunicação, não há diálogo. E, sem esse, como haver ato educativo? Sem diálogo há apenas repasse de informações. O que é pouco! [...] Se tivermos essa visão, vamos praticar mais (a fala, a escrita, a discussão) sem tanto medo de “dar bola fora”, como dizem os alunos. (KAERCHER, 2002, p.139).

Obviamente uma aula boa para o professor pode não significar nada para os alunos. Mas que propiciemos a oportunidade e não matem de antemão o encantamento e a curiosidade destes sujeitos ávidos por novas informações e conhecimentos.

Mas como e porque um selo postal e o seu objeto de circulação – a carta –, objetos relegados ao esquecimento e à arquivos empoeirados de colecionadores podem gerar encantamento e uma aula significativa? Porque acreditamos que os selos postais são uma maneira significativa que a humanidade encontrou para expressar experiências que, na vida cotidiana, não acontecem. Já as cartas despertam o aluno pois, nesta era de correio eletrônico e outras mídias sociais, escrever uma mensagem pessoal ainda gera interesse. Os selos, além de pertencerem sim ao campo da educação e à área das ciências humanas, é uma atividade comunicativa. Por meio deles, a sociedade representa e repassa costumes, tradições, valores e imagens desta sociedade e da natureza de um país capazes de estimular a formação do cidadão. Por meio das cartas, as pessoas buscam manter laços sociais. Por isso, trabalhar com selos postais é saber criar um ambiente de encantamento, suspense, surpresa e emoção, no qual o enredo e os personagens representados podem ganhar vida, transformando tanto o professor como o intérprete (o aluno). O ato de “ver” o selo deve impregnar todos os sentidos, gerando curiosidade, informações e enriquecendo a leitura de mundo na trajetória de cada um.

## **Atividade 2: Entrando em contato com os “pequenos notáveis”**

**\*Competência:** Reconhecer e estabelecer diferenças e semelhanças entre paisagens presentes nos selos postais em diferentes períodos.

**\*Habilidade:** Observar e comparar as paisagens de diferentes estados e regiões brasileiras; Compreender o papel dos elementos visuais e dos elementos verbais dos selos postais.

► **Problematização/desequilíbrio:**

1. Levar para a sala de aula vários e diferentes tipos de selos postais e apresentá-los aos alunos.
2. Circular livremente pela sala os selos para uma exploração inicial.
3. Questioná-los se sabem do que se trata, se já viram este objeto. Após, explicar aos alunos que o selo postal é um tipo de informação resumida, que circula normalmente colado em envelope de carta, que serve como recibo de cobrança da carta (selo é uma imagem resumida criada por alguém, que representa pessoas ou paisagem).
4. Dividir a turma em 5 grupos.
5. Entregar para cada grupo um lote de selos postais, de acordo com a classificação por nós elaborada a partir da observação dos elementos imagético-verbais a seguir:

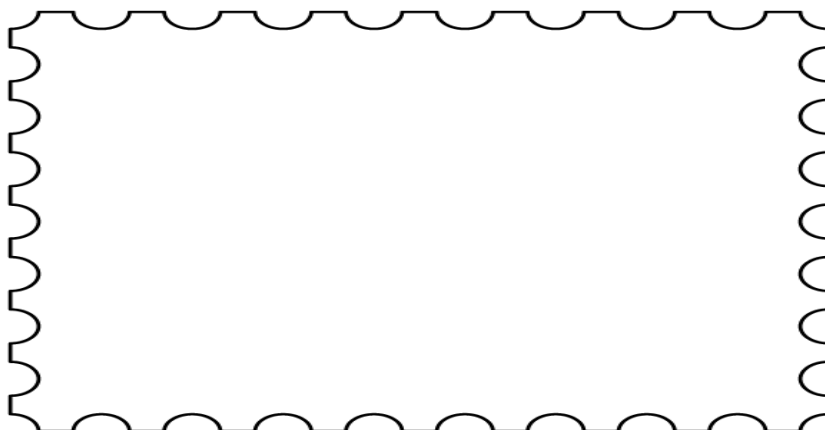
- Grupo 1: Selos imperiais
- Grupo 2: Início do período republicano até o início da Ditadura Militar
- Grupo 3: Dos “Anos de Chumbo” e do Milagre Econômico” ao “Novo Milênio”
- Grupo 4: Do “Novo Milênio” à contemporaneidade

► **Apresentação:**

1. Pedir para que cada grupo analise e anote em seus cadernos todas as informações que conseguirem analisar em seu lote.
2. Circular os grupos pelos demais lotes, pedindo para que comparem estes com o seu respectivo.
3. Após mostrar os selos postais aos alunos e pedir que façam a leitura dos mesmos, perguntar:
  - a) Que tipo de imagens são essas? O que elas geralmente representam?
  - b) Que lugares são esses?
  - b) Quais as diferenças principais que identificaram entre o seu lote e o lote vizinho?
  - c) Você já recebeu alguma carta com selo postal? E já enviou alguma?
4. Chamar a atenção dos alunos para as partes em que aparecem informações importantes, como a legenda, a unidade monetária, o artista que criou, o ano, etc.
5. No quadro negro, de forma geral, criar um “selo postal síntese”, onde serão sistematizadas as informações contidas nos selos postais indicadas pelos alunos. Estes copiarão no caderno.



Figura 58 – Selo-síntese mudo



### **Atividade 3: Reconhecendo o Brasil**

**\*Competência:** Observar e comparar a diversidade de paisagens do Brasil e do mundo em suas dimensões natural, social e histórica, por meio do selo postal; Observar, analisar e interpretar elementos imagético-visuais que representam distintas paisagens e seus atores sociais presentes nos selos postais brasileiros.

**\*Habilidade:** Compreender e utilizar elementos fundamentais das representações dos selos postais (legenda, padrão monetário, unidade emissora, artista, o tema da emissão e os elementos representados) para interpretar e representar a espacialidade dos fenômenos; Ler e interpretar os selos postais para compreender e analisar aspectos da constituição da paisagem e suas dinâmicas naturais e sociais.

#### **► Problematização/desequilíbrio:**

1. Levar para a sala de aula um mapa político do Brasil, para que os alunos possam consultá-los no decorrer das atividades propostas. Expor no chão da sala.
2. Dividir a turma em trios.
3. Sortear para cada grupo uma região do Brasil (conforme a regionalização do IBGE).
4. Iniciar a aula pedindo para que eles imaginem que irão fazer uma viagem pela região sorteada. Que imaginem como são as paisagens, a comida, a música, os cheiros.

**► Apresentação:**

1. Distribuir para os alunos um lote com 10 selos postais com paisagens que poderão encontrar na viagem.
2. Entregar para cada grupo um mapa mudo do Brasil, conforme a figura 58.
3. Como instrução para a atividade, orientar os grupos para o fato de que, dos 10 selos postais contidos no lote, 5 deles serão da região sorteada e 5 selos serão de paisagens existentes nas demais regiões brasileiras.
4. Pedir para que os alunos distribuam pelo mapa mudo os selos postais de acordo com o local que imaginam e que descobriram a localização que aqueles selos representam (analisar as informações textuais também).
5. Para auxiliá-los, terão à disposição o mapa político do Brasil exposto no chão no centro da sala.

\*OBS: os selos postais que cada grupo recebeu serão analisados no subcapítulo 6.2., “Um olhar sobre os “pequenos notáveis”: os selos postais”, contido no capítulo 6, “Análise da prática (ou o selo postal na sala de aula)”.

**► Dicas de sistematização do conteúdo:**

1. Após analisarem os elementos verbo-visuais presentes nos selos e encontrarem os 5 selos postais pertencentes à sua região sorteada, pedir para escreverem 5 coisas que ouviram falar desta região (coisas que encontrarão) e 5 coisas que gostariam de encontrar/conhecer na viagem.
2. O quadro 6 constitui-se da ficha entregue aos alunos com o roteiro das atividades.

Tabela 6 – Atividade “Vamos fazer uma viagem pelo Brasil?”



## *Vamos fazer uma viagem pelo Brasil?*

- Imaginem a região que vocês viajarão! Deve ser linda!  
 → Com qual meio de transporte gostariam de ir, para aproveitar ainda mais a viagem? Arrumaram a mala conforme o clima da região?

**Escreva 5 coisas que já ouviu falar destes lugares:**

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.

**Escreva 5 coisas que gostaria de encontrar ou conhecer nestes lugares:**

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.

### **INSTRUÇÕES PARA NÃO SE PERDEREM NA VIAGEM!**

1. O grupo de vocês recebeu um **mapa do Brasil** para não se perderem. Se precisar, podem consultar o mapa que se encontra no chão da sala!
2. Abram o envelope. Dentro dele há 10 selos postais. Apenas **5 selos** possuem paisagens que vocês **poderão encontrar na viagem**. Olhem atentamente todos os detalhes e descubram quais são.
3. **Colem os selos postais no mapa** de acordo com o local que vocês imaginam que as imagens representam.

Não percam nenhum momento desta aventura.

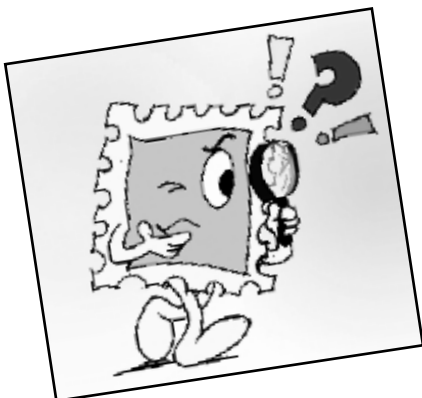
A seguir mais instruções!

***Boa viagem!!!***

Figura 59 – Mapa mudo do Brasil



Tabela 7 – Atividade de sistematização



## Vamos observar atentamente as paisagens?

→Agora que vocês conheceram um cantinho do Brasil, é hora de contar a todos o que vocês viram!

→É preciso descrever todos os detalhes das paisagens para que os colegas possam imaginar as maravilhas que vocês viram! Imagine os sons, os cheiros. Mas se preparem, pois estas paisagens podem não ser exatamente assim!

### SELO POSTAL 1

→Identifique:

- Ano de emissão: \_\_\_\_\_
- Autor do selo: \_\_\_\_\_
- Valor facial: \_\_\_\_\_
- Título: \_\_\_\_\_
- Que lugar é este? \_\_\_\_\_

→O que a paisagem deste selo postal representa? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

→O que mais lhe chamou a atenção neste selo? Por quê? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

→Que cheiro você imagina que sentiria ao caminhar por este local? E que tipo de sons?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

→O que vocês imaginam que tenha no entorno desta imagem, se ela continuasse?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

→ Há pessoas nestas imagens? O que estão fazendo ou como imaginam que elas vivem nestes lugares? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

→Gostaria de visitar este lugar? Por quê? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4. Além disso, esta atividade propicia que os alunos imaginem as paisagens em questão, a partir do ausente e de conhecimentos prévios que possuíam (ou não) dos locais representados nos selos postais.

**\*OBS:** a análise desta atividade está contida no capítulo 7 deste trabalho.

► **3º momento:** Compartilhando os resultados

1. Após os alunos fazerem as atividades, conduzir a apresentação dos trabalhos, enfocando na identificação dos elementos dos selos postais, no visível e no ausente das imagens.

2. Colocar próximo ao local de apresentação o mapa do Brasil, para que eles possam mostrar a localização de onde pensaram viajar.

**\*OBS:** a condução da atividade como um todo tem duração mínima de 4 aulas.

Mas o encantamento e o imaginário, tão presentes nas primeiras atividades, nem sempre se mostraram presentes nas atividades que propunham observação e interpretação dos selos postais em questão.

A atividade 2, que consistia na observação, análise e interpretação dos selos foi enriquecedora, e contribuiu dentro do esperado o nosso planejamento e objetivos. Porém, por exemplo, a atividade 3, “Reconhecendo o Brasil”, que possuía, dentre outras, a proposta de os alunos buscarem imaginar o ausente nos selos, imaginar como seriam as pessoas, os cheiros, a comida, a música, o entorno daquela representação da paisagem no selo, encontraram grandes dificuldades de expressão e até estranhamento com a proposta. Houve um grupo que relatou que não sabiam, que não iria fazer porque “não tem como imaginar isso, pois não sabemos como é lá. Vai que está errado isso?”. Após um diálogo, explicando a proposta, indagando-os se nunca mesmo ouviram falar ou estudaram sobre aquele local, eles realizaram a atividade, mesmo assim com muitas ressalvas.

Mas que motivos podem estar por trás deste “medo” de sentir e imaginar o que está além do proposto ou o que eles observam? Propomos 3 justificativas plausíveis, neste caso. Uma das justificativas advém do fato de que o imaginário não é proposto ou valorizado em sala de aula. A falta da capacidade de os alunos imaginarem outros espaços ausentes (de sua realidade imediata) provém, dentre outros motivos, de política da escola e dos professores em só trabalhar o que está posto, de matar a curiosidade e o desejo de aprender desde os primeiros anos escolares. Um segundo motivo, muito plausível para responder a indagação, é que simplesmente os alunos não possuem relação imediata com aquelas pessoas e paisagens

representadas nos selos postais. O Nordeste e o Centro-Oeste, na visão deles, têm pouco a ver com o bairro Mário Quintana.

Pela observação efetuada, pudemos presenciar que estes alunos estão num estágio operatório-concreto, já sendo capazes de relacionar diferentes aspectos e abstrair dados da realidade, mas ainda ligados com o mundo concreto para chegar à abstração, não estando ainda no estágio do operatório-formal (onde a idade de muitos alunos sugeriria), pois ainda não são capazes de abstrair totalmente e de elaborar hipóteses não apenas pela observação da realidade, o que algumas imagens trabalhadas podem sugerir. E o terceiro motivo, que não tem a pretensão de apresentar um tom de denúncia, reside no fato de que a professora titular pouco trabalho o ensino da Geografia neste ano letivo, fato por ela admitido. Como esta professora ministra as aulas de Geografia e História, ocorreu que, até pela sua formação, ela deu mais ênfase na disciplina de História, dando pouca ênfase, de fato, a conteúdos geográficos como a regionalização do Brasil, fato que dificultou um pouco a exploração proposta.

A proposta de atividade “Vamos observar atentamente as paisagens?”, contida na atividade 3 (“Reconhecendo o Brasil”), permitiu observar de forma mais apurada se os alunos observaram o selo, e se conseguiram ir mais além, vendo elementos ausentes.

Os resultados foram os mais diversos possíveis, até porque há diversos planos de observação de um mesmo selo, visto que os elementos extraídos de uma observação são subjetivos, variando conforme o plano de visibilidade, a bagagem cultural de cada um, se o elemento observado possui alguma significação ou desperta a curiosidade, dentre outros.

De forma geral, constatamos que os alunos observaram atentamente e souberam extrair os elementos visuais e verbais primários do selo postal. Quanto ao elemento primário do que as paisagens representam, dadas as particularidades, também foi possível constatar que estas observações foram coerentes com o tema dos selos, vez por outra observando elementos importantes que fazem sentido em sua observação, mas que na visão do autor do selo ou do professor haviam passado despercebidos.

É sempre interessante que a habilidade de observação seja desenvolvida pelo estudante, principalmente em uma disciplina como a Geografia que trabalha com conceitos como a paisagem. Sobre o quesito observação, Cavalcanti (2012, p.182) destaca que: “a observação é uma atividade seletiva, pois depende de requisitos do observador”. A seleção de elementos, por exemplo, é feita com base em instrumentos conceituais e na sensibilidade e curiosidade de quem observa. Trata-se de uma habilidade que pode ser desenvolvida na escola, e particularmente na Geografia, que tem nas formas espaciais (paisagem) um primeiro

nível de análise do próprio espaço. É importante, para que essa habilidade seja desenvolvida, que o aluno possa descrever aquilo que observa (que pode ser nos momentos de sala de aula, após uma atividade de observação), possa ouvir o que os outros observam – e que possam juntos questionar o que viram na paisagem e o que não viram ou o que só alguns não viram – e que possa enfim refletir sobre o que foi individual e coletivamente observado.

Já as outras 5 perguntas da atividade: “o que mais lhe chamou a atenção neste selo, e por quê? Que cheiro você imagina que sentiria ao caminhar por este local, e que tipo de sons? O que vocês imaginam que tenha no entorno desta imagem, se ela continuasse? Há pessoas nestas imagens, o que estão fazendo ou como imaginam que elas vivem nestes lugares? E gostaria de visitar este lugar e por quê?” foram extremamente subjetivas, gerando debates dentro dos grupos, alguns até ameaçando fazer a atividade sozinhos por não concordarem com opiniões adversas.

Embora o tempo escasso para a realização da atividade, muito aquém do que é necessário para a realização de uma prática com este material didático alternativo quando inserido no planejamento de nossas aulas, cumpre com os objetivos principais de desenvolver (claro que de forma incipiente) as competências de leitura e interpretação, e auxiliam a responder ao maior questionamento deste trabalho, ou seja, se os selos postais podem ser utilizados no processo de ensino-aprendizagem da Geografia. E ao que tudo indica, a resposta é afirmativa. Mas para isto duas aulas apenas não são suficientes para responder. Cabe ao professor leva-los para dentro das salas de aula, ver se eles ajudam a desenvolver seus objetivos para poder auxiliar nesta resposta.

#### ► **Atividade 4: Produzindo selos postais do seu bairro**

**\*Competência:** Observar, analisar e interpretar elementos imagético-visuais que representam distintas paisagens e seus atores sociais presentes nos selos postais brasileiros.

**\*Habilidade:** Compreender e utilizar elementos fundamentais das representações dos selos postais (legenda, padrão monetário, unidade emissora, artista, o tema da emissão e os elementos representados) para interpretar e representar a espacialidade dos fenômenos; Elaborar um desenho como modelo de representação de elementos naturais e sociais presentes no espaço do seu bairro; Produzir textos orais e escritos em diferentes gêneros para compreender e analisar fatos, fenômenos e processos geográficos.



► **Problematização/desequilíbrio:** Debatendo os selos postais

1. Conduzir um debate a respeito do por que apenas paisagens bonitas, flora, fauna e pessoas importantes da história foram retratadas em selos postais, e não nossa comunidade. Escrever esta “explosão de ideias” no quadro, que no final da aula copiarão no caderno.

► **Apresentação:**

1. Pedir para os alunos elaborarem selos postais do seu bairro, para mostrar ao Brasil o lugar de onde elas são.
2. Entregar um selo postal mudo, com verso e anverso, conforme o exemplo da **figura ??**.

► **2º momento:**

1. No verso do selo postal mudo, os alunos desenharam a imagem do seu próprio selo a partir das características do seu bairro.
2. No anverso, farão a descrição do que desenharam, similar ao que os editais dos Correios realizam para cada emissão de selo postal (conforme figura ??).
3. Nesta descrição constará os detalhes técnicos do desenho, tais como o autor do desenho, o título da emissão, as técnicas empregadas, um valor facial, a tiragem, a data de emissão e o local de lançamento.
4. Além disso, em formato de comunicação em carta, trabalhada na “atividade 1”, os alunos se comunicarão explicando o que representaram e o porquê deste desenho, para que o Brasil e o mundo conheçam as paisagens e as pessoas que lá residem.
5. Após os alunos ilustrarem o selo comemorativo que escolheram, proponha que eles apresentem para os demais alunos, explicando o porquê de terem escolhido e desenhado este selo. Em seguida exponha os trabalhos dos alunos no mural da escola.

Figura 60 – Verso e anverso para a Atividade 4: Produzindo selos postais do seu bairro

<b>EDITAL 1 – 2016</b> <i>Emissão Postal Comemorativa</i>	
<b>CONHECENDO O NOSSO BAIRRO: O MARAVILHOSO MÁRIO QUINTANA</b>	
<p><b>DETALHES TÉCNICOS</b></p> <p>Série: <i>Conhecendo o nosso bairro: o maravilhoso Mário Quintana</i></p> <p>Autor das imagens:</p> <p>Processo de fabricação:</p> <p>Valor facial:</p> <p>Tiragem/quantidade:</p> <p>Data de emissão:</p> <p>Local de lançamento:</p>	<p><b>SOBRE O SELO</b></p> <p>Agora que você já apresentou o Bairro Mário Quintana ao Brasil e ao mundo, explique, em formato de carta, o que você desenhou e porque as pessoas deveriam visita-lo! Bom trabalho!</p>

Figura 61 – Exemplo dos Editais dos Correios

DETALHES TÉCNICOS	TECHNICAL DETAILS
<p>Edital nº 3 Arte: Raul Aguiar Processo de impressão: offset Folha: 24 selos Papel: couchê gomado Valor facial: R\$ 1,00 cada selo Tiragem: 912.000 selos Área de desenho: 71mm x 33mm Dimensão do selo: 76mm x 38mm Plicagem: 11,5 x 11,5 Data de emissão: 14/3/2015 Local de lançamento: Brasília/DF Impressão: Casa da Moeda do Brasil</p> <p>Versão: Departamento de Filatelia e Produtos/ ECT.</p> <p>Os produtos podem ser adquiridos na loja virtual dos Correios: <a href="http://www.correios.com.br/comercantline">www.correios.com.br/comercantline</a> ou na Agência de Vendas e Distribuição - Av. Presidente Vargas, 3.077 - 23ª andar, 20210-973 - Rio de Janeiro/ RJ - telefones: (21) 2503-8058/8059; Fax: (21) 2503-8638; e-mail: <a href="mailto:centralvendas@correios.com.br">centralvendas@correios.com.br</a></p> <p>Para pagamento, envie cheque bancário ou vale postal, em nome da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ou autorize débito em cartão de crédito American Express, Visa ou Mastercard.</p> <p>Código de comercialização: 852010044</p>	<p>Stamp issue nº 3 Arte: Raul Aguiar Print system: offset Sheet size: 24 stamps Paper: gummed chalky paper Face value: R\$ 1,00 each stamp Issue: 912,000 stamps Design area: 71mm x 33mm Stamp dimension: 76mm x 38mm Perforation: 11.5 x 11.5 Date of issue: March 14<sup>th</sup>, 2015 Place of issue: Brasília/DF Printing: Brazilian Mint</p> <p>English version: Department of Philately and Products/ECT.</p> <p>Orders can be sent to the following address: Distance Sales Office - Av. Presidente Vargas, 3.077 - 23<sup>rd</sup> andar, 20210-973 - Rio de Janeiro/ RJ, Brazil. Telephones 55 21 2503 8058/8059. Fax 55 21 2503 8638. e-mail: <a href="mailto:centralvendas@correios.com.br">centralvendas@correios.com.br</a></p> <p>For payment send authorization for charging to credit cards American Express, Visa or Mastercard, or international postal money order (for countries with which Brazilian Post has signed agreement).</p> <p>Code: 852010044</p>
SOBRE O SELO	ABOUT THE STAMP
<p>O selo-tenente, composto de dois selos, desce da esquerda para a direita, blocos coloridos simbolizando a terra, sobre os quais se encontram elementos representativos dos principais fenômenos naturais causadores de desastres, quais sejam: no primeiro bloco, a seca e a estiagem; no bloco seguintes, de superfície verde, o vendaval, o granizo e a geada; no bloco azul, a inundação; no bloco ao lado, facilmente identificável, o incêndio florestal e, no último, o deslizamento e a erosão. Sobre cada bloco, encontram-se representados elementos que simbolizam a ação da Defesa Civil Nacional no trabalho de evitar ou minimizar os efeitos dos sinistros sobre a comunidade, como: mapeamento das áreas de risco; prevenção (pipelines, construção de poças, contenção de encostas); monitoramento e alerta; e respostas aos desastres, por meio do combate a incêndios, socorro, resgate e assistência às vítimas. Na parte superior de cada selo, veem-se os logótipos da Conferência Mundial da ONU sobre Redução de Riscos de Desastres, 2015 Sendai - Japão, e da ONU, organizadora do evento. Foi utilizada a técnica de computação gráfica.</p>	<p>The se-tenant, composed of two stamps, prints out, from the left to the right, colored blocks symbolizing earth, where are found elements representing the main natural disaster phenomenon causes, those being: on the first block, we have drought; on the following blocks, with the green surface, windstorms, hail and frost; the blue block, floods; just beside that, being easily recognizable, forest fires and landslide and erosion. Over each block, the elements represent the actions of National Civil Defense in avoiding or minimizing the effects of disasters over the community, like: mapping risk areas; prevention (pipelines, constructing walls, containing hillsides); monitoring and alert; and disaster response, with firefighting, medical aid, rescue and assisting victims.</p> <p>On the superior part of each stamp, we may see the logos of the UN World Conference on Disaster Risk Reduction 2015 Sendai Japan, and of UN, organizer of the event. The stamp was created using computer graphics.</p>



Por fim, a última atividade proposta desenvolvida, denominada de “produzindo selos postais do seu bairro” foi a que apresentou a maior participação e interesse dos alunos. Com ela, pudemos observar se os alunos compreenderam a proposta, se observaram atentamente os elementos visuais e verbais primários e conseguiram criar um selo postal de fato, e não apenas um desenho, além de descreverem o seu selo no “edital” presente no anverso da folha.

Os alunos ficaram entusiasmados e sentiam a necessidade de se expressarem, após tantas atividades teóricas de sistematização de informações visuais. Os alunos comentavam o desenho, queriam criar um selo próprio, e buscavam fugir ao máximo do tema que mais dominava a roda de conversa durante a atividade, e que também é uma das maiores mazelas do bairro: a violência gerada pela guerra de gangues rivais no tráfico de drogas. Quando este tema surgia nos selos, era mais como uma crítica. Afinal, ninguém gostaria de representar como uma “janela” para todo o Brasil as coisas ruins desta realidade. Eles queriam representar “o maravilhoso Mário Quintana”, como a atividade sugere.

Nessas condições, necessitamos ensinar ao jovem a ler o espaço, e, ler em Geografia representa coloca-los em condições de leitura de seu espaço vivido, processo este que se inicia quando a criança reconhece o seu lugar, observando-o, registrando-o e analisando-o. Ao passo que a criança desenvolve este tipo de leitura geográfica do seu vivido ela passa a dar significado a espaços concebidos também, atribuindo uma intencionalidade, um sentido.

Destes desenhos, pudemos criar quatro categorias de análise, de acordo com os elementos primários representados, ou pela descrição do edital. Os selos postais do Mário Quintana apresentavam forte viés de subjetividade, de territorialidade, de sociabilidade e um viés de análise geográfica, uma categoria que acaba abarcando as demais, pois todos os elementos representados podem ser ressignificados e virarem conteúdos para aulas seguintes, tais como: a violência e o tráfico, a cidade informal, a falta de políticas públicas frente a criação de áreas de lazer, a falta de saneamento básico, o estudo do bairro e a idealização de um “bairro ideal”, dentre tantos outros.

A categoria de análise que representam a subjetividade, destacam como elementos principais o espaço vivido, sua casa ou os locais de circulação como sendo as melhores coisas que existem no bairro, tais como a sorveteria e o Parque Chico Mendes.

Na categoria territorialidade, é possível perceber uma delimitação territorial do bairro ou dos grupos das gangues que dividem o bairro para si, conforme proposto em desenhos por dois alunos.

E no que tange à categoria de versão social, é possível distinguir elementos como a violência, o saneamento e as áreas de lazer, sendo que este está presente em 10 representações

do seu bairro, sempre destacando na parte escrita estes pontos negativos, mas almejando que estes problemas sejam resolvidos, o que melhoraria a vida de toda a comunidade.

As leituras das paisagens são múltiplas. A subjetividade está presente em cada leitura do espaço, na visibilidade de seus elementos. Assim como já supracitado, se cada aluno ler o selo conforme sua visão, extraindo elementos do simples olhar, conferindo atenção, então estará se propiciando ao aluno a capacidade de refletir acerca de uma determinada paisagem representada (mas também território, o seu lugar e espaços até então ausentes de seu cotidiano).

Percebe-se que o papel do professor é fundamental nesse processo, o desafio que existe pela frente é grande e vai exigir cada vez mais aperfeiçoamento e estudo. Alunos possuem diferentes estilos de aprendizagem, que se expressam em diferentes formas de representações. Uns são mais auditivos, outros são mais visuais. Uns precisam de textos que complementem as imagens. Outros precisam de imagens que complementem os textos. Enfim, as diferentes formas de expressão podem ser utilizadas para despertar a curiosidade do aluno, para depois, aproximá-lo das formas de expressão que lhe apresentem maiores dificuldades, orientando-os a desenvolverem novas habilidades e a construir competências de aprendizagem.

A seguir apresentamos outra proposta que serve como uma forma de relacionar diversas linguagens imagéticas com o ensino da Geografia, mas não desenvolvida em sala de aula.

### ► **Atividade 5: A paisagem da foto é a mesma do selo postal?**

**\*Competência:** Ler e interpretar a linguagem imagética fotográfica e do selo postal.

**\*Habilidade:** Analisar os vários elementos constitutivos que são específicos da fotografia e do selo postal nas suas capacidades de produzir significados.

► **Problematização/desequilíbrio:** Existe uma paisagem real aqui no chão?

1. No chão da sala, distribuir um conjunto de selos postais que representam paisagens brasileiras.
2. Ao lado, dispor do mesmo número de imagens, mas de representações fotográficas das mesmas paisagens presentes nos selos.
3. Conduzir para uma abordagem na qual os alunos possam assimilar as informações presentes nos dois tipos de imagens, até constatarem que selo postal e fotografia correspondem a representações distintas das mesmas paisagens.

**► Apresentação:**

1. Pedir para que os alunos tentem relacionar o selo postal com a fotografia correspondente.
2. Em uma folha, os alunos deverão atentar para os elementos constitutivos do selo postal e da foto, quanto ao assunto representado, a paisagem e temporalidade, a localização (região, Estado, cidade) destas duas formas de representação.
3. Para explorar em maior profundidade esse poder de representar e estabelecer a identidade e unicidade da fotografia e do selo postal, conduzir uma pesquisa para buscar responder acerca de que paisagem, o que, como, quando e onde, ou seja, em que contexto selo e foto foram criados.

**► 2º momento/sistematização:**

1. Como forma de justificar a escolha, deverão responder no caderno a pergunta: Quais foram os elementos que te levaram a fazer tal assimilação (foto/selo postal)?
2. Guiar um debate com os alunos, buscando ressaltar as mudanças, as diferenças entre a representação de uma mesma paisagem num selo postal e numa fotografia.

**► 3º momento/finalização:**

1. Pedir para que os alunos escolham um selo representativo e sua respectiva fotografia.
2. Propor para que os alunos desenhem, numa mesma cena, uma continuação da paisagem correspondente tanto ao selo quanto à fotografia. Cabe salientar que as duas representações devem ser utilizadas na mesma página do desenho como forma de ilustração.

## 7 CONCLUSÕES UM TANTO FRAGMENTÁRIAS

Chegamos às considerações finais da pesquisa, que se apresentarão um tanto fragmentárias, pois estamos inseridos em uma realidade na qual temos um olhar voltado às interrogações do futuro, ancoradas nas experiências do passado e do presente. É o momento de buscarmos compreender os significados desta pesquisa, abrindo a possibilidade na qual novas interrogações possam emergir. Momento para sintetizar o caminho percorrido, ponderar sobre o experimentado e indicar outras possíveis trajetórias. De uma coisa estou certo: é necessário algo mais do que um selo para ver o que um selo contém, assim como é necessário mais do que um material didático para a construção do conhecimento geográfico.

O que caracteriza o selo postal e sua utilização no ensino da Geografia é a possibilidade de um olhar direcionado aos processos histórico-geográficos, sociais e simbólicos. É investir no olhar sobre o selo postal sentidos subjetivos. Logo, é considerar que o selo postal é um objeto que articula o olhar do observador com o mundo, particularmente, na forma de evidências figurativas do passado, buscando compreender a configuração das paisagens do mundo que nos rodeia.

Esse pequeno pedaço de papel tem o poder de servir como uma janela que permite avistar o ausente e abrir novas possibilidades no auxílio para a construção do conhecimento. Em grande medida este artefato constitui o universo de imagens produzidas, de forma intencional, para seduzir, por meio das aparências, aos sujeitos partícipes de seu regime informacional.

Com tantas potencialidades de leituras, como é que poderíamos chegar a uma única conclusão? Por isso, nossas conclusões evocam outras perguntas:

Quais contribuições foram construídas nesta pesquisa que dialogam com o processo de ensinar Geografia?

Quais foram as relações estabelecidas entre o selo postal e o ensino da Geografia?

E, buscando responder ao objetivo geral desta pesquisa, qual é o potencial que o selo postal apresenta no processo de alfabetização visual para a construção do conhecimento geográfico?

Com o auxílio de uma pesquisa bibliográfica, da Semiótica e através da pesquisa qualitativa, buscamos costurar as contribuições que permitiram responder a estas e inúmeras outras indagações que surgiram, mas obviamente sem esgotar todas as potencialidades que poderiam surgir desta intersecção.

Ao longo de todo o percurso investigativo desta pesquisa buscamos trazer elementos para responder ao objetivo de compreender como está sendo vista a perspectiva de utilização de materiais didáticos alternativos ao ensino da Geografia, ancorada em uma pesquisa bibliográfica nos autores que discutem sua utilização na Geografia, além de autores que trazem certa abordagem pedagógica do selo postal.

Considerando que o selo postal é de fácil manuseio, de “custo zero”, evoca a possibilidade de ser utilizado no processo criativo de nossas aulas e auxilia na leitura das realidades possíveis das paisagens representadas e, enfim, permite mediar realidades, assim como fazem outras mídias (fotografia, cinema, charges etc), evidenciamos de que forma o selo postal pode ser considerado um útil e salutar instrumento pedagógico para o ensino-aprendizagem da Geografia.

Numa segunda reflexão, pudemos compreender o selo postal como uma manifestação material humana imbricada de significados construídos pelos atores que o criaram e pelos atores que os leram, remetendo ao imaginário imagético permeado pela criatividade. Não nos interessou olhar para esse pequeno pedaço de papel colorido no sentido de condenar ou absolver a forma como as paisagens foram representadas, mas de enaltecer os lugares possíveis de expressão subjetiva. Não vemos nesse artefato comunicacional apenas uma determinada imagem e uma frase, mas sim distintas qualidades imagético-verbais que, se ressignificadas dentro do processo do ensino da Geografia, permitem a construção de significantes.

Desta forma, pensamos que foi possível cumprir com o objetivo de analisar e utilizar o selo postal como um recurso didático auxiliar no processo de ensino-aprendizagem da Geografia, como um estímulo, um despertar da criatividade e da imaginação, etapas essenciais no processo de construção do conhecimento.

Uma das etapas mais importantes da pesquisa, desenvolvida de acordo com outro objetivo proposto, reside no fato de criar categorias de análise dos elementos imagético-verbais do selo postal para auxiliar no processo de leitura das representações paisagísticas do espaço geográfico. Foi de fundamental importância analisar esses elementos imagéticos e verbais para a partir daí refletir acerca de como e de que forma este material apresenta potencialidades ao ensino da Geografia. Essa categorização a partir dos elementos imagético-verbais nos deu a real dimensão que até então não tínhamos de que forma as paisagens estão representadas nos selos, e quanto material temos disponível para fazer este trabalho, e de quanto mais selos postais também podem ser ressignificados e utilizados em sala de aula,

embora não tragam diretamente estampadas representações paisagísticas, ou as façam a respeito de paisagens de outros países.

O selo postal é um documento que desde seus primórdios até o advento dos selos comemorativos, desde sua produção até sua circulação e consumo exprime e representa socialmente um determinado discurso através de suas imagens e textos. Por trás de cada fragmento, ainda que as informações estejam imbricadas de discursos de poder, é inegável que também apresentem certo didatismo, e que, a partir daí, este material didático alternativo possa ser utilizado nas aulas de Geografia.

Sendo assim, o que explica ou revela o estatuto do selo postal e, por conseguinte, o seu lugar enquanto objeto de pesquisa no campo do ensino da Geografia, não é “o que” o define, mas o olhar que lhe é dirigido pelos sujeitos que buscam lê-lo e ressignificá-lo, articulado aos sujeitos e suas práticas sociais. É de fundamental importância, desta forma, possibilitar que se desenvolvam sistematicamente as habilidades envolvidas na leitura de imagens, utilizando o selo postal como instrumento balizador na leitura da paisagem como categoria analítica de representação do espaço geográfico.

Para finalizar esta reflexão, buscando articular com outro objetivo proposto, foram elaboradas propostas pedagógicas que articulem a utilização do selo postal e o insira no processo de ensino-aprendizagem da Geografia. Evidenciamos que nem todas as propostas foram utilizadas em sala de aula, mas apenas aquelas que se enquadravam no objetivo de observar de que forma os alunos interagem, extraíam os elementos primários através da observação do selo, e, a partir daí, pudessem ver os elementos paisagísticos destes selos.

A partir destas práticas e de toda a pesquisa bibliográfica realizada, pensamos que o ensino de Geografia pode encontrar no selo postal mais uma ferramenta de trabalho, uma ajuda, um estímulo para o despertar da criatividade e da imaginação geográfica de nossos alunos, assim como já é possibilitado pelos demais materiais didáticos.

De tudo isso, concluímos fragmentariamente que sim, este trabalho serviu para constatar o fato de que o selo postal pode ser utilizado pelo ensino de Geografia, possuindo potencialidades para sua utilização para a construção de habilidades e competências fundamentais no processo de alfabetização visual.

Espera-se que essa construção auxilie os professores a utilizá-los segundo dois princípios: primeiro, que são pequenos fragmentos, mas notáveis em proporcionar potencialidades para a construção dos conceitos e para o processo da construção do conhecimento geográfico, jamais se esquecendo que a nossa matéria-prima mais valiosa não



são estes “pequenos notáveis”. A nossa matéria-prima mais valiosa são outros “pequenos notáveis”, ou seja, nossos alunos.

Os selos postais e a Geografia têm muito a nos ensinar. Porque este material ainda está tão pouco presente em nossas aulas? Professores e professoras, estejam convocados a exercer a criatividade e utilizar este recurso em suas práticas. Afinal, pequenos fragmentos como estes ainda podem exercer fascínio, a curiosidade e o desejo de nossos alunos, mesmo neste mundo cada vez com mais informações fragmentárias, só que na forma midiaticizada.

## REFERÊNCIAS

ACASO, María. **La diferencia entre ver y leer**. In: Esto no son las torres gemelas: como aprender a leer la televisión y otras imágenes. Madrid: Catarata, 2006, p. 89-91.

AGUIRRE, Imanol. **Cultura Visual, política da estética e educação emancipadora**. In: MARTINS, Raimundo. TOURINHO; Irene. (Org). Educação da Cultura Visual: conceitos e contextos. Santa Maria: UFSM, 2011. p.69-111.

ALMEIDA, Cícero Antônio de; VASQUEZ, Pedro Karp. **Selos postais do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2003.

ALVES, Rubem. **A Complicada Arte de Ver**. Texto originalmente publicado no caderno “Sinapse”, jornal “Folha de S. Paulo”, em 26/10/2004. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u947.shtml>> Acesso em: jan. 2017.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Menino Antigo – Boitempo II**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.

\_\_\_\_\_. **Obra Completa**. Nova Aguilar, 2001.

ANTUNES, Celso. **A sala de aula de geografia e de história: Inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competências no dia-a-dia**. Campinas: Papirus, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL. Disponível em: <<http://bracelpa.org.br/bra2/index.php>>. Acesso em: dez. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FILATELIA TEMÁTICA. **Dicionário Filatélico**. Disponível em: < <http://www.abrafite.com.br/>>. Acesso em: jun. 2015.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.

BAITELLO JÚNIOR, Norval. **Comunicação, mídia e cultura**. Revista da Fundação Saede, São Paulo, v.12, n. 4, p. 11-16. Out/Dez, 1998.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 84-91.

BLOG DA EDUCADORA DE INFÂNCIA. **Dobragem com 4 movimentos**. Disponível em: <<http://educadoraluisinha.blogspot.com.br/2008/10/aqui-est-dobragem-do-envelope.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL JR., Pedro. **A pedra de Roseta e os desafios de Champollion**. In: Jornal do colecionador. 2015. Disponível em: < <http://jornaldocolecionador.blogspot.com.br/2015/03/a-pedra-de-roseta-e-os-desafios-de.html>>. Acesso em: jan. 2016.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação**. 2 ed. Tradução Ana Paula Castellani. São Paulo: Loyola, 2006.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2.ed. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

CALLAI, Helena Copetti. **Estudar o lugar para compreender o mundo**. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Ensino de Geografia. Práticas e Textualizações no Cotidiano**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2000.

\_\_\_\_\_. **Aprendendo a ler o mundo: A Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Caderno Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-242, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unincamp.br>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

CAMPOS, Theresa Catharina de Góes. **O progresso das comunicações diminui a solidão humana? Uma interpretação histórica das comunicações gráficas e áudio visuais desde a pré-história até o Intelsat**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Lidador Ltda., 1970.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e prática de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

\_\_\_\_\_. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papyrus, 192 p. 2004.

\_\_\_\_\_. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Editora Papyrus, 2012.

CAVÉQUI, Márcia Paganini. **A escola é nossa**. Português. 4º Ano do Ensino Fundamental. São Paulo: Scipione, 2007. p. 47.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. **Na beleza do lugar, o rio das contas indo... ao mar**. 2009. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Rio Claro, SP, 2009.

COELHO, Leticia Castilho. **O simbólico na paisagem através da leitura de imagens**. 2008. p. 1-22. Disponível em: <<http://gpitufrgs.files.wordpress.com/2011/03/castilhos-leticia-leitura-de-imagens.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny. **Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura**. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

CORREIO FILATÉLICO. **O primeiro selo a gente nunca esquece**. Brasília, COFI n. 204, ano XXIX, p. 32-33, 2006.

\_\_\_\_\_. **Janelas para o mundo**. Brasília: COFI n. 212, ano XXXI, out/nov/dez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Arte e música por meio da Filatelia**. Brasília, n. 232, ano XXXVII, p. 20-21, 2014.

CORREIOS. **Correios 350 Anos: História, Pessoas e Ação**. Rio de Janeiro: ECT, edital n. 1, 2013a.

CORREIOS. **Correios 350 anos: Histórias, pessoas e ação**. Rio de Janeiro: ECT, edital n. 18, 2013b.

COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas.** In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 92-122.

COSTA, José Pedro de Oliveira. **A importância das áreas protegidas.** In: Fundação Verde Herbert Daniel. Disponível em: < <http://www.fvhd.org.br/forum/topics/a-importancia-das-areas>>. Acesso em: fev. 2016.

COSTELLA, Roselane Zordan. **O significado da construção do conhecimento geográfico gerado por vivências e por representações espaciais.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 202p. (Tese, Doutorado em Geografia).

\_\_\_\_\_. **Competências e habilidades no contexto da sala de aula: ensaiando diálogos com a teoria piagetiana.** Porto Alegre: Cadernos do Aplicação, v. 24, n. 1, jan./jun, 2011.

\_\_\_\_\_. **Escola: espaço de responsabilidade social.** Revista Trajetórias Multicursos. Ed. Esp. XVI Fórum Internacional de Educação – Ano 3, Nº 7, Ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Ensinar o quê... para quê... quando... Desafios da geografia na contemporaneidade.** In: TONINI, Ivaine M. et al. (Orgs.). O ensino de Geografia e suas composições curriculares. Porto Alegre: Mediação, 2014.

\_\_\_\_\_. **Competências e habilidades no contexto da sala de aula: ensaiando diálogos com a teoria piagetiana.** Cadernos de Aplicação, Porto Alegre, v. 24, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/23262/18279>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

COSTELLA, Roselane Zordan; SANTOS, Leonardo Pinto. **Ensinar como se lê o mundo é diferente de ensinar a ler o mundo – a construção do conhecimento geográfico.** In: GIORDANI, Ana Cláudia, organizadores [et. al.]. Aprender a ensinar Geografia: a vivência como metodologia. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

COSTELLA, Roselane Zordan; SCHÄFFER, Neiva Otero. **A Geografia em projetos curriculares: ler o lugar e compreender o mundo.** Erechim: Edelbra, 2012.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** Campinas: Autores Associados. 129 p. 1998.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. **Selos do Brasil.** In: Blog Eu amo Filatelia: a arte de colecionar selos. 2012. Disponível em: [http://blog.correios.com.br/filatelia/?page\\_id=5470](http://blog.correios.com.br/filatelia/?page_id=5470). Acesso em: jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **A História Contada na Pedra: A arte rupestre na Amazônia.** PEREIRA, Edithe. Rio de Janeiro: ECT, edital n. 14, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa.** 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Luis Eugênio. **Um certo olhar pela Filatelia**. Lisboa: Clube Nacional de Filatelia, 2003.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Fernando Padovesi; OLIVA, Jaime. **Uma cartografia renovada: como ensinar**. In: Cartografia. Coleção Como eu ensino. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

FONSECA, Maria de Lourdes Torres Fonseca. **Selos postais: fonte de inovação, arte e beleza promovendo a comunicação**. In: Correio Filatélico. Brasília, n. 210, ano XXX, p. 24-25, 2008.

FONTENELE, Cristina.; RODRIGUES, Rubens. **Histórias postais**. 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2015/08/01/noticiasjornalvidaarte,3477540/historias-postais.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FÓRUM SELOS DO BRASIL. Disponível em: <http://selosdobrasil.forumeiros.com/>. Acesso em: abr. 2015.

FREITAS, Olga. **Equipamentos e materiais didáticos**. Brasília/DF: Universidade de Brasília, 2007.

GADOTTI, Moacir. **A boniteza de um sonho: Ensinar e aprender com sentido**. Abceducatio, Ano III, n. 17, 2003.

GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução da Comunicação: do sílex ao silício**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1987.

GIRÃO, Osvaldo; LIMA, Surama Ramos. **O ensino de Geografia versus leitura de imagens: resgate e valorização da disciplina pela “alfabetização do olhar”**. Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 17, n. 2, maio./ago. 2013.

GOMES, Eduardo de Castro. **A escrita na história da humanidade**. Manaus: Revista Dialógica vol.1, n.3, 2007.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello; SALCEDO, Diego Andres. **A visibilidade da ciência nos selos postais comemorativos**. Brasília: Revista Compós. v.12, n. 1, jan/abr, 2009.

\_\_\_\_\_. **A comunicação pública da ciência por meio dos selos postais: o caso do Brasil no século XX**. In: Revista Redes.com. n. 7, p. 258-270, 2013.

GONTIJO, Silvana. **O livro de ouro da comunicação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GUAPINDAIA, MAYRA. **O Império e os olhos-de-boi**. In: Correio Filatélico. Brasília, n. 225, ano XXXV, p. 26, 2012.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

\_\_\_\_\_. **A cultura visual como um convite à deslocalização do olhar e ao reposicionamento do sujeito**. In: MARTINS, Raimundo. TOURINHO; Irene. (Org). Educação da Cultura Visual: conceitos e contextos. Santa Maria: UFSM, p.31-49. 2011.

IASBECK, Luiz Carlos Assis. **A semiótica atomizada (Unidades Semióticas)**. Brasília: Comunicologia. Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília, Vol. 3, n. 1, 2010.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da Imagem**. Lisboa: Ed. 70, 1994.

KAERCHER, Nestor André. **Geografizando o jornal e outros cotidianos: práticas em Geografia para além do livro didático**. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). Ensino de Geografia. Práticas e Textualizações no Cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 2000. p. 135- 169.

\_\_\_\_\_. **Geografizando o jornal e outros cotidianos: práticas em Geografia para além do livro didático**. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 2. Ed, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ser docente, ser discente: modelos e identidades. Conhece e revela-te estudando a cidade**. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo, Anais. Montevideo: Universidad de la República, 2009. Disponível em: <<http://egal2009.easypanners.info>>. Acesso em: set. 2016.

\_\_\_\_\_. **A Geografia escolar não serve para quase nada, mas ...** Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011. Costa Rica, II Semestre, 2011.

LOJA SÃO PAULO 43. **A Grande Cabeça de Hermes**. Disponível em: <http://www.lojasaopaulo43.com.br/filateliamaconica.php>. Acesso em: nov. 2015.

MACEDO, Lino de. **Competências e habilidades: elementos para uma reflexão pedagógica**. 2009.

MACHADO, Antonio. Campos de Castilla. **Poesías completas**. Espanha: Rincon Castellano, 1912. Disponível em: <[rinconcastellano.com](http://rinconcastellano.com)>. Acesso em: jul. 2015.

MAGRITTE, René. **“La Trahison des images” (Ceci n'est pas une pipe)**. Óleo sobre tela. 60,33 x 81,12 cm, 1928/29, Los Angeles County Museum of Art.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Didática Geral**. LTC. Rio de Janeiro – RJ. 2013.

MAREK. **Álbum de selos do Brasil**. 2012.

MARTINEZ, Juan Leon Dominguez. **Valores didácticos del coleccionismo**. In: Blog filatelista temático. Disponível em: <http://filatelista-tematico-blog.net/>. Por Juan Leon Dominguez Martinez. Acesso em: jan. 2017.

MELO, Vera Mayrinck. **Paisagem e simbolismo**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MENEZES, E. Diatay Bezerra. **Fundamentos sociológicos da comunicação**. In: Adísia Sá (Coord.). Fundamentos científicos da comunicação. Petrópolis: Vozes, p. 146-205, 1973.

MEYER, Peter. **Catálogo de Selos do Brasil**. 59. ed. São Paulo: RHM, 2016.

\_\_\_\_\_. **Quanto vale um Olho de boi?** In: Clube Filatélico do Brasil. Rio de Janeiro/RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.clube-filateloico-do-brasil.com/news/quanto-vale-um-olho-de-boi-por-peter-meyer/>>. Acesso em: dez 2015.

MIEZ, Juliana Jerônimo; SILVA, Teófilo Augusto da. **O texto visual e suas mensagens: semiótica e a lingüística produzindo sentido na moda étnica**. Revista do Colóquio de Arte e Pesquisa do PPGA-UFES, ano 3, v.3, n. 5, dez, 2013.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Concurso público: Ingresso no curso de administração postal**. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Brasília/DF, 2005.

MOREIRA, Moraes. Álbum Cara e Coração. Faixa 2: **Pombo correio**, 1978.

MYANAKI, Jacqueline. **A paisagem no ensino de Geografia: Uma estratégia didática a partir da arte**. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH/USP. (Dissertação, 149 p.), 2003.

O FILATELISTA TEMÁTICO. Disponível em: <http://filatelistatematico-blog.net/>. Acesso em: 14 jan. 2017.

OLIVEIRA, Wagner Pinheiro de. **Mais tecnologia, melhores serviços**. In: SANTOS, José. Aproximando pessoas. São Paulo: Museu da Pessoa. São Paulo: 2013.

OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de. **Turismo e Fotografia: continuidades existentes na construção da imagem de uma cidade**. In: 5º Encontro Nacional de prática de ensino de Geografia. Anais do 5º ENPEG. Belo Horizonte, 1999.

PARAÍSO, Marlucey Alves. **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas**. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucey Alves (orgs.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

PERLES, João Batista. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história**. In: Biblioteca online de ciências da comunicação da Universidade da Beira Interior - Covilhã - Portugal. 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/>>. Acesso em: fev. 2016.

PERRENOUD, Phillippe. **Dez novas competências para uma nova profissão**. In: Pátio: Revista pedagógica. Porto Alegre: n. 17, maio-julho, 2001.

PERSICETTI, Simonetta. **Imagens da cidade contemporânea**. In: COELHO, Claudio Novaes P.; DIMAS, A. Kunsch.; MENEZES, José Eugenio de O. (Org). Estudos de comunicação contemporânea: perspectivas e trajetórias. São Paulo: Plêiade, p. 195-206, 2012.

- PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**. 2. ed. II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. **Espaço perceptivo, espaço representativo e intuição das formas (percepção estereognóstica)**. In: A representação do espaço na criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- PLAZA, J. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva: CNPq, 1987
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tonoko Lyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- PUNTEL, Geovane Aparecida. **A paisagem no ensino da Geografia**. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 283-298, jan./jun. 2007.
- SALCEDO, Diego Andres. **A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010. 164p. (Dissertação, Mestrado em Comunicação).
- \_\_\_\_\_. **Espelhos de papel: pelo estatuto do selo postal**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013. 127f. (Tese, Doutorado em Comunicação, CAC).
- SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- SANT'ANNA, Ilza Martins; MENZOLLA, Maximiliano. **Didática: Aprender a ensinar. Técnicas e reflexões pedagógicas para a formação de fornecedores**. Edições Loyola. 7ª Edição. São Paulo. 2002.
- SANTOS, Ivana Souza Oliveira Santos; CHIAPETTI, Jaqueline Nogueira. **A leitura de paisagem no ensino de Geografia do 6º ano escolar**. *Geografia Ensino & Pesquisa*, vol. 18, n. 1, jan./abr. 2014.
- SANTOS, José. **Aproximando pessoas**. São Paulo: Museu da Pessoa. São Paulo: 2013.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 7. ed, 2012.
- SAUER, Carl O. **A morfologia da paisagem**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 12-74. 2004.
- SCHIER, Raul Alfredo. **Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia**. *RA'EGA*, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.



SILVA, Ângela Maria de Andrade; MELO, Adriany de Ávila. **Kits didáticos: em busca de alternativas para o ensino da Geografia.** In: Anais Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (ENPEG), 8º, 2005, UFMS, Dourados/MS, 9 a 12 Outubro, 2005.

SILVA, Maria Cunha. **A importância da alfabetização visual no mundo contemporâneo.** Belo Horizonte: Universidade Cândido Mendes. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Arteterapia em Educação). 61 f. 2010.

SILVA, Marco Antônio. **A Fetichização do Livro Didático no Brasil.** Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.

SILVA, Paulo Roberto de Abreu. **Rumos do professor contemporâneo: a epistemologia genética e o pensamento complexo.** São Caetano do Sul/SP: Lura Editorial, 2015.

SOARES, Carlos Dalmiro Silva. **Uma breve história do selo postal.** In: Portal da filatelia temática. 2009. Disponível em: < <http://www.filatelistas-tematicos.net/>>. Acesso em: jan. 2016.

SOUZA, Helder Cyrelli. **Os cartões de visita do Estado: a emissão de selos postais e a Ditadura Militar brasileira.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação), 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STAHEL, Monica. **Tem uma História nas Cartas da Marisa.** São Paulo: Editora Formato, 1996.

THE SMOKE SIGNAL. By Frederic Remington, 1961. Disponível em: < <https://br.pinterest.com/pin/77546424809124989/>>. Acesso em: dez. 2015.

THOMPSON, John B. **Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

TONI, Magda Simone de.; MARTINS, Maria Elisabete. **Leitura de imagem no processo de alfabetização.** SEMED/CEFOP. Campo Grande, 2011.

TONINI, Ivaine Maria. **Imagens nos livros didáticos de Geografia: seus ensinamentos, sua pedagogia.** Fortaleza: Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 02, n. 04, 2003.

\_\_\_\_\_. **Para pensar o ensino de Geografia a partir de uma cultura visual.** In: REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCER, Nestor André. Geografia: práticas pedagógicas para o Ensino Médio, volume 2. Porto Alegre: Penso, 2011.

TOURINHO, Irene. **As experiências do ver e ser visto na contemporaneidade: por que a escola deve lidar com isso?** Cultura Visual e escola. Ano XXI Boletim 09 – ago. 2011.p.11.

TROVO, Arnaldo Wagner. **As tecnologias no ensino de geografia – “o uso das imagens como interpretação do meio em que vivemos”.** PDE/SEED-PR: Maringá, 2011.

UNIÃO POSTAL INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.upu.int/en.html>>. Acesso em: ago. 2015.

VESENTINI, José William. **Geografia e Ensino: textos críticos**. Campinas: Papyrus, 2001.

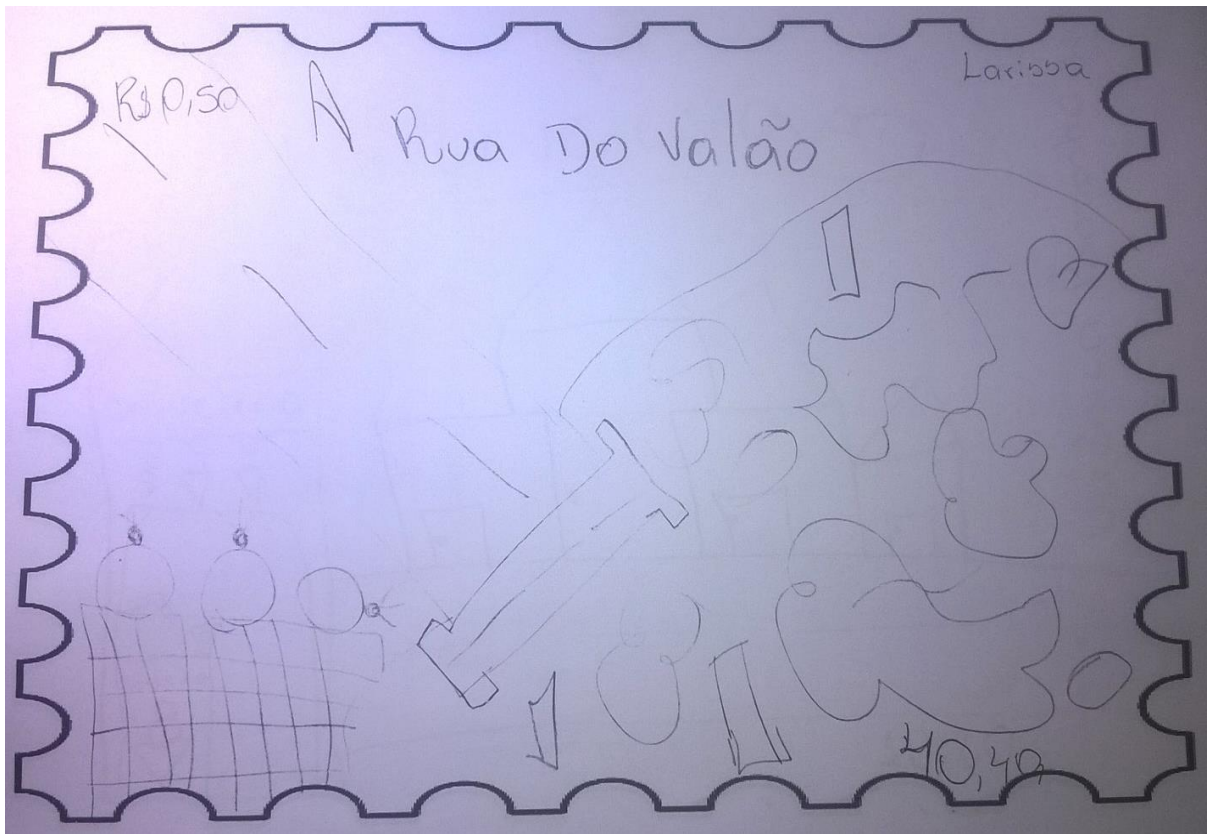
VIEIRA, Carlos Eduardo; SÁ, Medson Gomes de. **Recursos didáticos: do quadro-negro ao projetor, o que muda?** In: PASSINI, Elza Yasuko (org). *Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

WILLIAMS, Leon Norman; WILLIAMS, Maurice. **A filatelia: história e iniciação**. Lisboa: Ulisseia, 1965.

ZATTA, Celia Inez; AGUIAR, Waldiney Gomes de. **O uso de imagens como recurso metodológico para estudar Geografia**. PDE/SEED-PR: Maringá, 2009.

## **ANEXOS**

### **EXEMPLOS DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ALUNOS**



## Vamos fazer uma viagem pelo Brasil?



→ Imaginem a região que vocês viajarão! Deve ser linda!

→ Com qual meio de transporte gostariam de ir, para aproveitar ainda mais a viagem? Arrumaram a mala conforme o clima da região?

Escreva 5 coisas que já ouviu falar destes lugares:

1. Eu ouvi falar que lá em Espírito Santo é muito calor.
2. Eu ouvi falar que em São Paulo falta muita água.
3. Em Minas Gerais eles tem um sotaque diferente.
4. No Rio de Janeiro tem muitas favelas.
5. E no Rio de Janeiro tem muito lixo.

Escreva 5 coisas que gostaria de encontrar ou conhecer nestes lugares:

1. Eu gostaria de ir pro Espírito Santo por que lá é calor e eu não gosto de frio.
2. Eu queria ir pra São Paulo para conhecer toda a cidade.
3. Eu queria aprender o sotaque de Minas Gerais.
4. Eu queria ir pro Rio de Janeiro para conhecer as praias.

### INSTRUÇÕES PARA NÃO SE PERDEREM NA VIAGEM!

1. O grupo de vocês recebeu um **mapa do Brasil** para não se perderem. Se precisar, podem consultar o mapa que se encontra no chão da sala!
2. Abram o envelope. Dentro dele há 10 selos postais. Apenas **5 selos** possuem paisagens que vocês **poderão encontrar na viagem**. Olhem atentamente todos os detalhes e descubra quais são.
3. **Colem os selos postais no mapa** de acordo com o local que vocês imaginam que as imagens representam.

Não percam nenhum momento desta aventura.

A seguir mais instruções!

**Boa viagem!!!**



Samara e Luísa 12/12/16

## Vamos fazer uma viagem pelo Brasil?



- Imaginem a região que vocês viajarão! Deve ser linda!
- Com qual meio de transporte gostariam de ir, para aproveitar ainda mais a viagem? Arrumaram a mala conforme o clima da região?

Escreva 5 coisas que já ouviu falar destes lugares:

1. Carnavais
2. Festas lindas
3. Que é quente em Bahia
- 4.
- 5.

Escreva 5 coisas que gostaria de encontrar ou conhecer nestes lugares:

1. Animais diferentes
2. Comidas diferentes
3. Serras
4. Lendas diferentes
5. Casas, lugares diferentes

### INSTRUÇÕES PARA NÃO SE PERDEREM NA VIAGEM!

1. O grupo de vocês recebeu um **mapa do Brasil** para não se perderem. Se precisar, podem consultar o mapa que se encontra no chão da sala!
2. Abram o envelope. Dentro dele há 10 selos postais. Apenas **5 selos** possuem paisagens que vocês **podirão encontrar na viagem**. Olhem atentamente todos os detalhes e descubra quais são.
3. **Colem os selos postais no mapa** de acordo com o local que vocês imaginam que as imagens representam.

Não percam nenhum momento desta aventura.

A seguir mais instruções!

**Boa viagem!!!**

**EDITAL 1 - 2016**

Emissão Postal Comemorativa

**CONHECENDO O NOSSO BAIRRO: O MARAVILHOSO  
MÁRIO QUINTANA**

**DETALHES TÉCNICOS**

Série: *Conhecendo o nosso bairro: o maravilhoso Mário Quintana*

Autor das imagens: *RICHARD WIZ*

Processo de fabricação: *APS*

Valor facial: *02,00 R\$*

Tiragem/quantidade: *97*

Data de emissão: *12/12/16*

Local de lançamento: *BRASIL 1916*

**SOBRE O SELO**

Agora que você já apresentou o Bairro Mário Quintana ao Brasil e ao mundo, explique, em formato de carta, o que você desenhou e porque as pessoas deveriam visitá-lo! Bom trabalho!

*EU DESENEI O LOGO QUE  
EU ESTUDO, E AS PESSOAS DEVERIAM  
VISITA-LO PORQUE É UM LOGO  
BOM, LINDO E ONDE A PAZ É POSSIVEL*

## ANEXOS

### A PRÁTICA EM SALA DE AULA COM OS “PEQUENOS NOTÁVEIS”

